UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA SINO-RUSSA PARA ALINHAMENTO SOB A TEORIA DO REALISMO NEOCLÁSSICO: O PAPEL DAS PERCEPÇÕES DOS LÍDERES FRENTE AOS ESTÍMULOS SISTÊMICOS

PORTO ALEGRE
2026

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA SINO-RUSSA PARA ALINHAMENTO SOB A TEORIA DO REALISMO NEOCLÁSSICO: O PAPEL DAS PERCEPÇÕES DOS LÍDERES FRENTE AOS ESTÍMULOS SISTÊMICOS

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Fabiano Pellin Mielniczuk

PORTO ALEGRE
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Levien, Maurício Thurow
Uma análise da avaliação estratégica sino-russa para alinhamento sob a Teoria do Realismo Neoclássico: o papel das percepções dos líderes frente aos estímulos sistêmicos / Maurício Thurow Levien. -- 2026.
206 f.
Orientador: Fabiano Pellin Mielniczuk.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Alinhamento estratégico sino-russo. 2. Política externa. 3. Realismo neoclássico. I. Mielniczuk, Fabiano Pellin, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA SINO-RUSSA PARA ALINHAMENTO SOB A TEORIA DO REALISMO NEOCLÁSSICO: O PAPEL DAS PERCEPÇÕES DOS LÍDERES FRENTE AOS ESTÍMULOS SISTÊMICOS

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Fabiano Pellin Mielniczuk

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha família pelo apoio incondicional e pela oportunidade de realizar os meus estudos de pós-graduação na UFRGS. Sem a ajuda e o estímulo deles, minha trajetória acadêmica não seria possível. Tendo iniciado recentemente a lecionar no curso de graduação de Relações Internacionais da Universidade La Salle, percebo que essa é a profissão de meus sonhos e que me fará muito feliz. Tendo em vista que tanto meu pai quanto minha mãe foram professores, entendo ser, na minha percepção pessoal, uma continuidade da história de luta e superação deles e de suas famílias, desde o início de tudo em São Lourenço do Sul.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Fabiano Pellin Mielniczuk, pelos inúmeros ensinamentos durante nosso período de interação. A partir dele pude ter oportunidades de intercâmbio e conexão com a Rússia, que é meu objeto de estudo nesse trabalho, e que foram extremamente valiosas para minha pesquisa e para meu desenvolvimento interpessoal. Além disso, durante os dois Estágios Docências, pude aprender muito com a sua forma de lecionar e de interagir com os alunos, lições que agora me são muito úteis no meu início de carreria como professor. E, por fim, agradeço a ajuda durante todo o processo de preparação, escrita e consolidação da Tese, que foi resultado de diversas conversas, críticas construtivas e da minha participação em suas disciplinas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que me trouxeram muitas ideias.

Agradeço também aos professores Eduardo Munhoz Svartman, Érico Esteves Duarte, José Miguel Quedi Martins e Andrés Ernesto Ferrari Haines, e as professoras Jacqueline Angélica Hernández Haffner, Silvia Regina Ferabolli e Tatiana Vargas Maia, pelos diversos ensinamentos e conversas interessantes.

Além disso, agradeço aos professores e colegas do Grupo de Estudos sobre os BRICS (NEBRICS), pela parceria em pesquisas sobre tal tema.

Ademais, agradeço aos membros da banca Eduardo Svartman, Gabriel Pessin Adam e Diego Pautasso pela disponibilidade e sugestões para melhoria do trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de receber um alto nível educacional e à CAPES pelo financiamento que recebi durante o Doutorado.

Muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho analisa a aproximação cooperativa entre China e Rússia sob as lideranças de Xi Jinping e Vladimir Putin, período durante o qual os níveis de colaboração entre os dois países euroasiáticos aumentaram significativamente em domínios estratégicos como a política externa, o comércio energético e segurança, culminando no que Xi e Putin descreveram, em 2022, como uma “parceria sem limites”. A pesquisa é orientada pelas seguintes questões: Por que a transição sistêmica da unipolaridade para a multipolaridade não afetou negativamente a implementação, por parte de China e Rússia, de um Grande Ajuste Estratégico voltado à ampliação de sua parceria estratégica? Por que nenhum dos dois atores adotou comportamentos de balanceamento em relação ao outro, apesar de suas crescentes capacidades ofensivas e da proximidade geográfica? Com base em um quadro causal fundamentado na Teoria do Realismo Neoclássico, o estudo busca compreender a variação no processo contemporâneo de alinhamento estratégico sino-russo (Variável Dependente), enfatizando o impacto das percepções dos líderes (ou Executivos de Política Externa) como Variável Interveniente no nível de unidade na interpretação dos estímulos e pressões sistêmicas (Variável Independente). Tal estrutura causal objetiva explicar a variação no tempo, na intensidade e nos componentes específicos que influenciam o nível do alinhamento cooperativo sino-russo. As conclusões sugerem que o modelo proposto constitui uma ferramenta analítica útil para compreender como as percepções das lideranças de China e Rússia acerca das mudanças na distribuição de capacidades materiais e na gestão da ordem internacional moldam nuances importantes da relação bilateral que análises puramente estruturais não conseguem captar plenamente, oferecendo, portanto, uma explicação mais convincente para os dois problemas de pesquisa.

Palavras-chave: Alinhamento estratégico sino-russo. Realismo Neoclássico. Política externa.

ABSTRACT

This work examines the cooperative rapprochement between China and Russia under the leaderships of Xi Jinping and Vladimir Putin, during which the levels of collaboration between the two Eurasian countries increased significantly across strategic domains such as foreign policy, energy trade and security, culminating in what Xi and Putin described in 2022 as a "no limits partnership". The research is guided by the following questions: Why did the systemic transition from unipolarity to multipolarity not negatively affect the implementation by China and Russia of a Grand Strategic Adjustment aimed at expanding their strategic partnership? Why did neither actor engage in balancing behavior against the other despite their growing offensive capabilities and geographic proximity? Drawing upon a causal framework grounded in Neoclassical Realist Theory, the study seeks to understand variation in the contemporary process of Sino-Russian strategic alignment (Dependent Variable), emphasizing the impact of leaders' perceptions (or Foreign Policy Executives) as an Intervening Variable at the unit level in shaping responses to systemic stimuli and pressures (Independent Variable). This causal structure aims to explain variation in the timing, intensity, and specific components influencing the degree of cooperative Sino-Russian alignment. The conclusions suggest that the model proposed offers valuable insights into how Chinese and Russian leaders' perceptions of changes in the distribution of material capabilities and in the management of the international order shape important nuances of the bilateral relationship that purely structural analyses cannot fully capture, thereby offering a more convincing explanation for the two research puzzles.

Keywords: Sino-Russian cooperation; Strategic alignment; Neoclassical realism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – *Framework* do desenvolvimento da cooperação militar sino-russa 24
Figura 2 - Progressão da cooperação militar China-Rússia desde 1991.....25
Figura 3 – Realismo Neoclássico do Tipo I 36
Figura 4 - Realismo Neoclássico do Tipo II 37
Figura 5 - Realismo Neoclássico do Tipo III 39
Figura 6 – Diferenças ontológicas entre os tipos de Realismo 41
Figura 7 – Variação ontológica sobre estrutura / agência e materialismo / idealismo 41
Figura 8 – Quadro causal do Realismo Neoclássico frente às respostas ambivalentes de China e Rússia para crises.....47
Figura 9 – Um modelo realista neoclássico tipo III sobre o alinhamento estratégico sino-russo.....53
Figura 10 – Linha dos nove-traços 65
Figura 11 – Imagens de satélite das estruturas em *Fiery Cross Reef*, localizada nas Ilhas Spratly.....66
Figura 12 – Primeira, Segunda e Terceira Cadeia de Ilhas como perímetro marítimo chinês.....68
Figura 13 – Dominância chinesa na indústria de construção naval.....70
Figura 14 – Alcance aproximado dos mísseis chineses, com ênfase no DF-26.....72
Figura 15 - Imagens da expansão do centro de testes de armas hipersônicas do *Shaanxi Aerospace Power Research Institute,* em Xi'na (10 de dezembro de 2019)73
Figura 16 - Imagens da expansão do centro de testes de armas hipersônicas do *Shaanxi Aerospace Power Research Institute,* em Xi'na (28 de julho de 2025).....73
Figura 17 – Impacto da entrada de Finlândia e Suécia na OTAN para as dinâmicas securitárias no Mar Báltico e com relação ao corredor de Suwalki 86
Figura 18 – Localização comparada entre os portos de Sevastopol, Novorossiysk e Ochamchire.....87
Figura 19 – A rota planejada do gasoduto *Power of Siberia* 2.....94
Figura 20 - Principais mercados importadores de commodities energéticas da Rússia 97
Figura 21 - Tipologia das orientações revisionistas e de status quo 104

Figura 22 – Compras chinesas de equipamentos militares russos, por tipo (1990-2025) 137
Figura 23 – Exercícios militares conjuntos sino-russos, por tipo (2003-2026) 138
Figura 24 – Localização dos exercícios militares conjuntos sino-russos (2003-2026) 139
Figura 25 – Estreitos marítimos internacionais mais relevantes para o interesse da China 145
Figura 26 – A Rota Marítima do Norte em contraponto ao Canal de Suez 147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de acadêmicos publicando obras realistas neoclássicas (por continente de afiliação e por década – 1990-2019).....16
Tabela 2 - Diferenças na lógica causal entre os quadros doméstico e os Realismos Defensivo, Ofensivo e Neoclássico.....35
Tabela 3 - A posição do conceito de *Hedging* dentre os níveis de análise das Teorias de RI.....43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUKUS	*Australia, United Kingdom and United States*
A2AD	*Anti-acess / area denial*
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CNOOC	*China National Offshore Oil Corporation*
EUA	Estados Unidos da América
FPEs	*Foreign Policy Executives*
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
NRS	*Northern Sea Route*
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Poduto Interno Bruto
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
QUAD	*Quadrilateral Security Dialogue*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 METODOLOGIA 16

2 A PERSPECTIVA TEÓRICA NA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO SINO-RUSSA CONTEMPORÂNEA 20

2.1 DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O CASO SINO-RUSSO E SUAS PARTICULARIDADES 22

2.2 O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO ABORDAGEM TEÓRICA: DIFERENCIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DE FORÇAS CAUSAIS AMBÍGUAS 33

2.3 O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO EMBASAMENTO TEÓRICO PARA ELUCIDAR O CASO SINO-RUSSO 41

3 UMA TEORIA REALISTA NEOCLÁSSICA SOBRE O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO SINO-RUSSO: ESTÍMULOS SISTÊMICOS E MEDIAÇÃO PERCEPTIVA A NÍVEL DE UNIDADE 55

3.1 ESTÍMULOS MATERIAIS SISTÊMICOS PARA A CHINA 55

3.2 ESTÍMULOS MATERIAIS SISTÊMICOS PARA A RÚSSIA 75

3.2.1 Complementariedade material frente a vulnerabilidades estratégicas: segurança energética e alimentícia 91

3.3 ESTÍMULOS DE UNIDADE: O IMPACTO DA PERCEPÇÃO DOS LÍDERES 98

4 ESTUDOS DE CASO: GUERRA NA UCRÂNIA E COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO NA ÁSIA CENTRAL 129

4.1 A COOPERAÇÃO SINO-RUSSA EM MEIO À GUERRA NA UCRÂNIA 129

4.2 A DINÂMICA SINO-RUSSA NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO 140

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 152

REFERÊNCIAS 167

1 INTRODUÇÃO

A presente Tese examina a variação no alinhamento estratégico entre China e Rússia, especialmente sob a liderança concomitante de Xi Jinping e Vladimir Putin, durante os quais ocorreram avanços mais substanciais. A análise empírica da relação implica no entendimento de inúmeras complementariedades sendo instrumentalizadas para ganhos mútuos, especialmente nas dimensões econômica, tecnológica e energéticas. Ademais, a leitura do contexto internacional de ambos os países referenda uma perspectiva de aumento progressivo do fluxo cooperativo, solidificando gradativamente o que Xi e Putin conceituaram em 2022 como uma parceria sem limites para a cooperação (Lo, 2023; People's Republic of China; Russian Federation, 2022).

Todavia, a revisão de literatura implicou na percepção de algumas nuances ambíguas com relação a tal aproximação cooperativa. A procura de tais respostas em trabalhos teóricos tradicionais, contudo, mostrou-se limitada. Objetivou-se, portanto, contribuir para a literatura sino-russa usando uma teorização menos tradicional, mas com o potencial de agregar capacidade explicativa. Duas facetas principais motivaram questionamentos e fundamentaram a criação de um modelo teórico realista neoclássico. Primeiro, considerou-se curioso o fato de que não ocorreu o estabelecimento de estratégias de balanceamento externo (*external balancing*) entre China e Rússia durante o período em que ambos estavam aumentando suas capacidades (*internal balancing*) de forma significativa nas décadas de 2000 e 2010, o que seria um comportamento esperado sob a prerrogativa de teorias balizadas no Realismo Estrutural (Mearsheimer, 2001; Walt, 1987; Waltz, 1979).

E, segundo, considerou-se surpreendente o nível de convergência normativa no alinhamento cooperativo vigente, tendo em vista que sob análises liberais e construtivistas, China e Rússia não possuíam tantas similaridades e/ou complementaridades. Do ponto de vista liberal, devido ao baixo nível de interdependência e complementaridade entre as economias, preconizava-se que a preferência agregada dos atores e das coalizões sociais dominantes fossem o fomento de políticas de integração mais profícuas de Rússia e China com o mundo ocidental, com os quais mantinham individualmente um nível de interação econômico mais importante, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Sob a

ótica construtivista, por outro lado, compreendia-se como baixa a afinidade identitária entre os atores, tendo em vista a desconexão entre aspectos culturais e em relação à identidade constitutiva chinesa – baseada em conotações Confucionistas e de orientação interna –, com a russa – baseada em conexões históricas e culturais e focada no espaço pós-soviético. Contudo, compreende-se em alguns preceitos da análise construtivista maior nuance explicativa e, inclusive, capacidade de integração na explicação proposta no quadro causal do presente estudo. Especificamente, no que se refere ao entendimento sobre o comportamento de outros atores, com base na interpretação e posterior atribuição de significados intersubjetivos para as interações. Estima-se, nesse sentido, que a percepção dos líderes e a Cultura Estratégia de ambos os países contribuíram na convergência de entendimento sobre comportamentos e normas compatíveis, com ênfase em questões como a estabilidade dos regimes e a contrariedade a interferência externa em seus assuntos internos e em seus espaços geográficos salientes, por exemplo.

Sob tal lógica, a análise da pesquisa é orientada pelas seguintes perguntas: **Por que a transição sistêmica da unipolaridade para a multipolaridade não afetou negativamente a implementação, por parte de China e Rússia, de um Grande Ajuste Estratégico voltado à ampliação de sua parceria estratégica? Por que nenhum dos dois atores adotou comportamentos de balanceamento em relação ao outro, apesar de suas crescentes capacidades ofensivas e da proximidade geográfica?** A hipótese de trabalho sugere que os estímulos sistêmicos, como delineados a partir da teoria realista estrutural, impuseram um ímpeto de alinhamento restrito, em resposta principalmente a estratégias de projeção de poder dos EUA e seus aliados. Contudo, com vistas a entender a falta de percepção de ameaça de China e Rússia um para o outro, e a problematizar a crescente afinidade normativa que robustece o conteúdo da aproximação vigente, utilizar-se-á de uma Variável Interveniente a nível de unidade – as Imagens ou percepções dos líderes –, para explicar a variação no tempo, na intensidade e nos componentes específicos que influenciaram na tomada de decisão sino-russa em direção a um alinhamento estratégico.

Considera-se, dessa forma, que o objetivo geral do trabalho é entender quais os fatores que contribuíram para a variação no alinhamento estratégico entre China e Rússia (Variável Dependente) durante os governos de Xi e Putin, com ênfase em entender como os estímulos sistêmicos (Variável Independente) foram interpretados

e condicionados pela Variável Interveniente da percepção dos líderes. Tal modelo será explicado em detalhe no capítulo teórico. Em consonância, destacam-se como objetivos específicos, que em conjunto se articulam com o objetivo geral, os seguintes aspectos: examinar a produção teórica sobre o alinhamento estratégico sino-russo; discorrer sobre lacunas na literatura, com ênfase no potencial de contribuição do Realismo Neoclássico; propor uma análise teórica particular, descrevendo o contexto securitário sino-russo e analisando a percepção dos líderes sobre os estímulos estruturais; e testar a proposta de modelo teórico frente a casos empíricos com vistas a validar ou não sua formulação.

Vale ressaltar, ademais, que o recorte temporal delimitado para a pesquisa foi do final da Guerra Fria, simbolizado pela queda da União Soviética e a ressurgência da Rússia como um ator unitário. O objetivo de tal recorte é qualificar e contrastar os ambientes estratégicos de Rússia e China com o passar do tempo, compreendendo que ambos foram se tornando claramente mais restritivos, especialmente a partir da metade dos anos 2000. Porém, a ênfase do trabalho será na análise das estratégias para alinhamento sob Xi e Putin, tendo em vista que foi durante a liderança concomitante de ambos que ocorreu a maior e mais relevante variação na política externa de China e Rússia com relação a ambos, objetivando estreitar o ímpeto cooperativo.

Justifica-se a relevância de tal tema a partir das perspectivas acadêmica e social. Tratando do viés acadêmico, buscar-se-á contribuir com uma análise sobre um dos casos de maior relevância para o campo dos Estudos Estratégicos Internacionais e das Relações Internacionais e cuja importância aumentou substancialmente após a eclosão da Guerra na Ucrânia em 2022. Objetivando compreender de forma crítica as variáveis que incidiram na aproximação sino-russa sob diferentes âmbitos analíticos, o presente estudo pode contribuir para a literatura brasileira da área ao estabelecer novos parâmetros de entendimento sobre o comportamento estratégico de China e Rússia, que representam atores chave em um momento de tensão do Sistema Internacional contemporâneo.

Ademais, sob o ponto de vista teórico, busca-se agregar para o programa de pesquisa (*research program*) do Realismo Neoclássico em três âmbitos de análise. Primeiro, ressalta-se que a principal omissão ou lacuna na literatura realista neoclássica é sobre variações em casos sobre cooperação internacional, tendo em vista que a grande maioria dos estudos foca em casos sobre competitividade, o que

é costumeiramente chamado de “viés de competição” (*competition bias*) (Glaser, 1994; Taliaferro, 2000; Tang, 2009, p. 799-800). E segundo, destaca-se que apesar de presente em muitas análises sobre tomada de decisão em momentos de crise na literatura realista neoclássica, o papel de líderes tem sido pouco enfatizado em análises sobre estratégias de longo prazo (Tang, 2009, p. 802).

No entanto, tal perspectiva é notadamente importante em diversos momentos, devido ao fato de que a personalidade e a visão de mundo individual dos líderes muitas vezes impactam suas decisões de política externa com relação a ameaças e oportunidades. Em particular, devido a importância do pensamento e das ideias de Xi Jinping e Vladimir Putin para as determinações estratégicas de seus países, faz-se necessário analisar cuidadosamente suas percepções e deliberações como agentes determinantes no Executivo de Política Externa de ambos os países. Sterling-Foulker (1997) problematiza tal apreciação de forma interessante, ressaltando uma direção frutífera de pesquisa para os realistas neoclássicos: entender as identidades das elites decisórias e como isso impacta na interpretação dos estímulos materiais sistêmicos e, posteriormente, no comportamento dos Estados (Sterling-Folker, 1997, p. 1-25). Em consonância com tal lógica, Tang (2009, p. 802) afirma que a incorporação de identidades e ideias a uma estrutura realista neoclássica tornaria a teoria mais frutífera para a análise dos interesses dos Estados e de suas respostas aos estímulos internacionais.

E em terceiro lugar, conectando com a justificativa social, ressalta-se que poucos acadêmicos na América Latina têm engajado com a Teoria do Realismo Neoclássico em seus estudos sobre Relações Internacionais. Segundo levantamento realizado por Foulon e Meibauer (2020, p. 1211), pesquisadores afiliados a instituições latino-americanas não costumam engajar ativamente com tal perspectiva teórica. Deve-se ressaltar, todavia, que os próprios autores mencionam que tal base de dados não é exaustiva, devido apenas considerar trabalhos publicados em inglês e no recorte temporal de 1990 até 2019. Apesar disso, buscar-se-á incrementar a literatura brasileira sobre o realismo neoclássico com o presente trabalho.

Tabela 1 - Número de acadêmicos publicando obras realistas neoclássicas (por continente de afiliação e por década – 1990-2019)

	1990–1999	2000–2009	2010–2019
North America	7	15	27
Europe	0	7	41
Asia	0	0	8
Africa	0	0	2
Latin America	0	0	0
Oceania	0	0	3

Fonte: (Foulon; Meibauer, 2020, p. 1211)

Do ponto de vista social, pretende-se colaborar com a literatura brasileira no tocante às relações entre China e Rússia, que representam dois países de intensa importância para o Brasil, especialmente nos campos econômicos e políticos. A China é o principal parceiro econômico do Brasil e possuí um projeto de desenvolvimento nacional que pode trazer lições para a experiência brasileira. A Rússia, mesmo não tendo números tão pujantes quanto a China na esfera econômica, possui particularidades importantes na relação com o Brasil, como a influência no mercado do agronegócio brasileiro, devido a sua relevância na cadeia de suprimentos dos fertilizantes. Além disso, ambos os países são membros dos BRICS e defendem pautas comuns com o Brasil na esfera da política internacional, como a defesa e a propagação da multipolaridade e sobre a necessidade de reformulação das Organizações Internacionais, visando torná-las mais inclusivas e mais consoantes com o ordenamento de forças do Sistema Internacional contemporâneo. Em suma, objetiva-se agregar conhecimento para a literatura brasileira no tocante à parceria estratégica sino-russa de modo a elucidar as causas e potenciais consequências que tal movimento no tabuleiro internacional poderá acarretar, tendo em vista que o Brasil deverá responder a tal desafio com inteligência, parcimônia e planejamento estratégico de longo prazo.

1.1 METODOLOGIA

No que se refere a metodologia da pesquisa, o estudo caracteriza-se como teórico-empírico, baseado na vertente qualitativa de pesquisa e cuja coleta e análise de dados serão empreendidos por meio de uma revisão bibliográfica de livros, artigos científicos revisados por pares e materiais de mídia e *think tanks*. O estudo segue uma epistemologia comum aos estudos realistas neoclássicos, caracterizada

como positivismo suave (*soft positivist epistemology*) e assume uma ontologia de ênfase materialista, considerando que existe um mundo objetivo sob o qual pode-se obter conhecimento por meio de inferências causais coerentes e estudos de caso bem fundamentados. Ademais, tais inferências podem ser verificadas através da utilização de técnicas como o rastreio de processos (*process-tracing*), avaliando o impacto causal da dinâmica entre a Variável Independente com a Variável Interveniente em relação a Variável Dependente, objetivando confirmar ou refutar as evidências selecionadas (Bennett; Elman, 2006; Van Evera, 1997; George; Bennet, 2005; Mahoney, 2015).

No que concerne aos materiais e métodos, a pesquisa combina revisão bibliográfica e análise documental, tendo como principal material empírico um corpus de fontes primárias oficiais selecionado com o objetivo de identificar os diagnósticos sistêmicos, as percepções das lideranças e as orientações de política externa de China e Rússia, bem como a evolução da forma pela qual ambos os países concebem sua relação bilateral. O corpus documental foi organizado segundo a natureza e a função analítica das fontes, sendo dividido em três conjuntos: documentos chineses, documentos russos e documentos sino-russos. Essa diferenciação objetiva distinguir documentos que expressam diagnósticos estratégicos institucionalizados daqueles mais diretamente associados às percepções de Xi Jinping e Vladimir Putin, assim como das fontes que registram a tradução dessas percepções em orientações de política externa e defesa e em posições de caráter bilateral.

O corpus chinês compreende documentos de doutrina partidária, doutrina estratégica, política externa e pronunciamentos de Xi Jinping; o corpus russo abrange documentos de doutrina estratégica, política externa e pronunciamentos de Vladimir Putin; e o corpus sino-russo reúne tratados e declarações conjuntas produzidos ao longo do processo de aprofundamento da parceria bilateral. A seleção prioriza fontes primárias oficiais e documentos considerados relevantes para a identificação de continuidades, mudanças e convergências nas percepções dos Executivos de Política Externa dos dois países. Sua análise busca, dessa forma, estabelecer a conexão entre os estímulos provenientes do sistema internacional, sua interpretação pelas lideranças chinesa e russa e os resultados observados no alinhamento estratégico bilateral. Os critérios específicos de seleção, categorização

e operacionalização do corpus documental são apresentados detalhadamente na seção 3.3.

É importante ressaltar, ainda, uma limitação decorrente da ausência de domínio dos idiomas mandarim e russo, razão pela qual a análise se restringe às versões oficiais em língua inglesa disponibilizadas pelas instituições chinesas e russas responsáveis pela publicação dos documentos selecionados. Considera-se essa limitação relevante, pois a forma e o conteúdo das mensagens direcionadas a audiências internacionais podem diferir daqueles presentes em comunicações destinadas primordialmente ao público doméstico e produzidas nos idiomas nacionais de cada país.

Após a introdução, o restante da Tese está estruturado em três capítulos e nas considerações finais.

O capítulo 2, intitulado *A perspectiva teórica na análise da cooperação sino-russa contemporânea: problemas e potencialidades*, refere-se ao arcabouço teórico que orienta a pesquisa. O capítulo discute as contribuições que diferentes abordagens teóricas destacam sobre a cooperação sino-russa, expondo suas nuances e delimitando aspectos limitadores. Ademais, nesta seção será realizada a formulação do modelo teórico proposto pela pesquisa e que será aplicado nos capítulos subsequêntes.

O capítulo 3, denominado *Uma teoria realista neoclássica sobre alinhamento estratégico: estímulos sistêmicos e mediação perceptiva a nível de unidade*, objetiva a contextualização do modelo teórico frente ao caso em questão. Em primeiro lugar, situa-se a posição de China e Rússia no Sistema Internacional contemporâneo, evidenciando as similaridades e diferenças entre os interesses e preocupações de ambos, com vistas a entender os estímulos sistêmicos a cada ator emanado da estrutura do Sistema Internacional contemporâneo. Em segundo lugar, considera-se a relevância da percepção dos líderes (ou Executivos de Política Externa) quanto a tais estímulos. Segundo a lógica proposta pelo estudo, neste capítulo se evidenciará como a postura de China e Rússia perante um ao outro concomitantemente referenda e desafia explicações realistas estruturais, abrindo margem para a contribuição neoclássica.

O capítulo 4, intitulado *Estudos de caso: Guerra na Ucrânia e cooperação e competição na Ásia Central*, constitui o teste empírico do modelo teórico. Nele, examina-se como três casos relevantes relacionados com a relação sino-russa

demonstram o potencial e as limitações da proposição teórica idealizada pelo estudo.

Por fim, nas considerações finais, serão retomados os principais resultados teóricos e empíricos da pesquisa à luz dos problemas que a orientam, avaliando-se em que medida o modelo realista neoclássico proposto contribui para explicar o aprofundamento do alinhamento estratégico sino-russo e a ausência de comportamentos de balanceamento mútuo. Ademais, serão discutidas as limitações do estudo e suas possíveis contribuições para pesquisas futuras acerca da relação entre China e Rússia e das transformações contemporâneas do Sistema Internacional.

2 A PERSPECTIVA TEÓRICA NA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO SINO-RUSSA CONTEMPORÂNEA

A presente seção objetiva a problematização da questão teórica no tocante à análise do aprofundamento da cooperação entre China e Rússia. Inicialmente, será discutida a falta de rigor teórico na literatura sobre a aproximação cooperativa sino-russa contemporânea, dando ênfase nos problemas que derivam de tal questão. Após isso, serão analisadas algumas obras que demonstram tal problema e outras que propõem-se a superá-lo, com vistas a demonstrar a riqueza de orientações teóricas passíveis de serem concebidas para a explicação do fenômeno examinado. Por fim, será elucidado o viés teórico escolhido, o Realismo Neoclássico, salientando suas prerrogativas e justificando sua escolha frente às diversas possibilidades.

Em primeiro lugar, refletindo sobre a investigação da relação cooperativa entre Moscou e Pequim, infere-se que historicamente duas tendências concentram os estudos sobre o tema: o cisma sino-soviético, com ênfase nas décadas de 1950 e 1960, no contexto da Guerra Fria; e a reaproximação vigente desde o início do século XXI. Apesar de diferenças substanciais no contexto internacional (polaridade do Sistema Internacional, perspectivas geopolíticas, etc.) e interno dos países (circunstâncias políticas, econômicas e culturais), um viés comum entre as duas tendências é uma concatenação teórica engessada com ênfase no realismo estrutural. Ademais, percebe-se um foco preponderante na utilização de um viés causal que realça apenas duas questões como motivadoras da aproximação cooperativa: interesse geopolítico ou uma ideologia antiocidental (Bossuyt; Kaczmarski, 2021; Korolev, 2022; Roh, 2019; Yoder, 2020).

Tal problemática é impactante pois apesar de descrições detalhadas e diversas explicações ad hoc, a falta de escrutínio utilizando teorização rigorosa prejudica a formulação e avaliação de hipóteses bem substanciadas. A consequência de tal cenário é uma discussão acadêmica desorganizada, com autores fundamentando seus argumentos em pressupostos mal embasados e em mecanismos causais não especificados que informam quais os indicadores que serão considerados e como serão interpretados. Tal deficiência também prejudica a avaliação de hipóteses concorrentes em relação ao registro empírico, e, portanto, dificulta a formação de explicações logicamente coerentes e empiricamente

apoiadas sobre o desenvolvimento da cooperação sino-russa (Bossuyt; Kaczmarski, 2021; Korolev, 2022, p. 16; Yoder, 2020, p. 3).

Além disso, apesar de rica literatura sob o viés empírico e da importância da aproximação cooperativa sino-russa para as Relações Internacionais, os estudos vigentes têm sido incapazes de elaborar contribuições significativas e generalizações conceituais para o campo no sentido de desenvolver um sistema de indicadores fundamentado em teoria para explicar o aprofundamento do alinhamento (*alliance framework*). Similarmente, a literatura de RI não dispõe de uma taxonomia sobre alinhamentos baseada em medidas objetivas que possa ser aplicada ao caso, tornando o esforço de entendimento dessa relação limitado e assistemático. A exploração do caso para delimitar a construção de teorias (*theory building*) também tem sido raro (Korolev, 2022, p. 13- 21; Yoder, 2020). Com vistas a superar tais problemas, o incremento da literatura de RI sobre a aproximação cooperativa sino-russa a partir de abordagens teóricas como o realismo neoclássico, o construtivismo e o pós-estruturalismo, além da utilização de ponderações de outras disciplinas (como economia, geografia e história) são facetas encorajadas para os estudiosos do tema críticos das explicações dominantes (Bossuyt; Kaczmarski, 2021).

A partir de uma revisão bibliográfica das principais obras sobre a relação sino-russa contemporânea, contudo, constata-se que o foco principal da literatura é sobre promover descrições detalhadas dos rumos da cooperação, identificando nuances, categorizando a substância da relação e registrando desenvolvimentos significativos através do tempo. A grande maioria das explicações concentram-se nas ações dos Estados Unidos como ator hegemônico e da necessidade de China e Rússia contrabalançarem sua influência no Sistema Internacional (*global balancing*). Vale citar, nesse sentido, análises baseadas no impacto da expansão da OTAN e do estabelecimento de alianças militares na Ásia, na implementação de sistemas de defesa antimísseis na Europa e na Ásia, em esforços estadunidenses de manipulação política doméstica em territórios sensíveis aos interesses sino-russos (como Ucrânia e Taiwan) e no impacto das sanções econômicas e suas reverberações comerciais (Chaka, 2012; Cox, 2016; Kerr, 2005; Korolev, 2016; Korolev; Portyakov; Li, 2007; Lo, 2008, 2023; Nemets, 2006; Weitz, 2012, 2018).

Além desse viés, fortemente ligado com a tradição neorrealista das RI, outros interpretações vem conquistando espaço como possíveis causas e/ou condicionantes do aprofundamento da cooperação sino-russa contemporânea,

trazendo maior abrangência e integrando abordagens de enfoques internos (Domestic Politics Turn), com considerações do liberalismo e, principalmente, do construtivismo, ganhando maior proeminência (Kaarbo, 2015). Vale destacar, nesse sentido, perspectivas como: compatibilidade de modelos políticos (Ellings; Sutter, 2018; Trenin, 2015; Wilson, 2004); identidades nacionais (Kolosov; Zotova, 2021; Rozman, 2014; Wishnick, 2017); preferências comuns em relação às normas de soberania e direitos humanos (Charap *et al*., 2017; Menon, 2009); apreensões sobre o separatismo étnico (Odgaard, 2017); incentivos de cooperação econômica (Alexeeva; Lasserre, 2018; Ferdinand, 2017; Gabuev, 2016; Skalamera, 2014, 2018b); considerações sobre regionalismo (Kaczmarski, 2017; Lukin, 2016; Lukin; Novikov, 2021); reflexões sobre status (Flikke, 2016; Krickovic; Zhang, 2020; Larson; Shevchenko, 2010); e afinidade pessoal entre as lideranças políticas (Bossuyt; Kaczmarski, 2021; Xu; Reisinger, 2019).

O problema de muitas dessas análises é que substanciam suas argumentações com base no desenvolvimento empírico da relação sino-russa, ao invés de fundamentarem tal dinâmica como decorrente de determinada visão teórica, o que diminuí o poder explicativo. A teoria é um elemento crucial para a concatenação lógica de uma explicação. Ou seja, é necessário assentar determinada análise sob um quadro teórico particular, estabelecendo diligentemente os mecanismos causais e as implicações observáveis frente a teorias concorrentes, de modo com que as hipóteses sejam avaliadas em comparação ao registro empírico. Ademais, considera-se que as teorias permitem a simplificação da complexidade de uma explicação, a partir do estabelecimento de uma relação causal entre duas ou mais variáveis, que especifica como mudanças em fatores específicos geram efeitos em sua cadeia causal (individualmente ou em combinação) e, consequentemente, produzem um resultado prático (Korolev, 2022, p. 19; Van Evera, 1997; Yoder, 2020, p. 744).

2.1 DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O CASO SINO-RUSSO E SUAS PARTICULARIDADES

A partir da revisão bibliográfica efetuada, constatou-se que a aproximação cooperativa sino-russa contemporânea é intrigante para os enfoques teóricos das RI em suas versões básicas. Segundo a racionalidade da balança de poder, com base

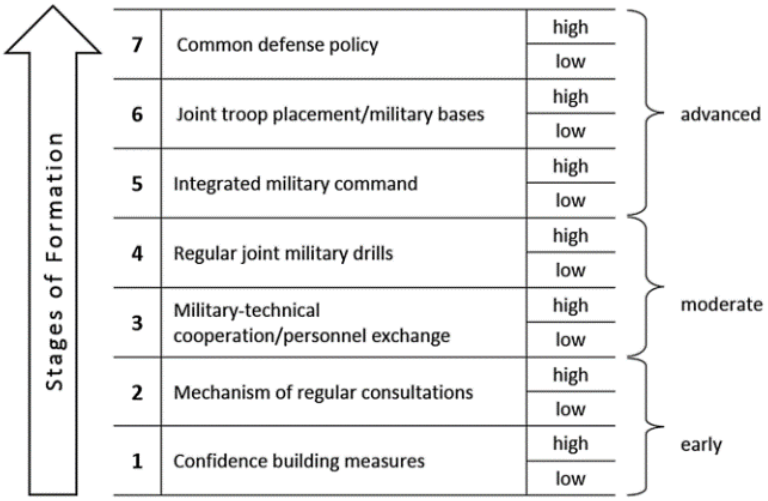
na proximidade geográfica e na capacidade militar de ambos, o Realismo preconizava uma intensa competição securitária e geopolítica, com potencial de hostilidades (como os problemas fronteiriços históricos, por exemplo). Sob uma análise Construtivista, por outro lado, as diferenças no aspecto ideacional (baseado no relacionamento histórico e na ideologia política e cultura nacional contemporâneas) sugeriam antagonismo, não complementaridade. E sob a ótica liberal, por fim, devido à baixa interdependência econômica bilateral, preconizava-se uma integração mais profícua de Rússia e China com o mundo Ocidental, com os quais mantinham individualmente um nível de interação mais importante, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Destaca-se, nesse sentido, que as óticas basilares das principais vertentes teóricas das RI possuem limitações na aplicação de seus insights generalizáveis para analisar a cooperação sino-russa no pós-Guerra Fria a priori (Yoder, 2020). Visando superar tais problemas, é fundamental apurar os argumentos das concepções teóricas básicas e expandir o lastro de explicações bem fundamentadas em contraste com o registro empírico e frente a outras competidoras. Tal esforço permitirá problematizar de que forma os países delimitaram a construção de uma interação vantajosa e produtiva, limitando a competição securitária, ampliando a interdependência econômica e sintetizando as diferenças ideacionais entre ambos a partir de uma crescente afinidade normativa.

Alexander Korolev, por exemplo, em seu livro *China-Russia Strategic Alignment in International Politics*, discorre como a literatura sobre alinhamentos pode enriquecer o debate acadêmico sobre a cooperação sino-russa contemporânea. Segundo o autor, os estudos vigentes falham em desenvolver um quadro sistemático de indicadores fundamentados em teoria para medir o nível de interação entre Pequim e Moscou de forma abrangente e sistemática. Visando suprir tal carência, Korolev (2022) delimita uma taxonomia baseada em indicadores para problematizar a dinâmica cooperativa com base em medidas objetivas baseadas na literatura teórica sobre cooperação interestatal (alianças, alinhamentos, parcerias estratégicas, etc.), com foco no âmbito militar.

A partir do refinamento de uma estrutura conceitual de uma obra anterior (Figuras 1 e 2 – Korolev, 2021), com base em parâmetros empiricamente operacionalizáveis e incorporando uma dimensão qualitativa (definindo etapas aos indicadores – “inicial”, “moderada” e “avançada”), Korolev (2022) delimitou um framework robusto para analisar a progressão do alinhamento militar sino-russo. Sua

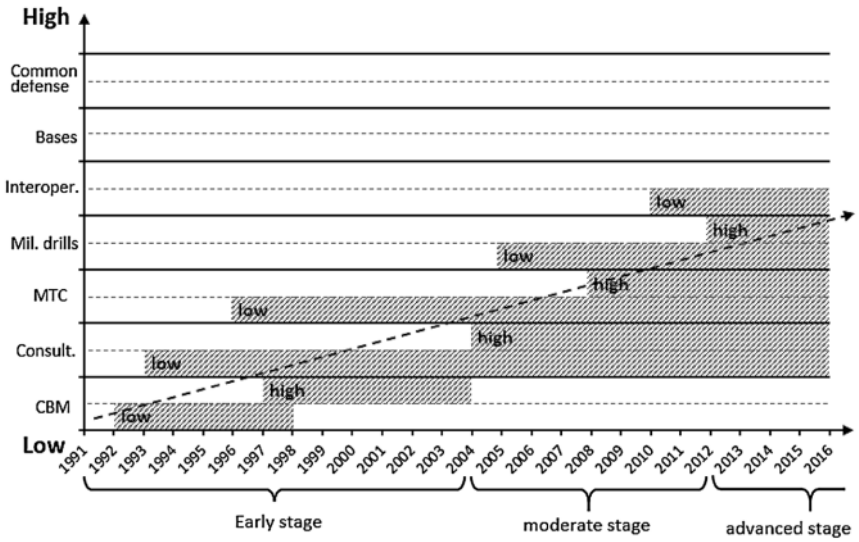
estrutura de análise constitui-se de dois clusters: em primeiro lugar, a institucionalização das relações militares, e, em segundo lugar, os incentivos para a formação do alinhamento. O primeiro determina sete indicadores de cooperação militar e qualifica-os de acordo com suas fases. O segundo, por sua vez, verifica as condições para a formulação do alinhamento, discernindo argumentos a partir de três concepções Realistas - “equilíbrio de poder” (Waltz, 1979), “equilíbrio de ameaça” (Walt, 1987), e “equilíbrio de interesses” (Schweller, 1998). A problematização do framework de cooperação militar determina uma ligação causal entre a progressão da cooperação militar de acordo com a evolução de forças aglutinantes decorrentes dos “três equilíbrios”. Ademais, Korolev (2022) explora brevemente as dimensões econômicas e diplomáticas como uma verificação de robustez.

Figura 1 – *Framework* do desenvolvimento da cooperação militar sino-russa



Fonte: Korolev (2021, p. 8)

Figura 2 - Progressão da cooperação militar China-Rússia desde 1991



Fonte: (Korolev, 2021, p. 21).

Outra vertente com empecilhos para elucidar o desenvolvimento e a direção da cooperação sino-russa é a teoria da transição de poder (*power transition theory*). De acordo com seu escopo conceitual, é surpreendente que a Rússia, como uma potência em declínio, seja o desafiante mais assertivo à ordem global liderada pelos EUA. Segundo as expectativas de tal quadro teórico, era mais provável que a China, como a potência em ascensão mais dinâmica, fosse a contestadora mais agressiva. O contexto internacional contemporâneo, entretanto, demonstra que Pequim é cautelosa em desafiar uma ordem internacional da qual consegue angariar prosperidade e desenvolvimento. A Rússia, especialmente sob Putin, se vê cada vez mais insatisfeita com certas prerrogativas que entende como excessivamente limitadoras de sua atuação e está determinada a buscar mudanças estruturais com vistas a reafirmar o seu status de grande potência (Krickovic, 2017; Levy, 2015).

Sob ótica da teoria da transição de poder, a China atualmente se posiciona como uma potência de status quo (*status quo power*), na medida em que se beneficia mais da ordem internacional existente do que qualquer outro estado, devido ao seu poder político e econômico estar aumentado relativamente aos outros – inclusive o polo hegemônico, os EUA. Nesse contexto, uma abordagem equilibrada e metódica, focada em garantir condições propícias para o seu desenvolvimento interno e em prevenir quaisquer esforços de potências externas para impedir a sua ascensão, é um caminho que endossa ganhos sustentáveis a longo prazo (Krickovic, 2017; Lo, 2023; Ziecheng, 2010). A Rússia, em contrapartida, se posiciona como

uma potência revisionista (*revisionist power*). Apesar dos esforços de Moscou para angariar condições de poder com vistas a superar os problemas decorrentes da dissolução da União Soviética e das políticas conturbadas dos anos 1990, o país ainda sofre com adversidades estruturais, como baixo crescimento econômico, problemas demográficos e dependência de exportações de recursos naturais. Devido a esse cenário, as lideranças russas entendem na mudança de status quo da ordem internacional contemporânea, demonstrando que haverá custos em ignorar seus interesses, como um fator preponderante para assegurar o status de grande potência da Rússia (Barabanov *et al*., 2022; Krickovic, 2017; Lukyanov, 2016; Suslov, 2014; Tsygankov, 2016).

Tal comportamento russo está de acordo com certas apreciações da teoria da transição de poder. Segundo tal vertente, grandes potências em declínio historicamente são tentadas a utilizar da preponderância de poder que ainda dispõem para reestruturar a ordem de uma forma que reafirme o seu próprio status e evite que os ascendentes os ultrapassem. Em vez de uma ordem liberal dominada pelo Ocidente, portanto, seria do interesse de Moscou o regresso para um sistema organizacional solidificado em um concerto de grandes potências (*great power concert system*), onde os polos de poder fossem fragmentados, com os EUA obrigados a partilhar poder com outros hegêmonas regionais. Tal concepção prevê o retorno a uma caracterização hierárquica da tradição Westfaliana, com a soberania dos países sendo refratada por intermédio de recursos de poder e na qual os privilégios intrínsecos das grandes potências sobre suas esferas de influência geográfica (*geographical spheres of influence*), como o espaço pós-Soviético, por exemplo, fossem respeitados como uma premissa basilar (Krickovic, 2017; Larson; Shevchenko, 2014).

A lógica chinesa, em contrapartida, é focada em dissuadir ameaças por meio de uma postura que enfatiza o cunho pacífico de sua ascensão. Contudo, tal abordagem cautelosa e discreta é cada vez mais complexa de ser empreendida, na medida em que as crescentes capacidades materiais dão origem à maiores desavenças e à tentação de utilizar os novos recursos de poder. Diversas evidências apontam para uma mudança de estilo na política externa da China, de uma estratégia baseada na ascensão pacífica ("*tao guang yang hui*", que significa "esconda sua força e aguarde sua hora" - *hide your strength and bide your time*) para uma que enfatiza a defesa dos interesses chineses de forma assertiva ("*fen fa you*

wei", que significa "esforçando-se por realizações" - *striving for achievement*) (Chen; Wang, 2011; Krickovic, 2017, p. 312-313; Yan, 2014). Discursos em tom mais crítico em relação a determinadas estratégias dos EUA e à liderança Ocidental e truculência nas reivindicações marítimas no Mar do Sul da China e na interação com Taiwan podem ser citados como exemplos desse comportamento.

Segundo as diretrizes de teoria de transição de poder, portanto, a ascensão chinesa deveria representar uma ameaça latente aos interesses da Rússia. De forma intrigante, no entanto, apesar das posições estruturais distintas no âmbito da hierarquia do Sistema Internacional de acordo com tal visão teórica (com a China sendo uma potência em ascensão e a Rússia uma potência em declínio) e a despeito de condições agravantes em caso de problemas (histórico de conflitos, proximidade geográfica e grande capacidade militar ofensiva de ambos), Pequim e Moscou tem conseguido lidar com suas demandas no contexto do processo de transição de poder vigente. Aspectos materiais explicam certas premissas que impactam para suavizar tal dinâmica. A Rússia necessita de capital, tecnologia e investimentos chineses para prosseguir com suas políticas de reestruturação no âmbito interno e atenuar os problemas decorrentes das sanções. A China, por sua vez, beneficia-se de Moscou como um ator intermediário intransigente, que reage a características da hegemonia dos EUA que são contrárias aos seus interesses, evitando uma confrontação mais brusca entre Pequim e Washington e desviando a atenção da ascensão chinesa. Contudo, a problematização das dissonâncias na relação bilateral sob o viés materialista (como o temor russo de uma influência chinesa negativa no Extremo Oriente russo, por exemplo) atesta que outros aspectos, como considerações sobre status e a perspectiva ideacional, que impactam para a crescente afinidade normativa entre os países, são chaves para compreender o desenvolvimento do processo cooperativo sino-russo (Krickovic, 2017; Levy, 2015).

De acordo com a visão teórica da busca por status (*status-seeking*), através de interações políticas recorrentes e da crescente afinidade normativa resultante, Rússia e China diminuíram apreensões mútuas e desenvolveram uma relação bilateral sólida baseada em reciprocidade e complementaridade de agendas, com vistas a se consolidarem como concedentes mútuos de status (*mutual status-granters*). Apesar de uma discrepância significativa em termos de capacidade econômica e poder de atração, Pequim e Moscou possuem pautas complementares,

como a ambição de avançar na hierarquia estrutural do Sistema Internacional, desmantelando o enquadramento unipolar e, por consequência, aumentando seu status e angariando prestígio. Tal agenda de pesquisa se assenta na investigação de ações de potências autônomas, com um histórico de ambiguidade nas relações bilaterais e contando com uma variação nos "marcadores de status" (*status markers*), o que encaixa de forma coerente com o caso sino-russo (Flikke, 2016; Krickovic; Zhang, 2020; Larson, 2020; Larson; Shevchenko, 2010).

Tal perspectiva infere que apesar do abrupto crescimento econômico e geopolítico da China nas últimas décadas, a Rússia não delimitou uma estratégia de hedging para se proteger. Na verdade, fez um movimento inverso, procurando estreitar as relações. O conceito de "troca de status" (*status exchange*), nesse sentido, seria um designação explicativa interessante para a problematização da reaproximação sino-russa no pós-Guerra Fria, especialmente sob a liderança concomitante de Xi Jinping e Putin, que atribuem grande importância para a consolidação de uma identidade de grande potência aos seus respectivos países. Nesse sentido, a utilização por ambos de estratégias de cultural statecraft, ou seja, da instrumentalização de recursos de Soft Power com vistas a realçar atributos civilizacionais, objetivando impulsionar a política externa e fomentar a reputação internacional dos países, reforçam tal hipótese analítica (Flikke, 2016; Krickovic; Zhang, 2020; Larson, 2020; Larson; Shevchenko, 2010).

Sob tal ótica, instituições como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) podem ser vistas como um "clube de transformação de status" (*transformative status club*), onde a condição de liderança de Pequim e Moscou alavanca o status de ambos e os referendam como atores que contribuem para a estabilidade regional da Ásia Central. A gênese da instituição previa o enfrentamento de demandas securitárias, especialmente o terrorismo fundamentalista. Contudo, a sua progressão permitiu a solidificação de normas políticas comuns ao bloco, com ênfase na sustentação dos regimes políticos e na contensão de influências externas indesejadas. Entende-se, por conseguinte, que tais prerrogativas de governança representam não somente objetivos de China e Rússia para sua política doméstica. Constituem, também, paradigmas a serem institucionalizados no contexto da Ásia Central, favorecendo a cooperação prática e angariando dividendos estratégicos, como a intensificação de contatos intergovernamentais em escopo e frequência e,

em vista disso, a viabilização de acesso facilitado aos recursos naturais da região (Ambrosio, 2008; Krickovic; Zhang, 2020; Wilhelmsen; Flikke, 2011).

Pequim e Moscou tem conseguido sustentar um equilíbrio de agendas nessa área de atuação, mas divergências importantes também são perceptíveis, como a respeito do impacto dos investimentos da China na região e das implicações da influência do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), liderado pela Rússia, no ecossistema securitário da Ásia Central (Michel, 2014). Entretanto, segundo a literatura sobre status, a progressão dos níveis de cooperação e a crescente afinidade normativa sino-russa sob Xi e Putin ocasionaram na composição de uma identidade comum em termos de segurança ontológica, com ambos os atores evitando a competição entre si, mas realçando a oposição ao “Outro” Ocidental (Larson, 2022). A influência de Pequim e Moscou na OCX serve, nesse sentido, tanto como uma plataforma para reivindicar ambições mais amplas nos assuntos internacionais, quanto como uma base estratégica para uma dinâmica de concessão de status (status granting) entre as duas superpotências euroasiáticas (Flikke, 2016; Krickovic; Zhang, 2020).

Vale ressaltar, ainda, que a vertente teórica da Escola Inglesa permite a análise da atuação sino-russa na governança da OCX sob uma lente diferente, ressaltando a tendência de um “regionalismo não-ocidental” (*non-Western regionalism*). Concebido a partir da integração regional e da construção de instituições, objetiva propiciar a expansão da presença econômica, política e estratégica de China e Rússia através da macrorregião euroasiática. A sincronização e coordenação dos projetos regionais da Nova Rota da Seda e da União Econômica Euroasiática representam um marco decisivo para tal entendimento (Kaczmarski, 2017; Lukin, 2020; Lukin; Novikov, 2021).

De acordo com os pressupostos teóricos da Escola Inglesa, a organização de instituições acerca de unidade cultural e valores compartilhados não é uma característica impreterível ou compulsória. Ao contrário, ressalta que sob seu viés conceitual, os fatores decisivos para a formação de alinhamentos não são a equivalência de sistemas políticos, de valores ou devido a afinidades culturais ou linguísticas, mas em razão de interesses comuns. Ademais, no tocante à relação sino-russa, que caracteriza-se como uma interação entre grandes potências com necessidade de coexistência pacífica, a criação de recursos institucionais e normativos é um mecanismo importante para regular as relações para além de

instrumentos de equilíbrio de poder, diminuindo a incidência do dilema de segurança e incrementando eficiência e capacidade de coordenação em ações conjuntas (Karaganov, 2018; Lukin, 2020; Lukin; Novikov, 2021; Trenin, 2015).

No que se refere a perspectiva ideacional, argumenta-se que a negligência na análise da dimensão normativa da relação sino-russa ocasiona que seu impacto seja subvalorizado e mal compreendido. Seguindo uma abordagem construtivista, infere-se que a crescente afinidade normativa entre Moscou e Pequim acarreta com que ambos os atores relacionem sua identidade de forma construtiva, facilitando ações conjuntas e restringindo desavenças (Rozman, 2014; Wishnick, 2016).

Inicialmente, é imperativo atentar-se para a distribuição de identidades na Ásia, para além da distribuição de poder. Nesse sentido, Rússia e China compartilham uma identidade constitutiva, sob a qual questões como a prioridade da estabilidade política e a oposição à interferência do eixo Euro-Estadunidense nos seus assuntos internos são prerrogativas centrais. Tais características estabeleceram-se como parâmetros normativos compartilhados para um comportamento adequado e constituem um fator adicional à perspectiva material para a consolidação da parceria sino-russa contemporânea (Rozman, 2014; Wishnick, 2016).

Respaldando-se pela lógica de Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998), considera-se que normas compartilhadas acrescentam um atributo qualitativo aos alinhamentos, na medida em que forjam e instituem padrões de comportamento e fundamentam respostas específicas, seja individualmente ou em conjunto. Sob tal ótica, a Rússia vem procurando definir sua identidade como um Estado asiático (em um processo que vai além da integração política e de interações econômicas), em conjunto ao “Outro” chinês, do qual diverge civilizacionalmente, como um contrapeso às pressões percebidas dos “Outros” no Ocidente, com os quais partilha mais afinidade cultural. Segundo tal argumentação, a China como “Outro” não é ameaçadora para a segurança ontológica da Rússia, tendo em vista que não desafia os seus recursos de identidade civilizacional. Um exemplo da perspectiva ideacional e normativa trazendo um viés qualitativo para a relação bilateral diz respeito ao comportamento de ambos os países em instituições multilaterais. Nos últimos anos, Moscou e Pequim consolidaram-se como “criadores de normas” (*norm-makers*), ao invés de “adaptadores de regras” (*norm-takers*), delineando princípios e defendendo uma visão coincidente sobre temas como soberania e integridade territorial, uso da

força em conflitos internacionais e alternativas ao domínio do dólar, por exemplo (Bossuyt; Kaczmarski, 2021; Kolosov; Zotova, 2021; Korosteleva; Paikin, 2021).

A crescente afinidade normativa não implica na perda de soberania na definição de agendas e na deliberação de políticas para atingir os fins escolhidos. Entretanto, o contexto internacional de pressão do Ocidente frente tanto a Moscou quanto a Pequim acarreta uma progressiva complementariedade de pautas. Tal análise referenda a noção de que a cooperação sino-russa no pós-Guerra Fria representa uma parceria de consequência, assentada sob um arcabouço institucional e normativo baseado na correlação identitária de ambos, e não uma deliberação tática de curto prazo resultante apenas de políticas ocidentais problemáticas (Larson; Shevchenko, 2010; Reilly, 2012).

Outro ponto que endossa a análise construtivista na compreensão do aprofundamento da cooperação sino-russa contemporânea é a análise das estratégias de *Soft Power* de ambos, com ênfase em assimilar aspectos chave do discurso e da prática de Rússia e China que não são acessíveis pelos pressupostos da teorização realista (Wilson, 2013). O cerne de tal argumentação é sobre o papel das ideias no Sistema Internacional e sobre a posição hegemónica do Ocidente na definição de normas e valores internacionais. Segundo tal visão, Moscou e Pequim reconhecem o potencial disruptivo das estratégias de *Soft Power* empregadas pelo eixo Euro-estadunidense. Ambos os países consideram a abordagem de poder brando dos EUA e seus aliados como um método alternativo de influência capaz de estabelecer constrangimentos nos seus assuntos internos e de limitar a efetividade de indicadores convencionais de poder, representando uma ameaça à legitimidade dos regimes. As Revoluções Coloridas na Geórgia e na Ucrânia são consideradas exemplos de tal abordagem. Devido a esses fatores, a visão sino-russa sobre Soft Power diverge da tradicional, na medida em que postula menor influência para atores sociais e considera central o papel do Estado como ponto focal das estratégias (aproximando-se mais da conceituação de Nye sobre diplomacia pública) (Kosachev, 2012; Nye, 2004; Wang, 2008; Wilson, 2013).

Sob tal ótica, ambos os países definiram elementos nacionais como recursos básicos de suas estratégias de *Soft Power*. Pequim elencou a cultura chinesa, com destaque para conotações confucionistas, como sua fonte primária de projeção. Com uma orientação global, a estratégia de poder brando da China foi elaborada para sinalizar as intenções benignas do país em sua trajetória de desenvolvimento.

A Rússia, por sua vez, possui um discurso mais ambíguo e limitado, focado essencialmente na região pós-soviética e tendo como ponto focal da abordagem a noção de seu ressurgimento como grande potência, especialmente em seu entorno regional (Nye, 2004; Wilson, 2013).

A partir de uma análise de cima para baixo (*top down approach*), centrada no impacto da estrutura do Sistema Internacional na construção das identidades estatais e assentando-se em contribuições de Alexander Wendt (1992, p. 96), como a noção de que o fator primordial da política internacional é a distribuição de ideias, tal perspectiva pressupõe que após o final da Guerra Fria, os ideais de democracia liberal e economia de mercado emergiram como normas universalistas, que designavam padrões de discurso e comportamento. A posição hegemônica dos Estados Unidos, por conseguinte, não decorreu apenas uma função de sua superioridade militar qualitativa, mas também da sua primazia sobre a distribuição de ideias nos campos ideológicos e culturais no Sistema Internacional. Em síntese, a literatura construtivista permite elucidar com maior eficiência os aspectos ideacionais que condicionam a crescente afinidade normativa entre China e Rússia, no que corresponde como um vetor chave para o aprofundamento da cooperação para além de enfoques materiais (Rozman, 2014; Wendt, 1992, 1999; Wilson, 2013; Wishnick, 2016).

Reitera-se, em conclusão, que a apreciação da literatura sobre a aproximação cooperativa sino-russa contemporânea sob argumentações teóricas permite a inferência de diversos vieses possíveis de análise. Alguns são passíveis de complementação, outros preveem caracterizações essencialmente contraditórias frente às demais. Considera-se, a partir de tal contexto, que a literatura teórica sobre o Realismo Neoclássico oferece premissas que o condicionam como um enquadramento com potencial para analisar o caso em questão, especialmente devido a seu enfoque na diferenciação dos níveis de análise (*levels of analysis*). A utilização de tal vertente teórica propiciaria a superação de alguns entraves destacados na primeira seção, como o problema da interação entre as variáveis que sustentam o enquadramento causal e a questão da sistematização de uma hipótese explicativa multicausal. Outrossim, o viés eclético do Realismo Neoclássico permite a combinação de algumas premissas elencadas em diferentes concepções teóricas na segunda seção, como a complementação da perspectiva estrutural das dinâmicas de poder do Neorrealismo com a problematização da afinidade normativa presente

em análises construtivistas, resultando em uma análise mais robusta e compreensiva.

2.2 O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO ABORDAGEM TEÓRICA: DIFERENCIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DE FORÇAS CAUSAIS AMBÍGUAS

Tendo seu principal alvo explicativo na política externa dos Estados, o Realismo Neoclássico diferencia-se de outras correntes do Realismo na medida em que busca combinar variáveis sistêmicas e de unidade. Tal perspectiva mantém a concepção realista da política como uma competição por poder material e segurança em um ambiente de recursos escassos e incerteza sobre as intenções dos outros estados. Além disso, concorda com o Neorrealismo na consideração da estrutura do Sistema Internacional, impactada pela anarquia, como a principal variável independente na definição dos parâmetros de comportamento dos Estados (Waltz, 1979). Contudo, constata que a apreciação do nível de análise sistêmico apenas é insuficiente para explicar determinados comportamentos de política externa (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998; Schweller, 2004).

Os autores Neoclássicos compreendem a teoria como uma extensão lógica da tradição realista, sendo uma alternativa a correntes competidoras como o construtivismo e o liberalismo (Rathbun, 2008). Seu objetivo central é corrigir problemas do Neorrealismo, especialmente a noção de respostas mecânicas e automáticas a pressões e oportunidades sistêmicas decorrentes do equilibro de poder conceituado por Waltz, por meio da introdução do nível doméstico como variável interveniente. Na visão dos autores Neoclássicos, a combinação das dimensões internas e externas tornaria a abordagem eclética e com alto poder explicativo (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998; Schweller, 2004).

O Realismo Neoclássico como um escola de pensamento teórica e/ou um programa de pesquisa para a disciplina das Relações Internacionais tem em sua gênese uma fonte de contribuições diversificada. O primeiro autor a cunhar o termo de fato e operacionalizá-lo como um viés teórico competidor a outros foi Gideon Rose, em um artigo de 1998 intitulado “*Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*”. Nesta obra, Rose (1998) analisa diferentes publicações da década de 1990 que questionavam a resiliência da teorização realista e outras que problematizavam a influência de variáveis em nível de unidade na definição de

estratégias de política externa, com ênfase em dois âmbitos: a percepção dos líderes quanto ao Sistema Internacional e a capacidade de mobilização de recursos (Christensen, 1996; Schweller, 1998; Snyder, 1991; Wohlforth, 1993; Zakaria, 1998).

Compreendendo no Neorrealismo (ou Realismo estrutural) uma escola de pensamento teórica consolidada e bem fundamentada, sob a qual não havia como elaborar progressivamente devido a sua consistência e capacidade dedutiva, os autores dessa nova linha de pesquisa se debruçaram em como aprimorar e potencializar sua abordagem. Primeiramente, era necessário se posicionar frente a literatura teórica das RI do contexto pós-Guerra Fria. Posteriormente, era imperativo uma boa concatenação metodológica. Em relação ao primeiro ponto, Rose (1998) ressaltou que três vertentes teóricas se destacavam para a análise de política externa: *Innenpolitik*, que priorizava o foco em variáveis domésticas, e duas vertentes adjacentes ao quadro neorrealista de Waltz, o Realismo Ofensivo e o Realismo Defensivo.

A primeira se refere a teorias com enfoque interno, sob as quais grupos de interesse e instituições domésticas impactam nas decisões políticas dos Estados na arena internacional. Na visão de Rose (1998), contudo, o problema de tais abordagens era no momento em que Estados similares agiam diferentemente e Estados distintos agiam de maneira equivalente. No que tange as visões do Realismo Ofensivo e Defensivo, ambos concordam sobre o impacto estrutural sistêmico na explicação da ação dos Estados, mas divergem sobre o direcionamento de tal impulso. Enquanto os ofensivos ressaltam que a anarquia e a incapacidade de discernir as intenções dos outros impelem os Estados com capacidade ofensiva a expandirem o seu poder, os defensivos argumentam que tais condições estruturais delimitam a necessidade de se balancear, visando o equilíbrio (Dall'Agnol, 2020; Rathbun, 2008; Schweller, 2003).

O pensamento Neoclássico incipiente se diferenciava dos três supracitados (Tabela 2), especialmente pois sua variável dependente (a distribuição relativa de capacidades materiais em uma estrutura anárquica) deveria ser filtrada por variáveis intervenientes em nível de unidade. Sob tal ótica de análise, duas características fundamentais do Realismo Neoclássico seriam consolidadas: primeiro, a negação da lógica determinística do Neorrealismo, ou seja, a noção de que os Estados não respondem de maneira automática a impulsos sistêmicos; e, segundo, a reflexão de que as atitudes dos países no Sistema Internacional não são determinadas apenas

por interesses domésticos, como defendiam os acadêmicos da *Innenpolitik*. Em síntese, o Realismo Neoclássico apresentava-se como um meio termo. Ou seja, compreendendo ser impossível a elaboração progressiva do Neorrealismo de Waltz, devido a sua consistência e capacidade dedutiva, os autores se propunham a refinar determinados preceitos de tal teoria, amalgamento ideias que estavam além do escopo da mesma e engendrando uma contribuição autoral (Dall'Agnol, 2020; Rathbun, 2008; Rose, 1998; Schweller, 2003).

Tabela 2 - Diferenças na lógica causal entre os quadros doméstico e os Realismos Defensivo, Ofensivo e Neoclássico

Theory	*View of International System*	*View of Units*	*Causal Logic*
Innenpolitik theories	unimportant	highly differentiated	internal factors → foreign policy
Defensive realism	occasionally important; anarchy's implications variable	highly differentiated	systemic incentives *or* internal factors → foreign policy (two sets of independent variables in practice, driving "natural" and "unnatural" behavior respectively)
Neoclassical realism	**important; anarchy is murky**	**differentiated**	**systemic incentives (independent variable) → internal factors (intervening variables) → foreign policy**
Offensive realism	very important; anarchy is Hobbesian	undifferentiated	systemic incentives → foreign policy

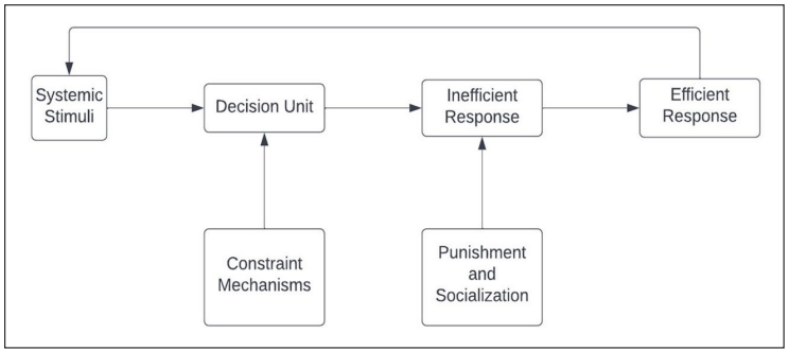
Fonte: (Rose, 1998, p. 154)

Sob tal perspectiva, buscou-se desenvolver a ideia de que que "o escopo e a ambição da política externa de um país são impulsionados, em primeiro lugar, pelo seu lugar no Sistema Internacional e, especificamente, pelas suas capacidades relativas de poder material", mas, ao mesmo tempo, que "o impacto de tais capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, porque as pressões sistêmicas (*system-level factors*) devem ser traduzidas através de variáveis intervenientes ao nível da unidade"[1] (*unit-level factors*) (Dall'Agnol, 2020; Rathbun, 2008; Rose, 1998, p. 146).

[1] Tradução propria. Do original: "(...) the scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. (...) the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level." (Rose 1998, p. 146).

No livro seminal sobre o desenvolvimento teórico do Realismo Neoclássico, Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) discorrem sobre os três momentos de maturação do programa de pesquisa, nos quais foram incorporadas novas propriedades com vistas ao refinamento das ideias centrais da teoria. Diferenciando tais momentos como novos estágios, infere-se que a primeira gama de contribuições, considerada como Realismo Neoclássico Tipo I (Figura 3), representa as literaturas problematizadas por Rose e cuja consideração principal é sobre a incorporação de variáveis intervenientes de âmbito interno. Os estudiosos da ainda embrionária escola Neoclássica argumentavam sobre quatro fatores limitadores do poder explicativo do Neorrealismo: a questão da percepção dos líderes, a clareza dos sinais sistêmicos, problemas de racionalidade e a necessidade de mobilização de recursos. A utilização mais comum desse modelo era com vistas a explicar anomalias ou ineficiências no comportamento dos Estados no Sistema Internacional frente aos estímulos estruturais que agiam sobre eles, sendo inclusive conceituada como “teoria dos erros”. Segundo sua lógica causal, padrões errôneos de comportamento são alterados através de um processo de punição e socialização, com vistas a obtenção de respostas mais eficazes (Dall’Agnol, 2020; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998; Vasileiadis, 2023).

Figura 3 – Realismo Neoclássico do Tipo I

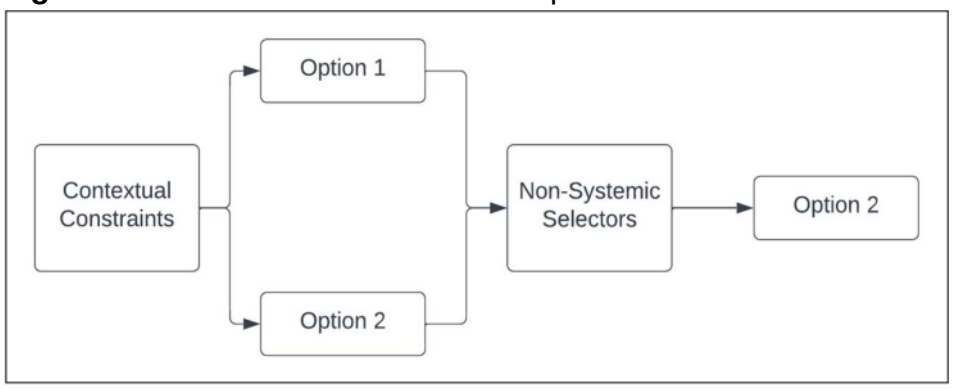


Fonte: Vasileiadis (2023, p. 4).

Gradativamente, o programa foi se expandindo, e nos anos subsequentes foi desenvolvido o que veio a ser chamado de Realismo Neoclássico do Tipo II (Figura 4). Tal interpretação buscava trazer maior poder analítico ao quadro teórico, com vistas a conseguir explicar além de anomalias, casos gerais de política externa e grandes estratégias (Dueck, 2009; Sterling-Folker, 1997; Wohlforth, 2009). Nesse sentido, argumentava-se que “as escolhas que os Estados realizam tem muito mais

a ver com a visão de mundo dos líderes, as culturas estratégicas dos países que os mesmos lideram, as coalizões domésticas que representam, e os constrangimentos políticos domésticos que limitam suas habilidades de agir e implementar as várias opções de política.” (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 29). Conforme sua lógica causal, os estímulos sistêmicos são considerados restrições contextuais (*contextual constraints*), e são interpolados por incentivos e feedbacks de variáveis internas (*non-systemic selectors*), que compensam o impulso estrutural e o tornam complexo, permitindo uma gama de opções e não apenas uma reação ideal. Uma crítica importante feita para tal quadro teórico é sobre a não especificação de uma hierarquia causal entre as duas variáveis (restrições sistêmicas e seletores não-sistêmicos) (Vasileiadis, 2023).

Figura 4 - Realismo Neoclássico do Tipo II



Fonte: Vasileiadis (2023, p. 5).

A próxima evolução do programa de pesquisa foi delimitada por Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016). Os autores se propuseram, além de fazer um panorama histórico sobre o seu desenvolvimento, a formular o alicerce de uma teoria Realista Neoclássica de política internacional. O ponto central de aprimoramento que observaram como primordial para uma concatenação teórica eficiente era o desenvolvimento de como a Variável Independente (estímulo da estrutura sistêmica) e as Intervenientes (fatores em nível de unidade) se entrelaçavam na cadeia de causalidade (Dall’Agnol, 2020).

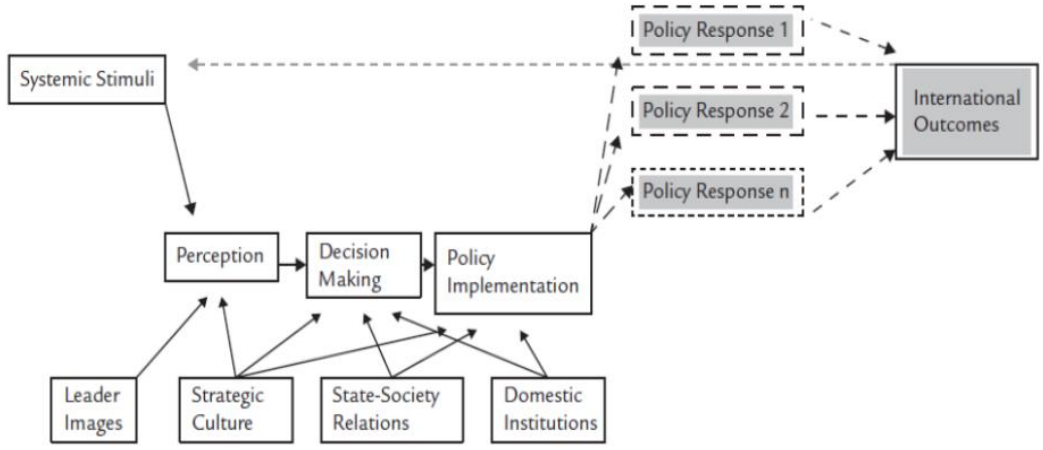
Amalgamando concepções prévias de outros autores Neoclássicos e tentando responder às críticas de teóricos de outras vertentes (Legro; Moravcsik, 1999; Walt, 2002), os autores delimitam um quadro causal sistemático. A Variável Independente (VI) seria o Sistema Internacional e seus estímulos estruturais, com ênfase no impacto da anarquia e das distribuição de capacidades. Sobre essa variável podem

impactar modificadores estruturais, que intervém na maneira como os Estados interagem uns com os outros, tais como: a geografia, a taxa de difusão da tecnologia, o equilíbrio ofensivo-defensivo no âmbito militar, o nível de permissividade do Sistema Internacional, a falta de clareza dos sinais sistêmicos e a questão da mobilização de recursos domésticos (Dall'Agnol, 2020; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016).

Vale ressaltar a contribuição de Schweller para tais conceitos, especialmente sobre a questão da permissividade e restrição dos ambientes estratégicos. Ao contrário da clareza sobre os sinais, que refere-se a informação, a permissividade alude ao conteúdo da informação, com ênfase nas ameaças e oportunidades oferecidas aos Estados em determinado contexto. Segundo tal lógica, o ambiente externo é restritivo para a atuação dos Estados quanto mais iminentes as ameaças e oportunidades e, além disso, quanto mais expressiva a ameaça e quanto mais instigante a oportunidade. Em contrapartida, quanto mais distantes as ameaças e menos intensas as oportunidades, o ambiente estratégico é considerado mais permissivo (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Schweller, 1994, 2004).

Impactando sobre os estímulos sistêmicos estariam posicionadas as Variáveis Intervenientes, definidas como filtros (Juneau, 2015): a Imagem do Líder, que representa a percepção das lideranças políticas sobre os outros Estados e o sistema; a Cultura Estratégica, que examina a harmonia entre as instituições centrais e seu impacto para a política externa; as Relações Estado-sociedade, que impactam na forma como o país se adapta aos estímulos do sistema; e, por fim, a Estrutura das Instituições Domésticas, com ênfase na maneira como são formuladas as políticas para lidar com os desafios assimilados. O resultado do quadro causal do Realismo Neoclássico do tipo III (Figura 5), ou seja, o comportamento de política externa, corresponde a Variável Dependente (Dall'Agnol, 2020; Korolev; Portyakov, 2018; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016).

Figura 5 - Realismo Neoclássico do Tipo III



Fonte: (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 81)

Além disso, os autores destacam que características geopolíticas (ou circunstâncias em ambientes geopolíticos) que não estejam diretamente ligadas com o padrão de polaridade do Sistema Internacional, sendo predominantemente enraizadas em interesses econômicos nacionais e regionais, também podem impactar as variáveis em nível de unidade. Vale mencionar que o Realismo Neoclássico não determina rigorosamente conjuntos específicos de variáveis de nível unidade a serem considerados e nem predefine o grau e a direção do impacto dessas variáveis, cujo poder de distorção pode variar (Dall'Agnol, 2020; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998).

Diversos apontamentos críticos foram feitos para o programa Neoclássico com o decorrer de sua consolidação como uma vertente teórica das RI, no que se configurou como um debate acadêmico competente sobre o teor seu impacto para agenda de pesquisa realista como progressiva ou degenerativa (Sears, 2017). Duas perspectivas se destacam em particular: primeiro, o problema ecleticismo, que diz respeito sobre a abordagem carecer de rigor teórico e poder preditivo, devido a incorporação de uma gama extensa de variáveis intervenientes de maneira *ad hoc*; e, segundo, o problema da ontologia, que refere que a interpelação de variáveis de unidade de distintas concepções teóricas violaria a coerência do viés realista na estrutura Neoclássica (Dall'Agnol, 2020; Legro; Moravcsik, 1999; Narizny, 2017; Smith, 2008; Tang, 2009; Walt, 2002).

Em relação ao primeiro ponto, os autores neoclássicos justificam sua ideia sob a lógica de que a adição de variáveis intensifica a capacidade explicativa do

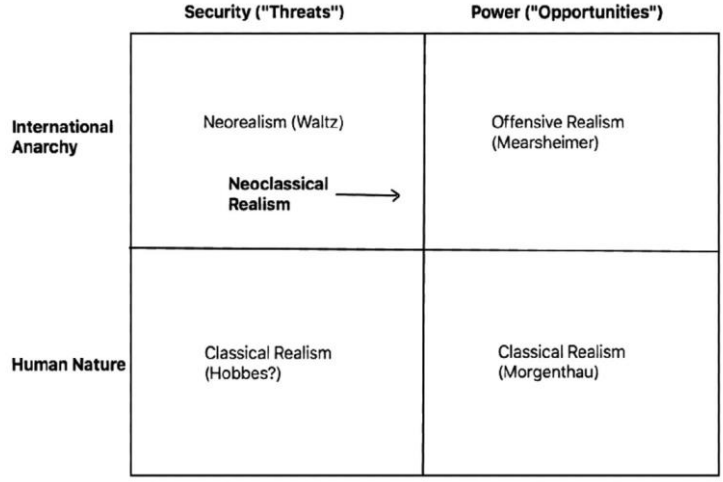
quadro teórico. Segundo tal visão, o foco deveria ser promover um equilíbrio entre a dicotomia poder preditivo-parcimônia (Foulon, 2015; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Vasileiadis, 2023). Segundo alguns autores, contudo, tal argumento é insuficiente e faz com que, na abordagem neoclássica, prevaleça a precisão descritiva, e não o poder explicativo (Dall'Agnol, 2020; Legro; Moravcsik, 1999; Narizny, 2017; Sears, 2017).

Em relação à segunda crítica, a explicação neoclássica é baseada na definição de que as variáveis estruturais possuem primazia causal no ordenamento metodológico; portanto, a incorporação de variáveis de outras vertentes em nível de unidade não corresponderia a uma violação da ontologia estrutural neorrealista. Tal prerrogativa é determinada pela questão da prioridade contextual (*contextual priority*), que estabelece que as restrições contextuais provenientes dos estímulos sistêmicos são mais determinantes para a definição das estratégias dos países do que a camada interveniente de variáveis de nível de unidade que se interpõe entre esses estímulos e os resultados de política externa (Foulon, 2015; Kitchen, 2010; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Taliaferro, 2000). De forma similar à crítica anterior, alguns autores rejeitam tal argumentação e reiteram que um dos perigos degenerativos da teoria neoclássica é a proliferação de combinações de variáveis fundamentadas em lógicas inerentemente opostas. Uma exposição refinada da lógica causal, fundamentada também na hierarquização das variáveis intervenientes, é considerada uma faceta fundamental para a superação de tal problema (Dall'Agnol, 2020; Legro; Moravcsik, 1999; Narizny, 2017; Sears, 2017).

Acerca de questões ontológicas, todavia, os autores neoclássicos propõe um posicionamento particular. Na comparação com outras vertentes realistas (Figura 6), destaca-se que enquanto o núcleo duro do Realismo Clássico decorre da natureza humana e da luta por poder e o do Neorrealismo advém da bifurcação anarquia/segurança, o Neoclássico assenta-se na dinâmica entre oportunidades e ameaças. Ademais, em contraponto com outras teorias acerca de conceituações sobre estrutura-agência e materialismo-idealismo (Figura 7), o Realismo Neoclássico apresenta-se como um viés intermediário. Vale mencionar, apesar disso, que a grande maioria dos estudos Neoclássicos se debruçam veementemente sob o viés materialista decorrente de imperativos estruturais objetivos do Sistema Internacional. Entretanto, as variáveis a nível de unidade interpelam vieses tipicamente considerados liberais, como a Cultura Estratégica ou a Estrutura das Instituições

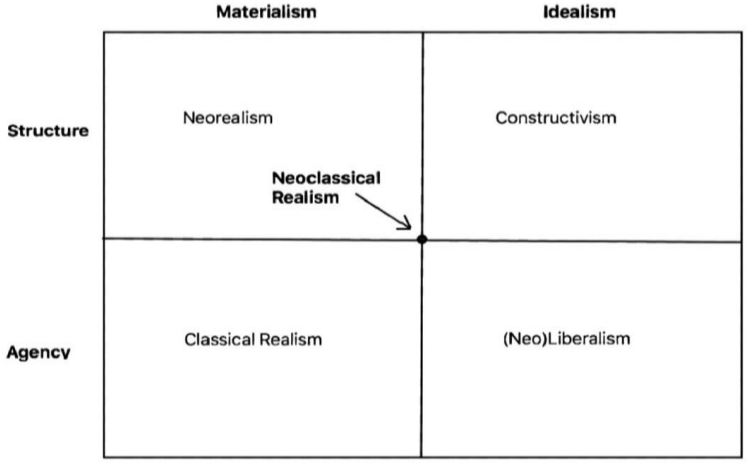
Domésticas, e perspectivas construtivistas, como Percepções dos Líderes, por exemplo (Dall'Agnol, 2020; Foulon, 2015; Sears, 2017).

Figura 6 – Diferenças ontológicas entre os tipos de Realismo



Fonte: (Sears, 2017, p. 10)

Figura 7 – Variação ontológica sobre estrutura / agência e materialismo / idealismo



Fonte: (Sears, 2017, p. 10)

2.3 O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO EMBASAMENTO TEÓRICO PARA ELUCIDAR O CASO SINO-RUSSO

Para os fins do presente estudo, entende-se como a lógica causal da Teoria Neoclássica a noção de que estímulos provenientes de condições materiais da estrutura sistêmica são vinculantes. Entretando, dentro de tal contexto predefinido, circunstâncias perceptivas e objetivas derivadas de variáveis ao nível de unidade interpolam o direcionamento dos impulsos sistêmicos, que possuem primazia

hierárquica, em um processo de filtragem que aglutina três divisões: a espacial (doméstica-internacional), a cognitiva (ideias-matéria) e a temporal (presente-futuro) (Foulon, 2015). Desta forma, considera-se que a concatenação metodológica Neoclássica aufere ao trabalho um potencial explicativo satisfatório e uma identidade teórica sistematizada.

Analisando a literatura sobre a cooperação sino-russa contemporânea baseada em enquadramentos teóricos das RI, três trabalhos recentes foram identificados como os mais relevantes utilizando da dinâmica explicativa dos níveis de análise presentes no Realismo Neoclássico: "*Systemic Balancing and Regional Hedging: China–Russia Relations*" (2016), de Alexander Korolev; "*China-Russia Relations in Times of Crises: A Neoclassical Realist Explanation*" (2018), de Alexander Korolev e Vladimir Portyakov; e "*Reluctant allies: system-unit dynamics and China-Russia relations*" (2019), de Alexander Korolev e Vladimir Portyakov.

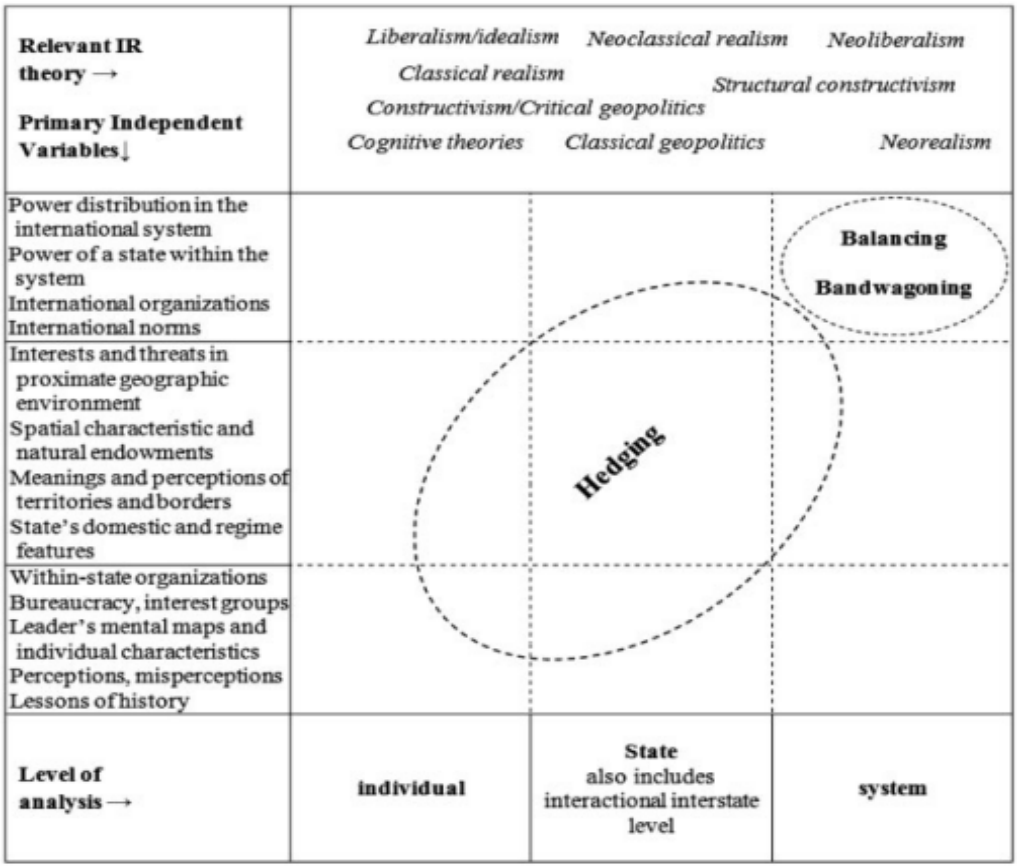
Em "*Systemic Balancing and Regional Hedging: China–Russia Relations",* Korolev (2016) pondera que deve-se atentar para a diferenciação dos níveis de análise na interação sino-russa contemporânea. Tal argumentação infere que Pequim e Moscou concordam na resistência estratégica frente às pressões da hegemonia dos EUA no contexto sistêmico. Porém, frequentemente divergem em questões bilaterais ou sobre movimentos táticos (políticos e econômicos) em seus espaços geográficos salientes. Sob a lógica conceitual realista, tal dinâmica poderia ser contextualizada como um balanceamento no nível sistêmico, e um *hedging* mútuo em escala regional, resultante de fatores a nível de unidade.

De acordo com Goh (2005, p. viii), *hedging* pode ser conceitualizado "como um conjunto de estratégias destinadas a evitar (ou planear contingências em caso de) uma situação em que os estados não possam decidir sobre alternativas mais simples, como o balanceamento, o *bandwagoning* ou a neutralidade. Em vez disso, cultivam uma posição intermediária que previne ou evita ter de escolher um lado em detrimento óbvio de outro". Tessman e Wolfe (2011), por sua vez, conceituam o *hedging* como uma gama de estratégias de menor intensidade que o balanceamento, mas ligadas à estrutura do sistema internacional, enquanto Cheng-Chwee (2008, p. 165) descreve uma "estratégia de múltiplos componentes entre as duas extremidades do espectro *balancing–bandwagoning*".

Korolev (2016, p. 377-384) propõe um entendimento diferente, balizando seu argumento na questão da necessidade de diferenciação dos níveis de análise nas

Relações Internacionais. O argumento central é que a diferença entre *hedging* e balanceamento decorre das forças causais que impactam em cada um, que por sua vez provém de acordo com o nível de análise (Tabela 3). O *hedging*, sob tal perspectiva, se refere ao nível de unidade. Utilizando do caso sino-russo como balizador, percebe-se que existe uma dinâmica bifurcada: um balancing conjunto no âmbito sistêmico frente a pressões estruturais e a transformações na polaridade; e um hedging a nível de unidade, com ênfase em considerações regionais independentes da pressão sistêmica, mas impactadas por variáveis e circunstâncias internas dos países.

Tabela 3 - A posição do conceito de *Hedging* dentre os níveis de análise das Teorias de RI



Fonte: (Korolev, 2016, p. 384)

Seguindo a lógica do realismo estrutural, China e Rússia vem respondendo as pressões do eixo Euro-estadunidense de duas maneiras: primeiro, a partir do aumento das suas capacidades (*internal balancing*); e, segundo, por intermédio do aprofundamento da cooperação bilateral (*external balancing*). Os países vêm incrementando laços econômicos, reforçando parcerias militares e solidificando

vínculos políticos e normativos, em um movimento estratégico de grande envergadura motivado por forças causais do nível de análise sistêmico (Cox, 2016; Lo, 2023).

Korolev (2016, p. 391) identifica, contudo, três âmbitos da relação sino-russa nos quais ocorrem posturas condizentes com estratégias de *hedging* no âmbito regional, substanciadas por forças causais ao nível de unidade: as exportações de armas da Rússia para o Vietnã no contexto das disputas no Mar do Sul da China, as interações na Ásia Central e, por último, o planejamento de ambos para o Ártico.

Em relação ao primeiro, destaca-se que no contexto das disputas sobre influência no Mar do Sul da China, uma das posições contrárias aos interesses chineses mais assertivas é a do Vietnã, especialmente no tocante a soberania das ilhas Paracel e Spratly. Em decorrência da estratégia de “virada para o Leste”, todavia, a Rússia tem procurado aumentar seus laços cooperativos com vários países asiáticos, entre eles o Vietnã. Áreas como comércio energético e relações militares são proeminentes. Vale ressaltar, nesse sentido, um acordo de exploração da Gazprom da plataforma continental vietnamita. Ademais, Hanói representa um dos principais mercados consumidores de armamentos avançados da Rússia, sobretudo submarinos e aeronaves. A China tem demonstrado sua insatisfação com tal conjuntura, devido ao fato de que os recursos provenientes da Rússia dão suporte para a sustentação das demandas do Vietnã frente as áreas contestadas no Mar do Sul (Blank, 2013; Korolev, 2016; Mazyrin, 2021).

Moscou justifica tal parceria como parte de uma grande estratégia que objetiva a expansão de sua influência na Ásia, que necessita da diversificação de parcerias bilaterais e da atração de novos colaboradores visando o desenvolvimento do Extremo Oriente e da Sibéria. Contudo, as consequências de tal dinâmica refletem uma maior complexidade nas interações em um ambiente geográfico saliente para a China. A postura da Rússia, à vista disso, podem ser enquadrada como *hedging*, motivado por forças causais internas (Blank, 2013; Korolev, 2016; Mazyrin, 2021).

No que se refere as interações na Ásia Central, percebe-se uma dinâmica inversa. Apesar da consideração por parte da Rússia de interesses geopolíticos substanciais em tal região, a influência da China na Ásia Central vem aumentando em ritmo acelerado. Especialmente após a derrocada da União Soviética, os estados da região optaram por diversificar suas relações com vistas a atrair novas parcerias

econômicas. Sob tal contexto, a China aproveitou a oportunidade, apresentando-se como um ator benevolente em busca de acordos visando ganhos mútuos. Gradativamente, se consolidou como um ator chave na região, ampliando sua órbita de influência econômica ao tornar-se tanto o principal credor quanto investidor e angariando dividendos importantes, como o acesso facilitado a recursos naturais, especialmente petróleo e metais ferrosos e não ferrosos. Ademais, outros ponto contencioso diz respeito a questões identitárias, especialmente sobre as ligações sociais e culturais provenientes da influência soviética (Korolev, 2016; Lukin, 2020, 2021; Tessman; Wolfe, 2011).

Tal movimento chinês, assim como o primeiro exemplo, representa uma estratégia de *hedging*, novamente motivado por forças causais internas, especialmente a concorrência pelo âmbito energético. Vale mencionar, apesar disso, que a relação bilateral sino-russa no contexto da Ásia Central tem se mantido sólida e não conflituosa, devido a movimentos que impactam na direção contrária, objetivando fortalecer a cooperação em meio às dinâmicas competitivas. Como mencionado anteriormente, a atuação de ambos na OCX, a adesão da Rússia ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB) e, principalmente, a vinculação das duas estratégias de projeção regional dos países, a União Económica Eurasiática e a Nova Rota da Seda, em 2015, representam aspectos importantes para moderar possíveis conflitos de interesse (Korolev, 2016; Lukin, 2020, 2021; Tessman; Wolfe, 2011). Tal argumento será expandido no subcapítulo 4.2.

Em relação ao Ártico, por último, destaca-se como ponto focal as divergências de estratégias dos dois países, especialmente no que se refere à Rota Marítima do Norte (*Northern Sea Route* - NRS). Devido ao derretimento progressivo do gelo, o potencial disruptivo (devido à redução de custos e tempo de transporte) da NSR está sendo progressivamente mais utilizada. Sob a ótica chinesa, o trajeto alternativo ao Canal de Suez representa uma grande oportunidade para expandir substancialmente o alcance e a produtividade de seu comércio exterior. Pequim demonstrou forte interesse em participar do Conselho do Ártico, para o qual foi aprovado como observador. A Rússia, por sua vez, entende tal questão como um desafio a sua segurança e soberania nacional, e objetiva a manutenção do status quo. A exploração da região é considerada um pilar da grande estratégia russa, com ênfase no desenvolvimento de infraestruturas logísticas e na propagação de sua

presença militar. Devido a visões inversamente proporcionais, a postura chinesa pode ser considerada um exemplo de *hedging* contra os interesses prioritários da Rússia. De forma similar aos dois casos anteriores, a dinâmica competitiva sino-russa no Ártico não é consequência de pressões estruturais sistêmicas, mas de forças causais ao nível de unidade (divergências políticas e considerações geoeconômicas) (Chen, 2023; Hui-Zhi, 2020; Korolev, 2016).

Em "*China-Russia Relations in Times of Crises: A Neoclassical Realist Explanation*", Korolev e Portyakov (2018) propõe aprofundar a argumentação sobre a relação sino-russa baseada na diferenciação de forças causais a partir dos níveis de análise, fundamentando-a sob um quadro causal embasado na teoria do Realismo Neoclássico. Os autores focam em dois pontos específicos: a atitude da China frente às crises no espaço pós-soviético (Cáucaso, em 2008, e Ucrânia, em 2014) e a conduta da Rússia no tocante às dinâmicas problemáticas no Mar do Sul da China. Reiterando uma conclusão do estudo anteriormente citado, Korolev e Portyakov (2018) objetivam validar a noção de que os padrões de comportamento observados nesses dois casos refletem forças causais de diferentes níveis fomentando respostas similares.

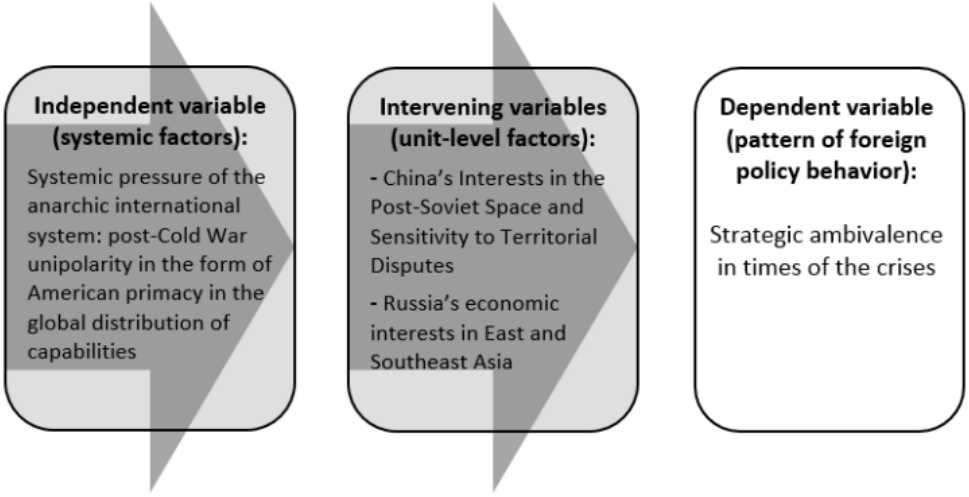
De acordo com tal visão, a postura dos países nesses casos demonstram a complexidade e a ambiguidade da relação sino-russa. Em primeiro lugar, destaca-se que em ambos os exemplos, nem Pequim nem Moscou se mostraram dispostos a despender capital político na resolução das problemáticas de um ou outro. Contudo, apesar disso mantiveram relações profícuas e sustentaram um nível crescente no relacionamento bilateral durante os períodos conturbados. No que concerne às estratégias russas para a Geórgia e a Ucrânia, a China sinalizou com uma posição considerada razoável pelas autoridades russas, mesmo não delimitando um apoio direto. Não obstante a isso, Pequim não fez críticas públicas, não demonstrou apoio ao regime de sanções e se mostrou disponível para o incremento da cooperação econômica em meio a um cenário complicado para Moscou. Similarmente, a reação da Rússia frente às disputas no Mar do Sul da China e a demanda chinesa por legitimidade do seu conceito da linha dos nove traços também foi de um padrão ambivalente: neutralidade, ao não criticar a demanda expansiva de Pequim, e distanciamento, por não demonstrar apoio (Korolev; Portyakov, 2018).

Após essa contextualização, Korolev e Portyakov (2018) descrevem um quadro teórico baseado no Realismo Neoclássico, com a variável dependente

(fenômeno a ser explicado) sendo as reações de China e Rússia aos problemas nos seus respectivos entornos regionais. Assumindo o impacto estrutural da pressão dos EUA à ambos (variável independente), os autores focam em problematizar os aspectos que delimitam o padrão de ambivalência nas reações de cada ator: as contingências a nível de unidade (variáveis intervenientes). Tal dinâmica, segundo os autores, indica a importância de atentar para o impacto de fatores a nível de unidade sobre os efeitos da variável sistêmica, amplificando-os ou amenizando-os.

A conclusão dos autores é que a reação dúbia de ambos os países foi motivada pela amenização dos estímulos sistêmicos por considerações a nível de unidade, especialmente políticas e econômicas (Figura 8). No que se refere à atuação da China, motivações internas sobre integridade territorial e interesses geopolíticos e comerciais no espaço pós-soviético, com ênfase na Ásia Central, incidiram na formulação da resposta pragmática chinesa. No tocante à conduta russa, por sua vez, o interesse em cultivar boas relações com o maior número de países asiáticos possíveis, no contexto da estratégia de reorientação para a Ásia, correspondeu como o fator primordial para o apoio tímido de Moscou às demandas chinesas no Mar do Sul (Korolev; Portyakov, 2018).

Figura 8 – Quadro causal do Realismo Neoclássico frente às respostas ambivalentes de China e Rússia para crises



Fonte: (Korolev; Portyakov, 2018, p. 6)

Em conclusão, os autores consideram que China e Rússia estão plenamente alinhados para o enfrentamento da pressão sistêmica decorrente da estrutura de forças do Sistema Internacional. Concomitantemente, porém demonstram oscilações de comportamento a nível regional, motivadas por interesses divergentes e, em

alguns casos, conflitantes, decorrentes do nível de unidade. A influência de tais preferências cria incentivos contraditórios (*counteractive incentives*), incrementando a complexidade da relação bilateral. Apesar disso, Korolev e Portyakov (2018) consideram que tensões impactantes para a consistência da relação bilateral são improváveis no curto e médio prazo, devido ao fato de que os efeitos sistêmicos deverão permanecer estáveis. Tal prerrogativa, somada ao ímpeto cooperativo demonstrado por China e Rússia sob Xi e Putin, contribuí para a possibilidade de que as implicações das forças causais a nível de unidade diminuam de intensidade (Korolev; Portyakov, 2018).

E, por fim, em "*Reluctant allies: system-unit dynamics and China-Russia relations*" Korolev e Portyakov (2019) reiteram as considerações propostas nos estudos anteriores e buscam avançar na concatenação do quadro teórico baseado no Realismo Neoclássico para a análise do aprofundamento da cooperação sino-russa. Foco especial é dado para elucidar a interação entre a variável dependente (pressão da estrutura sistêmica) com as variáveis intervenientes (em nível de unidade), com ênfase nas formas que a primeira é influenciada pelas últimas.

Qualificando a conjuntura contemporânea do Sistema Internacional como propícia para a formação de uma aliança entre China e Rússia, os autores propõem duas variáveis a nível de unidade que exercem pressão contrária: memórias históricas negativas e modelos econômicos divergentes. Todavia, neste trabalho, Korolev e Portyakov (2019) sugerem que devido a crescente afinidade normativa entre os países, desenvolvida paulatinamente a partir de frequentes contatos intergovenamentais e da institucionalização de normas e padrões de comportamento, as lideranças de Moscou e Pequim vêm gradativamente construindo mecanismos políticos com vistas a diminuir o impacto dos empecilhos a nível de unidade.

No que se refere a questão econômica, destaca-se que as diferenças de estrutura do comércio bilateral, decorrentes do status de cada país na divisão internacional do trabalho, acarreta um cenário de desequilíbrio indesejado. Um dos problemas evidenciados é a objeção de Pequim em ceder em negociações, o que ocasiona em constantes barganhas, consideradas limitantes para o progresso qualitativo da cooperação econômica. O ordenamento de forças em tal âmbito, com a Rússia como exportadora de recursos naturais e a China como importadora, resulta em um desempenho limitado frente ao potencial de engajamento comercial

entre os países. Estratégias para mitigar tal dinâmica vem sendo promovidas, com ênfase para o fomento de interações científicas e tecnológicas, porém ainda com resultados moderados (Korolev; Portyakov, 2019).

No que concerne as memórias históricas negativas, Korolev e Portiakov (2019) consideram que entendimentos dissonantes sobre eventos históricos impactam negativamente para o fluxo cooperativo. Questões como o papel da Rússia durante o Século de Humilhações e o aborrecimento com os tratados desiguais permeiam a relação bilateral e minam a possibilidade de um alinhamento mais aprofundado. Diferentes concepções sobre as relações entre a China e a União Soviética também contribuem para tal perspectiva. Em ambos os exemplos, tais visões discrepantes diminuem a convergência entre os países e incrementam sentimentos nacionalistas. Porém, assim como no tocante ao aspecto dos modelos econômicos, medidas estão sendo tomadas para dissuadir tais pensamentos problemáticos e para incentivar uma conexão ideacional próspera entre os países. A literatura construtivista, da Escola Inglesa e sobre regionalismo permitem melhor especificação sobre tal dinâmica.

O presente estudo objetiva dar prosseguimento a tal agenda de pesquisa, com ênfase na concatenação de um quadro causal baseado nas premissas do Realismo Neoclássico do tipo III.

O valor adicionado de um quadro analítico baseado em tal teoria encontra-se no seu potencial de angariar poder explicativo ao intermediar os estímulos sistêmicos por Variáveis Intervenientes (IVVs) a nível de unidade, refletindo uma tendência recente na literatura das Relações Internacionais em direção ao ecleticismo teórico, contestando a adesão paradigmática rígida (Barkin, 2003). Apesar de ser enquadrado em tal movimento, devido a utilização de variáveis em diferentes níveis de análise e na ênfase no poder explicativo sobre a parcimônia, o Realismo Neoclássico privilegia a variável realista da primazia da estrutura do Sistema Internacional e seus impactos concretos. Contudo, os realistas neoclássicos diferem dos estruturais ao descrever que as características e deliberações no âmbito de unidade impactam nos processos e na forma de tal decisão, incorporando variáveis de outros paradigmas de forma sistemática e bem especificada. Considera, portanto, que embora a estrutura imponha restrições aos estados, não determina mecanicamente os possíveis comportamentos das unidades individuais (Elman,

1996; Fearon, 1998; Kunz; Saltzman, 2012; Rathbun, 2008; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998; Sears, 2017).

Tal viés eclético permite ao Realismo Neoclássico abertura para a combinação cautelosa de algumas premissas elencadas em diferentes concepções teóricas. Rose (1998) compreende os realistas neoclássicos ocupando um "meio-termo" em debates ontológicos sobre estrutura-agência e idealismo-materialismo (Rose, 1998, p. 152). Porém, a dinâmica estrutura-materialismo é priorizada, devido ao entendimento da existência objetiva de estímulos sistêmicos emanados da distribuição de capacidades e das tendências de poder (portanto, se distanciando da ontologia construtivista), que são caracterizados como a Variável Independente (VI). Porém, explicações realistas neoclássicas também demarcam relevância para a dinâmica agência-idealismo, no tocante ao vetor explicativo de Variáveis Intervenientes como percepção, ideias, identidade do governo ou regime e aspectos culturais, por exemplo (presentes majoritariamente em análises liberais ou construtivistas), objetivando maior robustez analítica (Kitchen, 2010; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Schweller, 2003; Sears, 2017, p. 4). Ademais, Foulon (2015, p. 636) agrega a tal consideração afirmando que uma análise baseada no Realismo Neoclássico consegue problematizar três divisões: a espacial (doméstica-internacional), a cognitiva (ideias-matéria) e a temporal (presente-futuro); permitindo a contextualização e a historicização de fatores impulsionadores do comportamento dos Estados (Foulon; Meibauer, 2020, p. 1203).

A principal contribuição do Realismo Neoclássico, portanto, é a utilização de Variáveis Intervenientes para problematizar os processos internos dos Estados de compreensão dos estímulos externos e a escolha de resposta a eles. Três processos domésticos são identificados: percepção, tomada de decisão e implementação política. E de acordo com a sistematização proposta por Ripsman; Taliaferro; Lobell (2016) – em resposta a críticas de que os estudos realistas neoclássicos utilizam IVVs de maneira *ad hoc* (Legro; Moravcsik, 1999; Vasquez, 1997; Walt, 2002) –, foram identificados e delimitados quatro clusters de Variáveis Intervenientes que impactam na ampliação, obstrução ou distorção dos estímulos e pressões sistêmicas no decorrer dos três processos internos citados. São eles: imagens ou percepção dos líderes; Cultura Estratégica; padrões de relações entre o Estado e a sociedade; e Instituições domésticas. Os autores vinculam as quatro IVVs com um ou mais dos três processos de forma sistemática: a percepção dos

Estados é influenciada não só pelo estímulo sistêmico, mas também pela imagem dos líderes e pela Cultura Estratégica. Os processos decisórios de tomada de decisão e implementação política, por sua vez, são influenciados pela Cultura Estratégica do país, pelas relações Estado-sociedade e pelas instituições domésticas presentes (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 60).

Diversas contribuições de realistas neoclássicos utilizam de tal perspectiva eclética a seu favor. Colin Dueck, por exemplo, analisa os padrões de Grande Ajuste Estratégico (*Grand Strategic Adjustment*) dos Estados Unidos desde a Primeira Guerra Mundial problematizando a influência de valores culturais / ideacionais das elites internacionalistas liberais a nível de unidade na transmissão dos estímulos sistêmicos balizados em poder material (Dueck, 2006, 2009). Nicholas Kitchen, por sua vez, propõe a criação de uma teoria realista neoclássica de formação de grande estratégia (*Grand Strategy formation*), na qual afirma que avaliação objetiva de pressões sistêmicas é contrastada por uma competição de ideias a nível de unidade, que podem influenciar tal dinâmica por diversos ângulos, desde os líderes (ou executivos de política externa – *Foreign Policy Executives*), quanto por meio de instituições ou de acordo com preferências culturais nacionais (Kitchen, 2010, 2012). Similarmente, Aaron Friedberg, Thomas Christensen e William Wohlforth, por exemplo, discorrem sobre o impacto interveniente de cálculos e percepções das elites nos imperativos materiais sistêmicos durante o processo de formulação de políticas externas ou de defesa (Christensen, 1996; Friedberg, 1988; Wohlforth, 1993). Outrossim, Randall L. Schweller propõe a criação de uma teoria realista neoclássica de *underbalancing*, problematizando sobre falhas de Estados em balancear ameaças em decorrência de quatro variáveis a nível de unidade: consenso e coesão das elites, que interferem no entendimento sobre a natureza e a magnitude da ameaça externa e, consequentemente, sobre a estratégia apropriada para responder a tal problema; e a vulnerabilidade do governo ou regime e coesão social, que referem-se ao nível de integração política e social do Estado e, consequentemente, refletem na capacidade de extração de recursos com vistas a implementação da estratégia selecionada (Schweller, 2004, 2006).

Os realistas neoclássicos concordam com os realistas estruturais quanto ao impacto contextual da natureza da estrutura do Sistema Internacional nos Estados. Nomeadamente, três pontos são destacados: primeiro, que a anarquia inerente ao Sistema impõe um contexto de autoajuda e de competitividade por recursos

escassos; segundo, que a sobrevivência é o objetivo primordial de todos os atores; e terceiro, que tais pontos implicam em dificuldades para cooperação, pois os Estados priorizam ganhos relativos a absolutos. Ademais, as propriedades que qualificam a estrutura do Sistema Internacional, especialmente a distribuição relativa de capacidades materiais e as tendências de poder, delimitam o escopo e o enquadramento das possíveis estratégias de política externa a serem adotadas pelos atores (Rathbun, 2008; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016; Rose, 1998).

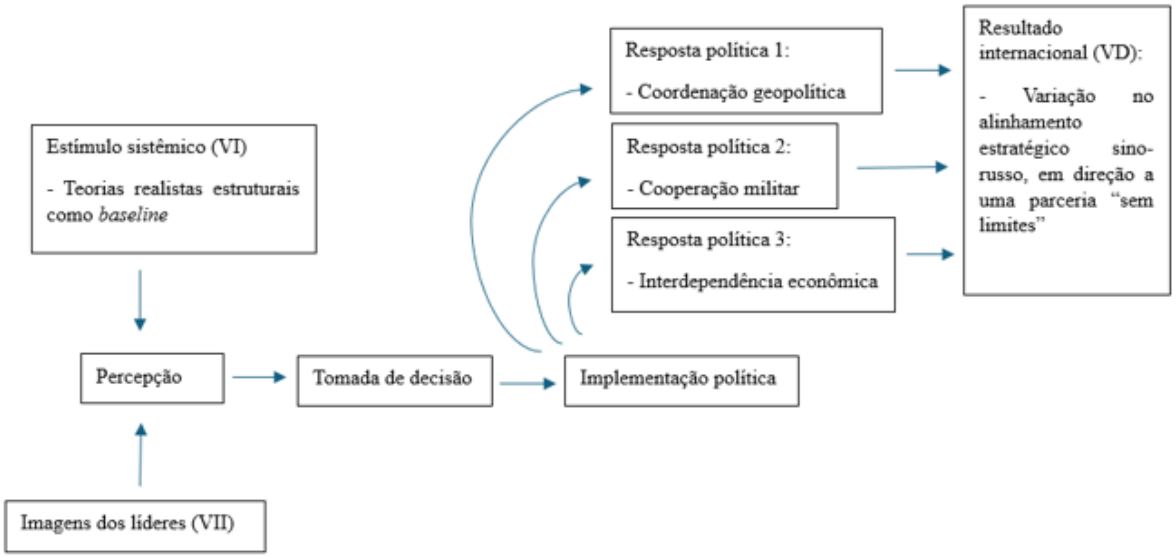
Outras duas circunstâncias a nível sistêmico são destacadas pelo Realismo Neoclássico e impactam sobre a Variável Independente: clareza sobre informações e permissividade ou restritividade dos ambientes estratégicos. Essencialmente, a clareza diz respeito a capacidade de discernimento sobre as ameaças e oportunidades inerentes a um determinado ambiente em um determinado horizonte temporal. Tal contextualização pode condicionar se existem respostas políticas a serem privilegiadas a priori ou não. Ameaças claras, por exemplo, referem-se à existência de atores com atributos hostis contra a integridade territorial ou aos interesses centrais de algum estado, sejam políticos, econômicos ou militares, e uma sensação de iminência. Oportunidades claras, por sua vez, dizem respeito a evidências de uma melhora no equilíbrio de capacidades entre atores competidores dentro de um determinado contexto, com ênfase na percepção sobre a incapacidade do competidor de resistir a movimentos assertivos e a noção de que tal condição favorável não persistirá indefinidamente, demandando ação de curto prazo. A análise de ameaças e oportunidades em determinado horizonte temporal, embasada pelo entendimento sobre as capacidades e intenções de adversários, impacta na gama de opções a serem escolhidas e nas possíveis variações. Vale ressaltar, por fim, que um modelo realista neoclássico compreende a clareza sobre opções como rara, devido à incerteza intrínseca ao Sistema Internacional, que é entendida como um produto tanto da estrutura como da agência dos atores (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 46-52).

A permissividade ou restritividade dos ambientes estratégicos refere-se ao conteúdo das informações fornecidas pela estrutura do Sistema Internacional, contextualizando sobre a iminência e a magnitude das ameaças e oportunidades percebidas. Em suma, quanto mais iminente a ameaça ou oportunidade e quanto mais perigosa a ameaça e atraente a oportunidade, o ambiente estratégico é mais restritivo. Todavia, quanto mais remota a ameaça ou oportunidade e menos intensa

a ameaça ou oportunidade, o ambiente estratégico é mais permissivo. É importante destacar que a permissividade ou restritividade do ambiente estratégico não é meramente delimitada pela clareza de informações. O Sistema pode fornecer tanto informações claras quanto insuficientes sobre ameaças e oportunidades em ambos os tipos de qualificações de ambiente. Além disso, a qualificação dos ambientes sistêmicos não é resultado apenas da polaridade, com diferentes distribuições de poder podendo ser permissivas ou restritivas (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 52-56).

Conclui-se, dessa forma, que a Variável Interveniente mais importantes para o caso em questão, e que portanto será utilizadas, é sobre as Imagens dos Executivos de Política Externa de China e Rússia. Tal IVV, de acordo com o quadro causal a proposto pelo trabalho (Figura 9) influencia na percepção dos estímulos sistêmicos e, posteriormente, impactam na tomada de decisão e na implementação política das estratégias selecionadas, ocasionando, em última instância, o resultado internacional perceptível: uma variação relevante no alinhamento estratégico sino-russo, acarretando uma “amizade sem limites”.

Figura 9 – Um modelo realista neoclássico tipo III sobre o alinhamento estratégico sino-russo



Fonte: Adaptado de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p. 81).

Tendo em vista tais contribuições exemplificadas, e compreendendo no Realismo Neoclássico uma teoria progressiva e com potencial explicativo

interessante para o caso do alinhamento estratégico sino-russo, o presente estudo busca agregar para a literatura realista neoclássica das Relações Internacionais.

O próximo capítulo detalhará a explicação do modelo teórico e sua aplicação para o caso em tela, problematizando os incentivos sistêmicos mediados por considerações a nível de unidade.

3 UMA TEORIA REALISTA NEOCLÁSSICA SOBRE O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO SINO-RUSSO: ESTÍMULOS SISTÊMICOS E MEDIAÇÃO PERCEPTIVA A NÍVEL DE UNIDADE

Apesar da observação empírica sinalizar um aumento significativo na cooperação bilateral entre China e Rússia, com ambos os atores realçando complementariedades estratégicas e percebendo ganhos políticos, econômicos e securitários em uma interação mais profícua, tal exercício também indica espaços de discordância e até mesmo oposição.

Agrega-se a essa visão o fato de que ambos os países se posicionam como atores estrategicamente autônomos na esfera da Política Internacional, com agendas e prioridades particulares. Apesar de concordarem em muitas dimensões, especialmente no que se refere à contrariedade com um Sistema Internacional unipolar dominado pelos Estados Unidos, China e Rússia possuem também discordâncias importantes, como litígios territoriais históricos, contendas sobre a natureza do comércio bilateral, divergências sobre influência na Ásia Central e, mais recentemente, desacordos sobre a escalada militar na Ucrânia, por exemplo. Tal contexto demonstra o forte assentamento pragmático da relação cooperativa, sendo um bom exemplo do mutualismo em ação (Lo, 2020), aproveitando pontos de convergência e diluindo pontos de divergência.

Este capítulo objetiva, em primeiro lugar, descrever e analisar o contexto internacional e os estímulos sistêmicos que impactam no cálculo de Pequim e Moscou. Em segundo lugar, buscar-se-á demonstrar como a percepção das lideranças de tal cenário impacta para suas tomadas de decisão. Por fim, buscar-se-á demonstrar a contradição existente na explicação realista estrutural dominante na literatura sobre o ímpeto cooperativo vigente sendo delineado mecanicamente de condições materiais emanadas da estrutura do Sistema Internacional.

3.1 ESTÍMULOS MATERIAIS SISTÊMICOS PARA A CHINA

Do ponto de vista da China, os estímulos materiais sistêmicos para a cooperação são mistos, mas com saldo positivo. Sob a perspectiva estratégica, uma associação profícua com a Rússia implica em melhores condições negociais e maior poder de barganha em relação aos EUA. A convergência de duas das três grandes potências é um fator preponderante para a consolidação da Multipolaridade Instável

(Visentini, 2025), e impacta na diminuição da capacidade coercitiva dos EUA frente aos interesses dos dois países, especialmente com relação a manipulação de suas balanças de poder regionais por meio de balanceamento externo e *buck-passing*. No tocante ao complexo regional de segurança chinês, tal perspectiva impactaria no cálculo político de Índia e Japão, que correspondem aos atores mais relevantes para uma parceria com os EUA visando conter ou balancear a influência da China. Ainda do ponto de vista material, Moscou tem condições de oferecer recursos energéticos estratégicos para Pequim, especialmente petróleo e gás natural, ajudando a mitigar dois gargalos securitários chineses. No âmbito militar, por fim, os incentivos estruturais para uma aliança são mais limitados. Ambos os países possuem prioridades securitárias dicotômicas, com Pequim enfatizando o aspecto marítimo e sua capacidade de projetar poder além da primeira cadeia de ilhas do Mar do Sul da China, enquanto Moscou prioriza a segurança terrestre, com ênfase em seu flanco oeste. Também nutrem desconfianças quanto a perspectiva fronteiriça e territorial, com a Rússia temendo a influência potencial chinesa no seu Extremo Oriente, por exemplo.

A estratégia do “pivô para a Ásia”, delimitada em 2012 pelo governo Obama mas prosseguida nas administrações subsequentes, representou um marco decisivo para as análises de risco chinesas. A identificação da China como uma ameaça de negação de acesso (*anti-access threat*) e a liberdade de ação marítima e aérea dos Estados Unidos gerou a implementação de um plano de contenção, intitulado *Joint Operational Access Concept*, o qual preconizava a definição da região Ásia-Pacífico como o espaço prioritário de projeção de poder dos EUA no mundo (Blackwill; Fontaine, 2024; Shambaugh, 2013). Por óbvio, a China percebeu tal ação como uma ameaça à sua segurança. As reverberações de tais ações tiveram um grande impacto para as dinâmicas regionais de segurança, resultando em uma crescente assertividade chinesa, com vistas a consolidar sua posição na primeira cadeia de ilhas no Mar do Sul, mas também em um gradual endurecimento da posição dos demais países envolvidos, por acreditarem receber o apoio dos EUA em sua agenda.

Sob a ótica da perspectiva estratégica, infere-se um saldo positivo para as convergências. Ao passo que serve como uma resposta ou contrapartida a iniciativas de cooperação securitária dos EUA e seus aliados asiáticos, como o *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD) – entre os EUA, Índia, Austrália e Japão – e

o AUKUS (acrônimo em inglês para Australia, Reino Unido e Estados Unidos), o alinhamento com a Rússia também é útil para reforçar a posição chinesa no Mar do Sul da China e frente a Taiwan.

Primeiramente, cabe destacar as dinâmicas envolvendo Índia e Japão. Diferentemente de China e Rússia, caracterizadas como Atores Geoestratégicos Ativos em razão de suas capacidades e de suas pretensões de exercer maior influência sobre suas respectivas balanças de poder regionais, Índia e Japão são definidos como Pivôs Geopolíticos. Embora não apresentem pretensões hegemônicas equivalentes, ambos ocupam posições centrais nas dinâmicas regionais de segurança em função de sua localização geográfica, de suas capacidades materiais e de seu potencial para participar de estratégias destinadas a contrabalançar a ascensão chinesa. Nesse contexto, Índia e Japão podem contribuir para estratégias de *buck-passing*, em parceria com os EUA como balanceador externo (*offshore balancer*) (Brzezinski, 1997; Mearsheimer, 2001; Tomé, 2010).

As relações entre Índia e China são tensionadas há décadas, mas recentemente ambos os países têm investido na tentativa de uma reaproximação gradual. O principal contencioso segue sendo a perspectiva fronteiriça, que possuí 3.448 km de extensão total e já foi causa de embates militares diretos, como uma guerra sendo travada em 1962 em decorrência de discordâncias sobre territórios adjacentes ao Himalaia, como Arunachal Pradesh e Aksai Chin, da qual a China saiu vitoriosa (Chakravorty, 2017). Em 2020 ocorreram novas escaramuças na fronteira, no Vale de Galwan, que resultaram na morte de aproximadamente 20 soldados indianos e quatro chineses e ocasionando na ruptura completa das relações entre os dois países (Chadha, 2024). Ao longo da administração Biden, Nova Delhi foi cortejada como uma democracia de valores convergentes, capaz de contribuir para conter a crescente projeção de poder da China na Ásia, com tal processo resultando dividendos econômicos e o ingresso no agrupamento QUAD.

Durante 2025, contudo, as relações entre Estados Unidos e Índia deterioraram-se em razão das declarações contundentes e das medidas coercitivas adotadas pela administração Trump, em especial a imposição de tarifas de 50% sobre produtos indianos – 25% classificadas como "recíprocas" e os outros 25% justificadas pelas contínuas compras indianas de petróleo bruto russo, que é posteriormente refinado no País e exportado para mercados internacionais (Buchwald, 2025). A resposta de Nova Délhi foi pragmática e focada no continente

euroasiático. Modi aproveitou as conversas bilaterais que manteve com Xi Jinping à margem da Cúpula de Kazan de 2024, ocasião em que ambos concordaram em restabelecer medidas de construção de confiança e coordenar esforços para a normalização das questões fronteiriças, impulsionando uma reaproximação sino-indiana. Essa estratégia progrediu com o encontro entre os ministros das Relações Exteriores Wang Yi e Subrahmanyam Jaishankar, durante o qual ambos afirmaram que Índia e China deveriam ser parceiros, e não rivais. Posteriormente, esse movimento foi reforçado pela visita do primeiro-ministro Narendra Modi à China para participar da Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) de 2025, sua primeira visita ao País desde 2018. Coincidentemente, Vladimir Putin também esteve presente, e o engajamento diplomático trilateral entre as grandes potências da Eurásia transmitiu uma forte mensagem de autonomia estratégica (Farooquee; Sebastian, 2025).

Adicionalmente, embora tenha reduzido as compras de petróleo russo, sobretudo após as sanções impostas por Trump à Rosneft e à Lukoil, em outubro de 2025, as refinarias indianas continuam mantendo vínculos com suas contrapartes russas e devem prosseguir adquirindo petróleo russo no futuro. A cooperação entre Nova Delhi e Moscou em diferentes áreas, como defesa e exploração espacial, também deverá ser mantida. No início de fevereiro de 2026, Estados Unidos e Índia concordaram sobre um acordo econômico de grande escopo, uma vez que a continuidade do impasse era desfavorável para ambos os países (The White House, 2026). Todavia, o saldo líquido de tais interações demonstra limites na pressão unilateral do EUA e uma eficiente interação entre Índia, China e Rússia para responder a tal contexto.

Infere-se, portanto, que o processo de normalização sino-indiano deve prosseguir nos próximo anos, estendendo-se para o âmbito econômico e possivelmente assentado sob uma base institucional. Ademais, considera-se que um alinhamento sino-russo pode contribuir para tal processo. Em contrapartida, os EUA vão continuar a incentivar uma postura assertiva da Índia para com a China, e possivelmente Delhi jogará com tais posições opostas para obter ganhos de ambos os lados. Incentivos semelhantes devem ser postulados pelos EUA à Índia objetivando enfraquecer a aproximação sino-indiana, como promessa de investimentos em setores estratégicos como semicondutores, por exemplo. Em última análise, porém, compreende-se que Dehli será contundente em manter sua

postura histórica de autonomia estratégia e pragmatismo, rejeitando uma perspectiva confrontacional mais aguda (Bajpaee, 2026).

No que se refere ao Japão, destaca-se uma situação de competitividade mais consolidada e menos dinâmica, com posições enrijecidas e com pouca possibilidade de margem de manobra. A relação securitária do Japão com os EUA é muito mais robusta do que com a Índia, especialmente devido ao Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, assinado em 19 de janeiro de 1960, cujo Artigo V prevê o comprometimento dos EUA a defender o Japão caso o país asiático seja atacado. Em contrapartida, o Artigo VI do Tratado determina a permissão dos EUA de utilizar o território japonês para manter instalações militares e forças terrestres, aéreas e navais (Ministry of Defense of Japan, 1960). Devido a tais predisposições delimitadas pelo documento, e pela força militar dos EUA posicionada em bases pelo Japão, o país asiático tornou-se o símbolo principal da postura de balanceador externo de Washington para com a região Ásia-Pacífico. A partir da implementação da estratégia do pivô para a Ásia, e no contexto do crescimento do poder chinês, tal parceria percebeu renovada importância. A primeira Estratégia de Segurança Nacional do País, publicada em 2013 sob a liderança do primeiro-ministro Shinzo Abe, postulava a necessidade de incrementar o ambiente securitário da região e prevenir o surgimento e reduzir ameaças diretas, especialmente por meio do aprimoramento da parceria securitária com os EUA. O documento cita nominalmente a China como o ator mais ameaçador para os interesses japoneses, criticando ações como o aumento contínuo do orçamento militar chinês sem a devida transparência, medidas coercitivas nos domínios marítimos e aéreos em áreas do Mar do Sul da China, e a postura confrontacional chinesa com relação às Ilhas Senkaku (Government of Japan, 2013).

Em 2022, o governo japonês publicou três documentos relevantes para o entendimento de seus objetivos securitários: a segunda Estratégia de Segurança Nacional, uma nova Estratégia de Defesa Nacional e um documento sobre um programa de aprimoramento de suas capacidades defensivas. Tal planejamento estipulou o objetivo de praticamente dobrar o orçamento de defesa até 2027, com ênfase em reconstruir uma base industrial de defesa e fortalecer atributos tecnológicos de suas forças armadas. Determinou investimentos em armamentos dissuasórios, como mísseis de longo alcance e veículos aéreos não tripulados, e também equipamentos defensivos, como capacidades integradas de defesa aérea e

antimíssil. Uma seção específica sinaliza a necessidade de aprimorar a eficácia de detecção e rastreamento de veículos hipersônicos planadores, por meio de melhorias nos radares de alerta e controle terrestres e nos sistema de mísseis guiados superfície-ar PATRIOT e em seus interceptores, em uma clara alusão a uma tecnologia ofensiva na qual a China lidera (Government of Japan, 2022a; Government of Japan, 2022b; Ministry of Defense of Japan, 2022). Durante o governo Biden, a retórica da cooperação nipo-americana foi balizada na contraposição à China com base em valores de governança política e econômica liberais, mas postularam um comportamento mais assertivo na defesa de seus interesses conjuntos, inclusive por meio do fortalecimento das relações entre o Japão e a OTAN (Szechenyi; Johnstone; Klaas, 2024). Em síntese, considera-se que o Japão representa atualmente o ator mais propositivo como contestador da crescente influência da China como ator dominante da balança de poder na região Ásia-Pacífico, assentando sua posição na profícua relação securitária com os EUA.

Outro aspecto relevente na análise da balança de poder regional chinesa é sua estratégia com relação a países menores. A preferência de Pequim é pelo uso de incentivos econômicos e de meios institucionais para angariar parcerias e por uma postura diplomática baseada em princípios como não intervenção e resolução pacífica de controvérsias. Tal lógica emana da doutrina da ascenção pacífica (*peaceful rise*), que preconiza a busca por ganhos mútuos em detrimento da confrontação. Um âmbito no qual comportamento é desafiado é o Mar do Sul da China, onde Pequim tem progressivamente usado de demonstrações de poder bruto naval para dissuadir países com quem possui demandas conflitantes. Tal ponto será discutido mais a frente. Apesar disso, porém, a ênfase institucional e econômica chinesa tem resultado em interações positivas, como exemplificada pela profusão do comércio intrarregional e pela construção de infraestrutura para conectividade (Kissinger, 2011; Pautasso, 2011; Yan, 2011; Yang, 2015).

Dando conteúdo prático para tal dialética e retórica, a China teve um papel de liderança e acatou custos com vistas a fortalecer as iniciativas multilaterais regionais, como a ASEAN + 3 (Associação de Nações do Sudeste Asiático + China, Japão e Coreia do Sul), a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e a Organização para a Cooperação de Xangai. Tal interação cooperativa e institucionalizada tem gerado frutos significativos, com o aumento de fluxo comercial contribuindo para o apaziguamento de divergências políticas. A China é o maior parceiro comercial da

ASEAN por 16 anos consecutivos, enquanto a ASEAN se tornou o principal parceiro comercial chinês nos últimos cinco anos. Em 2024, por exemplo, o comércio bilateral totalizou 982,3 bilhões de dólares. Em maio de 2025, ambos atores chegaram a um consenso para atualizar a Área de Livre Comércio China-ASEAN para sua versão 3.0, em negociações que iniciaram em novembro de 2022. Criada em 2002, sua versão 1.0 foi implementada em 2010, e a 2.0 assinada em 2015, entrando em vigor em 2019. Gradativamente, as pautas cooperativas foram aumentando, abarcando procedimentos aduaneiros, normas de cooperação econômica e técnica, interconectividade da cadeia de suprimentos, e áreas temáticas como economia digital e economia verde (Latiff; Azhar, 2025). Tal contextualização ajuda a entender por que os Estados menores do Leste Asiático tem se mostrado desinteressados em participar de iniciativas assertivas de balanceamento frente a crescente influência da China. Ganhos econômicos, desenvolvimento e integração regional possuem primazia frente a pressões político-ideológicas do balanceador externo.

Conforma a caracterização de Pautasso (2011),

> Na atualidade, a integração asiática está baseada em um sistema hierárquico cujas características diferem substancialmente do sistema westphaliano: os Estados mais fracos buscam benefícios ao invés do balanceamento frente ao mais forte; o Estado central busca minimizar os conflitos com os países mais fracos, provendo meios para se ajustar a circunstâncias imprevistas; a hierarquia é sustentada não somente pelo poder material, mas por normas culturais compartilhadas que servem para mitigar o dilema de segurança e aumentar o nível de comunicação e confiança entre os Estados do sistema; e o Estado central tem baixo nível de interferência nos assuntos dos países mais fracos, respeitando a autonomia na organização doméstica e nas relações exteriores. Portanto, enquanto o sistema regional asiático considera que há uma hierarquia formal e uma igualdade informal; no sistema europeu se reconhece uma igualdade formal entre os países e uma hierarquia informal que expõe na prática poderes desproporcionais (Kang, 2003 apud Pautasso, 2011, p. 9).

Com relação aos dois principais contenciosos regionais chineses, Taiwan e o Mar do Sul da China, considera-se que os incentivos estruturais para a cooperação com a Rússia são mais simbólicos do que necessidades materiais. Taiwan é a perspectiva mais complexa pois combina diversas dimensões e variáveis, representando simultaneamente problemas de caráter histórico de construção nacional, soberania e impacto do colonialismo e da Guerra Civil, mas também uma dinâmica geoestratégica relacionada com o dilema de segurança e a estabilidade de

seu entorno estratégico, condicionada pela competição sino-americana e com o equilíbrio de poder no Leste Asiático.

Para os fins de descrição do ambiente securitário, não será abordado a fundo perspectivas históricas e identitárias, com ênfase nos âmbitos geopolítico e estratégico. A relevância de Taiwan sob a ótica de tais dimensões decorre essencialmente de sua posição geográfica. Localizada a cerca de 180 quilômetros da costa do território continental chinês, a ilha ocupa uma posição decisiva na Primeira Cadeia de Ilhas (*First Island Chain*), cuja extensão vai desde o Japão até as Filipinas e desde a Guerra Fria é classificado por estudiosos militares como um elemento chave para conter a projeção de poder naval da China para além de seu entorno imediato e em direção ao Pacífico. Sob a lógica chinesa, tal constatação representa a ideia de que Taiwan é parte de uma estrutura regional de contenção a seu poder marítimo e sua busca por influência extrarregional. O raciocínio chinês perante as Cadeias de Ilhas será expandido mais a frente (Easton, 2022).

A avaliação sobre o potencial de uma guerra entre China e Taiwan é complexa e multifacetada. A dimensão política enfatiza a possibilidade de escalada gradativa, pois sob a perspectiva de Xi Jinping, a ilha é uma parte inalienável do território chinês e a reunificação entre as partes é parte essencial da busca pelo rejuvenescimento nacional, e, portanto, uma inevitabilidade histórica. A liderança chinesa enfatiza sua preferência por um processo pacífico, mas postula que o uso da força é uma opção possível, especialmente em caso de interferências externas subversivas ou de uma tentativa de independência formal por parte da ilha (Chou, 2025; Communist Party of China Central Committee, 2017; Xi, 2021). Vale mencionar, contudo, que apesar de um fortalecimento progressivo de uma noção de identidade taiwanesa, especialmente entre gerações mais jovens, pesquisas de opinião na ilha referendam a ideia de que a maioria da população defende a manutenção do status quo perante a China, rejeitando tanto a independência, quanto a unificação (Election Study Center, 2026; Gordon; Mullen, 2023). Outro elemento interno a Taiwan e que possui relevância é o aspecto econômico e tecnológico, decorrente da relevância da empresa *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC) para a cadeia global de semicondutores. Algumas estimativas apontam que aproximadamente 90% dos semicondutores mais avançados são produzidos na ilha, em fábricas extremamente especializadas em questão de *hardwares* e que demandam alto *know-how* técnico. Um argumento

interessante correlacionado a isso refere-se a lógica de um “escudo de silício”, sob a lógica que que a importância econômica de tais ativos cria incentivos para a estabilidade (Miller, 2022).

Outro ponto complicador de um potencial conflito é o próprio caráter da guerra, que seria extremamente desafiadora nas dimensões táticas e operacionais, decorrentes de uma estratégia aerotransportada e anfíbia. O desafio principal é geográfico, sendo o Estreito de Taiwan o primeiro obstáculo, e posteriormente a topografia da ilha, cuja costa é repleta de cadeias montanhosas e possui poucas opções de praias viáveis para desembarque de grandes contingentes. Tais características geográficas favorecem a defesa e complicam a logística para um fluxo contínuo de suprimentos e ativos, que é um aspecto essencial para a sustentação da operação e que demandaria superioridade aérea e naval contínua. Todavia, a proximidade entre ambos os atores oferece algumas vantagens ofensivas, como em relação à dimensão de poder aéreo, missilístico e cibernético, além da possibilidade da tentativa de estabelecimento de um cerco naval para asfixiar a ilha economicamente (Easton, 2022). Em síntese, apesar do grande incremento de capacidades das forças armadas chinesas, uma invasão de Taiwan resultaria em altos custos e riscos. Ademais, a guerra na Ucrânia trouxe lições importantes sobre a disruptividade de estratégias assimétricas, como a utilização de drones aéreos e marítimos. E complicando ainda mais a situação, um aspecto central com relação a um cenário de conflito seria a possível participação de atores externos, como os Estados Unidos e o Japão, por exemplo.

Considera-se, portanto, que um conflito entre China e Taiwan seja improvável no curto prazo, devido a interação entre as múltiplas dimensões elencadas. O cenário mais provável é a manutenção do status quo, ainda que com mais expressões de poder da China, aumentando a pressão na ilha, como exercícios militares marítimos e incursões aéreas mais ambiciosos. Em última análise, infere-se que o ponto central para a não escalada será uma gestão equilibrada de três vetores: a intenção de reunificação chinesa, os debates sobre independência em Taiwan, e a postura de atores extrarregionais quanto à situação (Chou, 2025).

O Mar do Sul da China, por sua vez, é diferente pois implica uma disputa entre mais de dois atores, aumentando a complexidade de resoluções de problemas, a incerteza sobre as ações de terceiros, e o potencial para escalada por erros de percepção. A importância de tal território decorre de seu caráter estratégico e

geopolítico, emanado de sua localização geográfica central para rotas marítimas comerciais e para dinâmicas militares, e por suas reservas consideráveis de recursos naturais. Com relação ao primeiro ponto, destaca-se que o Mar do Sul ocupa uma posição nevrálgica no Rimland navegável da Eurásia, e por ele transitaram cerca de aproximadamente 37% do comércio marítimo mundial de petróleo e derivados (em torno de 10 bilhões de barris) e 37% do comércio marítimo global da GNL (cerca de 6,7 trilhões de pés cúbicos), evidenciando sua importância para a segurança energética de diversos países da região (U.S. Energy Information Administration, 2025). Outrossim, a relevância econômica da região é amplificada pela presença de recursos energéticos *offshore*, além do potencial pesqueiro. Estimativas da *U.S. Energy Information Administration* indicam que o Mar do Sul da China possui reservas de até 3,6 bilhões de barris de petróleo e cerca de 40,3 trilhões de pés cúbicos de gás natural entre reservas já provadas e outras prováveis. No tocante ao segundo ponto, destaca-se que a região é uma das principais zonas de pesca do mundo, abarcando entre 10% e 12% da captura pesqueira mundial (Asia Maritime Transparency Initiative, s.d.; U.S. Energy Information Administration, 2025).

Devido a tais características e recursos, a influência pelo Mar do Sul da China e por soberania de regiões próximas é altamente disputada. A busca por proeminência em tal território constitui o principal exemplo de uma assertividade coercitiva chinesa perante seu entorno regional, tanto material quanto retoricamente. Pequim possui demandas maximalistas e contrárias a todos os outros atores envolvidos, e defende sua agenda de interesse de forma contundente, inclusive em oposição a mecanismos institucionais e legais da ordem internacional. Suas reivindicações territoriais abrangem praticamente a totalidade do Mar do Sul da China e são expostas pela “linha dos nove-traços” (Figura 10). As bases de sustentação das demandas chineses são majoritariamente de caráter interno, relacionadas com sua presença histórica na região e em documentos como a Lei sobre o Mar Territorial e Zonas Contíguas de 1992. Os demais países da região, em contrapartida, balizam sua posição e argumentação legal nos termos da legislação da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (United Nations Convention on the Law of the Sea - UNCLOS), que trata especificamente sobre perspectivas relacionadas à soberania e limites marítimos, como as zonas econômicas exclusivas e os mares territoriais de cada país. Uma decisão de 2016 da Corte Permanente de

Arbitragem, inclusive, julgou como ilegais as demandas expansivas chinesas, indicando que as diretrizes da UNCLOS devem ser respeitadas. Especificamente, a decisão citou a incompatibilidade de três aspectos da postura chinesa (a linha dos noves traços, a justificativa histórica e a inclusão das Ilhas Spartly sob sua jurisdição) em relação ao regime jurídico da Convenção. Apesar disso, a China rejeitou tal resultando, mantém seu posicionamento retórico e não mudou sua postura na prática, em um exemplo claro de um desafio a aspectos normativos e institucionais da ordem internacional (Kardon, 2023; Permanent Court of Arbitration, 2016).

Figura 10 – Linha dos nove-traços



Fonte: (Joining The…, 2014)

De modo a solidificar suas posições nas regiões contestadas, os cinco principais atores envolvidos em tal contencioso – China, Vietnã, Filipinas, Malásia e Taiwan – tem implementado uma estratégia de tentativa de consolidação de controle territorial por meio da construção ou alargamento de estruturas em ilhas e recifes. Os principais focos de tais iniciativas são formações nos arquipélagos Paracel e Spratly. A China detém 20 postos avançados nas ilhas Paracel e 7 nas ilhas Spratly, além de controlar o Atol de Scarborough (*Scarborough Shoal*) desde 2012, com tais estruturas possuindo infraestrutura de caráter militar e logístico, tais como: pistas de

pouso, radares de alta frequência, instalações de comunicações e inteligência de sinais (*signals intelligence facilities*), estruturas subterrâneas (possivelmente destinadas a armazenar munições, água ou combustível), estruturas reforçadas com tetos retráteis (supostamente abrigando lançadores móveis de mísseis), grandes hangares para diferentes tipos de aeronaves (caças, bombardeiros, aviões-tanque e aviões de transporte), e estruturas defensivas, como canhões antiaéreos e sistemas de armas de defesa aproximada (*close-in weapons systems* – CIWS) (Figura 11) (Asia Maritime Transparency Initiative, 2018).

Figura 11 – Imagens de satélite das estruturas em *Fiery Cross Reef*, localizada nas Ilhas Spratly



Fonte: (Asia Maritime Transparency Initiative, s.d.)

A escala de construção chinesa é comparável apenas com a do Vietnã, que ocupa entre 49 e 51 postos avançados distribuídos por 27 ilhas no Mar do Sul da China, com muitas dessas estruturas possuindo infraestrutura como pistas de pouso, depósitos de munição, quartéis e prédios administrativos. A Malásia possuí domínio sobre cinco ilhas na porção sul do arquipélago Spratly. As Filipinas ocupam nova ilhas em Spratly, com uma delas possuindo uma pista de pouso. Taiwan, por sua vez, dispõe de apenas um posto avançado em Spratly, na ilha de Itu Aba, que é a maior formação natural do arquipélago (Asia Maritime Transparency Initiative, s.d.; Prétat, 2025). Tal contexto implica um cenário de competitividade exacerbada e tensões crescentes, como evidenciado pelas constantes escaramuças entre

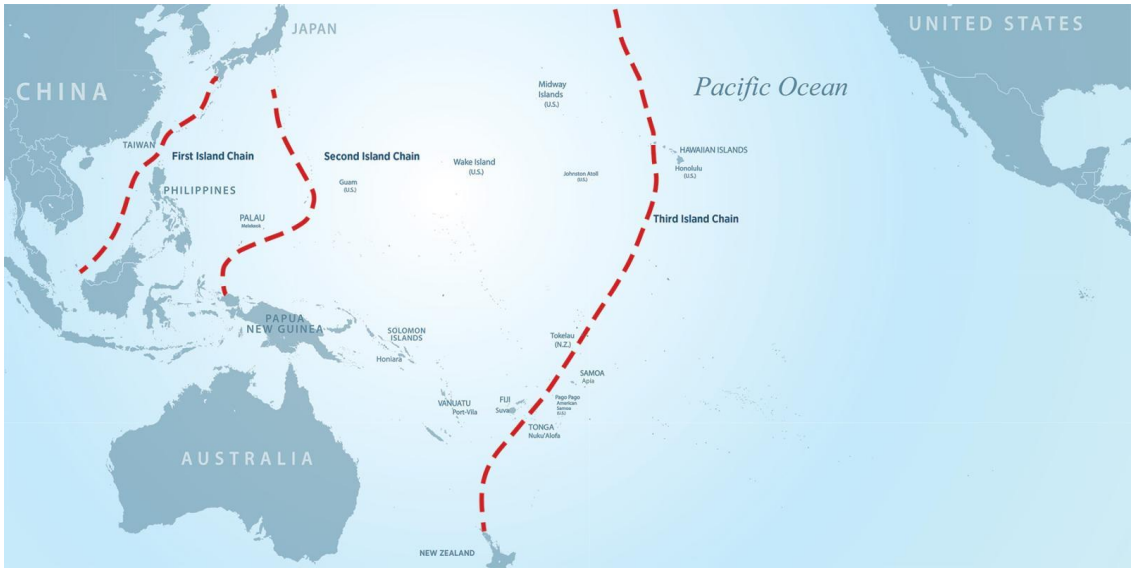
embarcações na região. Na maioria das vezes, embarcações da China estão envolvidas, devido a sua estratégia de projeção de poder em uma área que considera chave para sua segurança nacional e para seus interesses geopolíticos e econômicos. Participam de tais ações tanto a Guarda Costeira chinesa, quanto a frota de navios pesqueiros frequentemente intitulada de “milícia marítima”, com práticas de guerra irregular como o abalroamento, a utilização de canhões de água ou embarques forçados (Cragin, 2024; Poling *et al*., 2021).

Com relação a perspectiva energética, estudos recentes de empresas chinesas tem demonstrado o potencial e a viabilidade da exploração de tal território. Em 2024, por exemplo, a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) anunciou a descoberta do campo de gás Lingshui 36-1, próximo à província de Hainan, no sul da China. Com reservas geológicas comprovadas de mais de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural, representa o maior campo de grande porte e ultra-raso do mundo em águas ultraprofundas (*large, ultra-shallow gas field in ultra-deep waters*) (WORLD'S 1ST..., 2024). Em março de 2025, a CNOOC anunciou a descoberta do campo petrolífero Huizhou 19-6, localizado no leste do Mar do Sul da China, a cerca de 170 km de Shenzhen, com volume geológico comprovado superior a 100 milhões de toneladas. Trata-se do primeiro campo petrolífero clástico integrado de grande escala (*large-scale integrated clastic oilfield*) descoberto pela China em camadas profundas a ultraprofundas. O campo encontra-se em uma área com profundidade média da água de aproximadamente 100 metros, enquanto o poço de descoberta HZ19-6-3 foi perfurado até uma profundidade de 5.415 metros (China Discovers..., 2025).

A dimensão securitária, por fim, é afetada por três aspectos principais. Primeiro, devido ao interesse chinês em garantir um fluxo marítimo comercial ininterrupto sob a perspectiva do comércio internacional. Segundo, devido a necessidade de retificar vulnerabilidades estratégicas associadas à segurança alimentícia e energética e ao dilema de Malaca (pontos abordados no subcapítulo anterior). E, terceiro, devido à relevância de tal região para o potencial de projeção de poder naval da China e sobre a capacidade de outros atores de restringir tal movimento. Segundo os documentos doutrinários chineses, o Mar do Sul da China representa um vetor de influência indispensável na trajetória de evolução da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) de uma força de ênfase costeira (*near seas defense*) para uma marinha de águas azuis (blue-water navy - *far seas*

protection). Correlacionado a isso, destaca-se que a estratégia naval de Pequim é condicionada por uma orientação geográfica baseada em três cinturões sucessivos, chamados de Cadeias de Ilhas. O raciocínio militar chinês preconiza diferentes posturas frente cada uma: controle sobre a Primeira, a partir de táticas de anti-acesso e negação de área (*anti-access/area denial* – A2AD); contestação sobre a segunda, expandindo o alcance operacional da PLAN e restringindo a liberdade de ação da marinha dos EUA; e eventualmente capacidade de projeção sobre a Terceira, que se aproxima da costa Leste dos Estados Unidos (Figura 12) (Kaplan, 2014; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2025; Yoshihara; Holmes, 2010).

Figura 12 – Primeira, Segunda e Terceira Cadeia de Ilhas como perímetro marítimo chinês



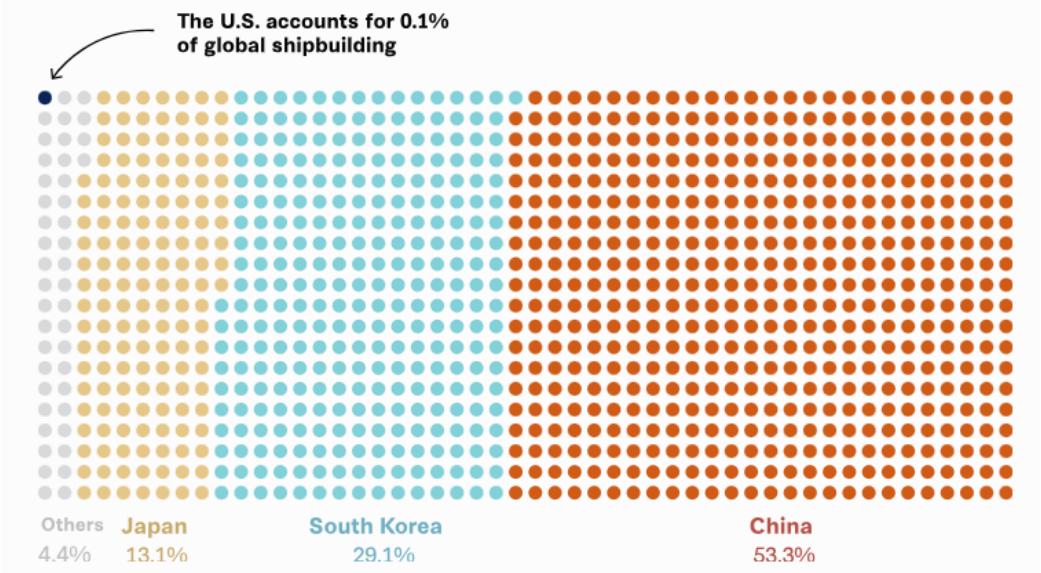
Fonte: (Cichon, 2024)

Com relação a meios de obter tais objetivos, Pequim vem delimitando um processo de grande escala de modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP), que já é a maior do mundo em quantidade de embarcações, com mais de 370 navios e submarinos. É superada apenas qualitativamente pela Marinha dos EUA, que tem maior tonelagem e possuí 11 porta-aviões de propulsão nuclear, que permitem a projeção de poder naval ao redor do mundo em múltiplas direções, delimitadas sob grupos de ataque (*carrier strike groups*). O último livro branco de defesa nacional da China, publicado em 2019, destaca a necessidade de adaptar a marinha chinesa às demandas estratégicas do País, enfatizando a busca por

transicionar tal força de missões de defesa costeira para tarefas em águas distantes, como uma Marinha azul (*blue water navy*) (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019).

De modo a respaldar tais objetivos, Pequim tem investido fortemente em incrementar sua capacidade de construção naval. A partir de uma estratégia de fusão civil-militar (*civil-miliary fusion*), a China se consolidou como a principal potência nesse setor, com uma base produtiva integrada e que permite interlocução entre o setor militar e o comercial em questão de infraestrutura, pessoal, investimentos e propriedade intelectual (Funaiole; Hart; Powers-Riggs, 2025). A título de comparação, o país respondeu por aproximadamente 50% da construção naval comercial global em 2024, superando por larga margem o Japão e a Coreia do Sul, seus principais competidores (Panella, 2025). A fatia da China em tal mercado catapultou de menos de 5% do total mundial em 2000 para mais de 53% em 2024 (Figura 13). De acordo com dados compilados pelo *Office of Naval Intelligence* da Marinha dos EUA, os estaleiros chineses possuem capacidade superior a 23,2 milhões de toneladas, enquanto os americanos de apenas 100 mil toneladas, resultando em uma superioridade de 232 vezes para a China nesse quesito (Trevithick, 2023). Em 2024, por exemplo, o maior estaleiro estatal chinês construiu mais navios comerciais em tonelagem em 2024 do que toda a indústria naval dos EUA construiu desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Funaiole; Hart; Powers-Riggs, 2025). Ademais, chama a atenção a capacidade de autossuficiência nesse setor, devido a capacidade de produção nacional de uma ampla gama de classes navais, como submarinos, navios de combate de superfície, navios auxiliares e anfíbios e sistemas subaquáticos não tripulados. Além disso, possuí capacidade produtiva de ativos adicionais necessários, como turbinas a gás e motores a diesel, e sistemas eletrônicos e de armamento embarcados (United States Department of Defense, 2024).

Figura 13 – Dominância chinesa na indústria de construção naval



Fonte: (Funaiole; Hart; Powers-Riggs, 2025)

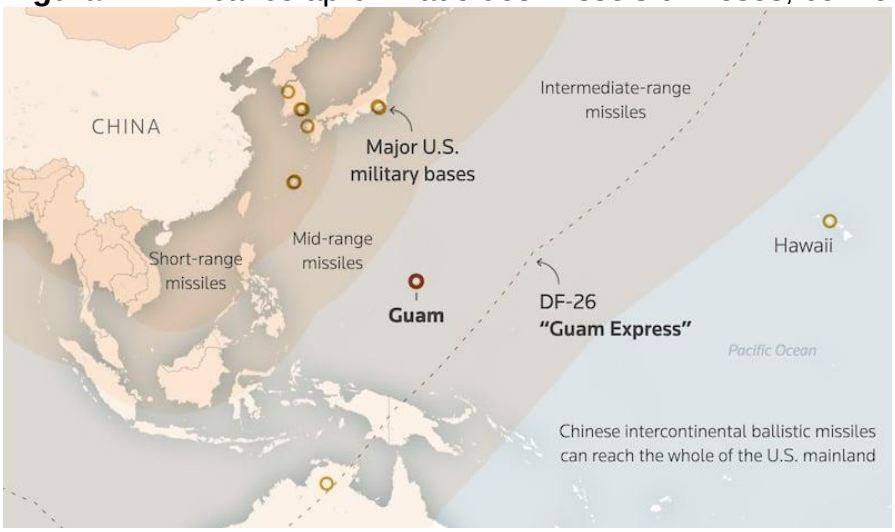
Em 8 de novembro de 2025, a China informou sobre a entrada em serviço de seu terceiro e mais avançado porta-aviões, chamado de CV-18 Fujian, o primeiro projetado nacionalmente. A nova embarcação chinesa possuí cerca de 80.000 toneladas, sendo o terceiro maior modelo (*carrier class*) do mundo e deverá embarcar entre 40 e 60 aeronaves de asa fixa. Além disso, é equipada com catapultas eletromagnéticas, sendo apenas o segundo modelo com tal capacidade, juntamente a mais nova classe de porta-aviões dos EUA, o USS Gerald R. Ford. Tal característica é relevante pois permite o lançamento de aviões pesados, como aeronaves de comando e controle e alerta antecipado, ou com mais armamentos e combustível, incrementando o alcance o poder de fogo da embarcação. Os dois porta-aviões chineses em operação, chamados de Liaoning (reformado a partir de um navio soviético inacabado comprado da Ucrânia) e Shandong (construído com base no Liaoning), possuem características inferiores em todos os quesitos operacionais, como um convés de lançamento inclinado que permite apenas o lançamento de caças com cargas leves e não comporta grandes aeronaves de apoio (Zhang, 2025).

Informações indicam que a China está construindo um quarto modelo, com ênfase na capacitação de sua base industrial de defesa sobre a tecnologia de propulsão nuclear para seus porta-aviões de próxima geração. Pesquisadores do *Middlebury Institute of International Studies* publicaram uma análise nas quais

analisam imagens de satélite (como a construção de infraestrutura de captação de água conectada ao local do reator) e documentos públicos (como documentos de aquisição de equipamentos de reator supostamente destinados à instalação em um grande navio de guerra de superfície pela *China's 701 Institute*, a instituição responsável pelo desenvolvimento de porta-aviões), incluindo editais de licitação (como contratos para geradores de vapor e bombas de turbina, que indicam que o projeto envolve um reator de água pressurizada com circuito secundário) e estudos de impacto ambiental. A conclusão dos autores é que um protótipo de reator para propulsão naval está sendo construído em uma nova estrutura em um local intitulado *China's Site No. 1*, ou Base 909, que é operado pelo Instituto de Energia Nuclear da China, uma subsidiária da Corporação Nacional Nuclear da China, a instituição chinesa responsável por pesquisas e testes de engenharia de reatores (Rising; Tang, 2024).

Além disso, a China tem incrementado de forma significativa a sua capacidade missilística, sob uma doutrina intitulada negação de área e acesso (*anti-acess / area denial* – A2AD), que preconiza uma ampla capacidade de dissuasão em seu entorno estratégico, especialmente na primeira e na segunda cadeia de ilhas. O País possuí capacidade de produção de uma variada gama de mísseis balísticos, de cruzeiro, ar-ar e SAMs (mísseis terra-ar). Além disso, possuí o arsenal de mísseis hipersônicos mais avançado do mundo, tendo investido no desenvolvimento de tal tecnologia nos últimos 20 anos (United States Department of Defense, 2024). A estratégia de A2AD preconiza armamentos para alvos específicos. O míssil hipersônico YJ-21, introduzido em 2022, é projetado para destruir porta-aviões. O míssil balístico de médio alcance DF-26D, por sua vez, é apelidado de "*Guam Killer*" ou "*Guam Express*" (Figura 14), pois visa dissuadir ações coercitivas a partir de bases militares dos EUA na região Indo-Pacífica, com capacidade de transportar ogivas nucleares e convencionais com um alcance de até 5.000 km. O míssil ar-ar PL-17, introduzido em 2023, possuí capacidade de atingir alvos a 400 km de distância e objetiva a dissuasão de aeronaves de alto valor, como aviões de reabastecimento e de alerta aéreo antecipado.

Figura 14 – Alcance aproximado dos mísseis chineses, com ênfase no DF-26



Fonte: (Doyle; Kawoosa; Aluckal, 2024)

Uma análise de imagens de satélite da base industrial chinesa de produção de mísseis feita pela CNN demonstra um esforço hercúleo de expansão realizado desde 2020 (Figuras 15 e 16). Em torno de 60% das 136 instalações ligadas a tais ativos, como fábricas, centros de pesquisa e áreas de testes, demonstram sinais de ampliação significativa, calculado em aproximadamente 2 milhões de metros quadrados de área construída entre o início de 2020 e o final de 2025 (Qiblawi *et al*., 2025).

Figura 15 - Imagens da expansão do centro de testes de armas hipersônicas do *Shaanxi Aerospace Power Research Institute,* em Xi'na (10 de dezembro de 2019)



Fonte: Qiblawi *et al*., 2025

Figura 16 - Imagens da expansão do centro de testes de armas hipersônicas do *Shaanxi Aerospace Power Research Institute,* em Xi'na (28 de julho de 2025)



Fonte: Qiblawi *et al*., 2025

Outrossim, a China também tem avançado na produção e modernização de seu arsenal nuclear, com a adição de cerca de 100 novas ogivas por ano desde

2023, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI). A instituição estima que a China possua atualmente ao menos 600 ogivas nucleares, tendo potencial para se equiparar aos EUA e a Rússia até o final da década, a depender da estratégia e do nível de investimento assinalado para tal ativo. Como exemplo da expansão da infraestrutura, o SIPRI calcula que cerca de 350 silos de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) foram construídos ou estão em vias de serem terminados em 2025, em três grandes áreas desérticas no norte do país e três áreas montanhosas no leste (Stockholm International Peace Research Institute, 2025).

Portanto, considera-se que os estímulos estruturais para uma aliança militar sino-russa não são expressivos sob a ótica de Pequim. Conectado a tal ponto, não é de interesse da China incrementar a restritividade de seu ambiente externo por meio da assimilação das controvérsias securitárias russas, especialmente seu antagonismo para com a OTAN. Em meio ao conflito na Ucrânia, mesmo sem apoiar a Rússia militarmente, Pequim é classificada pelas EUA e pela Europa como um facilitador decisivo (*decisive enabler*) para o prolongamento das hostilidades, devido à cooperação econômica. Tal perspectiva será abordada em detalhes no subcapítulo 4.1.

Na visão da China, incrementar tal indisposição seria contraproducente. Devido a isso, a China tem objetivado se posicionar como um ator construtivo e possível mediador, apesar de tal postura ser contraditória com o aumento da cooperação com a Rússia em diversos âmbitos desde 2022. Além do desinteresse em arcar com custos no âmbito securitário, a China também conjectura sobre a perspectiva econômica. Mesmo com crescentes desavenças em decorrência do tarifaço global do presidente Donald Trump, que chegou a um patamar de 145% em meados de abril de 2025, após respostas da China na mesma medida, é de interesse de Pequim manter uma relação comercial estável e produtiva com os EUA e com a UE. Inclusive, a gestão das relações com tais atores pode ser instrumentalizada para a obtenção de melhores termos negociais. Como exemplo, ao passo em que as exportações da China para os EUA caíram 27% em setembro de 2025 em relação ao ano anterior, elas cresceram em 14% para a União Europeia no mesmo período, compensando em parte o impacto negativo das medidas americanas (Kollewe, 2025).

Em síntese, o contexto internacional da China é restritivo, mas não de forma a demandar um revisionismo assertivo contra países de seu entorno regional ou contra a ordem internacional como um todo. Pequim orienta sua ação visando uma remodelação da ordem internacional mais condizente com suas agendas de interesse. Sob a liderança de Xi Jinping, delimitou uma estratégia de atuação internacional que aumenta seu prestígio como um partícipe do Sistema, ao mesmo tempo que mantém o nível desejado de maleabilidade e autonomia para definir suas políticas. A China explora as vantagens que a ordem global vigente permite e que a beneficiaram em sua trajetória de rápido desenvolvimento, como uma economia globalizada com cadeias de suprimento consolidadas, que permitem acesso facilitado a recursos diversos e novos mercados. Além disso, Pequim vem tentando aumentar gradativamente sua influência nas instituições internacionais consolidadas, como a ONU, a OMC e a OMS, mas também têm incentivado novos fóruns de organização e diálogo, como por meio do fortalecimento do BRICS e do Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS New Development Bank - NDB), do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura e da relação com a ASEAN. Ao mesmo tempo, opera em dissonância com o Direito Internacional em diversos casos, como nas suas demandas no Mar do Sul da China, demonstrando pragmatismo e seletividade com relação ao cumprimento de normas internacionais. Apesar de diferenças na estratégia de atuação e nos meios utilizados para angariar seus objetivos, Pequim concorda com Moscou no ressentimento frente a influência inconteste dos EUA do período unipolar, porém está mais bem posicionada no florescente ordenamento multipolar do sistema internacional contemporâneo. O antagonismo e a confrontação direta de Putin com o Ocidente, nesse sentido, apesar de algumas repercussões negativas pontuais, vai ao encontro de diversos interesses chineses e gera dividendos positivos a custos limitados. Outrossim, ao passo em que os estímulos sistêmicos não implicam a necessidade de uma alinhamento militar, a crescente parceria em âmbitos estratégicos como comércio energético e alimentício contribuí para o fortalecimento do viés geopolítico da cooperação sino-russa. Tais pontos serão explorados de forma mais consistente no decorrer das próximas seções.

3.2 ESTÍMULOS MATERIAIS SISTÊMICOS PARA A RÚSSIA

Em contraste, a Rússia enfrenta um contexto internacional muito mais restritivo. No âmbito geopolítico e securitário, a expansão gradativa da OTAN à

Leste após a dissolução da União Soviética representa uma ameaça a seus interesses estratégicos e corresponde a um risco securitário, especialmente com relação a países fronteiriços como a Geórgia e a Ucrânia. O estabelecimento de um escudo antimísseis na Europa, com potencial de impacto na sua capacidade de segundo ataque nuclear (*nuclear second strike*), e a questão do acesso a mares quentes, são outras duas perspectivas que impactam no cálculo da restritividade geopolítica e securitária. No âmbito econômico, a Rússia sofre com sanções e restrições de exportação sem precedentes, que prejudicam seu acesso a mercados tradicionais e dificultam a obtenção de tecnologias de ponta. Sob o contexto do conflito na Ucrânia, teve de moldar sua economia a partir das demandas de uma guerra de atrito de longa duração e alta intensidade, o que apesar de reaquecer setores industriais importantes, acarreta resultados negativos no longo prazo. O âmbito político-diplomático, por fim, apesar de mais restritivo no geral, oferece oportunidades específicas interessantes. Ao passo que perdeu prestígio e percebeu um aumento de hostilidade na Europa, Moscou teve sucesso parcial em incrementar seus engajamentos com outras regiões, e a aposta no desenvolvimentos de instituições alternativas, como o BRICS e a OCX, tem trazido dividendos positivos.

A Rússia interpreta que suas demandas políticas não são levadas em consideração como deveriam pelos EUA e seus aliados desde a dissolução da União Soviética, o que acarreta que Moscou tenha pouca paciência e confiança para trabalhar de forma cooperativa com tais atores, tanto de forma bilateral, quanto nos principais fóruns multilaterais internacionais, os quais entende como ineficientes e com um claro viés ocidental. Por ser uma economia mais fraca que a China e ter menor capacidade de convencimento, a Rússia tem limitações na sua capacidade de influenciar tais instituições de dentro para fora. Portanto, a escolha de Moscou é pelo engajamento em mecanismos multilaterais regionais não ocidentais, como a União Econômica Euroasiática, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), e o BRICS, onde postula posições de liderança e cujas agendas de trabalho são condizentes com suas demandas e interesses (Barabanov *et al*., 2022; Krickovic, 2017; Lukyanov, 2016). Do ponto de vista russo, portanto, os estímulos materiais sistêmicos restritivos condicionam favoravelmente para um alinhamento estratégico com a China, que pode ajudar a mitigar alguns dos problemas elencados de forma eficiente, como exemplificado pela dinâmica comercial entre ambos desde a eclosão da Guerra na Ucrânia.

Em primeiro lugar, vale problematizar as perspectivas securitárias e geopolíticas, que correspondem como as “causas profundas” da restritividade do entorno regional russo. Tal nomenclatura concerne a percepção russa de que a evolução histórica da arquitetura de segurança da Europa após a dissolução da União Soviética foi realizada de uma forma que desconsiderou os seus interesses e preocupações securitárias. A discordância principal é com a gradativa expansão da OTAN à leste, incorporando países que faziam parte da URSS e do Pacto de Varsóvia.

Críticos de tal posição argumentam que a OTAN é uma aliança defensiva e que não usa de métodos coercitivos para convencer seus novos membros. Ademais, citam que a decisão de integrar alianças militares representa uma expressão de autonomia e soberania, não estando sujeita à influência de terceiros. Moscou, todavia, rejeita tal ponto de vista, postulando sobre a necessidade de atentar para o impacto de tais ações para a balança de poder regional e, consequentemente, para o dilema de segurança (Mearsheimer, 2014, 2022). Em seu famoso discurso na Conferência de Segurança de Munique, em 2007, Putin externou tais preocupações de forma objetiva.

Segundo ele,

> “Acontece que a OTAN posicionou suas forças de linha de frente em nossas fronteiras, enquanto nós continuamos a cumprir rigorosamente as obrigações dos tratados e não reagimos de forma alguma a essas ações. (...) Acho evidente que a expansão da OTAN não tem qualquer relação com a modernização da própria Aliança, nem com a garantia de segurança na Europa. Pelo contrário, representa uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua. E temos o direito de perguntar: contra quem se destina essa expansão? E o que aconteceu com as garantias que nossos parceiros ocidentais fizeram após a dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão essas declarações hoje? Ninguém sequer se lembra delas. Mas permitam-me recordar a esta audiência o que foi dito. Gostaria de citar o discurso do Secretário-Geral da OTAN, Sr. Woerner, em Bruxelas, em 17 de maio de 1990. Ele afirmou, à época, que: “o fato de estarmos prontos para não posicionar um exército da OTAN fora do território alemão oferece à União Soviética uma firme garantia de segurança”. Onde estão essas garantias?”[2] (Putin, 2007).

[2] Tradução própria. Do original: “It turns out that NATO has put its frontline forces on our borders, and we continue to strictly fulfil the treaty obligations and do not react to these actions at all. (…) I think it is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernisation of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended? And what happened to the assurances our western partners made after the dissolution of the Warsaw Pact? Where are those declarations today? No one even remembers them. But I will allow myself to remind this audience what was said. I would like to quote the speech of NATO General Secretary Mr Woerner in Brussels on 17 May 1990. He said at the time that: “the fact that

A despeito das argumentações liberais, que caracterizam a OTAN como uma instituição de caráter defensivo e cuja agenda não é direcionada a hostilizar a Rússia, perdura um consenso de caráter realista entre os principais atores políticos russos, a despeito de posições ideológicas, de que a continuidade da expansão de tal organização à Leste representa uma ameaça crescente aos interesses securitários do país. Tal entendimento é simbolizado de forma interessante por um telegrama diplomático enviado em 2008 pelo na época embaixador dos EUA em Moscou, William Burns, para a então Secretária de Estado, Condoleezza Rice, intitulado “Não significa não: as linhas vermelhas da Rússia sobre à expansão da OTAN” (“*Nyet means nyet: Russia’s NATO enlargement red lines*”).

De acordo com Burns,

> Após uma reação inicial discreta à intenção da Ucrânia de buscar um Plano de Ação para a Adesão à OTAN (MAP) na cúpula de Bucareste (referência A), o Ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, e outros altos funcionários reiteraram uma forte oposição, enfatizando que a Rússia veria uma nova expansão em direção ao leste como uma potencial ameaça militar. A ampliação da OTAN – especialmente em relação à Ucrânia – continua sendo uma questão “emocional e neurálgica” para a Rússia, mas considerações político-estratégicas também sustentam a firme oposição à adesão da Ucrânia e da Geórgia à Aliança. No caso da Ucrânia, essas considerações incluem temores de que o tema possa dividir o país em duas partes, levando à violência ou mesmo, segundo alguns afirmam, a uma guerra civil – o que obrigaria a Rússia a decidir se interviria. Além disso, o Governo da Federação Russa (GOR) e especialistas continuam a afirmar que a adesão da Ucrânia à OTAN teria um impacto significativo sobre a indústria de defesa russa, sobre as conexões familiares russo-ucranianas e sobre as relações bilaterais em geral. No caso da Geórgia, o GOR teme a continuidade da instabilidade e a ocorrência de “atos provocativos” nas regiões separatistas[3] (United States Department of State, 2008).

No mesmo documento, Burns destacou que a Rússia argumentava que não poderia avaliar o movimento de expansão da OTAN por suas ações benignas

---

we are ready not to place a NATO army outside of German territory gives the Soviet Union a firm security guarantee”. Where are these guarantees?” (Putin, 2007).

[3] Tradução própria. Do original: "Following a muted first reaction to Ukraine's intent to seek a NATO Membership Action Plan (MAP) at the Bucharest summit (ref A), Foreign Minister Lavrov and other senior officials have reiterated strong opposition, stressing that Russia would view further eastward expansion as a potential military threat. NATO enlargement, particularly to Ukraine, remains "an emotional and neuralgic" issue for Russia, but strategic policy considerations also underlie strong opposition to NATO membership for Ukraine and Georgia. In Ukraine, these include fears that the issue could potentially split the country in two, leading to violence or even, some claim, civil war, which would force Russia to decide whether to intervene. Additionally, the GOR and experts continue to claim that Ukrainian NATO membership would have a major impact on Russia's defense industry, Russian-Ukrainian family connections, and bilateral relations generally. In Georgia, the GOR fears continued instability and "provocative acts" in the separatist regions." (United States Department of State, 2008).

declaradas, mas pelo seu potencial adverso, como exemplificado pela estabelecimento de bases operacionais avançadas dos EUA em países que ingressavam na organização. Outrossim, Burns enfatizou a visão russa de que tal estratégia de alargamento não era fundamentada em ameaças securitárias aos países ingressantes, mas representava um legado da Guerra Fria e da unipolaridade dos EUA, com argumentos liberais – como a teoria da paz democrática e o institucionalismo liberal – sendo a base teórica por trás de tal decisão. Em seu livro de memórias, intitulado de *The Back Channel*, Burns cita outro memorando relevante com relação a tal temática, escrito por ele em 1995 enquanto servia como conselheiro para assuntos políticos na embaixada dos EUA em Moscou. Em tal documento, ele expõe sua visão sobre a universalidade dos temores sobre a adesão ucraniana à OTAN em todo o espectro político interno da Rússia. No memorando enviado à Condoleezza Rice em 2008, ele referenda tal visão, afirmando que "em mais de dois anos e meio de conversas com atores centrais da Rússia – desde brutamontes nos recantos sombrios do Kremlin até os críticos liberais mais perspicazes de Putin – ainda não encontrei ninguém que veja a Ucrânia na OTAN como algo diferente de um desafio direto aos interesses russos"[4] (Beinart, 2022; Mearsheimer, 2022, p. 18-19).

Apesar de ser um dos principais especialistas em Rússia dos EUA, fluente em russo e com duas experiências na embaixada americana em Moscou, as preocupações de Burns não foram endereçadas. O exemplo mais claro de tal perspectiva é que apenas dois meses após o memorando de 2008, Geórgia e Ucrânia foram mencionadas como potenciais futuros membros da OTAN na declaração final da Cúpula de Bucareste, precipitando uma visão de soma-zero e litigiosa entre a Rússia, seus vizinhos e a organização (North Atlantic Treaty Organization, 2008). Ironicamente, apesar de sua histórica argumentação contrária ao discurso oficial dos EUA com relação a tal tema, Burns serviu como presidente da CIA no mandato de Joe Biden, cuja política era de que Kiev representava um bastião da democracia lutando contra uma liderança do eixo dos autoritários e que rejeitava argumentos realistas referentes à balança de poder, e em cujo mandato o conflito russo-ucraniano escalou.

[4] Tradução própria. Do original: "In more than two and a half years of conversations with key Russian players, from knuckle-draggers in the dark recesses of the Kremlin to Putin's sharpest liberal critics, I have yet to find anyone who views Ukraine in NATO as anything other than a direct challenge to Russian interests." (MEARSHEIMER, 2022, p. 18-19).

A visão de Burns sobre o impacto negativo para as relações securitárias entre a Rússia e a Europa decorrentes da adesão de Ucrânia e Geórgia era referendada por diversos atores relevantes. Em 2008, na Cúpula de Bucareste, França e Alemanha se opuseram a apoiar o Plano de Ação para Adesão (*Membership Action Plan* – MAP) dos dois países, alertando para as reações negativas de Moscou e da necessidade de se buscar o diálogo e o compromisso (Erlanger; Myers, 2008). Ademais, eminentes pensadores americanos apoiavam tal linha de argumentação. George Kennan argumentou que a expansão da OTAN seria o maior erro estratégico da política externa dos EUA após o final da Guerra Fria, pois seria desnecessária do ponto de vista realista, e impactaria negativamente os processos de normalização e aprofundamento de relações da Rússia com os EUA e com a Europa, pois seria vista como um golpe no prestígio e nos interesses securitários do País. Em uma coluna para o jornal *The New York Times*, escrita em 1997, Kennan afirmou que a decisão pela expansão da OTAN "poderia inflamar as tendências nacionalistas, antiocidentais e militaristas da opinião pública russa; produziria um efeito adverso sobre o desenvolvimento da democracia na Rússia; restauraria a atmosfera da Guerra Fria nas relações Leste–Oeste; e impeliria a política externa russa em direções decididamente não do nosso agrado."[5] Henry Kissinger, por sua vez, argumentava mais especificamente sobre a Ucrânia, considerando-a o ponto contencioso mais relevante. Ele se opunha a adesão de Kiev à OTAN, e defendia que líderes ucranianos inteligentes deveriam priorizar uma política de conciliação entre os diferentes vieses internos do país (Oeste e Centro mais favoráveis à Europa e um Leste mais pró-Rússia). Internacionalmente, Kissinger advogava um posicionamento para a Ucrânia similar ao da Finlândia, que pressuporia autonomia e cooperação profícua com o ocidente, mas evitaria a institucionalização de uma tendência hostil com relação à Moscou (Kissinger, 2014).

Em decorrência de tal comportamento visto pela Rússia como ameaçador a seus interesses, as tensões políticas e securitárias regionais foram progressivamente aumentando desde então. O primeiro caso latente de escalada foi na Geórgia, em 2008. Em resposta a confrontos entre tropas georgianas e forças

[5] Tradução própria. Do original: "Such a decision may be expected to inflame the nationalistic, anti-Western and militaristic tendencies in Russian opinion; to have an adverse effect on the development of Russian democracy; to restore the atmosphere of the cold war to East-West relations, and to impel Russian foreign policy in directions decidedly not to our liking." (KENNAN, 1997).

separatistas na Ossétia do Sul em agosto de 2008, a Rússia interveio militarmente na Geórgia de forma avassaladora, mobilizando aproximadamente 40.000 combatentes e rapidamente mudou a balança de forças do conflito em favor dos ossetas. Em cerca de cinco dias, tal força expedicionária subjugou o exército georgiano, chegando a cerca de 35 quilômetros da capital Tbilisi, e garantiu o controle sobre Abcásia e Ossétia do Sul, destacando em torno de 20.000 tropas para cada região, sob a justificativa de uma intervenção humanitária. Após finalização das hostilidades, assinou-se um cessar-fogo, assegurado pela presença de uma força de paz trilateral nas regiões separatistas. O status quo consolidado foi o domínio russo sobre tais territórios, apesar da argumentação do governo georgiano de que tais locais são parte legítima do território soberano da Geórgia (Asmus, 2010; Cuppuleri, 2021; King, 2008).

Vale lembrar que as tensões nessas regiões são históricas, possuindo suas raízes no contexto de dissolução da União Soviética, e possuem natureza étnica e identitária, tornando-as complexas e de difícil resolução definitiva. No território georgiano pós-soviético, coexistiam diversos grupos étnicos minoritários, como armênios, ávaros, azeris, gregos, ossetas, russos e abcásios. Em meio a um crescente nacionalismo georgiano, os Ossetas do sul e os Abcásios postularam sua independência, porém a Geórgia não concordou e agiu com força militar para conter tais movimentos, resultando em conflitos internos, contra a Ossétia do Sul, de 1991 a 1992, e contra a Abcásia, de 1992 a 1993. A estratégia russa foi de apoiar os separatistas e de mediar acordos de cessar-fogo, que foram implementados em 1992 (Ossétia do Sul) e em 1993 (Abcásia). Moscou tinha interesse na contenção de tais hostilidades, temendo um possível alastramento de dinâmicas conflituosas para o Cáucaso do Norte, e efeitos negativos em áreas estratégicas como a Chechênia, a região de Krasnodar e em sua costa no Mar Negro (Asmus, 2010; Cuppuleri, 2021; Jones, 1993).

Do ponto de vista estratégico, a Rússia fundamentou suas ações na oposição a um movimento coordenado e gradativo de expansão de influências externas (*encroachment*) em seu entorno regional, classificando tais ações como ameaçadoras, tanto em relação a seus interesses materiais securitários, quanto sobre sua perspectiva ideacional e de status de grande potência. Moscou exemplifica sua argumentação sustentando que uma estratégia de três níveis estava em curso: interferência nos assuntos internos (Revolução Rosa de 2003),

institucionalização da integração político-econômica pela entrada à UE e institucionalização da cooperação militar por meio da adesão à OTAN. Tal compreensão embasaria posteriormente a estratégia russa para com a Ucrânia. Vale ressaltar também a ideia da UE de utilização da Geórgia como um ativo geopolítico. Devido a sua localização geográfica, o País tem potencial de ser uma rota de trânsito eficiente para *commodities* energéticas da bacia do Mar Cáspio, no âmbito de um plano de diversificação de fontes de energia da Europa. O projeto do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan é um exemplo interessante de tal perspectiva. Tal problemática também impactou negativamente a relação entre os EUA e a Rússia com relação a cooperação para combate ao terrorismo, uma área na qual Putin percebia objetivos complementares e possibilidades de interação positiva (Asmus, 2010; King, 2008; Mearsheimer, 2014).

Com relação à Ucrânia, o prelúdio da confrontação iniciou em 2014, quando divergências político-econômicas sobre a adesão ucraniana à União Europeia e sua relação econômica com a Rússia – simbolizada pela oposição da Área de Livre Comércio Abrangente e Profunda da UE com as provisões de livre comércio da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) – reverberaram para protestos populares que posteriormente eclodiram na queda do então presidente Viktor Yanukovych. Duas visões dicotômicas são marcadas na historiografia de tal evento. Enquanto a Ucrânia classifica o Euromaidan como a “Revolução da Dignidade”, assentada sob um desejo popular de aproximação com a Europa, a Rússia caracteriza tal episódio sob um contexto mais amplo de interferência externa em sua esfera de influência (nos mesmos moldes da estratégia de três níveis do caso da Geórgia), citando os eventos da Revolução Laranja como exemplos anteriores de tal estratégia. Além disso, a Rússia ressalta a importância de atentar para as dinâmicas étnicas e identitárias, enfatizando a relação histórica entre os países e a presença de minorias russas no território ucraniano (Mielniczuk, 2014; Sakwa, 2015). Moscou também aponta criticamente para a presença de atores extremistas nos protestos em Maidan e, após a consolidação da mudança de regime, em posições de poder político e militar, com ênfase em milícias paramilitares como o Batalhão Azov, o *Pravy Sektor Ukrainian Volunteer Corps* (DUK) e o *Ukrainian Volunteer Army* (UDA), e no partido de extrema-direita Svoboda (Kudelia, 2018; Sheldon, 2017). A argumentação russa também salienta a participação assertiva de membros do governo Obama no decorrer dos acontecimentos, com ênfase na atuação da

secretária de Estado adjunta para Assuntos Europeus e Eurasiáticos Victoria Nuland, que teve uma ligação interceptada junto ao embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt, na qual discutiam preferências políticas para a transição a um governo pós-Yanukovych (Ukraine Crisis, 2014; Carpenter, 2017; Sakwa, 2015).

Reiteradas tentativas de resolução política pela via diplomática, simbolizadas pelos Acordos de Minsk, se provaram ineficientes e alimentaram desconfianças entre a Rússia e seus contrapartes ocidentais. Angela Merkel, ex-primeira-ministra da Alemanha, e François Hollande, ex-presidente da França, reiteraram em entrevistas públicas que não acreditavam em tais acordos como uma saída viável, e que seu principal benefício seria ganhar tempo para o fortalecimento e preparação militar da Ucrânia (Hildebrandt; Di Lorenzo, 2022; Prouvost, 2022).

E em fevereiro de 2022, as tensões chegaram ao seu ápice com a invasão em larga escala da Ucrânia, no que Putin intitulou como Operação Militar Especial. Após cinco anos de embates militares, percebem-se limites relevantes nas capacidades de ambos os atores em cumprir seus objetivos político-estratégicos. O conflito no terreno é favorável à Rússia, que mantém a iniciativa desde 2024 e consegue obter avanços graduais, apesar de custosos, em nível tático e operacional. Ademais, devido a altos investimentos na revitalização de seus complexo industrial militar e em sua orientação por massa e escala, Moscou domina a balança de forças em três dimensões essenciais para uma guerra de atrito de longa duração e alta intensidade: balança de capital humano (*manpower*), artilharia e poder aéreo (Boot, 2024; Bronk, 2026; Cranny-Evans, 2025).

Apesar disso, as tropas russas não conseguem impor ganhos de caráter estratégico. A Ucrânia, por sua vez, está em uma situação mais desfavorável, sofrendo com uma escassez de tropas, com um desgaste da opinião pública sobre a manutenção do curso de ação atual, e com um contexto exógeno mais complicado, especialmente devido a diminuição do apoio dos EUA sob o governo de Donaldo Trump. Kiev aposta no aumento do apoio dos países europeus e em estratégias de guerra assimétrica (com ênfase em drones), para impor altos custos militares e econômicos à Rússia, como por meio de ataques a refinarias e instalações de armazenamento de petróleo e gás. Todavia, se mostra incapaz de atingir seu objetivo estratégico de retomar militarmente as regiões ocupadas, como exemplificado pelo insucesso da contraofensiva de 2023 (Frontelligence Insight. 2025; Terajima, 2025a, 2025b; Vigers, 2025). Atualmente, o principal foco dos

embates é na região de Donetsk. Após a dominação de Pokrovsk, Myrnohrad e Siversk, a ênfase russa é na pressão a Lyman e Kostiantynivka, cuja captura abriria caminho para os embates por Kramatorsk e Sloviansk, os últimos bastiões defensivos no oblast mais desejado pela Rússia (Institute for the Study of War, 2025; Jones; McCabe, 2026; Levien, 2026).

Apesar de tal cenário, argumenta-se que o contexto securitário regional da Rússia deteriorou desde 2022. A Ucrânia incrementou substancialmente sua parceria com a OTAN, em geral, e com diversos países da aliança, em particular. Analisando dados oficiais e declarações dos países sobre o apoio material dado à Ucrânia, constata-se que as forças armadas ucranianas melhoraram significativamente no decorrer do conflito, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Além da experiências de combate e de lições operacionais, a ajuda material e logística tornou-a uma força mais eficiente e letal. A dimensão terrestre foi a que percebeu maior desenvolvimento, recebendo os tanques M1 Abrams, Leopard 2 e Challenger 2, o veículo de combate de infantaria Bradley, e inúmeros outros veículos de transporte de tropas. A capacidade ucraniana de artilharia e missilística foi incrementada com o sistema lançador múltiplo de foguetes leve HIMARS, o obuseiro autopropulsado CAESAR de 155 mm, o míssil balístico tático supersônico ATACMS e os mísseis de cruzeiro de longo alcance Storm Shadow e SCALP-EG. O sistema integrado de defesa aérea do País foi significamete melhorado a partir do recebimento de diversas baterias dos sistemas de mísseis interceptores móveis superfície-ar MIM-104 Patriot e IRIS-T SLM / SLS, além dos sistemas portáteis antitanque (Javelin e NLAW) e antiaéreos (Stinger) (Mills, 2025; United States Department of State, 2025). A Força Aérea da Ucrânia também percebeu melhoras relevantes. Kiev firmou diversos parcerias para recebimento de diferentes aeronaves, especialmente 85 caças F-16 de quatro países europeus (24 da Holanda, 19 da Dinamarca, 12 da Noruega e 30 da Béligca), além de potencialmente até 100 jatos Rafale e até 150 Gripen, através de acordos de intenção com França e Suécia, respectivamente (Johnson, 2025; Newdick; Altman, 2025; Rose; Parodi, 2025).

Tais perspectivas impactam no aumento da capacidade ofensiva e do potencial de ações disruptivas da Ucrânia em relação aos interesses securitários e econômicos da Rússia. Como exemplo, pode-se citar o sucesso de estratégias de guerra assimétrica de Kiev contra setores relevantes das forças armadas e da

economia russa, como ataques à Marinha russa, cujo impacto será abordade mais a frente, e a instalações e ativos do setor energético russo, causando impactos importantes, como limitação e até fechamento temporário de operações para reparos. Outrossim, um caso de estudo muito interessante foi a operação especial “Teia de aranha” (*Spider Web*), na qual a Ucrânia destruiu cerca de 14 bombarceiros estratégicos, que são parte da tríade nuclear da Rússia, a partir de um engenhoso ataque com drones a duas bases aéreas (Olenya, em Murmansk, no extremo noroeste do país) e Belaya (em Irkutsk, na Sibéria) (Adams; Lukiv, 2025)

No entanto, apesar de tal apoio material e a despeito de Kiev participar das cúpulas da anuais organização todos os anos desde 2022, com o evento denotando relevância estratégica para a guerra russo-ucraniana, considera-se que a efetiva adesão da Ucrânia à aliança é pouco provável. Não só a administração Trump reiterou sua oposição com relação a tal medida, mas também a divergências significativas entre os EUA e países europeus sobre como delimitar garantias de segurança à Kiev. Os EUA chegaram a falar que poderiam oferecer apoio aéreo em uma situação de armistício, enquanto Reino Unido e França, promotores da “Coalizão dos Dispostos” (*Coalition of the willing*), inclusive postularam a ideia de enviar um contingente de tropas para formar uma força multinacional dissuasória. A Rússia, entretanto, informou que consideraria tais tropas alvos legítimos. Tais divergências de percepção e a ambivalência dos EUA sob Trump representam impasses importantes para uma questão sensível que demanda solidez política-diplomática e jurídica (Armstrong, 2025; Ravid, 2025; Roth; Sauer, 2025).

Outrossim, a hostilidade para com a Rússia aumentou na maioria dos países europeus, inclusive com a deliberação da necessidade de se prepararem militarmente para uma confrontação. A Europa delimitou um planejamento de longo prazo intitulado *ReArm Europe*, que prevê um investimento de 800 bilhões de dólares visando reconstituir uma base industrial de defesa vigorosa (CLAPP *et al*., 2025). Os países mais próximos geograficamente, ou que possuem um histórico de relações conturbadas com a Rússia, pleiteiam uma posição de linha dura, com ênfase na Polônia, que vem incrementando suas capacidades militares (*internal balancing*) e é uma liderança na oposição e em críticas à Moscou. As adesões de Finlândia e Suécia à OTAN, em 2023 e 2024, respectivamente, têm uma repercussão negativa para os interesses russos no Mar Báltico, diminuindo sua capacidade de projetar poder na região, e complexificando sua conexão com

Kaliningrado e as exportações de São Petersburgo pelo Golfo da Finlândia (Figura 17). Além disso, tal desenvolvimento impacta na diminuição parcial do impacto geoestratégico do corredor de Suwalki. Em razão da proximidade geográfica dos dois países nórdicos com Estônia, Letônia e Lituânia, abre-se a possibilidade de um apoio logístico aéreo ou marítimo em caso de um bloqueio terrestre na conexão de 100 km que separa os países bálticos da Polônia (Figura 17) (Milne; Seddon, 2024; Mishra, 2024).

Figura 17 – Impacto da entrada de Finlândia e Suécia na OTAN para as dinâmicas securitárias no Mar Báltico e com relação ao corredor de Suwalki



Fonte: Milne; Seddon, 2024

Tais perspectivas são impactantes pois a capacidade de acesso a mares quentes é um gargalo geopolítico importante para a Rússia historicamente. Embora a Rússia seja o maior país do mundo em área territorial, a maioria de seu litoral é adjacente ao Oceano Ártico, ocasionando com que seja congelado na maior parte do ano. Tal limitação geográfica impacta na capacidade da Rússia de manter operacional uma marinha de águas profundas (Druzhinin; Lachininskii, 2021). Grande parte da importância da Crimeia decorre desse aspecto geopolítico, devido a sua localização estratégica entre o Mar Negro e o Mar de Azov, conectando o Oriente Médio, a Europa e a Ásia, e sua característica climática, sendo um porto de águas quentes (*warm water port*), acessível o ano inteiro. Em razão disso, a base naval de Sevastopol é uma das mais importantes para a Rússia, sendo o quartel-general da Frota do Mar Negro. Entretanto, devido a diversos ataques bem-

sucedidos da Ucrânia desde 2022, a Rússia teve de realocar grande parte de suas embarcações e ativos navais de Sevastopol para o porto de Novorossiysk, que apesar de mais seguro, também sofre com drones marítimos e aéreos e mísseis ucranianos, demandando construção de defesas (Epstein, 2024; Wolkov; Mealie; Stepanenko, 2023). Visando responder a tais desafios, a marinha russa tem trabalhado na infraestrutura da base naval de Ochamchire, na região da Abkhazia, na Geórgia, postulando-a como uma opção segura em caso de necessidade de nova realocação de ativos (Figura 18) (Desurmont, 2024).

Figura 18 – Localização comparada entre os portos de Sevastopol, Novorossiysk e Ochamchire



Fonte: Wolkov; Mealie; Stepanenko, 2023

Outra estratégia implementada pela Rússia para superar tais dificuldades é relacionada com a crescente viabilidade de utilização de rotas logísticas pelo Ártico. A liderança russa da tecnologia de quebradores de gelo nucleares permite a utilização de tais vias navegáveis, que são congeladas na maior parte do ano, por períodos mais prolongados. Os estímulos estruturais para uma cooperação profícua com a China neste aspecto são grandes, tendo em vista as explicações apresentadas anteriormente sobre os gargalos securitários de Pequim relacionados ao comércio marítimo. Os esforços conjuntos de investimentos em infraestrutura e capacidade operacional para consolidação da Rota Marítima do Norte (*Northern Sea Route*), que garantiria melhores condições logísticas (menor tempo de entrega e custos mais baixos) e menor risco geopolítico do que as rotas tradicionais, são um excelente exemplo empírico de tal potencial cooperativo (Booth; Ferris-Rotman, 2018). Tal ponto será discutido mais profundamente no subcapítulo 4.2.

Ainda na perspectiva geopolítica e securitária, vale discutir outra temática citada pela Rússia como fonte de aumento da restritividade de seu ambiente estratégico regional: a questão do escudo antimísseis europeu. Proposto e iniciado durante o governo Obama, em 2009, o projeto de construção de tal infraestrutura defensiva no continente europeu foi justificado como necessário para dissuadir ameaças de países problemáticos, como Coreia do Norte, Irã e Síria. Tanto os EUA como a Europa reiteraram à Rússia que tal ativo não estava direcionado a impactar nas relações securitárias com Moscou. Todavia, a Rússia rejeitou tal argumentação. Em seu discurso na Conferência de Segurança de Munique de 2007, Putin ressaltou que o pretexto que fundamentou a criação do sistema não fazia sentido lógico, afirmando que "(...) qualquer lançamento hipotético de, por exemplo, um foguete norte-coreano em direção ao território americano passando pela Europa Ocidental obviamente contradiz as leis da balística."[6] (Putin, 2007, s.p.). Ademais, Putin enfatizou o impacto disruptivo que tal tecnologia traria para a balança de poder europeia, especialmente com relação a repercussão na capacidade russa de segundo ataque nuclear. Sob tal ótica, a Rússia alertou que a consequência direta da implementação de tal sistema defensivo seria uma nova corrida armamentista, com vistas a construção de mísseis mais potentes.

A Rússia chegou a propor um *framework* cooperativo para discussões acerca da temática do escudo antimísseis, explicitando critérios objetivos sobre limites para o número, a velocidade e a localização dos interceptores. Porém, o governo Obama ofereceu apenas garantias políticas e retóricas, discordando de discussões legais. Vale lembrar que acordos diplomáticos de desarmamento estavam perdendo espaço na agenda cooperativa entre Washington e Moscou, como simbolizado pela retirada unilateral dos EUA do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (*Anti-Ballistic Missile Treaty*) de 1972 em 2001, e da resposta russa na mesma moeda com relação ao START II (*Strategic Arms Reduction Treaty*) (Pifer, 2012).

A estratégia de construção de um escudo antimísseis na Europa, intitulada Abordagem Adaptativa Faseada Europeia (*European Phased Adaptive Approach* - EPAA) foi realizada em etapas. Em um primeiro momento, foram destacados ativos navais dos EUA com capacidade de defensiva antimíssil balística Aegis (*Aegis Ballistic Missile Defense*) no Mediterrâneo, equipados com interceptadores de

[6] Tradução própria. Do original: "(...) And any hypothetical launch of, for example, a North Korean rocket to American territory through western Europe obviously contradicts the laws of ballistics." (Putin, 2007, s.p.).

mísseis balísticos de curto e médio alcance SM-3 Block IA, que inclusive conseguem fazer interceptações exoatmosféricas. A primeira fase demandou também a construção de um radar de alerta antecipado na Turquia. As fases subsequentes objetivavam ampliar a cobertura defensiva, a partir de novas infraestruturas e do melhoramento dos interceptadores. A segunda fase do plano especificou a atualização dos interceptadores (para o SM-3 Block IB) e a construção de uma base terrestre na Romênia. Originalmente operados apenas pela Marinha, a versão de lançamento terrestre dos interceptadores SM-3, intitulada *Aegis Ashore*, foi uma inovação central para a consolidação de tal planejamento. A terceira fase ampliou a capacidade defensiva do sistema integrado para ameaças de mísseis de médio e longo alcance, a partir da construção de uma nova base terrestre de interceptação na Polônia e pela nova renovação dos interceptadores (para o SM-3 Block IIA). A quarta e última fase foi baseada em novo aprimoramento dos interceptadores (para o SM-3 Block IIB), expandindo a capacidade defensiva do sistema integrado para mísseis intercontinentais (Pifer, 2012; United States Department of Defense, 2010). No contexto da Guerra na Ucrânia, os países europeus recolocaram tal questão na agenda, com uma das disposições do programa *ReArm Europe* prevendo o fortalecimento da Defesa Integrada Aérea e Antimíssil da OTAN (NATO *Integrated Air and Missile Defence*), abrangendo o escopo de defesa aérea contra novas ameaças, como drones. Ênfase está sendo dada no melhoramento das capacidades de Comando e Controle, Gerenciamento de Batalha e Comunicações (*Command and Control, Battle Management, and Communications* – C2BMC), e na coordenação do sistema de defesa regional integrado com os sistemas nacionais de escopo limitado, que operam uma variedade de ativos de defesa aérea diferentes, como o Patriot, o THAAD, o Iris-T, o SAMP/T, e o Arrow 3 (Clapp *et al*., 2025).

Por óbvio, tal incremento na capacidade defensiva europeia impacta negativamente no cálculo securitário russo, novamente de forma restritiva a seus interesses. Em resposta a tais desenvolvimentos, Moscou tem investido substancialmente no desenvolvimento de suas capacidades missilísticas, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, como por exemplo por meio do desenvolvimento de armamentos hipersônicos, cuja velocidade e complexidade de movimento durante a reentrada torna sua interceptação muito mais difícil. No tocante ao primeiro ponto, estima-se que a Rússia mantenha uma proporção numérica vantajosa, tendo conseguido aumentar sua produção de mísseis balísticos de forma

mais eficiente do que os EUA e a Europa expandiram sua produção de interceptores. E tais cálculos não levam em conta mísseis de cruzeiro e drones de longo alcance, cuja produção russa também está em alta. Ademais, deve-se atentar para o equilíbrio de custos e a sustentabilidade de tal balança, tendo em vista que os interceptadores custam mais do que a Rússia gasta na produção de seus mísseis balísticos convencionais, como os de curto alcance 9M723 (lançados do solo através do sistema Iskander-M) (Hoffmann, 2025).

No que se refere ao segundo ponto, destaca-se que a Rússia está na vanguarda da inovação relacionada à tecnologia hipersônica, que são armamentos disruptivos para detecção e interceptação devido à sua velocidade, manobrabilidade e baixa altitude de voo. Duas categorias são destacadas: mísseis de cruzeiro hipersônicos, que são impulsionados por motores *scramjets*, e veículos hipersônicos de planeio (*hypersonic glide vehicle* – HGV), que são lançados de um foguete e depois planam até o alvo. Com velocidades acima de Mach 5 (cinco vezes a velocidade do som), tais armamentos seguem trajetórias imprevisíveis, devido a um alto grau de manobrabilidade durante a etapa de reentrada e de aproximação do alvo, ao contrário das trajetórias parabólicas previsíveis de mísseis balísticos tradicionais. O arsenal operacional de armamentos hipersônicos da Rússia conta com o veículo planador hipersônico *Avangard*, o míssil balístico lançado do ar *Kinzhal* e o míssil de cruzeiro antinavio *Zircon* (Bernstein; Menke, 2019; Missile Defense Project, 2019; Sayler, 2025). Putin considera a tecnologia hipersônica como uma forma de garantir a estabilidade estratégica na balança de forças entre a Rússia e seus adversários, classificando a criação e consolidação de tais armamentos como uma resposta ao estabelecimento de um sistema de defesa antimísseis na Europa (Putin, 2018).

Em 21 de novembro de 2024, Putin anunciou em um comunicado de TV a utilização pela primeira vez do míssil balístico de alcance intermediário *Oreshnik* em um ataque ao complexo industrial Pivdenmash, na cidade de Dnipro, na Ucrânia. Disparado do 4º Campo de Testes de Mísseis de Kapustin Yar, na região de Astrakhan, às margens do Mar Cáspio, o míssil supostamente alcançou uma velocidade de *Mach 10*, e sua reentrada e impacto no alvo demonstraram conter seis ogivas, com cada uma contendo seis submunições. Suas características técnicas implicam que seja um armamento muito útil para dissuasão frente a bases aéreas e navais, por exemplo, devido a capacidade de atingir diversos alvos em um local com

ativos de alto valor, inclusive em instalações subterrâneas. Tal ataque representou uma demonstração de poder assertiva da Rússia, pois apesar de ter causado extensos danos apenas por meio da alta energia cinética, o *Oreshnik* tem capacidade de ser equipado com ogivas nucleares (Greenall; Partridge, 2024).

Argumenta-se, em síntese, que a Rússia consegue resolver suas pendências securitárias regionais de forma autônoma, mas que os estímulos materiais estruturais vem se tornando gradativamente mais restritivos. A expansão da projeção de poder da Turquia na região, e os desdobramentos da dinâmica conflituosa entre Azerbaijão e Armênia são outras facetas que impactam negativamente para os interesses estratégicos da Rússia, demonstrando uma fragilidade na capacidade de articulação de alianças. Portanto, uma cooperação profícua com a China é precificada como um fator determinante. Tal perspectiva não remete primordialmente ao âmbito militar, com ambos possuindo bases industriais de defesa consolidadas – inclusive competindo no tocante a tecnologia hipersônica (Zhao, 2018) –, mas a cooperação sino-russa político-diplomática, e especialmente, econômica, tornou-se central para os interesses de longo prazo da Rússia.

3.2.1 Complementariedade material frente a vulnerabilidades estratégicas: segurança energética e alimentícia

Vale ressaltar, nesse sentido, que os incentivos materiais são propícios a uma contribuição russa em relação a dois âmbitos essenciais para a segurança nacional chinesa: as demandas energéticas e alimentícias. Caracterizada como um gargalo e uma importante vulnerabilidade estratégica a ser potencialmente aproveitada por adversários, a carência chinesa nesses dois aspectos é uma faceta central para a sua estratégia de projeção internacional. A China busca manter boas relações com os principais países produtores de petróleo e gás, como Rússia, Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos. Além disso, tem investido substancialmente em países com potencial sub explorado em tais setores ou nos chamados “países trânsito”, como os Estados da Ásia Central, por exemplo, que são um ponto focal da estratégia da Nova Rota da Seda. No entanto, sua principal vulnerabilidade nesses âmbitos segue sendo a acentuada dependência de grandes quantidades de produtos importados pela via marítima, com ênfase nos que transitam por pontos de estrangulamento críticos, como o Estreito de Malaca. Nesse contexto, devido a

proximidade geográfica, o fornecimento de energia russa pela via terrestre pode ser um ativo estratégico essencial para Pequim (Herndon, 2025; Skalamera, 2014).

É importante mencionar, no entanto, que apesar de economicamente e geopoliticamente complementares nesse âmbito, as negociações para definição do planejamento das iniciativas de integração energética são extremamente complexas e longas, envolvendo preços, trajetos, infraestrutura e o patamar de participação (*stakes*) chinesa nos projetos. Como exemplo, vale uma breve reflexão sobre o histórico. Após a dissolução da União Soviética, a China rapidamente demonstrou interesse nas enormes reservas energéticas e nas capacidades produtivas da Rússia. No entanto, o primeiro acordo de envergadura foi assinado apenas em 2009, relativo ao comércio de petróleo. Desde então, o crescimento desse setor foi constante, nutrido pela demanda insaciável de Pequim por tal recurso e pela capacidade das empresas russas de cumprirem seus requisitos. No entanto, enquanto a cooperação petrolífera florescia, projetos com relação ao gás natural mantinham-se estagnados durante a maior parte das décadas de 1990 e 2000, se alavancando apenas em 2014, com a assinatura de um acordo no valor de 400 bilhões de dólares, com duração de 30 anos, e que previa a importação chinesa de 38 bilhões de metros cúbicos de gás natural da Gazprom a partir de 2018 (Skalamera, 2014, 2018a). Após a eclosão da Guerra na Ucrânia, em 2022, e da imposição de um regime de sanções sem precedentes à Rússia, delimitou-se um novo ímpeto para o avanço de projetos de cooperação energética.

A cooperação profícua com a China desde 2022 impulsionou os interesses estratégicos de ambos os países. A China consegue suprir parte relevante de sua demanda energética a preços acessíveis e por meio de uma logística segura. Como exemplo de problemas políticos e geopolíticos impactando tal perspectiva, pode-se citar a interrupção de compras de Gás Natural Liquefeito (GNL) dos EUA por parte da China, em retaliação às tarifas de Trump (China Stops, 2025), e, principalmente, a disrupção no fornecimento de energia do Golfo Pérsico em decorrência do bloqueio do Irã do Estreito de Ormuz em resposta aos ataques dos Estados Unidos e de Israel (Ratner; Rosen; Thomas, 2026). A Rússia, por sua vez, adentra fortemente em um mercado crítico para substituir seus consumidores europeus tradicionais, e consolida mecanismos para driblar as restrições às suas exportações, como por meio de pagamentos em moedas locais. O resultado de tal interação é positivo. Em 2024, Moscou arrecadou US$ 235 bilhões com exportações de petróleo

e gás, com tais receitas financiando cerca de 30% das despesas orçamentárias totais do País. Em comparação, tal valor é 0,5% maior do que em 2023, porém apenas 3,7% menor do que em 2021 e 1,3% menor do que em 2019. Os anos de 2020 e 2022 foram exceções, devido a pandemia global de Covid-19, e da disparada de preços após a invasão da Ucrânia (Ministry of Finance of the Russian Federation, 2025).

Tal contexto infere que as sanções não conseguiram restringir os ganhos da exportação energética russa, e a parceria com a China foi decisiva. Em junho de 2022, a China ultrapassou a UE como o maior importador de combustíveis fósseis russos, e se mantém em tal posição desde então (Venditti, 2025). No entanto, a concentração das exportações energéticas russas em poucos clientes chave é um ponto fraco e diminuí seu poder de barganha. A China domina as compras de carvão e petróleo bruto, seguida pela Índia, enquanto a Turquia domina as compras de derivados de petróleo (como diesel), e estados-membros da UE dominam as compras de GNL. No entanto, a importância da China é discrepante em relação aos demais. De acordo com dados de setembro de 2025, o mercado chinês representou 42% (5,5 bilhões de euros) das receitas de exportação oriundos dos cinco principais produtos energéticos russos (carvão, petróleo bruto, derivados de petróleo, GNL e gás de gasodutos) (Raghunandan *et al*., 2025). Consequentemente, a crescente dependência econômica russa da China implica em uma posição relativa enfraquecida, ocasionando a necessidade de Moscou fazer concessões para concluir projetos de infraestrutura de envergadura, como em discussões sobre preços, volume importado, termos de fornecimento e financiamento (Corbeau; Downs; Mitrova, 2025).

Apesar disso, o contexto internacional atual se mostra propício para a continuidade e aprofundamento do tal dinâmica cooperativa, exemplificado pelo avanço das negociações de longa data sobre o gasoduto *Power of Siberia* 2 (PoS 2). No dia 2 de setembro de 2025, após a reunião anual da OCX, realizada na China, Xi e Putin assinaram um memorando juridicamente vinculativo para alavancar a construção do gasoduto PoS2. Tal assinatura significa que as discussões políticas foram superadas. Os próximos passos concernem definições sobre sobre preços, duração contratual, multas e contrapesos, em primeiro lugar, e a questão logística e de construção da infraestrutura, em segundo lugar. Em última análise, tal fato reforça a mensagem de que a recusa (parcial) da Europa em comprar energia russa

resultará na reorientação de tal fluxo comercial para a Ásia. Com o PoS2, o gás da Península de Yamal, que antes iria para a UE via Nordstream, agora irá para a China (Figura 19) (Leahy *et al.*, 2025). Argumenta-se, nesse sentido, que a crescente restritividade do contexto internacional da Rússia foi um fator essencial para a impulsionar a progressão da cooperação energética sino-russa.

Figura 19 – A rota planejada do gasoduto *Power of Siberia* 2



Fonte: Leahy *et al.*, 2025

Da mesma forma, a China preconiza relações estáveis e fluxos confiáveis com seus fornecedores de alimentos, investindo em capacidades logísticas para garantir previsibilidade no abastecimento em escala. O País possuí 20% da população mundial, mas apenas 5% das terras aráveis do planeta, sendo um importador líquido de produtos agrícolas desde 2004, liderando a compra de soja, milho, trigo, arroz e laticínios (Cong; Yang, 2023; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019b). De forma similar à perspectiva energética, as importações agrícolas da China são majoritariamente por via marítima, ocasionando o mesmo dilema securitário mencionado anteriormente. Portanto, a Rússia pode aproveitar sua localização geográfica para alavancar a logística terrestre. Desde 2023, por exemplo, os países têm trabalhado para consolidar a operação do Novo Corredor Terrestre de Grãos (New Land Grain Corridor – NLGC),

um terminal ferroviário especializado em grãos que conectaria o Extremo Oriente da Rússia à Mongólia Interior, na China (Donnellon-may; Zhang, 2024). Além disso, a instabilidade do mercado agrícola em meio as tarifas de Trump é uma oportunidade adicional. Em meio a um cenário internacional conturbado, a China tem apostado em países com os quais tem boa relação para manter e incrementar cadeias de suprimentos confiáveis de produtos agrícolas, tendo em vista que historicamente muitos de seus fornecedores tradicionais eram países ocidentais, especialmente os EUA, mas também Austrália, Canadá e França.

As relações com o Brasil são um exemplo interessante de tal planejamento. Desde a implementação da primeira guerra comercial e tarifária com os EUA, no governo Trump 1, a China delimitou uma estratégia de diversificação de fornecedores de soja visando fortalecer sua segurança alimentar, e elencou o Brasil como o parceiro prioritário para tal produto. Pequim impôs uma tarifa retaliatória de 25% à produtos dos EUA, que somada a outros impostos – (Imposto sobre Valor Agregado – (IVA) – e Nação Mais Favorecida (NMF) –, resultaram na elevação das taxas sobre a soja americana para um total de 34% em 2025, dificultando muito a atratividade do produto. Em contrapartida, o Brasil tem de arcar apenas com os 3% do NMF, tornando os preços de seu produto muito mais atrativos. Tais imposições de barreiras artificiais condicionam o mercado, pois em condições normais, os preços da soja dos EUA e do Brasil seriam equivalentes (American Soybean Association, 2025). No entanto, objetivando se proteger de intercorrências, a China aposta na previsibilidade da oferta brasileira, e incrementa sua estratégia com investimentos em infraestrutura e logística para melhorar ainda mais os fluxos comerciais, como a proposta de construção de uma ferrovia transcontinental de aproximadamente 4.500 quilômetros na América do Sul, ligando a costa atlântica do Brasil com o porto de Chancay, no Peru (Patrick, 2025). Exemplificando o contexto atual, destaca-se que em 2024, o Brasil representou 71% das importações de soja da China, e tal cenário se manteve em 2025, com a compra de soja dos EUA se tornando uma carta negocial importante da China nas negociações tarifárias com Trump (American Soybean Association, 2025; Woodhouse, 2025).

O ano de 2025 já demonstra o potencial de crescimento das relações comerciais agrícolas sino-russas. De acordo com dados do Ministério da Agricultura da Rússia, os países incrementaram em 15% o volume de fornecimento mútuo de produtos agrícolas entre janeiro e setembro de 2025. As exportações russas para a

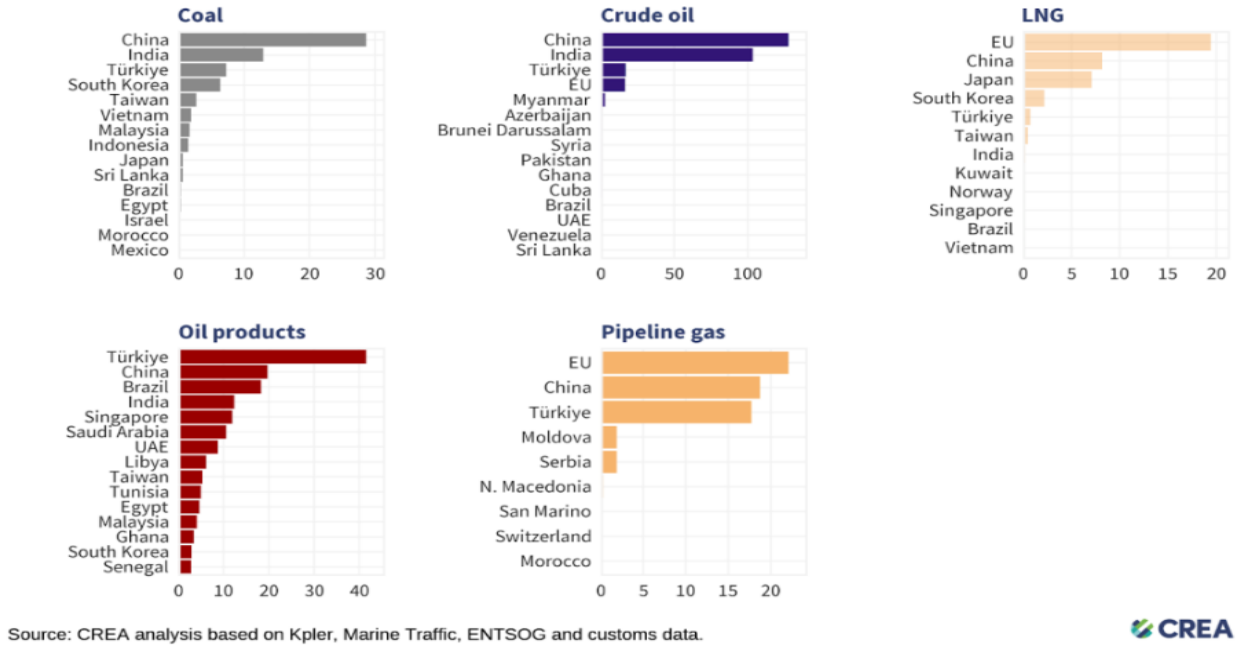
China cresceram 10%, com ênfase em produtos como óleos de girassol e canola, crustáceos, peixes congelados e carne. Além disso, estão fomentando a cooperação em áreas técnicas e de pesquisa e desenvolvimento, como melhoramento genético animal e vegetal, biotecnologia industrial, digitalização do complexo agroindustrial e sobre técnicas de melhoria da fertilidade do solo (Trade in..., 2025). Outro ponto incremental é o comércio de fertilizantes. Em 2023, uma cooperação mais estreita no fornecimento de tais recursos foi listada como área prioritária no Plano de Desenvolvimento Pré-2030 sobre Prioridades na Cooperação Econômica China-Rússia (*Pre-2030 Development Plan on Priorities in China-Russia Economic Cooperation*). A Rússia tem capacidade de suprir a enorme demanda chinesa por recursos como cloreto de potássio, por exemplo (Donnellon-may; Zhang, 2024).

A economia da Rússia depende muito da pauta exportadora, que é dominada por commodities energéticas. Os recursos derivados do comércio de petróleo e do gás representaram cerca de 60% das receitas de exportação e entre 30% e 50% do orçamento federal do País na última década. Em 2024, a receita de tal pauta exportadora chegou a 242 bilhões de euros. E desde fevereiro de 2022, mesmo com diversas restrições, totalizou 847 bilhões de euros (Raghunandan *et al*., 2025). Devido à tamanha relevância, a capacidade de angariar e manter mercados para tais produtos é central para a estratégia econômica de longo prazo da Rússia. Um processo de pivô para o mercado asiático já estava em curso, mas o mercado europeu ainda mantinha importância relativa, especialmente devido a prover preços superiores. Com a implementação de um regime de sanções sem precedentes, no entanto, tal processo se acelerou, sob o prognóstico de um fechamento paulatino de mercados europeus e ao aumento substancial da importância de China e Índia para as exportações russas.

Analisando o ranking dos principais mercados importadores de produtos energéticos russos (Figura 20), percebe-se claramente que apesar de diminuição relevante no volume das importações, como em relação ao gás (que caiu de 45% em 2021 para 18% em 2024), a UE ainda não obteve autossuficiência completa em relação à Rússia nesse aspecto. Segundo um relatório do *Centre for Research on Energy and Clean Air* (CREA), os países da UE compraram em torno de 21,9 bilhões de euros em petróleo e gás da Rússia em 2024, enquanto alocaram 18,7 bilhões de euros em ajuda financeira para a Ucrânia no mesmo ano, de acordo com cálculos do *Kiel Institute for the World Economy*. Outrossim, tal estudo aponta que entre

fevereiro de 2022 e dezembro de 2024, membros e instituições da UE designaram 113 bilhões de euros para apoio à Ucrânia, porém importaram mais de 202 bilhões de euros em produtos da pauta exportadora energética russa (Raghunandan *et al*., 2025).

Figura 20 - Principais mercados importadores de commodities energéticas da Rússia



Fonte: Raghunandan *et al*., 2025

Outro ponto relevante é o aumento expressivo da China. Dos cinco produtos analisados, Pequim lidera em dois, e é a segunda colocada nos outros três. Desde fevereiro de 2022, as importações chinesas representaram cerca de 45% de todas as exportações de carvão, 47% das exportações de petróleo bruto, 12% das exportações de derivados de petróleo, 21% das exportações de Gás Natural Liquefeito, e 28% das exportações de gás natural por gasodutos (Raghunandan *et al*., 2025). A interpretação dos dados deixa claro também o aumento da importância de Índia e Turquia.

Em síntese, argumenta-se que o contexto sistêmico atual da Rússia percebe uma crescente restritividade para seus interesses econômicos. A perda de mercados tradicionais implica na necessidade de reorientação do fluxo comercial, que por sua vez demanda tempo para a consolidação da infraestrutura. O projeto do gasoduto *Power of Siberia 2*, abordado no subcapítulo anterior, é um exemplo interessante, tanto de uma oportunidade potencial, quanto da dificuldade de mudança de vetor

exportador. Ademais, as implicações das sanções e das restrições de importações à Rússia vão reverberar no longo prazo, e já demonstram sinais de impacto negativo. As primeiras sanções à Rússia do governo Trump 2, aplicadas em 22 de outubro de 2025 às duas maiores petrolíferas russas, Rosneft e Lukoil (que conjuntamente correspondem a metade das exportações de petróleo russo), complexificam ainda mais o cenário econômico. Outrossim, tal contexto restritivo se alastra para outros âmbitos da economia, como exemplificado pela diminuição de quase 92% nas exportações de armas da Rússia entre 2021 e 2024, no que equivaleria em torno de 13 bilhões de dólares em vendas (Daly, 2025).

3.3 ESTÍMULOS DE UNIDADE: O IMPACTO DA PERCEPÇÃO DOS LÍDERES

A variável sobre Imagem dos líderes diz respeito a influência de crenças, visões ou ideias dos principais tomadores de decisão de um determinado Estado no primeiro dos processos a nível de unidade elencados pelo modelo teórico: a percepção sobre os estímulos sistêmicos. Tais indivíduos serão denominados, em consonância com a definição de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p. 61-66) como Executivos de Política Externa (*Foreign Policy Executives* – FPEs). Em suma, referem-se a posições centrais de governança (dependendo da forma de governo ou regime analisado), tais como: presidente ou primeiro-ministro, como Chefes de Estado; e ministros, conselheiros ou membros de destaque de gabinetes sobre deliberações securitárias e de política externa, como elementos associados ao processo decisório (Foulon, 2015; Kunz; Saltzman, 2012; Sears, 2017).

Sob tal lógica, informações recebidas da estrutura do Sistema Internacional e da interação entre os atores passam por um filtro cognitivo inerente ao FPE[7], que orienta sua compreensão frente a tais dinâmicas e possíveis respostas a ameaças ou oportunidades percebidas. Tal filtro cognitivo é baseado em um conjunto de valores, crenças ou “imagens” dos líderes, que são informadas de maneira particular de acordo com experiências, valores e ideologias individuais ou por meio de alguma racionalidade teórica sobre a política internacional (Kunz; Saltzman, 2012; Mearsheimer; Rosato, 2023; Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016, p. 61-66). Três

[7] Modelos psicológicos sobre restrições cognitivas incluem explicações sobre códigos operacionais, lições da história, influência da personalidade ou sobre crenças de líderes, e dinâmicas de grupo (*group think*), por exemplo (Farnham, 1997; Jervis, 1976; Kunz; Saltzman, 2012; Larson, 1985).

perspectivas cognitivas influenciam na construção dos códigos operacionais dos líderes, por exemplo: crenças filosóficas sobre política; ideias sobre as melhores estratégias para atingir interesses centrais; e imagens do inimigo e de si mesmo (George, 1969; Holsti, 1967; Leites, 1951; Levy, 2013).

Estudos com variáveis sobre percepção são úteis para uma gama variada de objetivos. A problematização da personalidade individual de líderes, especialmente em regimes personalistas, ajuda a entender avaliações sobre balanças de poder e tendências geopolíticas futuras, impactando na delimitação de estratégias equilibradas ou expansionistas por líderes como Otto von Bismark, Adolf Hitler, Mao, Stalin e Saddan Hussein, por exemplo (Byman; Pollack, 2001; Hermann; Hagan, 1998; Post, 2003; Weeks, 2014).

Tal perspectiva analítica também agrega para a problematização sobre diferentes reações de atores sob circunstâncias similares. Por exemplo, uma explicação proposta sobre a diferença na tomada de decisão sobre o futuro da União Soviética em um contexto de declínio relativo entre Mikhail Gorbachev (proponente da estratégia de reforma e abertura) e seu antecessor, Leonid Brezhnev, ressalta a influência de filtros cognitivos dicotômicos entre ambos personalizando suas percepções sobre os estímulos externos e as opções viáveis (Chekel, 1993; Larson; Shevchenko, 2003; Stein, 1994). Preferências de líderes sobre risco (*risk takers versus risk adversers*) também podem explicar variações em estratégias em contextos similares (Kowert; Hermann, 1997).

Existe uma rica literatura formulada sob modelos realistas neoclássicos que utilizam de Variáveis Intervenientes perceptivas para explicar avaliações sobre estímulos sistêmicos e seus impactos nas políticas externas escolhidas e em Grandes Ajustes Estratégicos delimitados. Wohlforth (1987, 1993) discorre sobre o impacto da percepção das elites na avaliação da distribuição de poder material e a deflagração de guerras, com ênfase no período anterior a Primeira Guerra Mundial e durante a competição entre EUA e URSS na Guerra Fria. Similarmente, Friedberg (1998, p. 6-18) aborda a importância de variáveis perceptivas para o processo de avaliação e adaptação às condições de declínio relativo do Reino Unido entre 1895 e 1905, questionando o determinismo material do realismo estrutural e propondo um modelo baseado em fatores organizacionais, intelectuais e domésticos para explicar mudanças na postura estratégica do país que não ocorreram de forma abrupta, mas de forma desarticulada e desigual. Taliaferro (2004), por sua vez, problematiza

intervenções de grandes potências na periferia e suas condicionantes, com base em avaliações sobre a percepção de líderes sobre poder, status e prestígio, e como tal dinâmica pode impactar em engajamentos militares e diplomáticos controversos em ambientes triviais para os interesses centrais do Estado. Kai He (2017) propõe um modelo perceptual de "ameaça e interesse" *(threat interest' perceptual model*) para explicar a variação nas relações entre os EUA e a China, da cooperação à competição, argumentando que a percepção socialmente construída (e não estruturalmente pré-determinada) dos líderes em relação às ameaças à segurança e aos interesses econômicos uns dos outros é o principal impulsionador da variação na relação bilateral (He, 2017).

Ressalta-se, por fim, que para os fins do presente estudo, seguiu-se as sugestões de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p. 123-129) para identificação dedutiva dos atores que compõe os Executivos de Política Externa de Rússia e China. A primeira etapa é discernir entre o FPE e a burocracia sobre assuntos relacionados a relações exteriores, defesa e inteligência (*foreign, defense, and intelligence bureaucracy* – FDIB). As organizações burocráticas estão a serviço do FPE e cumprem funções específicas sob um escopo limitado, como coleta de informações, fornecimento de opiniões especializadas (*expertise*) sobre aspectos políticos, econômicos ou militares e apresentação de opções políticas específicas para consideração (*polícy briefings* ou *policy recommentations*). Contudo, o poder decisório resta com o FPE, que pode acatar ou não as sugestões elaboradas. A segunda etapa é tentar compreender a dinâmica decisória, isto é, determinar hierarquias e particularidades de cada caso.

O Executivo de Política Externa de ambos os países é liderado por seus presidentes, Xi Jinping e Vladimir Putin, que possuem primazia hierárquica na influência decisória. Tendo em vista a ênfase do trabalho em deliberações sobre grande estratégia, política externa e defesa, não serão abordadas problematizações sobre a governança política interna dos países. No caso da China, a Instituição mais relevante a ser analisada é o Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China (PCC) – *Standing Committee of the CPC Politburo* –, composto por 25 membros e cujo papel é fornecer a visão estratégica e os objetivos de longo prazo sobre as relações do país com o mundo. O Ministério de Relações Exteriores, por sua vez, é o principal órgão implementador de tal estratégia. Como mencionado na primeira distinção, vale pontuar que os membros do Comitê Permanente consideram

aconselhamentos de agências de inteligência e segurança, ministérios relevantes, governos provinciais e, inclusive, de empresas estatais proeminentes (*State-owned enterprises - SOEs*), devido à valorização de uma cultura de busca de consenso e harmonia entre atores domésticos. Contudo, tal perspectiva não obstrui o poder decisório final do topo da liderança do PCC na definição sobre agendas e interesses de política externa e deliberações securitárias[8] (Changhe, 2010; Jie; Ridout, 2021; Lampton, 2015; Wong, 2018; Zhang, 2014).

O Executivo de Política Externa da Rússia, por sua vez, é mais centralizado no presidente Vladimir Putin e em seu círculo de conselheiros, como o Ministro de Relações Exteriores Sergey Lavrov, por exemplo. De acordo com a Constituição da Federação russa, o presidente possuí a prerrogativa de definir as linhas centrais de política externa e o papel de representar os interesses do país nas relações internacionais. Contudo, instituições relevantes como o Conselho de Estado da Federação Russa – cujo papel é auxiliar na orientação no desenvolvimento de objetivos de política externa –, e o Conselho de Segurança da Federação Russa – que contribui com a identificação e a avaliação das principais ameaças à segurança nacional e no desenvolvimento de alternativas para neutralizá-las –, correspondem também como atores relevantes para a dinâmica decisória interna russa sob assuntos estratégicos (The Concept..., 2023).

O primeiro ponto perceptivo dos FPEs chineses e russos a ser abordado é a forma de ação internacional de ambos os países perante os desafios elencados no subcapítulo anterior. Tal perspectiva não só demonstra uma diferença de estratégias de projeção internacional e de contestação da ordem vigente entre China e Rússia,

[8] A Iniciativa do Cinturão e Rota (ou *Belt and Road Initiative*) é um exemplo interessante para contrastar as dinâmicas hierárquicas domésticas na China. Considerada uma estratégia de interesse pessoal de Xi Jinping, diversos Ministérios contribuem com a tomada de decisão sobre sua implementação. Em um documento de planejamento publicado pelo Conselho de Estado (*State Council*) após sua concepção, foi destacado que a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) lideraria os esforços de coordenação, com responsabilidades compartilhadas com os Ministérios de Comércio (MOFCOM), das Finanças e das Relações Exteriores (Vision..., 2015). Entretanto, em meio a debates sobre cronogramas e critérios para obras a serem selecionadas, ocasionalmente percebeu-se uma disputa de aconselhamentos, prejudicando o estabelecimento de consensos. Por exemplo, no tocante a projetos sobre ferrovias de alta velocidade, disputas entre o Ministério das Finanças – que enfatiza questões como viabilidade econômica e potencial de problemas de insolvência nos países selecionados – contrasta com a perspectiva técnica do Ministério dos Transportes – que prioriza a velocidade de conclusão dos projetos de infraestrutura. Em última análise, entretanto, tal processo de barganha tem papel secundário frente as prioridades da agenda de política externa determinada pelo Comitê Central do Politburo, que é substanciado por uma visão pragmática e de longo prazo embasada em questões econômicas e geopolíticas (Jie; Ridout, 2021).

mas também representa outra condicionante estrutural que contribuí para o cálculo de ambos.

O conceito de revisionismo é central para tal discussão. Apesar de ser popular e relevante para a literatura contemporânea de Relações Internacionais, a definição de tal termo sofre de diversos problemas. De forma simplória, tende-se a entender o revisionismo como um comportamento de um Estado em decorrência de insatisfação com o status quo. A literatura realista clássica associava o revisionismo com o desejo de modificar o status quo sobre aspectos como distribuição de poder, prestígio ou território, comumente pelo emprego ou ameaça do uso da força (Ward, 2017). A depender de variações graduais na intensidade de tal descontentamento, determina-se o nível de recursos que tal ator está disposto a empregar e de riscos e custos que está disposto a incorrer para modificar tal cenário (Schweller, 1994).

O primeiro problema associado a definição de revisionismo é a forte tendência de associá-lo a um comportamento padrão de potências emergentes, enquanto a potência hegemônica ou potências estabelecidas são orientadas sob um viés de defesa do status quo. Tal viés é principalmente relacionado a análises baseadas em teorias de transição de poder e de teorias de ordem ou mudança hegemônica (Gilpin, 1981; Tammen; Kugler; Lemke, 2017). No entanto, as evidências empíricas e análises teóricas críticas a essa suposição indicam que nem todas as potências emergentes são revisionistas e que eventualmente potências hegemônicas atuam de forma revisionista (Cooley, Nexon e Ward, 2019; He *et al*., 2021; Schweller, 2015).

Um segundo problema refere-se à atribuição de uma dimensão moral a distinção entre as potências emergentes, caracterizadas como desestabilizadoras, e as hegemônicas e as estabelecidas, classificadas como satisfeitas e construtivas. Tal classificação binária também se estende à perspectiva ideológica e até mesmo cultural, com atores ocidentais sendo associados a moralidade, progresso e legitimidade, e atores não-ocidentais vinculados de forma crítica a qualidades opostas. Tal implicação narrativa é importante pois a classificação de um Estado como revisionista traz implicações políticas e normativas, com ênfase na justificativa ou legitimação de estratégias de contenção, balanceamento e exclusão (He *et al*., 2021; Turner; Nymalm, 2010).

Outro detalhe importante é a conceituação das origens do revisionismo como sendo baseadas tanto em capacidade quanto em desejo de promover mudanças

substanciais. Portanto, deve-se atentar ao comportamento intentado, não aos resultados obtidos, pois nem toda estratégia revisionista é capaz de gerar as transformações pretendidas. O exemplo da invasão do Kuwait pelo Iraque é sintomático. Apesar de falhar em sua iniciativa de subjugar o vizinho e conquistar seu território (resultado objetivado), o comportamento não deixa de ser revisionista sob o lógica de que desafiou as normas de integridade territorial e uso legítimo da força conforme o direito internacional. A mesma lógica se aplica para a invasão russa da Ucrânia, por exemplo, cujo impacto para as relações sino-russas será analisado detalhadamente na sequência deste capítulo e no subcapítulo 4.2.

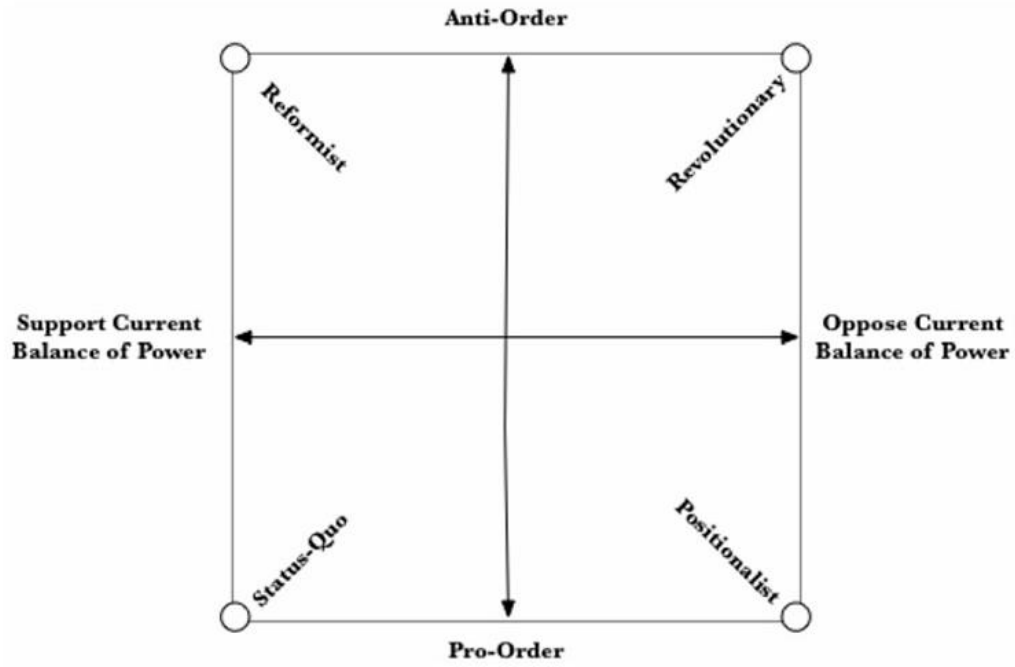
Além de tais questões relacionadas, relacionadas com viés e arbitrariedade, um problema mais relevante diz respeito a falta de tratamento teórico das motivações do comportamento revisionista. A literatura aponta diversos elementos passíveis de resultarem em insatisfação: a distribuição de capacidades, normas e regras, instituições, perspectivas territoriais, hierarquias de status e prestígio, etc. No entanto, a classificação binária entre Estados revisionistas *versus* status quo obscurece as nuances e particularidades da estratégia de diferentes atores. Visando responder a tal lacuna, diversos autores têm proposto o desenvolvimento de abordagens multidimensionais sobre o revisionismo, com ênfase em explicar não apenas a intensidade de tal comportamento, mas os aspectos que justificam sua implantação e que evidenciam diferentes abordagens revisionistas, argumentando em favor de uma lógica de variação tanto quantitativa quando qualitativa (Cooley; Nexon; Ward, 2019; He *et al*., 2021).

Steven Ward (2017) oferece uma concepção bidimensional, com vistas a distinguir entre a insatisfação distributiva (*distributive dissatisfaction*), que refere-se ao desejo de angariar maior proeminência material de ativos como poder militar ou capacidade econômica, e a insatisfação normativa (*normative dissatisfaction*), que implica demandas relacionadas a regras, normas e instituições que mediam e legitimam a relação entre os atores no sistema internacional. Cooley, Nexon e Ward (2019) incrementam tal argumentação propondo uma tipologia sobre o revisionismo baseada em quatro variações de orientação relacionadas a duas perspectivas motivadoras: a insatisfação com a distribuição de capacidades e a insatisfação com a distribuição de benefícios da ordem internacional.

Segundo os autores, os Estados podem ser enquadrados a um ou até mais de um dos tipos de tipologia, apresentando orientações revisionistas em

determinados domínios e de status quo em outros. Atores status quo reiteram uma posição de satisfação tanto com a distribuição de capacidades vigente quanto com a natureza da ordem internacional. Estados reformistas, por sua vez, possuem o desejo de modificar aspectos da ordem internacional existente, mas não tem a mesma motivação com relação a distribuição de capacidades. Atores posicionalistas tem uma posição oposta aos reformistas, ao passo que aceitam os fundamentos da ordem vigente, porém objetivam uma mudança na distribuição de capacidades. E os Estados revolucionários, por fim, objetivam um revisionismo duplo, buscando concomitantemente alterar a distribuição de capacidades e a ordem internacional (Figura 21) (Cooley; Nexon; Ward, 2019).

Figura 21 - Tipologia das orientações revisionistas e de status quo



Fonte: Cooley; Nexon; Ward, 2019, p. 696

Utilizar de tal tipologia para discorrer sobre o comportamento contemporâneo de China e Rússia traz resultados interessantes. A análise da Rússia sob Putin indica uma trajetória de caráter reformista para revolucionária. Como evidenciado no capítulo anterior, o comportamento russo mudou tanto perante a satisfação com a distribuição de capacidades em seu entorno regional de segurança quanto com relação a ordem global vigente mudou significativamente da primeira metade dos anos 2000 até meados de 2008, quando ocorreu a guerra na Geórgia. O discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique de 2007, que será analisada no

corpus documental da pesquisa, marcou um ponto de inflexão e deixou evidenciou a mudança assertiva de percepção da Rússia sobre sua insatisfação com relação aos rumos da política internacional. A orientação crítica da Ordem Liberal Internacional perante a estabilidade de seu sistema de governança doméstico e a noção de um risco securitário crescente devido especialmente a expansão da OTAN gradativamente passavam a serem tratados como ameaças existenciais à segurança e prosperidade da Rússia. A análise documental evidencia tal paulatina de visão e a realização de que atitudes revisionistas deveriam ser tomadas, tanto em questão de alterações do status quo material no seu entorno regional, quanto sobre ao desafio de normas e instituições subjacentes a ordem internacional (Cooley; Nexon; Ward, 2019).

O aspecto reformista é evidenciado pela variação no comportamento russo no tocante a relação com os Estados Unidos, com a OTAN e com o sistema de normas e instituições internacionais de forma geral. No início dos anos 2000, Putin enfatizava a coexistência pacífica com a OTAN, a cooperação com os EUA – como demonstrada no contexto da Guerra ao Terror – e a integração e o respeito às instituições políticas e normativas. A postura da Rússia no sistema ONU e sua aquiescência em participar de tratados sobre controle de armas estratégicas, químicas e nucleares demonstrava tal premissa. Gradativamente, no entanto, tal postura pragmática de viés cooperativo deu lugar a um comportamento defensivo de viés confrontacional, devido ao que a Rússia considerava como um contexto político-securitário declinante. O vetor revolucionário, por outro lado, decorre especialmente da aceitação dos riscos e das consequências negativas de uma estratégia de alteração do status quo geopolítico de sua região por meio do uso da força, condicionando a distribuição de capacidades a seu favor. Ademais, apesar das justificativas de caráter estratégico e securitário, do ponto de vista jurídico e institucional, as intervenções militares da Rússia na Geórgia e, principalmente, na Ucrânia representam violações ilegais da soberania e da integridade territorial dos dois países. Ou seja, constituem também uma clara ação revisionista sobre princípios fundamentais da ordem internacional contemporânea (*counter-order revisionism*), que considera o uso da força e a anexação territorial como ações ilegítimas a não ser por autodefesa ou em decorrência de aprovação pelo Conselho de Segurança da ONU (Cooley; Nexon; Ward, 2019).

A China, como demonstrado no capítulo anterior, não só enfrenta menos desafios securitários latentes, como percebe maiores ganhos relativos no âmbito da distribuição de capacidades de 2000 em diante. Ademais, entende na participação ativa e altiva na ordem internacional um fator de estabilização de relações e de construção de confiança para com o mundo. A dimensão econômica é especialmente ilustrativa, com a China possivelmente sendo o ator que mais percebeu melhoras no seu desempenho durante tal recorte temporal. Todavia, tal fato por si só não é um impeditivo para o comportamento revisionista. Tal constatação decorre da classificação dos Estados como maximizadores de benefícios. Ou seja, apesar de que a China experenciou e segue percebendo uma grande vantagem na integração aos mercados globais no contexto da globalização, não significa que ela não possa objetivar mudar outras dimensões da ordem global para ampliar ainda mais suas vantagens em relação aos demais (He *et al*., 2021).

Sob tal lógica, a análise da China sob Xi indica uma trajetória de caráter reformista e posicionalista. O aspecto reformista é evidenciado pela sua postura frente as normas, que busca respeitar, e as instituições globais, que objetiva promover e incrementar sua participação. As posturas de manutenção da ordem (*order maintenance*) e do exercício da autocontenção (*self-restraint*) são características de potências status quo com relação à natureza da ordem internacional. No entanto, Pequim simultaneamente advoga por mudanças substanciais na linguagem normativa das organizações consolidadas ao mesmo tempo que lidera a criação de instituições alternativas, com vistas a diminuir a proeminência ocidental e ampliar sua influência nos mecanismos de governança global da ordem vigente, caracterizadas como estratégias reformistas (Cooley; Nexon; Ward, 2019; Larson; Shevchenko, 2010; Popović, 2025)

O vetor posicionalista refere-se a sua postura frente à distribuição de poder no sistema. Ao passo que Xi delineou uma estratégia de balanceamento interno substancial, aumentando muito as capacidades materiais das forças armadas chinesas, e de uma retórica e ações mais assertivas no tocante a Taiwan e o Mar do Sul da China, em geral Pequim mantém um comportamento condizente com as normas globais e não usou da força para alterar a balança de poder regional a seu favor (Chan; Hu; He, 2019; Cooley; Nexon; Ward, 2019; Pisciotta, 2023).

A explanação prévia remete a lógica relacional do comportamento revisionista. A Rússia é especialmente revisionista sobre o que considera uma

arquitetura de segurança europeia injusta e agressiva a seus interesses e ao status político e territorial da Ucrânia. A China é revisionista frente à estratégia de contenção que percebe subjacente no pivô para a Ásia dos EUA e sobre a predominância dos interesses ocidentais na governança global. Percebe-se, portanto, que deve-se atentar em não ser generalista na conceituação, mas focar em identificar o domínio, o objeto, o escopo e os meios da revisão pretendida. Ademais, uma forma adicional de discernir diferentes caracterizações revisionistas é de acordo com os meios usados. He *et al*. (2021) propõe uma distinção entre o revisionismo duro (*hard revisionism*) e revisionismo brando (*soft revisionism*). Estratégias baseadas no emprego da força e da coerção são enquadradas na primeira abordagem. Ações de escopo gradual e não militares, especialmente relacionadas com a reforma institucional e a difusão de novas normas, são características da segunda abordagem.

Tal ponto é essencial para compreender a percepção sino-russa sobre o sistema internacional e a política internacional, com vistas a responder as duas perguntas de pesquisa definidas no trabalho. Percebe-se que Rússia e China não nutrem projetos revisionistas idênticos, não apenas com relação a objetivos, mas também meios, com Moscou delimitando estratégias de revisionismo duro enquanto Pequim foca em ações de revisionismo brando. Apesar disso, em alguns aspectos suas ações revisionistas convergem, tanto em objetivos quanto meios. O exemplo do BRICS como uma instituição de revisionismo brando é interessante e será analisado mais à frente. Para entender por que os dois países aprofundam seu alinhamento progressivamente e porque não delimitaram estratégias de balanceamento frente ao outro, deve-se atentar ao nível de convergência e divergência de suas insatisfações perante a distribuição de capacidades e à ordem internacional vigente.

Feita a problematização das diferenças de abordagens de ambos com relação a política internacional, o segundo ponto da análise perceptiva é a análise do corpus documental sobre as estratégias de política externa e de segurança nacional e defesa de Pequim e Moscou. Antes, porém, vale contextualizar e definir alguns conceitos centrais para o diagnósticos de tais fontes.

Em primeiro lugar, é importante delimitar a diferença entre sistema internacional e ordem internacional. O termo sistema internacional refere-se ao ambiente estrutural proveniente da interação entre Estados sob condições de anarquia. Tal contexto emerge da partir de quando tal interação entre atores

diferentes é suficientemente intensa para influenciar o comportamento uns dos outros, resultando em pressões, incentivos e constrangimento diversos (Buzan, 1993). Vale mencionar que o presente estudo subscreve sob a definição waltziana de anarquia, que compreende tal conceito como à ausência de uma autoridade central acima dos Estados soberanos no sistema internacional. Diferentemente de estruturas políticas domésticas, caracterizadas pela hierarquia, um ambiente anárquico implica na geração de incerteza sobre as intenções presentes e futuras dos demais atores e, consequentemente, a condições de autoajuda (Jervis, 1978; Waltz, 1979).

O termo ordem internacional, por sua vez, diz respeito a um conjunto de normas, instituições e práticas que organizam, estabilizam, legitimam e contestam a interação entre os Estados no sistema internacional. Tal padrão de atividades não elimina a competição e o conflito, mas serve como uma base de sustentação para as relações interestatais, visando a preservação de preceitos fundamentais de coexistência pacífica, como o a manutenção da soberania, da integridade territorial e da autodeterminação dos povos, a limitação do uso da força, o respeito a acordos diplomáticos firmados e a estabilidade da propriedade (Bull, 1977; Buzan, 1993). A partir da problematização do corpus documental, serão discutidas outras definições importantes, como capacidades materiais, polaridade, unipolaridade, multipolaridade, Ordem Internacional Liberal, Ordem da Carta da ONU, entre outros.

O estudo do corpus documental foi concebido com vistas a conectar a análise empírica dos documentos oficiais ao referencial teórico e à lógica causal da pesquisa, sob uma progressão gradativa de três níveis, partindo do diagnóstico da realidade internacional, passando pela avaliação perceptiva dos FPEs e culminando na formação e implementação da política externa. Dessa forma, o modelo operacionaliza a sequência causal proposta pela tese: estímulos sistêmicos → percepções das lideranças → alinhamento estratégico.

O nível 1 diz respeito ao diagnóstico sistêmico, visando responder à pergunta sobre como Xi Jinping e Vladimir Putin caracterizam o sistema internacional? Foram analisados aspectos relacionados a estrutura do sistema, a natureza da política internacional e a legitimidade da ordem internacional vigente. Como justificativa, avalia-se que este nível está relacionado ao primeiro problema de pesquisa da tese (Por que a transição da unipolaridade para a multipolaridade não afetou negativamente a parceria estratégica sino-russa?). Assim, considera-se que a

convergência ou não dessas caracterizações constitui um elemento importante para compreender por que a mudança na distribuição de capacidades não resultou em comportamentos de balanceamento mútuo.

O nível 2 refere-se a percepções sobre atores estratégicos, ameaças e oportunidades, visando responder à pergunta sobre quais são as principais fontes de insegurança percebidas por Xi Jinping e Vladimir Putin? As variáveis analíticas dessa abordagem são os atores estratégicos e seu papel no sistema internacional e diferentes vetores de ameaça e oportunidade (políticos, econômicos, militares e ideológicos). Como justificativa, destaca-se que tal nível está relacionado à segunda questão de pesquisa (Por que nenhum dos dois atores adotou comportamentos de balanceamento em relação ao outro, apesar do crescimento de suas capacidades ofensivas e da proximidade geográfica?). Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a identificação de diagnósticos convergentes acerca das fontes de insegurança para compreender por que as capacidades materiais de cada país não foram interpretadas como ameaças prioritárias, favorecendo, em vez disso, a ampliação da cooperação bilateral.

O nível 3, por fim, concerne a percepção sino-russa sobre a cooperação bilateral, visando responder à pergunta sobre como Xi Jinping e Vladimir Putin avaliam os potenciais benefícios e limitações de um alinhamento mais profundo? Ênfase foi dada na linguagem e nas ações sobre a caracterização da natureza da relação, dos objetivos da parceria e das oportunidades e riscos averiguadas da interação cooperativa. Como justificativa, considera-se que este nível está relacionado a ambas as questões de pesquisa, e que tal análise permite identificar de que maneira a parceria sino-russa é concebida como um instrumento para a promoção de objetivos comuns, a gestão de ameaças compartilhadas e a ampliação de oportunidades estratégicas em um contexto de transformação da estrutura internacional.

O corpus documental também foi dividido em três partes: documentos da China, documentos da Rússia e documentos sino-russos.

O corpus chinês foi operacionalizado em quatro categorias. A primeira categoria representa documentos de doutrina partidária, que revelam o diagnóstico estratégico coletivo do Partido Comunista Chinês acerca do sistema internacional, particularmente acerca da natureza da política internacional e da evolução da ordem internacional. As principais fontes elencadas foram: *Full text of Xi Jinping's report at*

19th National Congress of the Communist Party of China (2017) e *Full text of Xi Jinping's report to the 20th National Congress of the Communist Party of China* (2022) (Communist Party of China Central Committee, 2017; Communist Party of China Central Committee, 2020).

A segunda categoria refere-se a documentos da doutrina estratégica chinesa, que informam sobre como o diagnóstico sistêmico é traduzido em avaliações de segurança, classificação de ameaças e planejamento estratégico. As principais fontes elencadas foram: *China's Military Strategy* (2015), *China's National Defense in the New Era* (2019) e *China's National Security in the New Era* (2025) (China Aaerospace Studies Institute, 2025a; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2025a).

A terceira categoria concerne a documentos relacionados a percepções pessoais de Xi Jinping, que fornecem observações valiosas sobre sua linguagem, seus enquadramentos interpretativos e sua compreensão sobre a posição da China frente as transformações da política internacional. As principais fontes elencadas foram: *Full text of Xi Jinping's speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China* (2021), *Full text of Xi Jinping's speech at the Opening Ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference* (2022), *Full text of Xi Jinping's speech at Shanghai Cooperation Organization Samarkand Summit* (2022), *Full text of Xi Jinping's speech Shanghai Cooperation Organization Astana Summit* (2024) e *Full text of Xi Jinping's speech BRICS Kazan Summit* (2024) (Xi, 2021; Xi, 2022a; Xi, 2022b; Xi, 2024a; Xi, 2024b).

A quarta categoria, por fim, corresponde a documentos relacionados a doutrina de política externa chinesa, que expressam como as percepções chinesas são operacionalizadas no campo diplomático, a partir das posições oficiais de Pequim sobre questões internacionais relevantes e sua estratégia de política externa de forma geral. As principais fontes selecionadas foram: *The Global Security Initiative Concept Paper* (2023), *China's Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis* (2023), *A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions* (2023) e *The Global Governance Initiative Concept Paper* (2025) (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2023a; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2023b; Ministry of Foreign Affairs of the People's

Republic of China, 2025a; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2023).

O corpus russo, por sua vez, foi operacionalizado em três categorias. Uma mudança clara é a diminuição de uma categoria, que decorre do fato de que o sistema político doméstico russo não possuí documentos de doutrina partidária. Todavia, entende-se que tal perspectiva não é prejudicial, e uma forma de mitigar impactos negativos foi o aumento do corpus documental referente a percepção de Putin de forma a manter um equilíbrio. Nesse sentido, vale ressaltar que existe uma diferença importante na forma de expressão da percepção dos dois líderes em relação a sua própria comunicação e ao uso de canais institucionais. O pensamento estratégico de Xi é também fortemente incorporado nos documentos doutrinários produzidos pelo Partido Comunista Chinês e nos Relatórios dos Congressos Nacionais. Putin, por sua vez, tem como característica a predisposição por articular suas percepções estratégicas por meio de discursos, entrevistas, pronunciamentos presidenciais e participação em fóruns de debate, como os promovidos pelo think tank Valdai Discussion Club.

A primeira categoria refere-se a documentos de doutrina estratégica russa, que revelam o diagnóstico de Moscou sobre o ambiente internacional e delimitam o planejamento estratégico e militar do país em resposta. As principais fontes selecionadas foram: *Military Doctrine of the Russian Federation* (2014), *National Security Strategy of the Russian Federation* (2015), *Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence* (2020), *National Security Strategy of the Russian Federation* (2021) e *Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence* (2024) (President of Russia, 2014; President of Russia, 2015; President of Russia, 2020; President of Russia, 2021; President of Russia, 2024).

A segunda categoria concerne a documentos relacionados a percepções pessoais de Vladimir Putin, que fornecem observações valiosas sobre a sua interpretação das transformações sistêmicas e frente a posição da Rússia, especialmente no tocante à sua segurança e influência. As principais fontes selecionadas foram: *Putin's speech at the Munich Conference on Security* (2007), *Putin's address regarding the annexation of Crimea* (2014), *Putin's Valdai speech* (2014), *Putin's article on Russian-Ukrainian relations* (2021), *Putin's address explaining the recognition of independence and sovereignty of the Donetsk People's*

Republic and the Lugansk People's Republic (2022), *Putin's address regarding the announcement of the Special Military Operation in Ukraine* (2022), *Putin's Valdai speech* (2022), *Putin's Valdai speech* (2023) e *Putin's Valdai speech* (2024) (Putin, 2007; Putin, 2014a; Putin, 2014b; Putin, 2021; Putin, 2022a; Putin, 2022b; Putin, 2022c; Putin, 2023; Putin, 2024).

A terceira categoria, por fim, corresponde a documentos relacionados a doutrina de política externa russa, que revelam como o somatório de tais percepções são operacionalizados no plano diplomático e como impactam par as posições e objetivos da política externa do país. As principais fontes selecionadas foram: *Foreign Policy Concept of the Russian Federation* (2013), *Foreign Policy Concept of the Russian Federation* (2016) e *Foreign Policy Concept of the Russian Federation* (2023) (President of Russia, 2013; President of Russia, 2016; President of Russia, 2023).

Por último, o corpus sino-russo é composto por tratados e declarações conjuntas. Tais documentos contextualizam os avanços na relação bilateral, especificam a noção de ambos sobre os benefícios da cooperação e discorrem sobre perspectivas de descontentamento mútuo. As principais fontes selecionadas foram: *Russian-Chinese Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order* (1997), *Treaty of Good-Neighbourliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation* (2001), *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Major International Issues* (2008), *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on the Development of a Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for a New Era* (2019), *Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development* (2022), *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era* (2023), *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era in Celebration of the 75th Anniversary of the Establishment of Diplomatic Relations* (2024) e *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Further Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era* (2025) (China

Institute of International Studies, 2025; People's Republic of China; Russian Federation, 1997; People's Republic of China; Russian Federation, 2001; People's Republic of China; Russian Federation, 2008; People's Republic of China; Russian Federation, 2019; People's Republic of China; Russian Federation, 2022; People's Republic of China; Russian Federation, 2023; People's Republic of China; Russian Federation, 2024; People's Republic of China; Russian Federation, 2025).

A partir da análise do corpus documental, pode-se tirar diversas conclusões e avaliar a ocorrência de convergências e divergências perceptivas em dimensões estratégicas, coma a distribuição de capacidades no sistema internacional e a natureza e as transformações na ordem internacional vigente.

Em primeiro lugar, será abordada a perspectiva relacionada a distribuição de capacidades. Infere-se que China e Rússia convergem em sua visão e linguagem com relação a oposição da unipolaridade e sobre o advento inevitável da multipolaridade em decorrência de mudanças na distribuição de capacidades e em tendências de poder. No entanto, percebem-se diferenças substanciais no nível de percepção de ameaças e na forma de responder para tal cenário.

Antes de avançar para o esforço analítico, porém, vale um refinamento conceitual relacionado a esse primeiro âmbito, de modo a entender como China e Rússia classificam o cenário internacional. A breve definição de quatro conceitos, que aparecem de forma recorrente no corpus documental, é relevante. São eles: capacidades materiais, polaridade, unipolaridade e multipolaridade. Capacidade materiais se referem a recursos tangíveis que oferecem poder aos Estados e podem ser convertidos em vetores de influência. Incluem dimensões como população, território, riqueza, tecnologia, forças armadas e recursos naturais. Devido ao fato de que os Estados em um sistema anárquico desempenham as mesmas funções, o que os distingue primordialmente são suas capacidades materiais relativas (e em menor grau, as competências administrativas de cada um). A polaridade, por sua vez, é derivada da distribuição de tais capacidades materiais entre as grandes potências, e determina se um sistema é unipolar, bipolar ou multipolar, moldando incentivos e constrangimentos distintos. A unipolaridade implica uma distribuição de capacidades materiais na qual um Estado unipolar (unipole) detém uma preponderância decisiva nas principais dimensões de poder que nenhuma outra grande potência, ou qualquer coalizão plausível de grandes potências, é capaz de igualar. A multipolaridade, por outro lado, refere-se a uma distribuição de capacidades materiais na qual três ou

mais grandes potências possuem recursos suficientemente relevantes para influenciar nos resultados das interações políticas no sistema internacional, sem qualquer um destes possuir proeminência decisiva frente aos outros (Mearsheimer, 2001; Posen, 2011; Waltz, 1979). Tais conceitos serão desenvolvidos com mais profundidade no decorrer desse capítulo.

A análise do corpus documental chinês remete a uma percepção de incremento de oportunidades devido ao aumento de poder do país, concomitantemente com a ampliação de ameaças devido a pressões externas resultantes de tal cenário. Os relatórios do XIX e do XX Congressos do Partido Comunista da China caracterizam um ambiente internacional mais adverso, marcado pela intensificação da competição estratégica e por maiores restrições econômicas e tecnológicas, consequência de uma vinculação mais explícita entre segurança e desenvolvimento (Communist Party of China Central Committee, 2017; Communist Party of China Central Committee, 2020).

Tal percepção internacional mais direcionada em questões de segurança e atenta para iniciativas de terceiros de criar dificuldades para o desenvolvimento econômico e tecnológico da China também é perceptível nas construções discursivas de Xi Jinping. A costumeira construção de paralelos com períodos negativos da histórica chinesa, especialmente a centralidade do Século das Humilhações, é contrastada com a expressão de confiança no momento atual do país. Xi afirma, nesse sentido, que a busca pelo rejuvenescimento nacional implica na construção de uma capacidade soberana capaz de promover a ampliação do poder chinês e a garantir a capacidade de resistência frente às pressões externas (Xi, 2021; Xi, 2024b).

O estudo da doutrina estratégica informa sobre como tais percepções do ambiente internacional tem sido traduzidas em planejamento estratégico e prioridades econômicas e de segurança. O livro branco China’s Military Strategy de 2015 oferece um ponto de partida inicial sobre o planejamento estratégico e securitário da China sob Xi Jinping. O principal ponto enfatizado pelo documento é a importância de modernizar as forças armadas do país, mas sem alterar a doutrina, caracterizada como de caráter defensivo. O principal conceito trabalhado é com a necessidade de preparação para lutar e vencer “guerras locais informatizadas” (informatized local wars). Para cumprir tal objetivo, investimentos robustos deveriam ser feitos em dimensões militares como capacidades cibernéticas, espaciais e

eletromagnéticas, com vistas a combater capacidades operacionais de adversários tecnologicamente avançados relacionadas a comando em rede, operações conjuntas, vigilância avançada e ataques de precisão. É evidente que o ator com o domínio mais destacado sobre tais capacidades é os Estados Unidos, mas o documento propositalmente não faz menções a terceiros diretamente, deixando tal lacuna para interpretação (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015).

Em contraste, o documento estratégico subsequente, intitulado China's National Defense in the New Era (2019), tem um caráter mais explicitamente político, pois cita diretamente aspectos da conduta dos Estados Unidos que a China se opõe. A ênfase principal é dada para a Taiwan, mas questões como a crescente rede de alianças dos EUA na macrorregião Ásia-Pacífico e os sistemas de defesa antimísseis localizados próximos ao território chinês também são destacados. O documento ainda apresenta a doutrina militar chinesa como de natureza defensiva, mas gradativamente vai avançando a noção de as forças armadas do país devem ser modernizadas para proteger não só o território continental e marítimo, mas também os interesses estratégicos da China em um ambiente internacional mais contestado e marcado por acentuada competição entre grandes potências (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019a).

O livro branco *China's National Security in the New Era*, de 2025, representa a visão mais atual da China quanto a seu planejamento estratégico frente os desafios do sistema internacional. A principal novidade é a adição do conceito de segurança holística ao que Pequim denomina Visão Geral da Segurança Nacional (*Overall National Security Outlook*). Tal abordagem concebe a necessidade de integração de múltiplos domínios no planejamento de segurança, argumentando que os desafios enfrentados pelo país são abrangentes e mutuamente interconectados. Para além da segurança territorial e militar, portanto, acresce-se dimensões como segurança política, segurança econômica, segurança tecnológica, segurança alimentar, segurança energética, segurança cibernética, segurança marítima e segurança espacial. Um exemplo interessante do incremento de ameaça multidimensional é a menção as cada vez mais contundentes legislações dos EUA sobre restrições de exportação de tecnologias relacionadas a semicondutores e Inteligência Artificial, especialmente após 2022 (China Aaerospace Studies Institute, 2025b; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2025a).

Com relação a este último ponto, vale uma breve discussão acerca das formas coercitivas usadas pelos EUA para implementar tais medidas restritivas, que muitas vezes demandam a colaboração de terceiros, como empresas do Japão, da Alemanha e da Holanda. Um caso de estudo interessante sobre tal estratégia, intitulada negação tecnológica (technology denial), concerne a medidas jurídicas e comerciais implementadas com o objetivo de restringir o acesso da China a máquinas de litografia por ultravioleta extremo (EUV), que são essenciais para a manufatura de semicondutores nos nós tecnológicos mais avançados. Tal medida, iniciada em 2019 e incrementada durante o governo Biden, na prática determinou que o governo holandês bloqueasse a exportação de tais máquinas para a China, aproveitando de tal gargalo geopolítico para criar uma janela de liderança para empresas americanas com relação a chips e Inteligência Artificial. Estratégias desse tipo, contudo, produzem resultados paradoxais. Por um lado, a China sofre substancialmente devido a perda de acesso a um componente crítico de hardware para o ecossistema de semicondutores, percebendo aumento de custos e perdas de produtividade em dimensões como ciclos de inovação (time-to-iterate) e rendimentos (yields). Por outro lado, Pequim se percebe obrigada a fortalecer seu ambiente de pesquisa e desenvolvimento e sua indústria doméstica nesse setor, aumentando investimentos, fomentando parcerias público-privadas e mobilizando mão de obra qualificada para aumentar sua resiliência de longo prazo perante a tais tipos de sanções de caráter tecnológico (Lantyer, 2026; Low, 2026; Shivakumar; Wessner; Howell, 2024).

A análise do corpus documental da Rússia, todavia, indica um cenário é mais complexo com relação a percepção da distribuição de capacidades pelo sistema e como tal condição é instrumentalizada em relação a seus interesses centrais. O principal foco da percepção de ameaça do país, por óbvio, decorre do avanço da OTAN à leste. Na visão russa, tal contexto resulta em instabilidade regional e em crescentes riscos militares em seu entorno estratégico. Gradativamente, o discurso quanto tal perspectiva foi ficando mais assertivo e confrontacional, especialmente após o início do conflito militar em larga escala na Ucrânia em 2022. Outrossim, à medida que as ações dos Estados Unidos e de seus parceiros da OTAN em resposta a tal ação começaram a incorrer custos, os documentos russos enfatizaram de forma mais relevante aspectos como necessidade de busca por resiliência econômica e aspectos relacionados a dissuasão nuclear.

O ponto de partida da análise foi a Doutrina Militar da Federação Russa, de 2014, que fornece uma contextualização interessante no período imediatamente posterior à anexação russa da Crimeia. A principal construção discursiva do documento é a classificação do crescimento de um cenário de tendência geopolíticas adversas, marcadas por transformações no caráter de ameaças aos interesses da Rússia. Uma distinção doutrinária particularmente relevante é sobre a diminuição de “perigos militares” (military dangers), caracterizados como situações ou processos que podem evoluir perigosamente, e o aumento de “ameaças militares” (military threats), classificados como ameaças imediatas que podem resultar em conflitos armados. Dois pontos são considerados centrais em tal análise: a aproximação da infraestrutura militar da Aliança às fronteiras russas, especialmente sistemas antimísseis e armamentos estratégicos de precisão; e situações de instabilidade política em Estados vizinhos, condicionadas como vinculadas a influências externas (President of Russia, 2014).

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, de 2021, representa um ponto de inflexão significativo na doutrina russa. O documento contrasta com o de 2015 na medida em que é nitidamente mais confrontacional e explicitamente crítico aos Estados Unidos, aos países europeus e a OTAN. A lógica narrativa infere que o documento de 2015 abordou as preocupações securitárias da Rússia, delineou formas de mitigar tal situação e informou mecanismos de preparação para um cenário problemático. Todavia, no documento de 2021 é ressaltado que os atores Ocidentais não respeitaram tais preocupações e prosseguiram com as mesmas estratégias. Outro ponto relevante presente no texto é a constatação de que as ameaças a Rússia não sã apenas de caráter material, mas também ideacional, com ênfase em tentativas de enfraquecimento de coesão interna do país, de sua memória histórica e de sua estabilidade política doméstica. Como forme de mitigar tais problemas, o documento indica a tentativa de aproximação com países não ocidentais, especialmente China e Índia, o que viria a se tornar uma faceta chave do comportamento russo após a eclosão da guerra em 2022 (President of Russia, 2021).

Por fim, um último ponto interessante referente ao corpus relacionado ao planejamento estratégico diz respeito a postura russa sobre a questão nuclear. Os princípios da doutrina dissuasória nuclear russa são descritos no documento de 2020, intitulado Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa sobre

Dissuasão Nuclear. A base doutrinária estabelecia um limiar dissuasório nucelar baixo, com ênfase em prevenir agressões ao território russo. A alteração doutrinária decorrente da revisão de tal documento, realizada em 2024 sob o contexto de confrontação militar direta com a Ucrânia apoiada pela OTAN, resultou em mudanças significativas, flexibilizando tal limiar. A versão atualizada amplia as circunstâncias sob as quais a Rússia pode empregar armas nucleares, condicionando uma cobertura dissuasória à Bielorrússia e incluindo a linguagem de que uma agressão conduzida por um Estado não nuclear, mas apoiado por um país com tais armamentos, pode ser interpretada como um ataque conjunto passível de ser respondido nuclearmente. Ademais, outro ponto relevante de tal modificação doutrinária é a permissividade com relação a estratégias de sinalização nuclear como um instrumento de gestão de escalada e como forma de compensar percepções de vulnerabilidade frente a distribuição de capacidades convencionais. Ambos os pontos se conectam com a interpretação russa de estar enfrentando não apenas a Ucrânia, mas uma coalizão apoiada por diversos países, cujo nível de intervenção deve ser restringido ao máximo (President of Russia, 2020; President of Russia, 2024).

Os discursos de Putin referendam tais visões integralmente. A análise da variação de linguagem em seus comunicados a nação, em seus textos e em suas participações nos eventos anuais do Grupo de Discussão Valdai, informam sobre uma liderança que percebia uma crescente degradação do ambiente securitário russo no cenário internacional. E que devido a tal constatação, percebeu a necessidade de agir preventivamente com vistas a manter uma primazia geopolítica no seu entorno regional, priorizado a segurança e a posição estratégica de longo a prosperidade econômica e ao status político-diplomático de curto prazo. Putin constantemente classifica a guerra com a Ucrânia como um sintoma da confrontação sistêmica com o Ocidente, condicionando que da perspectiva ideacional tal fato não deveria ter ocorrido. Ademais, o líder russo tem gradativamente construído um argumento que posiciona a Rússia como uma grande potência euroasiática, se distanciando de uma conexão com a Europa, que ele considera um ator político em franco declínio. Outrossim, tal visão referenda a indicação da Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa de 2021, com ênfase me potências regionais asiáticas, como China, Índia e Irã, além de outros atores do Sul Global (ou

da Maioria Global), como países membros do BRICS, por exemplo (Putin, 2014b; Putin, 2021; Putin, 2022b; Putin, 2022c; Putin, 2023; Putin, 2024).

A análise documental do corpus de ambos os países evidencia, portanto, uma diferença significativa na percepção de ambos sobre as fontes de ameaça e sobre a natureza do cenário internacional no tocante a distribuição de capacidades. Corrobora-se, sob tal lógica, a diferença na orientação revisionista de China e Rússia. Sob um contexto mais restritivo e disposta a aceitar riscos para responder a tal cenário, Moscou tem tomado ações de revisionismo duro (hard revisionism), referendando um vetor revolucionário. Pequim, por sua vez, enfrentando um contexto menos problemático relativo ao russo, opta primordialmente por estratégias de revisionismo brando (soft revisionism), avalizando um vetor posicionalista (Cooley; Nexon; Ward, 2019; He et al., 2021).

Em segundo lugar, será abordada a perspectiva relacionada a percepção sino-russa com relação a ordem internacional vigente. Neste âmbito, ambos postulam uma orientação reformista. Percebe-se uma convergência na visão e linguagem, especialmente no tocante a oposição a uma ordem unipolar balizada sob o princípio do internacionalismo democrático. Todavia, diferente da dimensão anterior, que indicava diferenças substanciais nas ações revisionistas chinesas e russas quanto a distribuição de capacidades, a estratégia e os meios empreendidos por ambos no revisionismo quanto a ordem são similares e até complementares.

Antes de avançar para o esforço analítico, porém, vale um refinamento conceitual e uma contextualização histórica. O termo ordem internacional, como mencionado anteriormente, diz respeito a um conjunto de normas, instituições e práticas que organizam, estabilizam, legitimam e contestam a interação entre os Estados no sistema internacional. A análise histórica de a tal objeto de estudo indica seu caráter mutável, com suas nuances e substância moldadas de acordo com a balança de poder e com os objetivos das grandes potências da época, que são os atores que consolidam e gerem as ordens internacionais (Bull, 1977; Buzan, 1993). Para os fins do presente trabalho, porém, o foco será na avaliação de dois modelos contrastantes: a Ordem da Carta da Organização das Nações Unidas (Charter UN Order) e a Ordem Liberal Internacional (Liberal International Order).

A Ordem da Carta da ONU refere-se À ordem internacional estabelecida após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Possui a Carta das Nações Unidas como seu fundamento normativo, mas foi encorpada progressivamente a partir de

adições a um arcabouço jurídico mais amplo. Seus princípios fundamentais podem ser sintetizados de forma breve: igualdade soberana entre as nações, respeito a integridade territorial e a autodeterminação dos povos, não intervenção, proibição do uso da força, segurança coletiva e solução pacífica de controvérsias (United Nations, 1945). É caracterizada como sendo universalista em escopo, buscando integrar todos os países do globo, e pluralista em conteúdo. Ou seja, busca criar uma estrutura universal para alicerçar a convivência entre Estados com sistemas políticos, ideologias e modelos econômicos distintos, que recebem o mesmo status perante as normas. Isto é, tal ordem não condiciona seus preceitos fundamentais a um tipo de governança político ou econômico particular, priorizando a coexistência em detrimento da convergência (Sakwa, 2024a, 2024b).

A Ordem Liberal Internacional (OLI), por sua vez, representa um arranjo institucional, econômico, político e normativo construído sob a liderança dos Estados Unidos após 1945. Inicialmente foi constituída como uma ordem capitalista delimitada (*bounded capitalista order*), composta apenas por Estados do Ocidente político no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de realizar uma competição de segurança com uma ordem delimitada contrastante, liderada pela União Soviética e composta por países socialistas (*bounded socialist order*). Ambos os lados criaram instituições próprias para instrumentalizar tal competição. Na dimensão militar, a OLI fundou a OTAN, enquanto a ordem socialista concebeu o Pacto de Varsóvia. Na dimensão econômica, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon) foi criado para facilitar o comércio entre a União Soviética e seus aliados na Europa Oriental, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) desempenhavam papel semelhante para a ordem capitalista delimitada (Mearsheimer, 2019, p. 18-21). A OLI é, portanto, liberal em conteúdo político-normativo e historicamente vinculada à liderança norte-americana (Ikenberry, 2001; Mearsheimer, 2018).

Paulatinamente, no entanto, os Estados Unidos buscaram expandir tal ordem e seus preceitos, especialmente após o final da Guerra Fria. Com a dissolução da União Soviética, a distribuição de capacidades no sistema internacional se alterou significativamente, ocasionando na inauguração da unipolaridade, devido a preponderância decisiva de poder dos EUA frente aos demais atores. Tal liderança no âmbito material, porém, se estendeu para a dimensão normativa e ideacional, resultando na instituição de uma ordem unipolar. Tal conceito diz respeito a tentativa

do Estado unipolar de converter sua superioridade em autoridade, status, capacidade de formulação de regras e, consequentemente, em legitimidade perante os demais atores. Sob tal contexto, os EUA iniciaram um processo de expansão da OLI para além de seu propósito original. Novas instituições foram criadas, como o G7 e a Organização Mundial do Comércio (OMC), e os princípios liberais democráticos e de economia de mercado foram designados como basilares, fundamentando o avanço da globalização, da abertura dos mercados e de propagação da financeirização. Na dimensão securitária, os EUA buscaram solidificar ainda mais sua influência, projetando a expansão da OTAN e de seus acordos de defesa na Ásia e no Oriente Médio, posicionando bases militares e destacando tropas de força avançada (forward deployments). Tal institucionalização e ênfase em alianças é argumento central para a explicação da falta de contestação a preponderância dos EUA, especialmente pelas principais potências europeias (Ikenberry, 2001). Muitos outros países, entre eles China e Rússia, viam tais movimentos com desconfiança.

Outro conceito central para compreender tal momento histórico e seu impacto para a Ordem Liberal Internacional, que resultou em crescente oposição de China e Rússia, é o de hegemonia liberal. Tal terminologia concerne a grande estratégia adotada pelos EUA a partir da consolidação da ordem unipolar. Devido à falta de um competidor a altura para equilibrar o seu poder, Washington não se limitou em avançar uma estratégia realista de manutenção do status quo. Focou, ao contrário, em uma estratégia de caráter liberal, que idealizava a construção de um sistema internacional à sua imagem e semelhança. A substância teórica para tal projeto ambicioso eram três das principais teorias liberais de relações internacionais: a teoria da paz democrática, a teorias liberal institucionalista e a teoria da interdependência complexa. Tal ponto é relevante pois condicionou maior oposição de atores que não concordavam com tais preceitos ideológicos. Pequim e Moscou interpretaram negativamente principalmente não as capacidades de poder dos EUA, mas a forma tal poder era exercido. Tal lógica está diretamente ligada a um argumento central da tese, que concerne a distinção entre expectativas baseadas em capacidades materiais (capability-based expectations), que indica uma resposta mecânica aos estímulos estruturais, e percepções baseadas em intenções (intention-based perceptions), que postulam que os Executivos de Política Externa consideram também fatores como intenções estimadas, experiências históricas, hierarquias de

ameaças e oportunidades e os potenciais benefícios e malefícios estratégicos decorrentes de diferentes cursos de ação (Ripsman, Lobell, Taliaferro, 2016).

A aparente falha de balanceamento frente a preponderância de poder dos EUA no pós-Guerra Fria constituiu um dos grandes debates teóricos contemporâneos da disciplina de relações internacionais. Autores liberais enfatizavam a estabilidade, durabilidade e o pacifismo da ordem liberal, devido a reduzir incertezas, desestimular rivalidades hegemônicas (pois não haveria polos com capacidades semelhantes) e diminuir os incentivos para balanceamento (Ikenberry, 2001; Wohlforth, 1999).

Autores realistas, entretanto, discordavam de tal leitura. Mearsheimer (2018; 2019) argumentava que a estratégia de hegemonia liberal estava fadada ao fracasso, pois superestimava a relevância e a universalidade da ideologia liberal e desafiava a força do nacionalismo. Na sua análise, uma política externa baseada em tais preceitos era contraprodutiva perante a posição de poder dos EUA, pois resultaria em oposição por parte de Estados que valorizassem aspectos como soberania, valores próprios e autonomia estratégica. Ademais, uma postura baseada no balanceamento externo (offshore balancing), que preconiza o foco na manutenção da hegemonia regional dos EUA no Hemisfério Ocidental e a ênfase em impedir o surgimento de outros países em condições semelhantes em três regiões estratégicas do globo (Leste Ásiático, Europa e Golfo Pérsico), seria muito mais viável e coerente em benefícios de longo prazo (Mearsheimer; Walt, 2016). Nuno Monteiro (2011; 2014) corrobora tal linha de argumentação, destacando a alta probabilidade de que a estratégia de hegemonia liberal levaria a conflitos e oposição. Sob tal lógica, a unipolaridade não produziria um sistema internacional mais pacífica, pois o unipole pode sofrer de sobre extensão imperial (imperial overstretch), se engajando em conflitos desnecessários. Outros autores realistas destacavam a alta possibilidade de oposição a tal estratégia americana por potências ascendentes e por meio de formação de alianças de conveniência (Layne, 1993; Walt, 2009).

Gradativamente, a posição realista começou a ser referendada. Em um primeiro momento, a oposição à ordem unipolar ocorreu por meio de estratégias de balanceamento brando (soft balancing). Tal conceito refere-se a formas de resistência que não chegavam ao patamar do balanceamento na dimensão securitária, mas eram focados em restringir a liberdade de ação e a preponderância

de poder dos EUA por meios comedidos, tais como oposição diplomática e fomento de instituições alternativas. A coordenação regional em fóruns como a Organização para a Cooperação de Xangai e a postura crítica de França e Alemanha perante a invasão americana do Iraque são exemplos interessantes (Pape, 2005; Paul, 2005; Walt, 2009). O agrupamento BRICS é constantemente caracterizado como uma expressão atual de tal comportamento. Tal ponto será discutido mais a frente.

Progressivamente, todavia, tal patamar de contestação da ordem começou a avançar para níveis mais assertivos, implicando na crescente erosão da primazia da legitimidade dos EUA como o ponto de sustentação da ordem unipolar. Dois pontos são centrais para tal debate. O primeiro diz respeito a alterações na distribuição de capacidades materiais, especialmente com a ascensão da China ao patamar de um competidor à altura (peer competitor) e a ressurgência da Rússia como uma grande potência sob Putin. Todavia, tal explicação tem lacunas relevantes, pois uma análise puramente material ainda resultaria na constatação de que os Estados Unidos ainda possuem uma posição de vantagem em questão de riqueza, tecnologia e, especialmente, poder militar. Uma segunda abordagem considera como chave a problematização do aspecto normativo e de legitimidade, argumentado que a Ordem Liberal Internacional não está enfraquecendo apenas pelo desafio de potência iliberais, como China, Rússia, Irã e Coreia do Norte, mas também por ações de Washington que vão contra o espírito da ordem que diz liderar por exemplo. Sob tal leitura, a Guerra na Ucrânia é um ponto de inflexão importante, mas deve ser lida como um sintoma de uma ordem em declínio, não a sua razão principal. A invasão do Iraque em 2003, sem a anuência do Conselho de Segurança da ONU, representou um ponto de partida inicial. A crise financeira de 2008 abalou a confiança no modelo econômico liberal-capitalista idealizado como o mais eficiente possível. Outro ponto relevante na dimensão econômica é o crescente uso de sanções econômicas, controles de exportação, congelamento de ativos e instrumentalização coercitiva do dólar como moeda de reserva como métodos coercitivos para avançar interesses geopolíticos dos EUA. Tais iniciativas não só geram desconfiança na arquitetura vigente do sistema financeiro global, como incentivam a adoção de políticas em resposta, como o comércio em moedas nacionais e a construção de meios alternativos de pagamento. Outrossim, outro ponto fundamental de descrédito da liderança unipolar dos EUA da ordem internacional é sua própria política doméstica, exemplificada em sua forma mais

bruta pela liderança de Donald Trump e sua forma de agir interna e externamente (Lake, 2026; Kagan, 2026).

A posição de China e Rússia quanto a ordem internacional vigente, portanto, é crítica e de orientação reformista. Ambos os países postulam sua contrariedade com os preceitos do internacionalismo democrático imposto pela Ordem Liberal Internacional e defendem a centralidade do conceito de internacionalismo soberano presente na Ordem da Carta da ONU. Aspectos relevantes presentes no corpus documental referem-se a discordâncias frente diversos aspectos, tais como: a imposição de valores e do uso da ideologia como mecanismo divisor, a aplicação de sanções e controles de exportação unilaterais, o avanço de blocos militares residuais da Guerra Fria e a interferência na política doméstica de países pertencentes em seus entornos estratégicos. Ambos consideram aspirações de universalização de modelos de governança política e econômica sob uma lógica liberal como contraditórias frente aos princípios de soberania, autodeterminação dos povos e não intervenção. Ademais, ressaltam que tais justificativas são frequentemente instrumentalizadas para “maquiar” objetivos geopolíticos (People's Republic of China; Russian Federation, 2024; People's Republic of China; Russian Federation, 2025).

As bases históricas da convergência perceptiva sobre os problemas emanados da ordem global e de um ímpeto revisionista por modificações necessárias de serem empreendidas podem ser traçados para as declarações conjuntas de 1997, 2001 e 2008. O documento *Russian-Chinese Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order*, de 1997, demonstra que China e Rússia já identificavam a ordem pós-Guerra Fria como problemática e que a emergência de uma ordem multipolar era inevitável (People's Republic of China; Russian Federation, 1997). O *Treaty of Good-Neighbourliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation*, de 2001, representa o fundamento jurídico-institucional da relação sino-russa, estabelecendo compromissos de respeito a soberania, integridade territorial e não agressão, consolidando a garantia estratégica mútua (strategic reassurance) – especialmente com relação a problemas fronteiriços. Ambos os países comprometem-se a respeitar os respectivos modelos de governança políticos e econômicos, a não participar de alianças que comprometam a segurança do outro, e a apoiar mutuamente a coesão nacional (a Rússia inclusive reconheceu o Tibete e

Taiwan como partes inalienáveis da China) (People's Republic of China; Russian Federation, 2001). O *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Major International Issues*, de 2008, constitui uma ponte entre a normalização das relações bilaterais para sua consolidação, a partir do estabelecimento de uma linguagem de coordenação sobre posições referentes a arquitetura de segurança internacional e a ordem internacional. A principal ênfase empírica naquele momento era a oposição a expansão do desenvolvimento de sistemas globais de defesa antimísseis, sob a lógica que eles ameaçavam a estabilidade estratégica (People's Republic of China; Russian Federation, 2008).

No *Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*, de 2022, China e Rússia expõe claramente uma percepção de risco convergente, classificando as alianças de segurança dos Estados Unidos na Europa e na Ásia como sua principal fonte de pressão sistêmica. Ademais, tal documento reforça a insatisfação de Pequim e Moscou com estratégias de influência em seus sistemas políticos domésticos ou em países em seu entorno regional. A linguagem referida é enfática, usando inclusive o termo revoluções coloridas. Tal aspecto é relevante pois condiciona uma visão de similaridade sobre ações subversivas na Ucrânia e em Taiwan, que constituem os principais pontos de pressão regional para Moscou e Pequim, respectivamente (People's Republic of China; Russian Federation, 2022).

No comunicado conjunto de 2023, uma mudança de linguagem notável é a adição do termo segurança indivisível (*indivisible security*), usado constantemente pela Rússia par justificar suas preocupações securitárias perante o avanço da OTAN no Leste Europeu (People's Republic of China; Russian Federation, 2023). Tal conceito refere-se ao entendimento de que a segurança de um Estado está intrinsicamente relacionada com a dos demais, sob a lógica de que nenhum ator deve buscar fortalecer sua posição securitária às custas de outros. É de certa forma similar ao conceito de dilema de segurança, que problematiza a emergência de conflitos e de insegurança na relação entre Estados mesmo na ausência de intenções agressivas, focando nos impactos das condições de autoajuda e incerteza resultantes da estrutura anárquica do sistema internacional. Consequentemente, evidencia-se a possibilidade de que esforços de natureza defensiva de um Estado objetivando aumentar sua segurança resultarem involuntariamente na percepção de

redução da segurança dos demais, ocasionando reações recíprocas que produzem espirais de competição, acarretando níveis crescentes de insegurança para todos os envolvidos (Herz, 1950, 1951; Jervis, 1978). Para o caso em tela, a Rússia caracteriza a construção da arquitetura de segurança na Europa pós-Guerra Fria como sendo feita a despeito de seus interesses e preocupações legítimas de segurança (Götz e Ekman 2024; Mearsheimer 2014, 2022).

No discurso de Putin no evento do Grupo de Discussão Valdai em 2024, ele faz uma construção argumentativa que conecta a dimensão do apoio material (simbolizada pela OTAN na Europa e pelo QUAD, AUKUS e nas parcerias bilaterais dos EUA com o Japão e Coreia do Sul na Ásia), com a perspectiva da influência política subversiva, caracterizando tais métodos como partes conjuntas de uma estratégia de "dupla contenção" (*double containment*) contra Rússia e China (Putin, 2024). Outro ponto relevante com relação ao apoio material dos EUA a um eixo de contenção a Pequim e Moscou diz respeito a questão nuclear. No *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era in Celebration of the 75th Anniversary of the Establishment of Diplomatic Relations*, de 2024, é enfatizada a forte oposição de ambos os países com relação a mecanismos de compartilhamento nuclear (nuclear sharing) na Europa e na Ásia. A linguagem do documento é crítica sobre a possibilidade de transformações na arquitetura de dissuasão nuclear associada a estratégias de criar guarda-chuvas nucleares (nuclear umbrellas) expansivos em seus entornos regionais, o que aumentaria muito a insegurança de ambos os países (People's Republic of China; Russian Federation, 2024).

A linguagem do *Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Further Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era*, de 2025, reforça a complementariedade de visão de ambos os países sobre modificações caráter econômico e normativo necessárias com vistas a uma ordem internacional mais equitativa. Com relação ao primeiro, a declaração reforça a oposição de China e Rússia com relação a sanções unilaterais e o que intitulam como imposição de "jurisdição de longo alcance" (*long-arm jurisdiction*). Como formas de mitigar tais problemas, os países sugerem o avanço de projetos de reforma da arquitetura institucional econômica da ordem vigente, além do estímulo para fomento de alternativas, como o Banco Ásiático de Investimentos

ou o Banco dos BRICS. Outrossim, a declaração ressalta os esforços de caráter bilateral que Pequim e Moscou vem realizando para avançar tal agenda, com ênfase na expansão do comércio bilateral em moedas próprias e na criação de redes alternativas de pagamentos transfronteiriços e de projetos relacionados à economia digital (People's Republic of China; Russian Federation, 2025).

A dimensão normativa sino-russa é particularmente interessante. Primeiramente, destaca-se que ambos os países têm referendado as argumentações normativas presentes nos discursos de seus líderes e em suas iniciativas de política externa. No discurso em Valdai de 2023, Putin formulou seis princípios para uma ordem multipolar: abertura, diversidade civilizacional, tomada de decisões coletiva, segurança universal, justiça e igualdade (Putin, 2023). Tal construção se articula de forma complementar aos conceitos delineados em dois projetos de Xi, a Iniciativa para o Desenvolvimento Global (*Global Development Initiative*), a Iniciativa de Segurança Global (*Global Security Initiative*) e a Iniciativa de Governança Global (*Global Governance Initiative*) (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2023b; State Council Information Office of the People's Republic of China, 2023; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2025a). Tais construções refletem posições semelhantes, como o conceito de segurança indivisível, a oposição à confrontação entre blocos e a rejeição da mentalidade da Guerra Fria. Além disso, correlacionam a linguagem chinesa de democratização das relações internacionais com a russa sobre policentrismo, postulando uma participação mais relevante de outros atores na construção de uma nova ordem internacional, e concordam sobre a noção de pluralidade civilizacional, que reforça o respeito a diferenças e rejeita uma falsa dicotomia entre um “eixo das democracias” contra um “eixo de autoritários” (People's Republic of China; Russian Federation, 2022; People's Republic of China; Russian Federation, 2025).

Em conclusão, destaca-se a análise das imagens dos Executivos de Política Externa de China e Rússia oferecem explicações importantes para a problematização das duas perguntas de pesquisa. O fato de não optarem por uma postura de balanceamento frente ao outro decorre em parte de um compromisso jurídico-institucional de garantia estratégica mútua (*strategic reassurance*), além de princípios ordenadores sobre uma relação bilateral harmoniosa que vem sendo respeitados constantemente desde a consolidação do tratado de 2001. Tal perspectiva relacional em caráter histórico implica diminuição de incertezas e

desconfianças mútuas frente ao aumento de capacidades materiais e do poder latente de ambos durante as décadas de 2000 e 2010. Outrossim, a complementariedade de visão e ações de Pequim e Moscou com relação uma contestação revisionista de caráter reformista quanto a Ordem Liberal Internacional implica em um entendimento de que suas ações conjuntas nutrem maiores frutos e que aumentam significativamente o seu poder de barganha na tentativa de consolidar uma nova ordem internacional mais favorável a seus interesses.

4 ESTUDOS DE CASO: GUERRA NA UCRÂNIA E COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO NA ÁSIA CENTRAL

Em conexão com os pontos discutidos no capítulo anterior sobre a convergência perceptiva sino-russa sobre uma orientação reformista sobre a ordem e uma concordância normativa sobre princípios ordenadores para a relação bilateral e as relações internacionais como um todo, o presente capítulo busca problematizar de forma breve três estudos de caso para verificar a utilidade da construção teórico-metodológica proposta pelo trabalho.

Em primeiro lugar, será discutido como a Guerra na Ucrânia impactou o ímpeto cooperativo sino-russo, com ênfase em como o conflito refletiu na postura de ambos frente a oposição a Ordem Liberal Internacional e em sua legitimidade em liderar um processo de reorganização mais amplo.

E em segundo lugar, será abordada a relação sino-russa na Ásia Central, com vistas a demonstrar nuances interessantes da interação entre os dois países em uma zona de influência historicamente dominada pela Rússia, mas que tem percebido um crescente avanço geoestratégico chinês. Buscar-se-á problematizar aspectos de cooperação e competição existentes, assim como destacar a importância de instituições multilaterais como uma forma de mitigar desconfianças e criar sinergias.

4.1 A COOPERAÇÃO SINO-RUSSA EM MEIO À GUERRA NA UCRÂNIA

As ações militares assertivas da Rússia na Ucrânia referendaram uma diferença de visão e abordagem dos dois países frente a desafios geopolíticos e ocasionaram consequências relevantes para a ordem internacional, realçando uma divisão entre países que condenaram e buscaram punir a Rússia e outros que optaram por manter uma posição de neutralidade. Devido a importância estratégica e geopolítica da China, sua posição foi escrutinada e considerada uma variável crítica para o contexto vigente desde então.

Em relação às dimensões política e diplomática, a China considera o engajamento construtivo como a terminologia ideal para definir sua postura, em vez da neutralidade. Pequim entende que essa abordagem envolve uma atitude proativa e flexível, em vez de uma política passiva e rígida. Além disso, tal ponto de vista infere assumir a responsabilidade em promover condições para a orientação da

situação para uma direção mais construtiva. A representação prática da posição da China é a proposição de doze pontos para a Solução Política da Crise da Ucrânia formulada pelo Ministério das Relações Exteriores da China em fevereiro de 2023 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2023a; Zhao, 2023).

A ação assertiva da Rússia na Ucrânia ocasionou inconveniências políticas para Pequim. A proximidade do início da ofensiva russa da reunião bilateral na qual Xi e Putin externaram a ideia de uma “parceria sem limites” (People's Republic of China; Russian Federation, 2022) permitiu a noção de que a China estava ciente dos planos da Rússia com antecedência, afetando sua credibilidade. Ademais, a hostilidade para com a China na Europa aumentou (Johnson, 2022), apesar do esforço de Xi de se apresentar como um mediador visando à uma solução política para a guerra na Ucrânia (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2023a). Além disso, correlações sobre a situação no Leste Europeu com a postura da China frente à Taiwan geraram preocupações em Pequim, incrementando um cenário de confrontação com os Estados Unidos. O presidente Joe Biden, inclusive, reiterou em algumas oportunidades a possibilidade de tropas norte-americanas auxiliarem na defesa da ilha em caso de um ataque chinês (Brunnstrom; Hunnicutt, 2022), solidificando uma posição ideológica popular na grande mídia e academia americana sobre uma necessidade objetiva de se opor ao “eixo de autoritários” (Ellings; Sutter, 2018). Devido a esse contexto, Xi foi vocal, especialmente em 2022, sobre sua discordância com o rumo beligerante das desavenças russo-ucranianas, apresentando críticas e questionamentos sobre a postura da Rússia em diferentes ocasiões, como na cúpula da OCX em 2022 e em reunião bilateral em Pequim com o Chanceler alemão Olaf Scholz, por exemplo (Connolly, 2022; Hunder, 2022; Wishnick, 2022).

No que diz respeito aos imperativos estratégicos e às condições geopolíticas que influenciaram o desenvolvimento da situação atual, a posição da China possuí nuances e discordâncias com ambos os lados. Em geral, o discurso sobre as causas do conflito possuí dois principais argumentos explicativos: o ucraniano, adotado pelos EUA e seus aliados na Europa, que se concentra no expansionismo russo e nas ambições autocráticas de Putin; e o russo, que descreve um contexto histórico de uma evolução de pressão estratégica e militar em sua direção, por meio da expansão da OTAN para o leste, e justifica suas ações com base em considerações de segurança nacional. A posição da China adota um tom reconciliador e se

posiciona em uma linha intermediária. No entanto, considera a compreensão macro e histórica como uma explicação mais robusta, dando ênfase aos problemas decorrentes do processo ineficiente de desenvolvimento da arquitetura de segurança europeia após o fim da Guerra Fria (Lo, 2023; Zhao, 2023).

Contudo, divergências com as ações russas também são pronunciadas. As considerações de Pequim sobre sua discordância com a resolução de disputas usando força militar são claras e reiteradas consistentemente. Além disso, a China manteve um ponto de vista de defesa da integridade territorial da Ucrânia, incluindo o não reconhecimento da soberania legítima dos oblasts ocupados pela Rússia (Lugansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson). No entanto, Pequim referenda o argumento associado à diplomacia russa sobre a indivisibilidade da segurança, que determina que preocupações válidas de segurança de ambos os atores devem ser gerenciadas com a devida consideração e deliberação política honesta e racional (Bordachev *et al*., 2022; Lo, 2023; Zhao, 2023).

O registro documental chinês permite identificar tanto a convergência com a Rússia quanto os limites existentes dentro dessa convergência. Por um lado, os Executivos de Política Externa da China reproduziram diversos pontos do diagnóstico russos sobre os motivos da eclosão da guerra, especialmente a oposição a expansão da OTAN, a discordância com uma política de blocos sob a mentalidade da Guerra Fria e a noção da indivisibilidade da segurança. Ademais, autoridades chinesas reiteraram constantemente sua contrariedade com a instrumentalização da interdependência e com a aplicação de medidas econômicas punitivas sem o rito institucional baseado na Carta da ONU, inclusive com ameaças de punição a terceiros por meio de sanções secundárias e de disrupções em fluxos comerciais estratégicos, como energia (Sagild; Hsiung, 2025; Shakhanova, 2025; Zhao, 2023).

Por outro lado, Pequim também postula argumentos que Moscou não endossa sem ressalvas, com ênfase na defesa da soberania e a integridade territorial da Ucrânia, a oposição à escalada nuclear e a consideração de que a Ucrânia não deveria ser coagida a abdicar de decisões soberanas por estar sob a esfera de influência russa. Em conversas com autoridades chinesas em 2022, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, indicou que a China concebia a configuração estratégica ucraniana ideal como um estado tampão: nem subordinada a Rússia, nem membro da OTAN. A lógica era de postular Kiev como ponte entre o

Oriente e o Ocidente, e não uma fronteira da confrontação entre grandes potências sob uma mentalidade da Guerra Fria. Tal posição indica que apesar da China concordar que a Ucrânia na OTAN era uma ameaça securitária legítima aos interesses da Rússia, ela discordava da lente ontológica e histórica de Putin na sua caracterização do país vizinho. Outro ponto de divergência pronunciado entre Pequim e Moscou sobre a questão ucraniana concerne a questão nuclear. Xi reiterou em diversas ocasiões, como na reunião da OCX de 2022 e conversas de alto nível com autoridades da Alemanha e da França sua oposição enfática ao uso ou à ameaça de uso de armas nucleares. Tal posição representou o estabelecimento de uma espécie de linha vermelha para a China, indicando publicamente um limite de escalada no conflito considerada aceitável por Pequim (Sagild; Hsiung, 2025; Shakhanova, 2025; Zhao, 2023).

Percebe-se, portanto, que a China estabeleceu uma análise sob quatro lentes: um problema referente a arquitetura de segurança europeia, um problema relacionado a regras internacionais e soberania estatal, um problema de escalada estratégica e um problema de economia política internacional. A ponderação das posições chinesas em cada âmbito indica variações de convergência e divergência frente a Rússia em cada um deles. Apesar de posições não totalmente alinhadas, Putin caracterizou a visão chinesa como objetiva e imparcial, classificando o país como um interlocutor central para a evolução de tentativas de negociações diplomáticas. Sob tal contexto, a China tentou avançar propostas e medidas com vistas a avançar tal pauta, como telefonemas entre Xi e Zelensky, encontros bilaterais entre os chanceleres de ambos os países, um documento de posição em conjunto com o Brasil e também com diversas visitas diplomáticas de Li Hui, Representante Especial do Governo Chinês para Assuntos Eurasiáticos, para o continente europeu. Em suma, considera-se que as percepções dos FPEs chineses e russos convergem fortemente no nível sistêmico, mas divergem de maneira mais substancial nos níveis regional e de gestão do conflito (Sagild; Hsiung, 2025; Shakhanova, 2025; Zhao, 2023).

Apesar de posições não alinhadas na totalidade, a resiliência da relação cooperativa se mantém. Guardadas as devidas proporções, a resposta da China ao início do confronto militar em 2014 e à anexação da Crimeia é um precedente interessante e serve de base para comparação. Oficialmente, Pequim desaprovou ambos os desenvolvimentos, inclusive não reconhecendo a soberania russa sobre a

península. Logo após a decisão da Rússia de anexar a Crimeia, Pequim emitiu uma série de declarações que ecoavam seus princípios de política externa e representavam uma crítica velada ao comportamento de Moscou, como argumentos sobre a defesa da soberania, resolução pacífica de disputas e não utilização do uso da força. No entanto, a China também sinalizou movimentos favoráveis à Rússia, como no caso da abstenção na votação do Conselho de Segurança da ONU sobre uma resolução condenando o referendo na Crimeia (Cox, 2016; Ferrari; Ambrosetti, 2019).

Em última análise, as visões divergentes não impactaram negativamente o fluxo cooperativo geral, e a China se consolidou como um pilar fundamental para contrabalançar as sanções econômicas impostas pelos EUA e seus aliados. Em meio a tal contexto, Pequim e Moscou firmaram acordos relevantes em setores estratégicos como os âmbitos energético e militar, e incrementaram seu comércio em diversas de áreas, como tecnologia, agricultura, infraestrutura e aviação. Vale destacar, nesse sentido, o acordo para a exportação de 38 bilhões de metros cúbicos de gás por ano, entre 2018 e 2048, da Gazprom para a *China National Petroleum Corporation*, por um valor em torno de US$ 400 bilhões, que Putin caracterizou como o acordo mais importante da história da indústria de gás da Rússia (Cox, 2016; Skalamera, 2018a, 2018b).

Desse contexto infere-se que mesmo que a China estivesse descontente com as ações militares assertivas da Rússia na Ucrânia e as reações retaliatórias dos EUA e seus aliados, tal sentimento não foi suficientemente impactante para influenciar negativamente a progressão da cooperação bilateral com Moscou, devido a importância estratégica elencada para tal parceria. E, em relação à situação atual, há fortes evidências e argumentos para sustentar a mesma linha de raciocínio.

Em relação à dimensão econômica, a principal consequência do conflito ampliado é que ele acentuou o desequilíbrio de poder existente no relacionamento bilateral e contribuiu para a assimetria crescente em favor da China. O início do confronto militar em 2014 acelerou um processo de ajuste cauteloso de Moscou às crescentes capacidades de poder e influência crescente de Pequim. No entanto, a escala das hostilidades desde 2022 e as contramedidas aplicadas, como um regime de sanções sem precedentes e a exclusão da Rússia do mercado europeu, intensificou essa dinâmica, com a importância de Pequim como parceiro econômico aumentando exponencialmente. Tal perspectiva pode acarretar problemas na

relação bilateral futuramente, mas a curto e médio prazo parece improvável (Bordachev *et al*., 2022; Lo, 2023; Zhao, 2023).

Para além do impacto na limitação de mercados de importação e exportação tradicionais, as sanções e restrições de exportações à Rússia trazer uma repercussão relevante na capacidade do país de ter acesso a tecnologias sensíveis para indústrias civis de ponta e para o setor militar, como componentes eletrônicos avançados (semicondutores, sistemas ópticos, tecnologias aeroespaciais), componentes para reparo de equipamentos (sistemas de propulsão de aeronaves, helicópteros e navios, rolamentos para veículos blindados) e máquinas para manufatura (*machine-tools*). De modo a superar tais restrições, Moscou tem utilizado concomitantemente de três estratégias: substituição de importações, importação paralela e cooperação bilateral. A primeira refere-se ao uso de produtos nacionais equivalentes aos anteriormente importados, a depender da discrepância de qualidade. A segunda concerne o fomento de conexões logísticas entre empresas e operadores econômicos entre as fontes tradicionais, atores intermediários (com ênfase em Estados da Ásia Central e do Cáucaso, Emirados Árabes Unidos e Turquia) e, por fim, a Rússia. E a terceira representa parcerias diretas de Moscou com outros Estados para obtenção de produtos específicos, como exemplificado pela cooperação com a Coréia do Norte no tocante a mísseis e munições de artilharia e com o Irã no caso dos drones unidirecionais Shahed / Geran (Bergmann *et al*., 2023; Bilousova *et al*., 2024; Boulègue *et al*., 2024; Gorenburg *et al*., 2024).

A China foi a grande vencedora de tal dinâmica proibitiva, emergindo como a fonte principal de substituição de produtos de maior valor agregado, anteriormente importados de países como Alemanha, Itália, Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Suíça e Estados Unidos. O caso das máquinas para manufaturas, essenciais para diversas cadeias produtivas industriais, é sintomático. Em 2021, a China atendia a cerca de 28% das importações de tais equipamentos da Rússia. Em 2023, esse número saltou para 90% (Cooper, 2024). Pequim também se tornou a principal fonte de semicondutores, equipamentos de telecomunicações, componentes aeroespaciais, dispositivos ópticos, radares e sensores para a Rússia. Tais produtos são determinantes para a construção e reparos de equipamentos avançados, como mísseis de cruzeiro, motores de drones, tanques e aeronaves, por exemplo. Ademais, são considerados como de dupla utilização (*dual-use*), devido a serem necessários tanto no âmbito civil quanto militar, mas foram alvo de sanções em

decorrência do entendimento de que são de alta prioridade para a base industrial de defesa da Rússia. Inclusive, Pequim foi classificada pelos EUA e seus aliados europeus de ser um facilitador decisivo (*decisive enabler*) para o prolongamento das hostilidades na Ucrânia em decorrência de tal ênfase cooperativa (Gorenburg *et al*., 2024; Sher, 2024).

Apesar de tamanhas restrições, entretanto, a economia russa tem se mostrado resiliente frente à tentativa de sufocá-la. Após uma leve contração em 2022, retornou a um patamar de crescimento em 2023 e 2024. A saída de empresas estrangeiras europeias e americanas abriu um vácuo de poder ocupado por organizações nacionais, a produtividade industrial aumentou, investimento em infraestrutura expandiram, e a população percebeu ganhos secundários de gastos governamentais visando estímulo econômico. A base da estratégia vigente relaciona-se com o princípio do keynesianismo militar, que se refere aos efeitos distributivos e multiplicadores nas cadeias produtivas e de valor do país em decorrência da consolidação de uma economia de guerra e do aumento da demanda agregada. O desenvolvimento acelerado de capacidades do complexo industrial-militar da Rússia aqueceu a economia interna, por meio da abertura de novas fábricas, expansão de instalações, conversão de estabelecimentos comerciais para fins militares, e robustos aumentos salariais (Buklemishev, 2023, 2024; Ishchenko; Matveev; Zhuravlev, 2023; Uzyakova; Shirov, 2024).

Não obstante, perspectivas estruturais da economia sinalizam preocupações com relação a sustentabilidade e viabilidade de tal estratégia em um recorte temporal de longo prazo. Exemplos de problemas que já são sentidos no curto prazo mas que podem vir a ter um impacto substancial na eficiência econômica da Rússia englobam aspectos variados, correlacionados com o equilíbrio entre setores da economia, com a saúde das contas públicas e com a necessidade de manter o curso atual para sustentar as demandas de uma guerra de alta intensidade. Em relação ao primeiro ponto, percebe-se uma escassez de mão de obra em setores civis, decorrente da diminuição de investimentos em áreas não direcionadas para o esforço de guerra e da falta de incentivos para os trabalhadores de tais setores. A saúde das contas públicas não é boa, devido a orçamentos desequilibrados sustentados por déficits fiscais e uso demasiado de reservas do fundo soberano. Ademais, constata-se aumentos subsequentes da dívida e da inflação, inclusive em produtos sensíveis, como alimentos. Devido a tal contexto, a taxa de juros também é

afetada, com incentivos para elevação (Buklemishev, 2023, 2024; Ishchenko; Matveev; Zhuravlev, 2023; Uzyakova; Shirov, 2024).

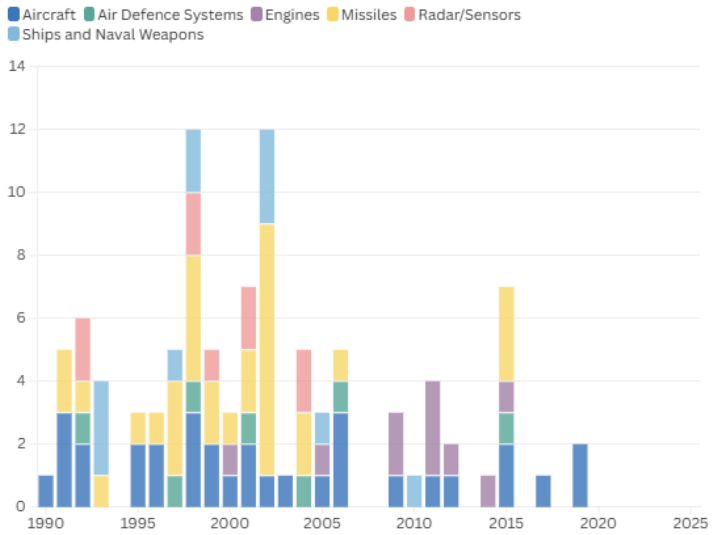
Apesar de que sob o contexto da guerra com o Irã, os EUA flexibilizaram as restrições ao comércio de commodities energéticas da Rússia (por meio de ações de curto prazo do Departamento do Tesouro), com vistas a estabilizar o aumento nos preços de petróleo em meio aos problemas relacionados com o fechamento do Estreito de Ormuz, tal movimento é apenas temporário. O cenário geral é negativo para a principal fonte de renda russa, que sofre não só com crescentes ataque ucranianos, mas também com a relutância em atores internacionais em desafiarem as sanções de outubro de 2025 contra a Rosneft e Lukoil, que são as mais importantes do país (Sebastian 2025). A título de curiosidade, em dezembro de 2025, antes do início da operação militar dos EUA e de Israel contra o Irã que reverberou negativamente nos mercados energéticos globais, as receitas russas decorrentes da exportação de energia registraram o segundo menor valor mensal desde o início da guerra em 2022 (Raghunandan, Katinas e Wickenden, 2026).

No que se refere à dimensão militar, as consequências do conflito ampliado são mistas. Duas dimensões demandam uma análise mais detalhada: a importação chinesa de equipamentos militares russos e a realização de exercícios militares conjuntos sino-russos.

Com relação ao primeiro aspecto, destaca-se que historicamente a Rússia foi um fornecedor essencial de armamentos para a China. Tal dinâmica remete para o período da Guerra Fria, quando a importância da União Soviética para os esforços de modernização militar da China foi determinante, sobretudo na década de 1950. Após um longo hiato nessa na cooperação em tal dimensão, em decorrência do contexto do cisma sino-soviético, que interrompeu contratos até a normalização de relações diplomáticas, negociações de grande escopo voltaram a ocorrer gradativamente. Entre 1990 e 2005, 83% das aquisições de armas chinesas foram provenientes de fornecedores russos. Durante as décadade de 2000 e 2010, todavia, a China empreendeu um grande esforço com vistas a incrementar as capacidades de sua base industrial de defesa, visando aumentar sua resiliência contra a coerção externa e a adquirir a capacidade de produzir equipamentos avançados, como caças, navios de guerra e mísseis de longo alcance. Devido ao sucesso de tal estratégia, a dependência chinesa de importação da Rússia diminuiu progressivamente (Figura 24). Pequim mantém interesse em ativos russos como

motores a jato avançados, capacidades de silenciamento de submarinos e o sistema de mísseis terra-ar S-400 *Triumph*, mas as evidências indicam a possibilidade de produção endógena de equipamentos semelhantes no futuro próximo. Um exemplo emblemático é a substituição dos motores turbofan russos por alternativas domésticas como o WS-15, empregado no caça J-20, e os mais avançados WS-19 e WS-21, que estão em desenvolvivendo, sendo preparados para serem usados no caça J-35 (Cheung, 2009, 2022; Hart *et al*., 2026, s.p.). Tal análise referenda a noção de que o conflito na Ucrânia teve um impacto apenas circunstancial neste aspecto, com as tendências históricas sendo uma variável explicativa mais relevante.

Figura 22 – Compras chinesas de equipamentos militares russos, por tipo (1990-2025)

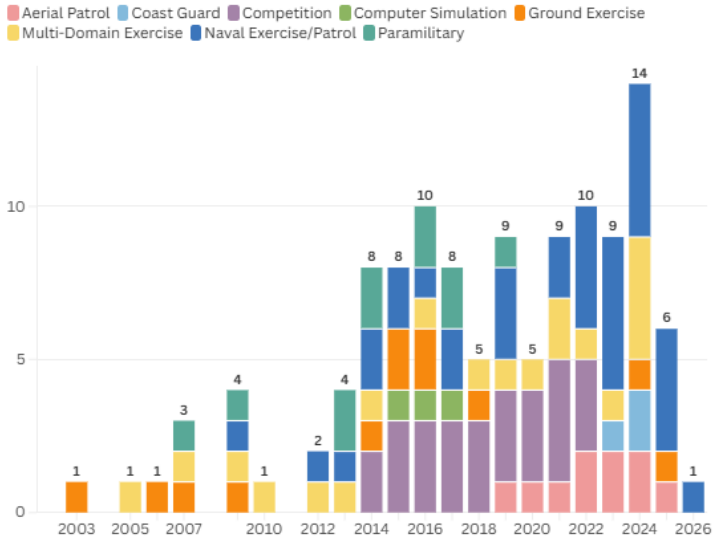


Fonte: (HART *et al.*, 2026, s.p.)

Em relação aos exercícios militares conjuntos, porém, a situação é de diferente, com tal dinâmica cooperativa percebendo uma trajetória ascendente durante a liderança concomitante de Xi e Putin (Figura 25). Três aspectos de tal maturação são particularmente interessante: a expansão geográfica, a multilateralidade e o uso como sinalização política. Inicialmente, destaca-se que desde o primeiro exercício conjunto, intitulado Cooperation 2007, China e Rússia realizaram cerca de 119 exercícios militares conjuntos até abril de 2026. O escopo temático avançou progressivamente, abarcando perspectivas como contraterrorismo, vetores terrestres, aéreos e navais, competições e simulações. Concomitantemente,

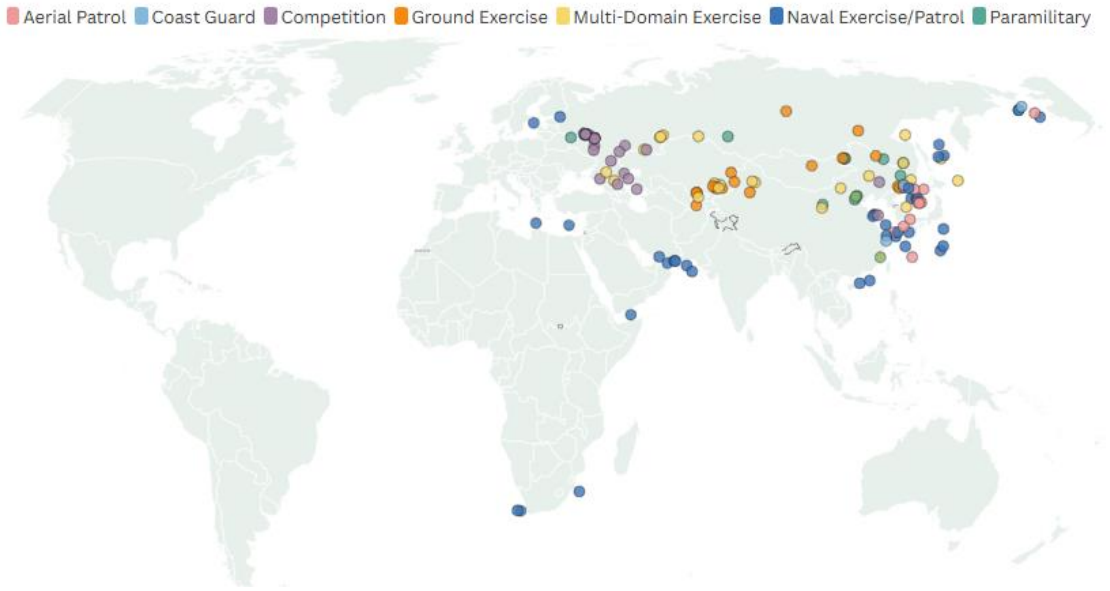
o escopo geográfico aumentou de forma substancial (Figura 26). As primeiras edições de tais exercícios ocorreram majoritariamente nos territórios continentais de ambos, mas gradativamente foram expandidos para abarcar a Ásia Central, os mares Báltico e Mar Mediterrâneo, a costa da África do Sul, o Oceano Pacífico e até o Ártico. Sobre o segundo ponto, evidencia-se que mais da metade dos exercícios militares sino-russos são multilaterais, incluindo primordialmente países da OCX, mas também parceiros estratégicos como Irã e África do Sul. O objetivo de tal medida é angariar legitimidade e confiança perante os participantes, assim como sinalizar as capacidades de um eixo sino-russo para enfrentamento de desafios securitários regionais. Com relação ao terceiro ponto, percebe-se um viés político-diplomático crescente em tais exercícios, perceptível pela escolha do *timing* e do local de certas atividades. Como exemplo, pode-se citar o *Joint Sea 2016*, primeiro exercício naval sino-russo realizado no Mar do Sul da China, ocorrido apenas dois meses após a decisão da Corte Permanente de Arbitragem que considerou incompatíveis com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar as reivindicações chinesas de direitos históricos associadas à linha dos nove traços (Permanent Court of Arbitration, 2016). Outro exemplo relevante foi a realização de uma patrulha aérea conjunta sobre o Mar do Japão, em maio de 2022, período em que era realizada uma reunião do QUAD em Tóquio (Hart *et al*., 2026; Weitz, 2021). Fica claro, por fim, que o conflito ampliado na Ucrânia não teve efeitos negativos significativos sobre essa dimensão da cooperação sino-russa.

Figura 23 – Exercícios militares conjuntos sino-russos, por tipo (2003-2026)



Fonte: (HART *et al.*, 2026, s.p.)

Figura 24 – Localização dos exercícios militares conjuntos sino-russos (2003-2026)



Fonte: (HART *et al.*, 2026, s.p.)

Por fim, infere-se que um ponto central para entender a dinâmica de continuidade e expansão na cooperação bilateral sino-russa em todas essas dimensões, mesmo sob o contexto da Guerra na Ucrânia, é analisar a racionalidade da tomada de decisão de seus líderes para com tal fato. Subscrevendo sob a descrição de Mearsheimer e Rosato (2023, p. xi), entende-se que Executivos de Política Externa são racionais quando são guiados por teorias plausíveis, ou seja, sustentadas por pressupostos realistas e por evidências substanciais, sobre a política internacional e a interação entre os seus atores. Ademais, deliberações racionais são realizadas não em caráter individual, mas a partir de um processo deliberativo robusto. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a decisão de Putin sobre invadir a Ucrânia em fevereiro de 2022 foi baseada em um cálculo de custo e benefício de longo prazo relacionado com a teoria realista de equilíbrio de poder, sob a lógica que a expansão da Ucrânia para a OTAN acarretaria uma mudança desfavorável em tal equilíbrio contra os interesses russos (Mearsheimer, 2022; Putin, 2022b).

Em contrapartida, os atores defensores do alargamento da OTAN para o leste, em geral, e para a Ucrânia, em particular, baseavam seus argumentos em uma lógica teórica liberal, citando perspectivas como a teoria da paz democrática e a teoria liberal institucionalista e deixando o âmbito securitário em segundo plano. Os documentos sobre o protocolo de ascensão da Ucrânia, inclusive, deixam claro tal

embasamento. Os objetivos iniciais expostos no Plano de Ação OTAN-Ucrânia de 2002 e no Plano de Ação para a Adesão à OTAN de 2008 enfatizavam principalmente as dimensões política e econômicas, como aspectos relacionados a consolidação democrática, reformas jurídicas e institucionais e integração econômica euro-atlântica (North Atlantic Treaty Organization, 2002). Após 2014, entretanto, o âmbito securitário tornou-se mais proeminente no raciocínio ucraniano, com Kiev compreendendo na parceria profícua com a OTAN como a maneira mais eficiente de balancear e assegurar dissuasão frente a Moscou. Tal visão tornou-se ainda mais enfática durante os governos concomitantes de Zelensky e Joe Biden, que era um apoiador histórico da política de portas-abertas da OTAN e das ambições ucranianas de adesão (President of Ukraine, 2021).

As lideranças da China, por sua vez, postulam uma racionalidade convergente com o Kremlin. Como evidenciado pelo corpus documental chinês no capítulo anterior, Xi e seus assessores concordam sobre a discordância frente a cooperação militar entre os EUA e países em seu entorno regional imediato, caracterizando tal dinâmica como ameaçadora. Percebe-se, portanto, uma similaridade frente a um entendimento realista baseado na teoria de equilíbrio de poder. Não surpreende, portanto, que a China tenha tomado a posição que tomou frente ao conflito russo-ucraniano. E ao mesmo tempo em que mantém e aumenta relações com a Rússia, aproveitando uma janela de oportunidade para incrementar sua influência e angariar ganhos relativos frente a um país extremamente para o sistema internacional, Pequim também postula como um defensor de uma solução negociada, apresentando-se como um ator pragmático e responsável. Ao passo que legitima a linguagem e a argumentação russa para invasão ao corroborar a validade do conceito de segurança indivisível, Pequim não reconhece formalmente as regiões ucranianas ocupadas pela Rússia. E em resposta a tal postura, Moscou legitima a China como um ator com predicados para mediar o as negociações visando um fim do conflito (Lo, 2023; Zhao, 2023).

4.2 A DINÂMICA SINO-RUSSA NA ÁSIA CENTRAL: ENTRE COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO

A utilização da dinâmica sino-russa sobre a Ásia Central como o segundo estudo de caso objetiva qualificar a percepção dos Executivos de Política Externa de Pequim e Moscou sobre um fenômeno diferente. A guerra na Ucrânia possuí um

caráter securitário e diretamente ligado a projeção de poder e influência de atores externos, com ênfase nos EUA. O caso Ásia Central é diferente, mais direcionado a relação entre China e Rússia e com menos impacto de atores extrarregionais. O cerne da análise é avaliar o impacto para o alinhamento estratégico de uma aparente transição regional de poder, na qual a China ascende dentro de um espaço que a Rússia historicamente considera privilegiado.

Para a Rússia, a região é associada ao período soviético e corresponde a um ponto focal de projeção de poder sob uma caracterização de si mesmo como uma grande potência eurasiática. A dimensão securitária é representada pela cooperação militar e pela importância geográfica da região para a profundidade estratégica do País. Aspectos como migração e trânsito energético influenciam em cálculos econômicos. E, mais importante, as populações russófonas e a ordem institucional – Comunidade dos Estados Independentes (CEI), da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), da Comunidade Econômica Eurasiática e, posteriormente, da União Econômica Eurasiática (UEE) – constituem um vetor fundamental de influência política sob uma lógica ideacional. A China, por outro lado, percebe na região importância econômica e geopolítica, como um corredor energético, um polo de conectividade e uma zona político-securitária fundamental para Xinjiang. Os interesses prioritários de ambos os atores, portanto, são suficientemente compatíveis para sustentar a acomodação. Porém, o equilíbrio material dentro dessa dinâmica tem se deslocado progressivamente em favor da China, e os resultados de tal processo serão importantes para o futuro das relações entre os dois países (Christoffersen, 2018; Cooley, 2012; Hamilton, 2024).

Uma análise histórica permite identificar pontos de inflexão na dinâmica sino-russa perante a Ásia Central, sob diferentes níveis de convergência e divergência. Especialmente após o colapso da União Soviética, os estados da Ásia Central optaram por diversificar suas relações com o objetivo de atrair novas parcerias econômicas. Nesse contexto, a China aproveitou a oportunidade, apresentando-se como um ator benevolente em busca de acordos visando ganhos mútuos. Desde o início dos anos 2000, a China promoveu uma estratégia de aprofundamento do engajamento com os países da Ásia Central, fornecendo empréstimos multibilionários e se tornando o principal credor e investidor na região, com ênfase em projetos de infraestrutura nos setores de energia, mineração e logística. Como exemplo empírico, o *China Global Investment Tracker* contabiliza 55 bilhões de

dólares de investimento chinês na região de 2005 a 2020 (Gabuev, 2016; Paszak, 2020).

Dadas as tendências da economia mundial e circunstâncias objetivas, como a proximidade geográfica e condições favoráveis para interdependência, o realinhamento econômico da Ásia Central em direção a Pequim era um cenário previsível. A Rússia estava em aquiescência com um papel chinês maior na região, desde que seus interesses estratégicos e geopolíticos fossem levados em consideração. Os principais pontos de potencial discordância dizem respeito ao papel da Rússia como o provedor de segurança para os países da Ásia Central e seu status de grande potência na região, emanado de laços históricos, culturais e sociais que derivam da influência da era soviética (Wilson, 2021; Zhao, 2015).

Uma descrição influente das relações sino-russas na Ásia Central é de uma divisão de trabalho equilibrada, na qual a Rússia é a garantidora da segurança e a China se concentra na dimensão econômica. Vários autores escrevem sobre ambos os países endossando um entendimento a esse respeito e buscando uma estratégia de divisão equitativa de funções. O principal argumento para essa explicação é o fato de que ambos os países compartilham interesses estratégicos na região, com ênfase no combate ao terrorismo, que é a maior causa de instabilidade na Ásia Central e áreas vizinhas. A preocupação fundamental é o transbordamento do extremismo e a escalada da violência, dado que as tensões que surgem na região podem ter um impacto negativo em áreas sensíveis como Xinjiang, para a China, e no norte do Cáucaso, para a Rússia, dada a proximidade geográfica (Bordachev, 2016; Lo, 2023; Lukin, 2020; Zhao, 2015).

No entanto, visões divergentes sobre alguns desenvolvimentos na região são perceptíveis e podem ser vistas como rachaduras aparentes em tal estrutura de cooperação. O mais significativo é o crescimento progressivo da presença da China no âmbito militar e securitário. O principal impulsionador dessa tendência é a expansão de projetos de infraestrutura no escopo da iniciativa da Nova Rota da Seda, muitos deles construídos por empresas, equipamentos e força de trabalho chineses. Tal contexto demandou exigências securitárias, especialmente em lugares com maiores tendências a sentimentos xenófobos hostis à China. Uma repercussão chave dessa questão foi a opção de Pequim pela utilização de Empresas de Segurança Privada para executar a tarefa de proteger os projetos, com até seis

empresas chinesas desse ramo empregadas em tais missões na Ásia Central (Markusen, 2022; Wilson, 2021; Yau; Van der Kley, 2020).

Além disso, tanto a Rússia quanto a China têm acordos bilaterais com países da Ásia Central em diversas dimensões cooperativas, entre elas a segurança. Ao comparar os compromissos e o engajamento geral a esse respeito, como em relação a vendas de armas, exercícios militares bilaterais e treinamento, a liderança russa é clara. Por exemplo, Moscou entregou 3,8 bilhões de dólares em equipamentos e materiais militares para a Ásia Central desde 1991, fornecendo mais de 80% das importações de armas do Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão no período de 1991 a 2018 (Jardine; Lemon, 2020, p. 4). Além disso, a Rússia opera duas bases militares na região: em Dushanbe, no Tajiquistão (com mais de 7.000 soldados); e em Kant, no Quirguistão (com mais de 500 soldados) (Wilson, 2021). E o mais importante, a Rússia lidera a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), uma aliança militar intergovernamental que serve como pedra angular da segurança da Ásia Central, realizando tarefas como exercícios militares regulares, missões de manutenção da paz e mantendo uma Força de Reação Rápida Coletiva.

A importância da China, apesar de menor, está aumentando. Desde 2014, o país expandiu sua relação militar com os estados da Ásia Central, inclusive com a implicação de dominar setores nos quais tem uma vantagem qualitativa em comparação à Rússia, como drones armados. No geral, desde 2000, a China exportou até 717 milhões de dólares, com 97% das vendas sendo feitas após 2014 (Jardine; Lemon, 2020, p. 2). Em relação à infraestrutura militar, Pequim opera apenas uma base, que é oficialmente considerada uma “estação de guarda de fronteira”, na Região Autônoma de Gorno Badakhshan, no Tajiquistão. Entretanto, bases adicionais estão sendo desenvolvidas, dada a agenda de preocupações antiterroristas da China. Outro componente dessa estratégia é o Mecanismo de Cooperação e Coordenação Quadrilateral, estabelecido pela China, em cooperação com o Tajiquistão, Paquistão e Afeganistão, com ênfase na dissuasão de atividades terroristas na região (Wilson, 2021).

Diferentemente de sua influência na dimensão econômica, esse desenvolvimento desafiaria ontologicamente o papel mais proeminente da Rússia na região, como o principal provedor de segurança, bem como prejudicaria um importante alicerce do equilíbrio de atribuições que sustentam a eficiência e a produtividade da cooperação sino-russa na Ásia Central. Além disso, a crescente

assimetria nas capacidades de poder, a assertividade progressiva da política externa da China e a retirada dos EUA da região são sublinhadas por alguns autores como incentivos materiais e estruturais para um potencial desenvolvimento disruptivo para as relações sino-russas na região (Goble, 2020; Wilson, 2021). Apesar desse argumento, no entanto, há pouca evidência de descontentamento da Rússia com as ações chinesas a esse respeito até agora nas agendas políticas formais, bem como no discurso acadêmico (Gabuev; Zuenko, 2018).

Outra dimensão das relações sino-russas na Ásia Central com potencial para uma dinâmica competitiva problemática é o comércio energético. Historicamente, a Rússia exercia forte influência geopolítica no tocante a dimensão energética da Ásia Central. Mesmo após a dissolução da URSS, Moscou preservou enorme capacidade de influência sobre os hidrocarbonetos da região porque grande parte da infraestrutura soviética de oleodutos e gasodutos direcionava petróleo e gás para o norte, através do território russo. Progressivamente, todavia, a China enfraqueceu tal monopólio, com a construção chinesa de dutos em direção ao leste alterando materialmente o equilíbrio regional. Duas obras foram estratégicas quanto a essa dinâmica: o oleoduto Cazaquistão-China e o gasoduto Ásia Central-China, pois permitiram aos produtores centro-asiáticos contornar as rotas de exportação controladas pela Rússia. Tal contexto trouxe reverberações estratégicas para a relação sino-russa. Pequim aumentou sua diversificação energética, reduziu vulnerabilidades e incrementou a integração de Xinjiang com a sua região fronteiriça. Moscou, por sua vez, percebeu uma diminuição relativa de sua influência perante a dimensão econômica e energética regional. Apesar disso, tal pressão estrutural não resultou em um comportamento de balanceamento da Rússia perante a China na Ásia Central, mas em uma estratégia de adaptação (Christoffersen, 2018; Eder, 2014).

Após a escalada do confronto militar em 2022 e o estabelecimento de sanções que interromperam as relações energéticas da Rússia com a Europa, a importância da China para o setor energético russo cresceu exponencialmente. Neste contexto, a questão da competição entre a Rússia e os países da Ásia Central pelo mercado chinês começou a ser mais pronunciada.

Tradicionalmente, a dimensão econômica tem sido a área menos vigorosa da parceria sino-russa. Nos últimos anos, no entanto, ela se expandiu consideravelmente, especialmente após o início das sanções para a Rússia devido

ao conflito na Ucrânia. O comércio bilateral atingiu o valor histórico de 190 bilhões de dólares em 2022 (um aumento em comparação com 147 bilhões de dólares em 2021) (China-Russia..., 2023). Em 2023, outro recorde foi alcançado, com 240 bilhões de dólares em comércio bilateral (China-Russia..., 2024), principalmente devido a aumentos consideráveis nos volumes de negociação de petróleo, outras commodities e bens de consumo em geral. Em 2024, percebeu-se uma estagnação no crescimento, com o patamar alcançado sendo 244 bilhões de dólares, enquanto em 2025 evidenciou-se o primeir decréscimo em relação ao ano anterior, com o comércio bilateral alcançando apenas 228 bilhões de dólares (China's 2025..., 2026). A averiguação dos números brutos, todavia, é superficial. Uma análise mais profunda indica um desequilíbrio relevante em favor de Pequim, cuja pauta exportadora possui maior valor agregado, abarcando automóveis, máquinas, eletrônicos e bens de consumo. As importações chinesas da Rússia, por outro lado, são primordialmente recursos naturais, como combustíveis, minérios e alimentos. A complementariedade estratégica de tal dinâmica já foi explicada no subcapítulo 3.2.1, com ênfase nos aspectos relacionados com preocupações securitárias chinesas sobre segurança energética e alimentícia, além da diminuição da dependência do comércio marítimo perpassando por estreitos marítimos internacionais suscetíveis a ações ofensivas de competidores estratégicos de Pequim (como o Canal de Suez, o Estreito de Malaca, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Bab al-Mandab) (Figura 27) (Alexeeva; Lasserre, 2018; Bordachev *et al*., 2022; Gabuev, 2016).

Figura 25 – Estreitos marítimos internacionais mais relevantes para o interesse da China



Fonte: Adaptado de Bailey e Wellesley (2017).

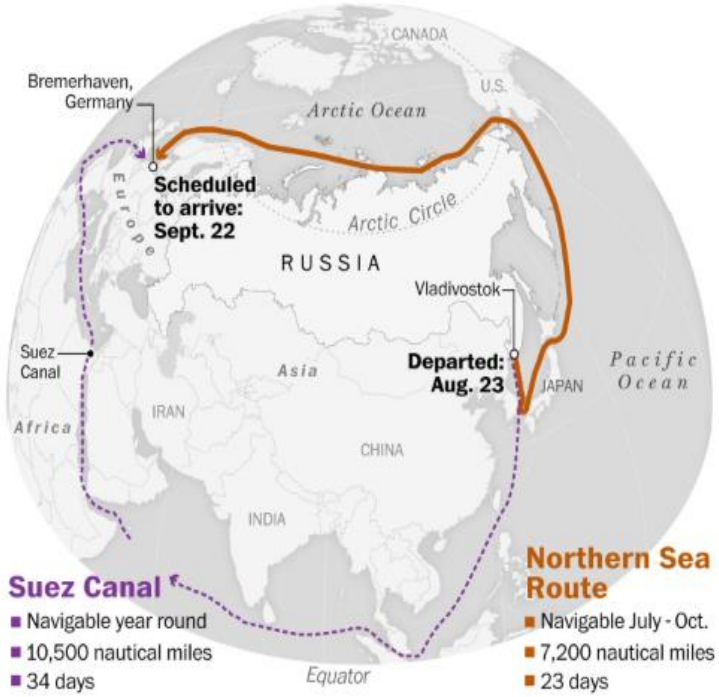
No entanto, a China aborda os países da Ásia Central com uma visão semelhante, com ênfase na diversificação de parcerias e das rotas de trânsito de importação de commodities. Pequim opta por acordos em diferentes regiões visando justamente se proteger de amarras geopolíticas. Contudo, apesar de diversas fontes de abastecimento (Rússia, Oriente Médio, Ásia Central, África) e de tipos de energia (petróleo, carvão, gás, renováveis), a grande maioria das importações energéticas chinesas provém de comércio marítimo, que demandam trânsito por estreitos problemáticos. A força potencial da Rússia nessa relação refere-se ao fato de que pode oferecer uma fonte confiável e segura de petróleo e gás, em grandes quantidades, por via terrestre. Nessa lógica, os principais competidores de Moscou seriam os parceiros da China na Ásia Central, que também oferecem essas condições, e estão fortemente inseridos na iniciativa da Nova Rota da Seda, inclusive com infraestruturas logísticas mais bem desenvolvidas (Bossuyt; Kaczmarski, 2021; Vakulenko, 2023).

A questão logística é um dos problemas centrais para o incremento dos volumes do comércio energético. Devido a tal necessidade, a Rússia vem trabalhando para incrementar suas infraestruturas vigentes, como o porto de Kozmino, no Extremo Oriente, e a *East Siberia Pacific Ocean oil pipeline* (um sistema de oleodutos para exportação aos mercados da Ásia-Pacífico), além do início da construção do gasoduto *Power of Siberia*-2 (PoS-2), que foi abordado anteriormente. Todavia, países da Ásia Central tem realizado esforços semelhantes, especialmente o Cazaquistão e o Uzbequistão. Tais países, em consonância com a China, reavivaram as discussões para construção da ferrovia China-Quirguistão-Uzbequistão, que incrementaria a conectividade entre a China e a Europa. Um ponto importante em relação a tal iniciativa é que ela contornaria o território russo, evitando problemas residuais referentes às sanções do eixo euro-estadunidense ao país (Weitz, 2025).

Um ponto de vantagem da Rússia em relação à Ásia Central é relacionado ao desenvolvimento da Rota Marítima do Norte (*Northern Sea Route*) (Figura 28), que atravessaria as águas territoriais russas no Ártico e garantiria melhores condições logísticas (menor tempo de entrega e custos mais baixos) e menor risco geopolítico do que as rotas tradicionais (Booth; Ferris-Rotman, 2018; Vakulenko, 2023). Devido

a conexão de tal projeto com a geografia russa, Moscou tem trabalhado para desenvolvê-lo, aproveitando sua tecnologia de quebra-gelos nucleares e uma estratégia mais ampla de consolidação de ativos militares e comerciais no Ártico.

Figura 26 – A Rota Marítima do Norte em contraponto ao Canal de Suez



Fonte: (Booth; Ferris-Rotman, 2018)

No que diz respeito à dimensão política, a análise histórica permite uma compreensão de um processo progressivo de acomodação funcional e de gestão de interesses visando coexistência pacífica. A primeira etapa de coordenação política refere-se ao período de 1996-2001, cuja ênfase era na estabilização de fronteiras e na construção de mecanismos institucionais de diálogo e ação conjunta. Parte central de tal perspectiva foi a criação da OCX. Gradativamente, sob o contexto de uma crescente influência geopolítica chinesa na região, a segunda etapa de coordenação política foi representada pela tentativa de condicionar a ordem regional emergente sob uma lógica de compatibilidade institucional. A ideia de uma Grande Parceria Eurasiática foi representativa de tal dinâmica. Por fim, a terceira etapa de coordenação política concerne as tentativas recentes da Rússia de manejar a cada vez mais crescente influência chinesa na região, especialmente após a eclosão da Guerra na Ucrânia (Christoffersen, 2018; Eder, 2014; Kaczmarski, 2017; Lukin; Novikov, 2021).

Da perspectiva sino-russa, a OCX serve como uma plataforma de alavancagem de status e endossa a legitimidade de ambos como atores que contribuem para a estabilidade regional na macrorregião euroasiática. A gênese da instituição, proposta inicialmente por China Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão (os cinco de Xangai), previa o enfrentamento de demandas de segurança relacionadas com o processo de dissolução da União Soviética. Os principais focos de atuação eram na mediação de problemas fronteiriços e no combate aos “três males”: terrorismo, separatismo e fundamentalismo. Gradativamente a OCX se expandiu, com a entrada gradual como membros plenos de mais cinco países: Uzbequistão (2001); Índia e Paquistão (2017); Irã (2023); e Bielorrússia (2024). A análise da literatura sobre a instituição e de suas resoluções indicam que ela tornou-se uma plataforma de concessão mútua de status entre Pequim e Moscou e um exemplo representativo de uma interação multilateral baseada nos preceitos do internacionalismo soberano e da Ordem da Carta da ONU. Ademais, por meio de interações anunais na OCX, China e Rússia conseguem mediar suas diferenças de posicionamento sobre a Ásia Central de uma forma cooperativa e não conflituosa (Ambrosio, 2008; Aris, 2011; Weitz, 2025).

Em relação à tendência de “regionalismo não ocidental”, ressalta-se uma discrepância importante entre o discurso e a prática. A ideia de uma ênfase no engajamento cooperativo dentro do escopo geográfico da Eurásia começou a ser desenvolvida por especialistas russos no contexto do início da crise ucraniana em 2014, que predicou a necessidade de Moscou de acelerar a estratégia de pivô para a Ásia. A visão tradicional de Putin de uma "Europa Maior" (*greater Europe*), de Lisboa a Vladivostok, seria de fato substituída por uma "Ásia Maior" (*greater Asia*), de Xangai a São Petersburgo (Trenin, 2015, p. 1). Após discussões com especialistas e briefings de recomendações políticas feitos por acadêmicos e analistas, Putin utilizou pela primeira vez o conceito de "parceria eurasiática" (*Eurasian partnership*) no Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo de 2016. Visitando a China no ano seguinte, propôs o desenvolvimento de tal conceito a partir de considerações chinesas resultando na ideia de conectar o projeto da Nova Rota da Seda da China com a União Econômica Euroasiática (Karaganov, 2018; Lukin, 2020, 2021; Shakhanova; Garlick, 2020). A ideia da Grande Parceria Eurasiática oferecia a Moscou dois dividendos políticos relevantes: um arcabouço conceitual sob o qual a Rússia permaneceria como uma grande potência autônoma

perante a arquiteta institucional da Eurásia e sob o qual o poder chinês poderia se expandir sem subordinar formalmente a Rússia à BRI (Christoffersen, 2018; Cooley, 2012; Eder, 2014).

Todavia, apesar de aparecer reiteradamente em discursos de lideranças políticas e econômicas, especialmente de Putin, infere-se que não houve avanços concretos na implementação de tal plano. A Nova Rota da Seda segue avançando como um carro chefe da estratégia de projeção internacional da China. A União Econômica Euroasiática, por sua vez, mantém-se relevante para a Rússia como uma forma de angariar centralidade geoeconômica no seu entorno regional, facilitando a circulação de mercadorias, serviços, capital e mão de obra no que Moscou considera países relevantes do espaço pós-soviético. No entanto, a postulada integração entre essas duas propostas não ocorreu na prática, com o conceito de Grande Parceria Eurasiática permanecendo vago e carente de substância (Gabuev; Zuenko, 2018).

Além disso, percebe-se uma diferença relevante no discurso de Pequim e Moscou acerca de tal terminologia. Autoridades russas, incluindo Putin, recorrem reiteradamente ao conceito e defendem a articulação entre a União Econômica Eurasiática e a Nova Rota da Seda como um dos componentes de uma arquitetura eurasiática mais ampla, com tal concepção inclusive incorporada de maneira explícita ao Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2023 (President of Russia, 2023; Putin, 2019). A China, embora tenha manifestado apoio à articulação entre a BRI e a UEE e não se oponha à concepção russa de uma parceria eurasiática abrangente, não atribui à Grande Parceria Eurasiática a mesma centralidade conceitual observada no discurso russo (Shakhanova; Garlick, 2020). Tal discrepância é interessante pois indica que ao passo que Pequim e Moscou convergem quanto à conveniência da coordenação de suas respectivas iniciativas regionais, também possuem ressalvas quanto à arquitetura conceitual por meio da qual essa coordenação deve ser compreendida, evidenciando um alinhamento frente a ordem regional da Ásia Central sem preferências idênticas.

Um exame das interações político-diplomáticas recentes da China com os países da Ásia Central evidencia a complexidade da dualidade entre cooperação e competição sino-russa na região. Foi no Cazaquistão, em setembro de 2013, que Xi Jinping apresentou originalmente a proposta do *Silk Road Economic Belt*, posteriormente incorporada à Nova Rota da Seda. Discursando na Universidade Nazarbayev, Xi não enquadrou a iniciativa em termos de competição geopolítica,

apresentando-a como uma forma de integração regional cooperativa. Todavia, a escolha do Cazaquistão e o conteúdo geográfico da proposta revelavam a centralidade da Ásia Central para a dimensão continental da estratégia chinesa de projeção para o oeste. Xi propôs explicitamente a criação de grandes corredores de transporte ligando o Pacífico ao Báltico e conectando o Leste Asiático à Ásia Ocidental e Meridional por intermédio da região (Xi, 2013).

Essa centralidade adquiriu significado político adicional após a invasão russa da Ucrânia. Em setembro de 2022, em sua primeira viagem internacional desde o início da pandemia, Xi escolheu novamente o Cazaquistão e afirmou o apoio chinês a “independência nacional, soberania e integridade territorial” do país (Xi, 2022). Tal linguagem pode ser interpretada como uma sinalização chinesa sobre condições limites em relação ao comportamento russo em seu entorno estratégico em um momento de tensões entre Moscou e Astana, de exacerbado nacionalismo por parte da Rússia frente ao espaço pós-soviético e de consolidação da estratégia de multivetorialismo do Cazaquistão (Shakhanova, 2026; Vanderhill; Joireman; Tulepbayeva, 2020). Tal análise possui similaridades com a sinalização de Pequim perante a escalada nucelar detalhada no subcapítulo anterior, referendando a noção de coexistência com restrições. Sob tal lógica, Pequim preserva sua parceria estratégica com Moscou ao mesmo tempo que sinaliza restrições quanto a determinados comportamentos considerados capazes de ameaçar interesses chineses fundamentais.

Outrossim, em 2023 e 2025 novos fatos relevantes contribuíram para tal problematização. Considera-se que a institucionalização das relações China-Ásia Central a partir de 2023 não é trivial e reforça a interpretação lógica destacada. Na Cúpula de Xi'an, Pequim e os cinco Estados centro-asiáticos formalizaram o *China-Central Asia Summit Mechanism*, prevendo reuniões bienais em nível de chefes de Estado e a criação de um secretariado permanente na China. Tal mecanismo é significativo porque estabelece um canal multilateral próprio de coordenação entre Pequim e os cinco países da região, sem participação russa e sem mediação de outras organizações multilaterais regionais, como a OCX e a UEE. Em 2025, a segunda cúpula, realizada em Astana, aprofundou esse processo, especialmente pela assinatura dos seis países do Tratado de Boa Vizinhança Eterna, Amizade e Cooperação, incrementando robustez a tal ordenamento institucional. Tal documento referendou a posição chinesa destacada no caso do Cazaquistão para os demais

países, postulando um compromisso no tocante a defesa da soberania, integridade territorial e igualdade soberana entre os signatários (Hamilton, 2026; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2025b).

O ponto mais interessante com relação a tais exemplos, todavia, é que apesar de reduzirem a centralidade institucional relativa da Rússia na região e sua posição histórica privilegiada, Moscou respondeu a tal desenvolvimento sob uma lógica de acomodação, e não balanceamento. Uma interpretação realista estrutural poderia indicar que uma potência regional relativamente declinante procuraria limitar a formação de instituições paralelas lideradas por uma potência ascendente em uma área historicamente central para sua influência. A variável interveniente da percepção dos líderes pode ajudar a responder a tal nuance, com o comportamento russo indicando que a ascensão regional da China é percebida pelos decisores de Moscou como menos ameaçadora do que a pressão estratégica exercida pelo Ocidente, sobretudo porque Pequim deliberadamente evita desafiar frontalmente interesses russos de segurança e apresenta sua expansão enfatizando complementaridade, desenvolvimento e coordenação. Em suma, considera-se que o resultado é uma acomodação mútua de interesses sob condições de uma transição assimétrica de poder (Christoffersen, 2018).

O propósito da presente seção era apresentar pontos de discordância sobre percepções e ações de China e Rússia perante uma área de interesse para ambos. Considera-se que dois pontos de contestação são especialmente importantes: o potencial desafio a condição ontológica da Rússia como provedor de segurança da região e a competição assertiva pelo mercado energético chinês entre Moscou e certos países da Ásia Central. Contudo, buscou-se contrastar tais perspectivas, que em geral estão em um estágio pouco impactante, com as formas que as lideranças chinesas e russas estão delineando para lidar com a situação. Dois aspectos foram enfatizados: a cooperação institucional por meio da OCX e a tentativa do desenvolvimento prático do conceito de “parceria euroasiática”, que corresponde primordialmente a tentativa de conexão da estratégia da Nova Rota da Seda com a União Econômica Euroasiática. Em conclusão, considera-se que as discordâncias pontuais elencadas podem vir a ser problemáticas no futuro, mas que no presente China e Rússia tem conseguido encontrar um equilíbrio de agendas e interesses, com o contexto na Ásia Central sendo pouco provável de resultar em ímpetos negativos para a variação na aproximação cooperativa no curto prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, argumenta-se que a contribuição principal do trabalho concerne em problematizar as percepções dos Executivos de Política Externa de China e Rússia frente aos estímulos provenientes da estrutura do sistema internacional. A partir da revisão da literatura e da análise crítica da evolução empírica da relação bilateral sino-russa após a dissolução da União Soviética, constatou-se um aumento exponencial na interação cooperativa. Grande parte desse ímpeto pode ser associado a tentativa de balanceamento contra a postura disruptiva dos Estados Unidos em decorrência de sua estratégia de Hegemonia Liberal durante o contexto histórico de unipolaridade. O corpus documental chinês e russo enfatizam percepções de ameaça convergentes quanto a tal perspectiva, comprovado em uma linguagem semelhante sobre as contrariedades de ambos com diversas práticas unilaterais e ideológicas.

Todavia, com o passar do tempo e a progressiva transição da unipolaridade para a multipolaridade, tanto em relação a capacidades materiais quanto sobre aspectos da organização e a gestão da ordem internacional, algumas ambiguidades tornam-se relevantes de serem discutidas. No tocante ao âmbito sistêmico, percebe-se tanto uma consolidação de um contexto de três grandes potências, com China e Rússia contestando a posição unilateral dos EUA, como também uma difusão de poder entre potências tradicionais (como Reino Unido, França e Alemanha) e potências médias emergentes (como Índia, Turquia, Brasil, Irã, Arabia Saudita, etc.). Sob tal cenário, um alinhamento tão profundo entre China e Rússia, particularmente para Pequim, cujo contexto internacional é menos restritivo, não seria uma faceta obrigatória, mas sim uma escolha estratégica. Ademais, o expressivo aumento de poder chinês, nas mais variadas dimensões, predicaria um comportamento de balanceamento por parte de países relevantes em sua balança de poder regional. Mesmo que a Rússia não esteja inserida em tal contexto, tendo em vista que a balança de poder regional de seu interesse é a do leste europeu, a qual caracteriza-se por intensa competição e influência externa, é importante lembrar que o país possui uma longa e contenciosa fronteira com a China. Temores sobre uma crescente ingerência chinesa no extremo oriente russo são bem documentados, que inclusive tem relação com o conturbado período do Século das Humilhações e dos tratados desiguais (Stanko, 2022). A crescente capacidade militar e a progressiva

dependência russa da China na dimensão econômica são outros dois pontos compreendidos por teorias tradicionais como potencialmente contraditórios a uma trajetória ascendente de cooperação. Ao contrário, tais perspectivas são vistas como motivadoras de uma recalibragem de rota, com vistas a uma tentativa de reconstituir um certo equilíbrio material.

Tal perspectiva é nítida analisando o aspecto econômico. Apesar do comércio bilateral sino-russo aumentar ano após ano, em volume, complexidade e sob uma lógica de complementariedade geopolítica, a China possui uma gama de parceiros comerciais relevantes, como os países da ASEAN, os Estados Unidos e a União Europeia. Rivais geoestratégicos regionais, como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, também possuem um nível de comércio bilateral superior ao russo. Inclusive, dados da alfandega chinesa indicam que após um forte aumento em 2022 e 2023, ocorreu uma estabilização em 2024, e em 2025 uma diminuição de 6,9% no fluxo comercial entre China e Rússia em relação ao ano anterior, pela primeira vez em cinco anos. Outrossim, apesar da balança comercial da relação ser equilibrada, com Moscou obtendo um leve superávit, há um desequilíbrio estrutural na pauta setorial que poderia causar temores na Rússia sobre dependência e potencial substituição. Conforme mencionado no subcapítulo 4.2, as exportações russas para a China consistem majoritariamente de recursos naturais, os quais Pequim tem diversas alternativas para incrementar sua resiliência e segurança, como destacado em relação aos países da Ásia Central, além de Estados no Oriente Médio, África e América Latina (China's 2025..., 2026).

Apesar de tais fatos, porém, a direção do alinhamento cooperativo em geral se mantém constante em direção de crescente aprofundamento. A análise da dimensão político-diplomática é sintomática. Desde 2022, a frequência de interações bilaterais de alto nível (entre os chefes de Estado e ministros ou integrantes chave dos setores diplomático e militar) entre China e Rússia tem sido discrepante em comparação a outras. Xi e Putin interagiram aproximadamente 20 vezes entre fevereiro de 2022 e maio de 2026, através de reuniões presenciais ou telefonemas. Líderes militares de ambos os países se encontraram 14 vezes nesse mesmo período, e 64 reuniões de caráter diplomático foram realizadas (Mercator Institute for China Studies, s.d.). Outro ponto relevante de tal perspectiva é a convergência de posições estratégicas, exemplificada pela votação similar no Conselho de Segurança da ONU e no alinhamento retórico frente a casos relevantes, como demonstrado

recentemente na proximidade de linguagem sino-russa de condenação das ações unilaterais coercitivas dos Estados Unidos na captura de Maduro, na Venezuela, e com relação ao bombardeio do Irã e a morte do Líder Supremo, o aiatolá Ali Khamenei (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2026).

Tais dinâmicas, auferidas durante a revisão bibliográfica teórica e empírica, instigaram uma visão crítica sobre explicações baseadas em poder material e deduzidas apenas da variável estrutural, sob a lógica de que tais linhas de pesquisa possuíam limitações importantes para compreender os estímulos para o crescente alinhamento estratégico sino-russo. Sob tal contexto, procurou-se realizar uma contribuição autoral para a literatura brasileira, utilizando de uma teoria pouco tradicional para criar um modelo que potencialmente incrementaria a capacidade analítica para entender as percepções de China e Rússia sobre a natureza do ambiente internacional, sobre ameaças e oportunidades e sobre os cálculos relacionados aos meios a serem utilizados para cumprirem seus objetivos estratégicos. Argumenta-se, nesse sentido, que a teoria realista neoclássica de alinhamento estratégico sino-russo proposta pelo trabalho tem méritos interessantes perante os problemas destacados na literatura. A análise do corpus documental sob a lógica de diferentes orientações revisionistas no subcapítulo 3.3, realizada após a descrição empírica do contexto internacional de ambos os países nos subcapítulos 3.1 e 3.2, representa uma tentativa de concatenar uma lógica perceptiva que seja eficiente em incrementar as explicações sobre os dois comportamentos ambíguos que motivaram as duas perguntas de pesquisa da Tese. O capítulo 4, por sua vez, representou uma tentativa de aplicar tal modelo de análise empírico (nível sistêmico) + perceptivo (nível de unidade) para a problematização de dois estudos de caso considerados interessantes: a dinâmica entre os dois países no tocante ao conflito na Ucrânia, que corresponde a um aspecto essencial da política internacional contemporânea; e a interação entre ambos no que concerne à Ásia Central, considerada um espaço geopolítico relevante para o futuro e potencialmente contencioso.

Os estudos de caso da Guerra na Ucrânia e das dinâmicas sino-russas na Ásia Central contribuíram para testar a lógica causal proposta pela pesquisa em circunstâncias distintas e, em certa medida, complementares. A Guerra na Ucrânia constitui um caso marcado pela dimensão securitária, pelo emprego direto da força militar e pela presença central da competição entre Rússia e Ocidente. A Ásia

Central, por sua vez, oferece um ambiente no qual a interação entre China e Rússia ocorre de maneira mais direta e com menor protagonismo de atores extrarregionais, permitindo observar os efeitos de uma transformação regional na distribuição de capacidades e influência em um espaço historicamente privilegiado por Moscou. Considerados conjuntamente, os dois casos possibilitam avaliar tanto como Pequim interpreta o poder e o comportamento russos quanto como Moscou responde à expansão progressiva das capacidades e da influência chinesas.

Essa comparação é particularmente relevante para a retomada das duas perguntas que orientaram a pesquisa. A primeira indagava por que a transição sistêmica da unipolaridade para a multipolaridade não afetou negativamente a implementação, por China e Rússia, de um Grande Ajuste Estratégico voltado ao aprofundamento de sua parceria. A segunda questionava por que nenhum dos dois atores desenvolveu comportamentos de balanceamento em relação ao outro, apesar da proximidade geográfica, da existência de capacidades ofensivas significativas e da transformação assimétrica na distribuição bilateral de poder.

Em relação ao primeiro problema, os resultados dos dois estudos de caso reforçam o argumento de que as mudanças sistêmicas não produziram efeitos negativos sobre o alinhamento porque foram interpretadas pelas lideranças chinesa e russa a partir de diagnósticos e filtros perceptivos amplamente convergentes acerca das principais transformações do Sistema Internacional. A análise do impacto da Guerra na Ucrânia para as relações sino-russas torna esse dinâmica particularmente visível. Embora Pequim não tenha endossado integralmente a interpretação ou a conduta russa, os Executivos de Política Externa chineses compartilharam elementos importantes do diagnóstico de Moscou sobre as origens mais amplas da crise. Entre eles estão a oposição à expansão da OTAN, a crítica à formação de blocos associados a uma “mentalidade de Guerra Fria”, a defesa do princípio da indivisibilidade da segurança e a rejeição da crescente instrumentalização da interdependência econômica por meio de sanções, restrições de exportações e outras formas de coerção econômica (Sagild; Hsiung, 2025; Shakhanova, 2025; Zhao, 2023). O confito ampliou os custos internacionais da associação de Pequim com Moscou e aprofundou a assimetria existente entre os dois parceiros. Ainda assim, a liderança chinesa não interpretou essas mudanças como razão para distanciar-se da Rússia ou para conter sua capacidade material. Em vez disso, situou o conflito dentro de um diagnóstico mais abrangente sobre a

arquitetura de segurança europeia, a política de alianças dos Estados Unidos, os efeitos da coerção econômica e as características da ordem internacional vigente. Nesse sentido, pressões direcionadas contra Moscou foram parcialmente percebidas como manifestações de fenômenos mais amplos que também poderiam produzir constrangimentos à própria China futuramente, como no tocante à Taiwan.

O caso da Ásia Central conduz a conclusão semelhante por uma trajetória empírica distinta. A região oferece um exemplo particularmente significativo de alteração da distribuição de capacidades em benefício da China. A expansão chinesa em dimensões como comércio, infraestrutura, energia e conectividade reduziu vantagens históricas russas, enquanto a crescente institucionalização das relações entre Pequim e os cinco Estados centro-asiáticos passou a criar canais de coordenação que não dependem da participação de Moscou. A construção do oleoduto Cazaquistão–China e do gasoduto Ásia Central–China enfraqueceu o antigo controle russo sobre rotas de exportação energética, ao passo que novos corredores logísticos ampliaram a capacidade dos países da região de acessar mercados sem necessariamente atravessar o território russo (Christoffersen, 2018; Eder, 2014; Weitz, 2025). A criação do mecanismo China–Ásia Central em 2023 e seu aprofundamento na Cúpula de Astana de 2025 são especialmente significativos. Ao institucionalizar um formato periódico de interação com os cinco países centro-asiáticos sem participação russa, a China aumentou sua autonomia institucional em uma região historicamente integrada aos mecanismos políticos e econômicos liderados por Moscou. A assinatura do Tratado de Boa Vizinhança Eterna, Amizade e Cooperação, em 2025, aprofundou essa dinâmica e reiterou princípios de soberania e integridade territorial já salientados pela liderança chinesa em sua relação com o Cazaquistão (Hamilton, 2026; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2025b).

Apesar disso, essa transformação regional não levou Moscou a interpretar a ascensão chinesa como uma ameaça prioritária. A reação russa foi caracterizada predominantemente por acomodação e adaptação, e não por esforços sistemáticos de balanceamento. A tentativa de articular a União Econômica Eurasiática com a Nova Rota da Seda e de desenvolver a concepção de uma Grande Parceria Eurasiática é representativa dessa lógica. Mesmo que tal projeto tenha permanecido substancialmente mais desenvolvido no discurso russo do que em sua implementação concreta, ele revela uma tentativa de Moscou de acomodar o

crescimento da influência chinesa dentro de uma arquitetura que preservasse a condição da Rússia como grande potência eurasiática autônoma (Gabuev; Zuenko, 2018; Karaganov, 2018; Shakhanova; Garlick, 2020).

Os dois casos, portanto, oferecem evidências complementares para a primeira pergunta de pesquisa. A transformação sistêmica e a redistribuição regional de capacidades não impediram o aprofundamento do alinhamento porque foram interpretadas a partir de uma percepção predominante de compatibilidade estratégica. Para Pequim, a manutenção de uma Rússia influente na Eurásia não constitui, por si só, obstáculo fundamental à expansão chinesa. Para Moscou, a perda relativa de influência para a China é avaliada como um custo administrável diante dos benefícios proporcionados da parceria e da prioridade atribuída a outras fontes de pressão sistêmica. Portanto, a mudança na distribuição de capacidades permanece relevante, mas não determina mecanicamente a orientação da política externa.

Tal argumento conecta-se também com o segundo problema de pesquisa. Os casos analisados demonstram que capacidades materiais e proximidade geográfica não produzem automaticamente percepção de ameaça. No caso ucraniano, a Rússia demonstrou disposição para empregar capacidades convencionais significativas contra um Estado vizinho, sustentar uma guerra prolongada e mobilizar seu arsenal nuclear como instrumento de sinalização estratégica. Ainda assim, essas capacidades e seu uso assertivo não foram interpretados pela liderança chinesa como justificativa para um comportamento de balanceamento contra Moscou. Em vez disso, seu significado foi avaliado em conjunto com as intenções atribuídas à Rússia, com a trajetória da relação bilateral e, sobretudo, com a hierarquia chinesa das principais fontes de insegurança no sistema internacional.

A Ásia Central representa um caso ainda mais sintomático sobre essa proposição, pois refere-se não apenas da existência de capacidades chinesas crescentes, mas de sua conversão concreta em maior influência às custas da posição relativa da Rússia. A China passou a competir em setores energéticos, estabeleceu corredores logísticos alternativos, ampliou sua centralidade econômica e criou mecanismos institucionais próprios em uma área historicamente vinculada à projeção de poder russa. Em termos exclusivamente materiais e estruturais, esses desenvolvimentos poderiam oferecer fundamentos para uma estratégia de contenção da ascensão chinesa. Entretanto, a resposta predominante de Moscou

continuou sendo a acomodação. Esse comportamento sugere que a expansão das capacidades chinesas é percebida de maneira distinta da presença e das pressões associadas ao Ocidente, especialmente porque Pequim tem evitado desafiar diretamente interesses securitários russos e procura enquadrar sua expansão na Ásia Central com ênfase em complementaridade funcional, desenvolvimento regional e coordenação institucional (Christoffersen, 2018; Cooley, 2012). Em ambos os casos, portanto, o crescimento das capacidades ofensivas e a proximidade geográfica não produziram balanceamento mútuo mecanicamente porque essas capacidades não foram acompanhadas, nas percepções dos Executivos de Política Externa de China e Rússia, por uma atribuição correspondente de intenções hostis ou por sua identificação como fontes prioritárias de insegurança.

Isso não significa, contudo, que a parceria sino-russa seja caracterizada por consonância total de interesses e posições. Uma das conclusões mais importantes dos dois estudos de caso é justamente a coexistência entre convergência estratégica e divergências relevantes em níveis inferiores de análise. No tocante à Guerra na Ucrânia, Pequim compartilhou aspectos importantes do diagnóstico sistêmico de Moscou, mas manteve posições distintas quanto à soberania e à integridade territorial ucranianas, aos limites aceitáveis de uma esfera de influência russa e, de maneira relevante, à escalada nuclear. Xi Jinping reiterou publicamente a oposição ao uso ou à ameaça de uso de armas nucleares, ao passo que a diplomacia chinesa continuou defendendo princípios de soberania estatal que não correspondem integralmente à interpretação russa do conflito (Sagild; Hsiung, 2025; Shakhanova, 2025; Zhao, 2023). A postura chinesa diante da Ásia Central apresenta característica semelhante. O apoio explícito de Xi à independência, à soberania e à integridade territorial do Cazaquistão em 2022, em um momento de maior sensibilidade quanto às relações entre Moscou e Astana, indicou que Pequim possui ressalvas frente a noção de uma influência inconteste da Rússia sobre o espaço pós-soviético (Xi, 2022; Shakhanova, 2026; Vanderhill; Joireman; Tulepbayeva, 2020). A posterior institucionalização do mecanismo China–Ásia Central reforçou essa dinâmica. Ao mesmo tempo, a Rússia não atribui à expansão chinesa na região o mesmo significado ameaçador que atribui à expansão de instituições político-militares ocidentais em seu entorno estratégico.

A comparação entre os dois casos elencados permite, portanto, identificar uma lógica que pode ser descrita como coexistência com restrições. China e Rússia

ampliam em elevado nível seu alinhamento estratégico, mas sem conceder uma à outra liberdade irrestrita de ação. Pequim estabelece limites quando determinados comportamentos russos tem potencial de ameaçar interesses considerados fundamentais, como a estabilidade da Ásia Central ou o controle da escalada nuclear. Moscou, por sua vez, não demonstra indiferença à expansão relativa chinesa e procura preservar sua posição hierárquica na Eurásia. Contudo, tais dicotomias geoestratégicas e ideacionais são administradas politicamente sem que alterem a percepção fundamental de que a relação bilateral oferece benefícios, sob um contexto de adaptação à nova distribuição de capacidades e de promoção de mudanças na ordem internacional, superiores aos custos produzidos por suas áreas de competição. Essa constatação reforça o potencial explicativo do Realismo Neoclássico e sustenta a proposição de que o aprofundamento do alinhamento estratégico sino-russo não pode ser compreendido como mero produto mecânico da distribuição de capacidades no Sistema Internacional contemporâneo. Tal processo resulta da interação entre estímulos sistêmicos e sua mediação perceptiva no nível de unidade. Sob tal lógica, a estrutura condiciona, mas é a partir da interpretação das lideranças que ameaças, oportunidades e opções de ação assumem significado político e resultam em consequências estratégicas.

Apesar do potencial de tal modelo de análise, vale destacar algumas lacunas na explicação e potenciais caminhos para o futuro dos estudos sobre China e Rússia. Em primeiro lugar, destaca-se que o presente trabalho apenas sintetizou brevemente sobre a literatura construtivista. A perspectiva ideacional não foi trabalhada a fundo, mas é um âmbito analítico que tem ganhado mais atenção dos estudiosos do tema nos últimos anos. Entende-se, porém, que tal linha teórica tem potencial para incrementar a explicação sobre a convergência normativa entre Pequim e Moscou. Outrossim, destaca-se a mesma percepção com relação a abordagens psicológicas. Uma linha de pesquisa particularmente interessante, e que chegou a se debater a utilização nesta Tese, é a análise mais detalhada e metodologicamente orientada das crenças dos líderes, por meio de abordagens como *operational code analysis* e *leadership trait analysis*. Como exemplo, vale citar novamente a formulação de Huiyun Feng e Kai He (2024, p. 2091-2095), que propõem um modelo interessante para problematizar a formação de alianças em tempos de paz, com a introdução da teoria do "equilíbrio de crenças" (*balance-of-beliefs*). Os autores argumentam que o principal obstáculo para uma aliança formal

entre China e Rússia é o sistema de crenças diverso de Xi e Putin. Especificamente, eles postulam que, embora ambos os líderes concordem com crenças instrumentais sobre estratégia, suas crenças filosóficas divergentes no universo político, ou sejam sobre o método de implementar tais estratégias, impedem a elaboração posterior de uma aliança militar, mesmo que ocorra profícua cooperação tática em questões de interesses compartilhados nas dimensões geopolíticas, econômicas e securitárias.

Em segundo lugar, destaca-se o potencial da literatura realista ofensiva no tocante a resposta de China e Rússia a estratégias de projeção de poder dos EUA e a tentativa de ambos de estabelecer condições preliminares de uma hegemonia regional. Tal conceito remete a uma condição geoestratégica privilegiada na qual um determinado Estado possui capacidade de moldar o ambiente estratégico ao seu redor, devido à diferença nas suas capacidades materiais frente a seus vizinhos. A posição dos Estados Unidos para com o Hemisfério Ocidental é o principal exemplo de tal dinâmica. Outros países tentaram estabelecer tal condição em suas regiões na história moderna, como a Alemanha Imperial, a Alemanha Nazista, o Japão Imperial e a União Soviética, mas não obtiveram sucesso, devido a coalizões de contenção contra suas ações. Para os fins do presente estudo, destaca-se que tanto China quanto Rússia gostariam de expandir sua influência e capacidade de moldar suas regiões, nomeadamente o Leste Asiático e o espaço pós-soviético. Uma linha de pesquisa interessante seria buscar entender o que pensam as lideranças políticas e militares sino-russas sobre um potencial cenário de obtenção de hegemonia regional de um ou outro, o que seria um desenvolvimento relevante com relação a balança de poder global, em geral, e a correlação de forças entre ambos China e Rússia, em particular. Segundo a lógica do realismo ofensivo e, em certa medida, da teoria da balança de ameaças, tal cenário hipotético seria preocupante e tenderia a estimular a competição, em razão da proximidade geográfica entre os dois países (que compartilham uma longa fronteira historicamente contenciosa), de suas capacidades ofensivas e da existência de um espaço de projeção parcialmente sobreposto na Ásia Central. Sob essas perspectivas teóricas, seria esperado algum tipo de comportamento de balanceamento (ou *hedging*) diante da possibilidade de que o crescimento das capacidades relativas de um dos atores fosse percebido como ameaça pelo outro (Mearsheimer, 2001; Walt, 1987).

Além disso, outro aspecto que motiva dúvidas sobre o potencial e as limitações do modelo explicativo proposto, mas também de explicações teóricas

tradicionais, concerne a possível mudança de postura dos EUA a partir de um potencial maior equilíbrio entre a distribuição de capacidades e entre a gestão e responsabilidades para com a ordem internacional. Conforme destacado durante o trabalho, a grande maioria das explicações da teorização realista se assenta na oposição sino-russa à postura unilateral e agressiva dos EUA durante o período unipolar, especialmente perante a estratégia da Hegemonia Liberal, que preconizava a oposição aos regimes chineses e russos devido a sua forma de governança política, ocasionando no crescimento da restritividade de seus ambientes externos. Como mencionado nos subcapítulos anteriores, diversas tomadas de decisão dos EUA eram contrárias a preceitos realistas, mas balizadas em teorizações liberais, como a expansão da OTAN à leste na Europa, baseada na teoria da paz democrática e na teoria liberal institucionalista. Outrossim, a estratégia do “Pivô para a Ásia” de Obama, e as articulações cooperativas de Biden na Ásia (AUKUS e QUAD), possuíam uma lógica realista de contenção à China, mas eram propagados normativamente em caráter liberal, como a linguagem ideológica de justificativa da escolha de países como sendo democracias com ideias semelhantes (like minded *democracies*) (Mearsheimer, 2018, 2022).

Sob a lógica realista dominante na literatura, portanto, o avanço no alinhamento sino-russo era prescrito como uma consequência natural de tais movimentos americanos, considerados ameaçadores e coercitivos. Todavia, as ideias e conceitos que embasam tanto o internacionalismo liberal quanto o neoconservadorismo estão em declínio no discurso político dos EUA, sendo vistas pela população como a fonte principal de muitos fracassos na política externa do país nas últimas décadas, especialmente no que concerne o uso da força militar no Oriente Médio. A campanha eleitoral de Trump para seu segundo mandato, inclusive, ressaltava tal lógica como uma marcada diferença entre a proposta república, de abordagem nacionalista conservadora, e a democrata, classificada como globalista (Lake, 2026; Mori, 2025). Portanto, vale uma ponderação: caso os EUA optem pelo desengajamento (Monteiro, 2011) – especialmente com relação a gestão da ordem internacional –, os incentivos estruturais para o incremento do alinhamento sino-russo se mantém?

Diretamente conectado a tal discussão, vale ressaltar um linha de argumentação interessante com relação ao comportamento dos EUA sob Trump na política externa, em geral, e com relação a Rússia, em particular. Em primeiro lugar,

destaca-se que uma análise das diferenças entre os governos de Biden e Trump, balizada no modelo proposto na Tese, indica diferenças substanciais nas percepções de ambos os líderes quanto a questões substanciais de política internacional, como a forma de lidar com aliados e adversários, a posição frente a normas e instituições, e a estilos de projeção de poder econômico e militar. Ao passo que Biden enfatizava uma visão ideológica liberal, similar à postura do contexto da Hegemonia Liberal, Trump tem uma visão oposta. Sua forma de pensar e agir emula uma natureza transacionalista de um empresário, como simbolizada pela condicionalidade da assinatura de um acordo sobre minerais críticos com Kiev para justificar a continuidade de um apoio econômico e material em meio ao conflito com a Rússia (Baskaran; Schwartz, 2025). Ademais, Trump aparenta dar muito mais valor ao caráter interpessoal de suas interações com líderes internacionais, valorizando expressões de poder e resistências e desprezando manifestações de fraqueza. A diferença em seu tratamento de aliados europeus tradicionais em relação a líderes como Xi Jinping e Putin é reveladora. Por fim, outra diferença substancial na percepção da forma de agir entre os últimos dois presidentes americanos é no tocante a ordem internacional. Enquanto Biden enfatizava a importância da Ordem Liberal Internacional e de suas normas e instituições, Trump é um unilateralista convicto, tendo ojeriza por processos deliberativos e por regras que restringem sua liberdade de ação. As ações militares na Venezuela e no Irã, sem a anuência de instâncias internas americanas e em desacordo com a legislação internacional sobre o uso da força representam bem tal perspectiva. Outro exemplo interessante concerne o uso indiscriminado de tarifas como arma coercitiva para impor seus interesses frente a outros países, comportamento que posteriormente foi considerado ilegítimo pela Suprema Corte dos EUA (Marimow, 2026).

Especificamente com relação à China e Rússia, dois pontos referentes a tal discussão são centrais. Primeiramente, devido a uma evidente avaliação de capacidades e prognósticos futuros, Pequim segue sendo enfatizada como o principal competidor geoestratégico dos EUA. No entanto, a dimensão europeia é nitidamente enfraquecida nos discursos e nas ações dos EUA, principalmente simbolizada pela postura frente à guerra russo-ucraniana. Em contrapartida, a dimensão regional ganhou proeminência, sob uma lógica de uma nova Doutrina Monroe, ou Doutrina “Donroe”, como foi caracterizada por membros do governo americano. Tais pontos foram evidenciadas na Estratégia de Segurança Nacional

dos EUA de 2025, que estabelece duas prioridades principais: conter a China no Leste Asiático e projetar poder na esfera de influência hemisférica (The White House, 2025). Somando retórica e prática, pode-se exemplificar tal visão pelas recentes ações contra a Venezuela e pela postura frente ao Canadá e à Groenlândia.

A Rússia é um aspecto particularmente interessante. Trump demonstra insatisfação com a falta de avanço nas dinâmicas diplomáticas intentadas por ele para finalizar a guerra, simbolizadas por uma cúpula bilateral no Alaska em agosto de 2025, cujo simbolismo superou a substância, pois apesar de grande expectativa, nenhum acordo foi alcançado. A principal consequência perante a política internacional foi Trump legitimando a liderança de Putin, em contraste com a postura europeia, que preconizava a tentativa de isolar o líder russo. Apesar de inicialmente apenas dar sequência em acordos de transferências de recursos e armamentos à Ucrânia aprovados no governo anterior, e de não demonstrar interesse em uma confrontação, Trump aumentou a pressão contra a Rússia com as sanções a suas duas principais empresas energéticas. Apesar disso, ainda apresenta uma retórica de busca por “paz por negócios” com Moscou (Hinshaw *et al*, 2025), de críticas à liderança ucraniana e de ênfase em uma perspectiva diplomática e não confrontacional. Buscando compreender a razão de tal comportamento, uma explicação postulada na literatura diz respeito a uma potencial estratégia de Washington de realizar um “Kissinger reverso”. Tal compreensão propõe a hipótese de que a complacência de Trump perante a Rússia é parte de um objetivo mais amplo de enfraquecer os incentivos para um alinhamento profícuo entre China e Rússia. A lógica por traz de tal raciocínio é baseada na teoria realista da balança de poder, preconizando que o avanço na parceria sino-russa é prejudicial aos interesses geoestratégicos americanos. Portanto, Trump estaria agindo sob uma estratégia semelhante à diplomacia triangular no contexto da Guerra Fria, onde Nixon e Kissinger avançaram um processo de reaproximação com a China para enfraquecer a sua relação com a União Soviética (Hughes; Leoni, 2025; Yang, 2025).

Vale lembrar que George Kennan e Walter Lippmann, dois intelectuais eminentes em suas formações (um diplomata e historiador e um jornalista), concordavam plenamente na necessidade de oposição ao domínio os recursos combinados da Eurásia por um Estado ou uma coalização de aliados, divergindo apenas da forma de realizar tal objetivo. Kennan é considerado o arquiteto da estratégia da contenção da União Soviética na Guerra Fria, enquanto Lippmann era

um crítico de tal postura, defendendo uma estratégia de convivência com a URSS baseada em prudência, moderação e respeito mútuo aos interesses de segurança nacional de cada um (Carden, 2023). Os teóricos da geopolítica clássica, Halford Mackinder e Nicholas Spikeman, cujo pensamento contribuiu para moldar a política externa contemporânea dos EUA (inclusive a estratégia de contenção de Kennan), tinham como preocupação basilar para a construção de seus modelos o temor de algum Estado ou aliança dominar os recursos do Heartland e do Rimland, respectivamente (Gerace, 1991). Henry Kissinger, por sua vez, respaldou a aproximação com a China e não com a URSS, pois teorizava que em uma relação triangular, a melhor opção era se alinhar com o lado mais fraco, podendo exercer pressão e coerção como o ator dominante, e tendo maior facilidade de oferecer recompensas para manter a complacência e submissão (Kissinger, 1979, p. 178; Walt, 1985). A ideia de inibir uma aliança euroasiática, portanto, está no cerne da política externa dos EUA de forma constante através da história contemporânea. Mas debates sobre os meios de conseguir atingir tal finalidade demonstram a validade de diferentes estratégias para lidar com tal desafio, persistindo até a atualidade.

Considera-se, todavia, que uma estratégia de “Kissinger reverso” é complexa e improvável de ser bem-sucedida, sob dois argumentos principais. Primeiro, pois diferentemente do contexto de divisão resultante do cisma sino-soviético, representado por divergências na perspectiva ideológica, na forma de se comportar perante os EUA, e, principalmente, a problemas fronteiriços, a relação sino-russa vigente é robusta, pacífica e alicerçada em convergências normativas e em amplas conexões econômicas e institucionais.

Por fim, uma última nuance argumentativa relacionada com a proposta da Tese e de bom potencial de continuidade é a problematização da ordem internacional do futuro. Nesse sentido, vale discorrer brevemente sobre o processo de erosão da Ordem Liberal Internacional, sobre potenciais novas ordens e como que tal perspectiva pode impactar nos estímulos para a continuidade da expansão do alinhamento sino-russo.

Conforme descrito no subcapítulo 3.3, a vertente liberal, que é dominante na literatura com relação a essa temática, caracteriza a derrocada da OLI como um processo multidimensional impulsionado por ações de regimes iliberais com intenções revisionistas, como China, Rússia, Irã e Coreia do Norte. Essa perspectiva

enquadra a questão em termos ideológicos, concebendo-a como uma disputa entre democracias, que buscam preservar as normas e instituições responsáveis por estabelecer mecanismos de freios e contrapesos ao comportamento dos Estados, e um “eixo dos autoritários”, que procuraria subverter esse sistema (Ellings; Sutter, 2018; Fontaine; Taylor, 2024; McFaul, 2025).

A visão realista discorda e postula que os EUA tem um papel proeminente em tal contexto. Tal hipótese ganhou mais força com a segunda administração Trump. Características como a imprevisibilidade da política externa, o uso banalizado da coerção econômica e o desprezo por instituições e normas internacionais representam fatores disruptivos para a sustentação dos princípios da OLI (Lake, 2026; Kagan, 2026). O discurso do primeiro-ministro canadense no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2026, constituiu um momento decisivo nesse processo. Sob crescente pressão dos Estados Unidos desde o retorno de Trump à presidência e na condição de líder de um país historicamente defensor de tal arranjo, Carney sintetizou a conjuntura de forma contundente: “Permitam-me ser direto. Estamos no meio de uma ruptura, e não de uma transição [...] Não é possível viver sob a ilusão do benefício mútuo por meio da integração quando a própria integração se torna a fonte da sua subordinação [...] Participamos dos rituais e, em grande medida, evitamos apontar as discrepâncias entre a retórica e a realidade. Esse pacto já não funciona mais [...] As potências médias precisam agir em conjunto, porque, se não estivermos à mesa, estaremos no cardápio”[9] (Carney, 2026, s.p.).

Ao projetar os possíveis desdobramentos da ordem internacional, diversas possibilidades vêm sendo debatidas. Alguns autores apontam para um novo “concerto de grandes potências” de caráter *vestfaliano*, marcado por reivindicações soberanistas por parte dos Estados Unidos, da China e da Rússia, nas quais cada uma dessas potências reivindicaria direitos especiais sobre esferas regionais de influência, dentro das quais competiriam entre si em termos de segurança (Kroenig, 2026; Toft, 2025; Walt, 2026). Outros argumentam que a preponderância de poder dos Estados Unidos e da China implica uma elevada probabilidade de competição

[9] Tradução própria. Do original: “Let me be direct. We are in the midst of a rupture, not a transition […] You cannot live within the lie of mutual benefit through integration, when integration becomes the source of your subordination […] We participated in the rituals, and we largely avoided calling out the gaps between rhetoric and reality. This bargain no longer works […] The middle powers must act together, because if we’re not at the table, we’re on the menu.” (Carney, 2026, s.p.).

direta entre duas ordens regionais delimitadas (*bounded regional orders*), lideradas por Washington e Pequim, em uma configuração que remeteria ao contexto da Guerra Fria. Correlacionado a isso, alguns discorrem sobre a possibilidade de uma gestão compartilhada da ordem internacional entre os EUA e a China, em uma espécie de G2. Outras abordagens também têm sido propostas, como a ideia de uma ordem neorreal (*neo-royalist order*), que pressupõe uma estrutura formada por pequenas redes de hiperelites políticas, econômicas e militares, denominadas cliques, as quais buscam construir hierarquias duradouras de poder material e de status por meio da extração de tributos financeiros e culturais (Goddard; Newman, 2025, p. S13). Apesar das diferenças entre essas perspectivas, a maioria converge para a expectativa de uma ordem internacional de natureza mais transacional, na qual o poder político, econômico e militar tenderá a ser empregado com maior frequência e de forma menos restrita, ao mesmo tempo em que o papel das instituições internacionais diminuirá e as regras passarão a ser aplicadas de maneira ainda mais seletiva.

Em última análise, infere-se que tanto reverberações com relação à distribuição de capacidades, quanto com relação a natureza e a gestão da ordem internacional, podem ocasionar mudanças de percepção por parte dos Executivos de Política Externa de China e Rússia e, consequentemente, mudanças de curso de ação. Procurou-se descrever e explicar analiticamente, por meio de uma fundamentação teórica apoiada em testes empíricos, que a variação no alinhamento estratégico sino-russo não é apenas uma resposta mecânica a incentivos estruturais materiais, mas um processo multidimensional de longo prazo fundamentado primordialmente em percepções convergentes da lideranças de Pequim e Moscou sobre a natureza do sistema internacional, sobre o prognóstico em relação a consolidação do multilateralismo, sobre ameaças e oportunidades nesse contexto, e sobre discordâncias e necessidades de mudança no tocante à ordem internacional vigente. Sob tais óticas, China e Rússia classificaram uma interação mais aprofundada como um mecanismo necessário para implementar as suas agendas de interesse. Contudo, em caso de alterações relevantes em algumas dessas dimensões, o impacto da Variável Interveniente pode mudar significativamente. Objetiva-se, portanto, a dar prosseguimento em tal linha de pesquisa para desenvolvê-la e aplicá-la à medida em que alterações na distribuição de capacidades e na natureza da ordem internacional ocorram.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Paul; LUKIV, Jaroslav. Ukraine drones strike bombers during major attack in Russia. **BBC News**, 1 jun. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c1ld7ppre9vo. Acesso em: 30 jun. 2026.

ALEXEEVA, O.; LASSERRE, F. The Evolution of Sino-Russian Relations as Seen from Moscow: The Limits of Strategic Rapprochement. **China Perspectives**, v. 2018, n. 3, p. 69–77, 1 set. 2018.

ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?** Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

AMBROSIO, Thomas. “Catching the ‘Shanghai Spirit’: How the Shanghai Cooperation Organization Promotes Authoritarian Norms in Central Asia”. **Europe-Asia Studies**, v. 60:8, p. 1321-1344, 2008.

AMERICAN SOYBEAN ASSOCIATION. **Soybeans Without a Buyer: The Export Gap Hurting U.S. Farms**. 20 ago. 2025. Disponível em: https://soygrowers.com/news-releases/soybeans-without-a-buyer-the-export-gap-hurting-u-s-farms/. Acesso em: 12 nov. 2025.

ARIS, Stephen. **Eurasian regionalism: the Shanghai Cooperation Organisation**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

ARMSTRONG, Kathryn. 'No going into Nato by Ukraine,' says Trump as Zelensky prepares for White House talks. **BBC News**, 18 ago. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cm21j1ve817o.. Acesso em: 21 out. 2025.

ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **Comparing Aerial and Satellite Images of China’s Spratly Outposts**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 16 fev. 2018. Disponível em: https://amti.csis.org/comparing-aerial-satellite-images-chinas-spratly-outposts/. Acesso em: 14 nov. 2025.

ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **Island Tracker**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, [s.d.]. Disponível em: https://amti.csis.org/island-tracker/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **No Islet Left Behind: Vietnam Reclaims Land at Every Remaining Spratly Outpost**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 22 ago. 2025. Disponível em: https://amti.csis.org/no-islet-left-behind-vietnam-reclaims-land-at-every-remaining-spratly-outpost/. Acesso em: 20 nov. 2025.

ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **South China Sea Energy Exploration and Development**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2025. Disponível em: https://amti.csis.org/south-china-sea-energy-exploration-and-development/. Acesso em: 25 out. 2025.

ASMUS, Ronald D. **A Little War That Shook the World: Georgia, Russia, and the Future of the West**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. 272 p.

BAILEY, Rob; WELLESLEY, Laura. **Chokepoints and vulnerabilities in global food trade**. London: The Royal Institute of International Affairs, 2017. 124p. (Texto Técnico).

BAJPAEE, Chietigj. Despite reset in India–US relations, New Delhi retains commitment to strategic hedging. **Chatham House**, London, 17 fev. 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2026/02/despite-reset-india-us-relations-new-delhi-retains-commitment-strategic-hedging.. Acesso em: 26 jun. 2026.

BARABANOV, Oleg et al. **A World without superpowers**. Moscow: Valdai Discussion Club, 2022. 23p. (Texto Técnico).

BARKIN, J. Samuel. Realist Constructivism. **International Studies Review**, v. 5, n. 3, p. 325-342, 2003.

BASKARAN, Gracelin; CAHILL, Ben. Six New BRICS: Implications for Energy Trade. **Center for Strategic and International Studies**, Washington, D.C., 25 ago. 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/six-new-brics-implications-energy-trade. Acesso em: 20 out. 2025.

BASKARAN, Gracelin; SCHWARTZ, Meredith. What to know about the signed U.S.-Ukraine minerals deal. **Center for Strategic and International Studies – CSIS**, Washington, DC, 1 mai. 2025. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/what-know-about-signed-us-ukraine-minerals-deal.. Acesso em: 8 out. 2025.

BEINART, Peter. Biden's CIA Director Doesn't Believe Biden's Story about Ukraine. **Substack**, 7 fev. 2022. Disponível em: https://peterbeinart.substack.com/p/bidens-cia-director-doesnt-believe. Acesso em: 17 nov. 2025.

BENNET, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative Research: Recent Developments in Case Study Methods. **Annual Review of Political Science**, v. 9, 2006.

BERGER, Thomas U. "Norms, Identity, and National Security in Germany and Japan", in The Culture of National Security: Norms and Identity in **World Politics**, ed. Peter J. Katzenstein. Columbia University Press, 1996.

BERGMANN et al. Out of Stock? Assessing the Impact of Sanctions on Russia's Defense Industry. **Center for Strategic and International Studies – CSIS**, Washington, DC, 14 abr. 2023. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/out-stock-assessing-impact-sanctions-russias-defense-industry. Acesso em: 18 out. 2025.

Bergmann, Max, Maria Snegovaya, Tina Dolbaia, e Nicholas Fenton. 2023. Out of Stock? Assessing the Impact of Sanctions on Russia's Defense Industry. **Center for Strategic and International Studies** (CSIS), 14 abr 2023 Disponível em: https://www.csis.org/analysis/out-stock-assessing-impact-sanctions-russias-defense-industry. Acesso em: 18 out. 2025.

BERMAN, S. Ideas, Norms and Culture in Political Analysis. **Comparative Politics**, v. 33, n. 2, p. 238–9, 2001.

BERNSTEIN, Paul; MENKE, Harrison. Russia’s hypersonic weapons. Georgetown Journal of **International Affairs**, 12 dez. 2019. Disponível em: https://gjia.georgetown.edu/2019/12/12/russias-hypersonic-weapons/. Acesso em: 12 nov. 2025.

BIDEN, Joe. **Remarks by President Biden on the United Efforts of the Free World to Support the People of Ukraine**. Washington, DC: The White House, 26 mar. 2022. Disponível em: Acesso em: 3 out. 2025.

BILOUSOVA, Olena; HILGENSTOCK, Benjamin; RIBAKOVA, Elina; SHAPOVAL, Nataliia; VLASYUK, Anna; VLASYUK, Vladyslav. Challenges of Export Controls Enforcement: How Russia Continues to Import Components for Its Military Production. **KSE Institute**, Kyiv, jan. 2024. Disponível em: https://kse.ua/wp-content/uploads/2024/01/Challenges-of-Export-Controls-Enforcement.pdf.. Acesso em: 17 out. 2025.

BLACKWILL, Robert; FONTAINE, Richard. **Lost Decade: The US Pivot to Asia**. New York: Oxford University Press, 2024. Online ed.: 20 jun. 2024. DOI: 10.1093/oso/9780197677940.001.0001.

BLANK, Stephen. Russia’s Growing Ties with Vietnam. **The Diplomat**, 19 set. 2013. Disponível em: https://thediplomat.com/2013/09/russias-growing-ties-with-vietnam/. Acesso em: 29 jan. 2024.

BLOOMFIELD, Alan. Time to move on: Reconceptualizing the strategic culture debate, **Contemporary Security Policy**, n. 33, v.3, p. 437–461, 2012.

BOOT, Max. Weapons of war: the race between Russia and Ukraine. **Council on Foreign Relations**, 24 abr. 2024. Disponível em: https://www.cfr.org/expert-brief/weapons-war-race-between-russia-and-ukraine.. Acesso em: 26 jun. 2026.

BOOTH, Willian; FERRIS-ROTMAN, Amie. **Russia’s Suez Canal? Ships start playing a less-icy Arctic, thanks to climate change. Washington Post**, 8 set. 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/europe/russias-suez-canal-ships-start-plying-an-ice-free-arctic-thanks-to-climate-change/2018/09/08/59d50986-ac5a-11e8-9a7d-cd30504ff902_story.html.. Acesso em: 10 jun. 2026.

BORDACHEV, Timofei. **Russia and China in Central Asia: The Great Win-Win Game**. Moscow: Valdai Discussion Club, 2016. 24 p. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/valdai-papers/russia-and-china-in-central-asia-the-great-win-win-game/. Acesso em: 23 jun. 2026.

BORDACHEV, Timofei et al. **Russia-China Strategic Partnership in the Context of the Crisis in Europe**. Moscow: Valdai Discussion Club, 2022. 31 p. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/reports/russia-china-strategic-partnership/. Acesso em: 20 jun. 2026.

BOSSUYT, F.; KACZMARSKI, M. Russia and China between cooperation and competition at the regional and global level. Introduction. **Eurasian Geography and Economics**, v. 62, n. 5–6, p. 539–556, 2 nov. 2021.

BOULÈGUE, Mathieu; BRONK, Justin; HIRD, Karolina; KERR, Jaclyn; LEE, Rob; PETERSEN, Michael B. Assessing Russian plans for military regeneration: Modernization and reconstitution challenges for Moscow's war machine. **Chatham House**, Londres, jul. 2024. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2024-07/2024-07-09-assessing-russian-plans-military-boulegue-et-al.pdf.. Acesso em: 17 out. 2025.

BRENTON, Tony. West is pushing Russia into alignment with China. **Financial Times**, London, 16 set. 2019. Disponível em: https://www.ft.com/content/letter-west-russia-china. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRONK, Justin. The evolution of Russian and Chinese air power threats. **Royal United Services Institute**, Insights Papers, 8 jan. 2026. Disponível em: https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/insights-papers/evolution-russian-and-chinese-air-power-threats.. Acesso em: 26 jun. 2026.

BRUNNSTROM, David; HUNNICUTT, Trevor. Biden says U.S. forces would defend Taiwan in the event of a Chinese invasion. **Reuters**, London, set. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/biden-says-us-forces-would-defend-taiwan-event-chinese-invasion-2022-09-18/.. Acesso em: 27 set. 2023.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BUCHWALD, Elisabeth. Trump makes good on threat to impose 50% tariffs on India imports. **CNN Business**, 27 ago. 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/08/27/economy/trump-india-tariff. Acesso em: 20 out. 2025.

BUKLEMISHEV, O. V. Russian economic development under forceful defense spending growth. **Russian Journal of Economics**, v. 10, n. 4, p. 319-331, 2024.

BUKLEMISHEV, O. V. Structural Transformation" of the Russian Economy and Economic Policy. **Studies on Russian Economic Development**, v. 34, n. 4, p. 456-463, 2023.

BUKLEMISHEV, Oleg V. Russian Economic Development under Forceful Defense Spending Growth. **Russian Journal of Economics**, v. 10, n. 4, p. 319–31, 2024.

BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics. 2. ed**. London: Red Globe Press, 1977.

BUZAN, B. WÆVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry. From international system to international society: structural realism and regime theory meet the English school. **International Organization**, v. 47, n. 3, p. 327-352, 1993.

BYMAN, Daniel L; POLLACK, Kenneth M. Let Us Now Praise Great Men: Bringing the Statesman Back In. **International Security**, v. 25, n. 4, p. 107-146, 2001.

CARDEN, James W. Why Walter Lippmann wanted to demolish the ideas behind Cold War. **Responsible Statecraft**, 13 jan. 2023. Disponível em: https://responsiblestatecraft.org/2023/01/13/why-we-need-a-walter-lippmann-today/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARNEY, Mark. Davos 2026: special address by Mark Carney, Prime Minister of Canada. **World Economic Forum**, 20 jan. 2026. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-by-mark-carney-prime-minister-of-canada/. Acesso em: 29 jan. 2026.

CARPENTER, Ted Galen. America's Ukraine Hypocrisy. **Cato Institute Commentary**, 6 ago. 2017. Disponível em: https://www.cato.org/commentary/americas-ukraine-hypocrisy. Acesso em: 17 nov. 2025.

CHADHA, Saheb Singh. Negotiating the India-China Standoff: 2020-2024. **Carnegie Endowment for International Peace**, Washington, D.C., 11 dez. 2024. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2024/12/negotiating-the-india-china-standoff-2020-2024?lang=en. Acesso em: 12 nov. 2025.

CHAKA, Ferguson. The Strategic Use of Soft Balancing: The Normative Dimensions of the Chinese–Russian 'Strategic Partnership'. **Journal of Strategic Studies**, v. 35(2), p. 197–222, 2012.

CHAKRAVORTY, P. K. Sino-Indian War of 1962. **Indian Historical Review**, v. 44, n. 2, p. 285–312, 2017. DOI: 10.1177/0376983617726649.

CHAN, Kelvin; HO-HIM, Chan. A crisis at chipmaker Nexperia sent automakers scrambling. Here's what to know. **AP News**, 8 nov. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/china-netherlands-nexperia-chips-semiconductors-df33017565dc09cada05b06cc25705dc. Acesso em: 12 nov. 2025.

CHAN, Steve; HU, Weixing; HE, Kai. Discerning states' revisionist and status-quo orientations: comparing China and the US. **European Journal of International Relations**, v. 25, n. 2, p. 613-640, 2019.

CHANGHE, Su. Understanding Chinese Diplomatic Transformation: A Multi-Actors' Perspective. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 5, n. 4, p. 313-329, 2010.

CHARAP, S.; DRENNAN, J.; NOEL, P. Russia and China: A New Model of Great-Power Relations. **Survival**, v. 59(1), p. 25–42, 2017.

CHEKEL, Jeff. Ideas, Institutions, and the Gorbachev Foreign Policy Revolution. **World Politics**, v. 45, n. 2, p. 271–300, 1993.

CHEN, Chuan. China-Russia Arctic cooperation in the context of a divided Arctic. **The Arctic Institute Center for Circumpolar Security Studies**, Washington, abr. 2023. Disponível em: https://www.thearcticinstitute.org/china-russia-arctic-cooperation-context-divided-arctic/.. Acesso em: 22 nov. 2023.

CHEN, Dingding; WANG, Jianwei. “Lying Low No More? China’s New Thinking On the Tao Guang Yang Hui Strategy”. **China: An International Journal**, v. 2, n. 9, p. 195–216, 2011.

CHENG-CHWEE, K. The Essence of Hedging: Malaysia and Singapore’s Response to a Rising China. **Contemporary Southeast Asia**, v. 30, n. 2, p. 159–185, 2008.

CHEUNG, Tai Ming. **Innovate to Dominate: The Rise of the Chinese Techno-Security State**. Ithaca: Cornell University Press, 2022.

CHEUNG, Tai Ming. **Fortifying China: The Struggle to Build a Modern Defense Economy**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

CHINA AEROSPACE STUDIES INSTITUTE. **China's National Security in the New Era (Translation)**. Maxwell Air Force Base: Air University, 2025a. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/documents/Translations/2025-09-08%202025%20China%20National%20Security%20White%20Paper%202025.pdf.. Acesso em: 11 jun. 2026.

CHINA DISCOVERS major oilfield in South China Sea. **Xinhua News Agency**, Beijing, 31 mar. 2025. Disponível em: https://english.news.cn/20250331/8bb6bf82240b4cd38cdba72c1d27e367/c.html. Acesso em: 25 out. 2025.

CHINA INSTITUTE OF INTERNATIONAL STUDIES. **China-Russia Relations in the New Era**. Beijing: China Institute of International Studies, 2025b. Disponível em: https://www.ciis.org.cn/english/ResearchOutcomes/PUBLICATIONS/202502/W020250221633343587487.pdf.. Acesso em: 8 jun. 2026.

CHINA'S 2025 trade with Russia posts first decline in 5 years. **Reuters**, 14 jan. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/chinas-2025-trade-with-russia-posts-first-decline-5-years-2026-01-14/.. Acesso em: 23 mar. 2026.

CHINA-RUSSIA trade rises 34.3% to $190 billion in 2022, a new record high. **Global Times**, Beijing, jan. 2023. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202301/1283761.shtml.. Acesso em: 25 nov. 2023.

CHINA-RUSSIA trade rises 34.3% to $190 billion in 2022, a new record high. **Global Times**, 13 jan, 2023. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202301/1283761.shtml. - Acesso em: 25 nov. 2023.

CHINA-RUSSIA trade value hits record high of $240 bln - Chinese customs. **Reuters**, 12 jan, 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/markets/china-russia-2023-trade-value-hits-record-high-240-bln chinese-customs-2024-01-12/. - Acesso em: 25 set. 2024.

CHINA STOPS Imports of U.S. LNG Amid Trade War, Custom Data Shows. **Bloomberg**, 21 abr. 2025. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-04-21/china-stops-imports-of-us-lng-amid-trade-war-custom-data-shows. Acesso em: 14 nov. 2025.

CHOU, Fausto Tzu-Yu. A Forward-Looking Analysis of the Impact of U.S. and PRC Policies Toward Taiwan: Insights Drawn From Multiple Government and Think-Tank Reports. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v. 17, n. 4, p. 272-333, 2025.

CHRISAFIS, Angelique. Marine Le Pen proposes closer Nato-Russia ties after Ukraine war. **The Guardian**, London, 13 abr. 2022. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2022/apr/13/marine-le-pen-proposes-closer-nato-russia-ties-after-ukraine-war. Acesso em: 6 nov. 2025.

CHRISTENSEN, Thomas J. **Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947–1958**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

CICHON, Frederick “Andy”. Learn from the Fall of the Philippines: Prepare the Third Island Chain. Proceedings – **U.S. Naval Institute**, v. 150, n. 12, dez. 2024. Disponível em: https://www.usni.org/magazines/proceedings/2024/december/learn-fall-philippines-prepare-third-island-chain. Acesso em: 24 out. 2025.

CLAPP, Sebastian; HÖFLMAYER, Martin; LAZAROU, Elena; PARI, Marianna. **ReArm Europe Plan / Readiness 2030**. European Parliamentary Research Service (EPRS), abr. 2025. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2025/769566/EPRS_BRI(2025)769566_EN.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

CLAVILIER, Yurri; GJERSTAD, Michael. Global defence spending soars to new high. **International Institute for Strategic Studies Online Analysis**, 8 fev. 2025b. Disponível em: https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2025/02/global-defence-spending-soars-to-new-high/. Acesso em: 17 out. 2025.

COMMUNIST PARTY OF CHINA. **CENTRAL COMMITTEE. Full text of the report to the 20th National Congress of the Communist Party of China. Beijing**, 16 out. 2022. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11341666.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

COMMUNIST PARTY OF CHINA. **CENTRAL COMMITTEE. Full text of Xi Jinping's report at 19th National Congress of the Communist Party of China. Beijing**, 18 out. 2017. Disponível em: https://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf.. Acesso em: 11 jun. 2026.

THE CONCEPT of the Foreign Policy of the Russian Federation. **The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation**, 2023. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/.. Acesso em: 20 fev. 2025.

CHRISTOFFERSEN, Gaye. Sino-Russian accommodation and adaptation in Eurasian regional order formation. **Asian Perspective**, v. 42, n. 3, p. 439-462, 2018.

CONG, Wang; YANG, Liu. President Xi stresses ensuring grain, other agri-products supply a top priority. **Global Times**, 15 mar. 2023. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202303/1287331.shtml. Acesso em: 14 nov. 2025.

CONNOLLY, Kate. China and Germany condemn Russian threat to use nuclear weapons in Ukraine. **The Guardian**, London, nov. 2022. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2022/nov/04/scholz-china-germany-visit-lets-work-together-says-xi.. Acesso em: 2 nov. 2023.

COOLEY, Alexander. The new great power contest in Central Asia. In: COOLEY, Alexander. **Great games, local rules: the new great power contest in Central Asia**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 3-15.

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel H.; WARD, Steven. Revising order or challenging the balance of military power? An alternative typology of revisionist and status-quo states. **Review of International Studies**, v. 45, n. 4, p. 689-708, 2019.

COOPER, Julian. The machine tool industry of Russia at a time of war and sanctions. **Post-Communist Economies**, v. 36, n. 5, p. 527–561, 2024.

CORBEAU, Anne-Sophie; DOWNS, Erica; MITROVA, Tatiana. Power of Siberia 2: Russia's Pivot, China's Leverage, and Global Gas Implications. **Center on Global Energy Policy – Columbia University**, 3 set. 2025. Disponível em: https://www.energypolicy.columbia.edu/power-of-siberia-2-russias-pivot-chinas-leverage-and-global-gas-implications/. Acesso em: 12 nov. 2025.

COX, Michael. Not just 'convenient': China and Russia's new strategic partnership in the age of geopolitics. **Asian Journal of Comparative Politics**, v. 1 (4). pp. 317-334. jul. 2016.

CRAGIN, R. **Kim. Confronting Irregular Warfare in the South China Sea: Lessons Learned from Vietnam. Military Review, nov.dez.2024**. Washington, D.C.: Army University Press, 2024. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/nov.dez.2024/IW-South-China-Sea/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CRANNY-EVANS, Sam. In-depth briefing #86: from mass to mass precision. **Centre for Historical Analysis and Conflict Research**, 23 jan. 2025. Disponível em: https://chacr.org.uk/2025/01/23/in-depth-briefing-86-from-mass-to-mass-precision/.. Acesso em: 20 jun. 2026.

CUPPULERI, Andrea. **Russia in the contested neighbourhood. Tese de doutorado (PhD). Università degli Studi di Trento**, 2021. Disponível em: https://iris.unitn.it/handle/11572/310181. Acesso em: 19 nov. 2025.

DALL'AGNOL, Gustavo. Realismo Neoclássico e o Nível Doméstico: A dança das variáveis intervenientes. **Brazilian Journal of International Relations**, v.9, 147-169, 2020.

DALY, John C. K. Russian Arms Exports Collapse by 92 Percent as Military-Industrial Complex Fails. **The Jamestown Foundation**, 15 jan. 2025. Disponível em:

https://jamestown.org/program/russian-arms-exports-collapse-by-92-percent-as-military-industrial-complex-fails/. Acesso em: 17 out. 2025.

DESCH, Michael C. Culture Clash: Assessing the Importance of Ideas in **Security Studies**. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 141-170, 1998.

DESURMONT, Jeanne-Mây. **Abkhazia's Naval Base – Russia's New Foothold in Georgia**. London: Bloomsbury Intelligence and Security Institute, 30 set. 2024. Disponível em: https://bisi.org.uk/reports/abkhazias-naval-base-russias-new-foothold-in-georgia. Acesso em: 17 nov. 2025.

DONNELLON-MAY, Genevieve; ZHANG, Hongzhou. The Sino-Russian Land Grain Corridor and China's Quest for Food Security. **Asia Society Policy Institute**, 8 maio 2024. Disponível em: https://asiasociety.org/policy-institute/sino-russian-land-grain-corridor-and-chinas-quest-for-food-security. Acesso em: 12 nov. 2025.

DOYLE, Gerry; KAWOOSA, Vijdan Mohammad; ALUCKAL, Arathy J. Island in the crosshairs. **Reuters Graphics**, 10 dez. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/graphics/USA-CHINA/GUAM/myvmbqngnpr/. Acesso em: 12 nov. 2025.

DRUZHININ, A. G.; LACHININSKII, S. S. Russia in the World Ocean: Interests and Lines of Presence. **Regional Research of Russia**, v. 11, p. 336-348, 2021. DOI: 10.1134/S2079970521030035.

DUECK, Colin. **Neoclassical Realism and the National Interest: Presidents, Domestic Politics, and Major Military Interventions. In: Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy, ed. Steven E. Lobell, Norrin M. Ripsman, and Jeffrey W. Taliaferro**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DUECK, Colin. **Reluctant Crusaders: Power, Culture and Change in American Grand Strategy**. Princeton University Press, 2008.

EASTON, Ian. **The Chinese Invasion Threat: Taiwan's Defense and American Strategy in Asia**. Arlington: Project 2049 Institute, 2022.

EDER, Thomas Stephan. **China-Russia relations in Central Asia: energy policy, Beijing's new assertiveness and 21st century geopolitics**. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

ELECTION STUDY CENTER. **Taiwanese / Chinese Identity (1992–2025)**. National Chengchi University, Taipei, 2026. Disponível em: https://esc.nccu.edu.tw/eng/PageDoc?fid=7800. Acesso em: 28 jun. 2026.

ELENA, K. PAIKIN, Z. "Russia between East and West, and the Future of Eurasian Order.**" International Politics**, v. 58 (3), p. 321–333, 2021.

ELLINGS, Richard; SUTTER, Robert (eds.). **Axis of authoritarians: implications of China-Russia cooperation**. Washington: The National Bureau of Asian Research, 2018.

ELMAN, Colin. Horses for Courses: Why Not Neorealist Theories of Foreign Policy? **Security Studies**, v. 6, no. 1, p. 7–53, 1996.

EPSTEIN, Jake. Satellite images show Russia weirdly emptied its warships out of a Black Sea Fleet base only to put them back later. **Business Insider**, 1 nov. 2024. Disponível em: https://www.businessinsider.com/russia-emptied-warships-from-black-sea-fleet-base-returned-them-2024-11. Acesso em: 17 nov. 2025.

ERICKSON, Andrew; COLLINS, Gabriel. Putin's Ukraine invasion: turbocharging Sino-Russian collaboration in energy, maritime security, and beyond? **Naval War College Review**, Newport, v. 75, n. 4, p. 1-36, 2022.

ERLANGER, Steven; MYERS, Steven Lee. NATO Allies Oppose Bush on Georgia and Ukraine. **The New York Times**, 3 abr. 2008. Disponível em: https://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html. Acesso em: 17 nov. 2025.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of political science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

FARNHAM, Barbara. **Roosevelt and the Munich Crisis: A Study of Political Decision-Making**. Princeton University Press, 1997.

FAROOQUEE, Neyaz; SEBASTIAN, Meryl. China and India should be partners, not adversaries, says foreign minis-ter Wang Yi. **BBC News**, 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c3v3ee0076no. Acesso em: 22 jan. 2026.

FEARON, James D. Domestic politics, foreign policy, and theories of international relations. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 289-313, 1998.

FEIGENBAUM, Evan; SZUBIN, Adam. What China has learned from the Ukraine war. **Foreign Affairs**, fev. 2023. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/china/what-china-has-learned-ukraine-war.. Acesso em: 24 nov. 2023.

FERDINAND, Peter. Sunset, Sunrise: China and Russia Construct a New Relationship. **International Affairs**, v. 83, n. 5, p. 841–867, 2007.

FERRARI, Aldo; AMBROSETTI, Eleonora. **Russia and China: anatomy of a partnership**. Milano: LediPublishing, 2019. 143p. (Texto Técnico).

FERRIS, Emily; NOUWENS, Veerle. Russia's Vostok 2022 military drills: not size or tanks, but context. **Royal United Services Institute (RUSI)**, London, set. 2022. Disponível em: https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-vostok-2022-military-drills-not-size-or-tanks-context.. Acesso em: 3 nov. 2023.

FINNEMORE, M; SIKKINK, K. **"International Norm Dynamics and Political Change", International Organization**, v. 52(4), p. 887-917, 1998.

FLIKKE, G. Sino–Russian Relations Status Exchange or Imbalanced Relationship?. **Problems of Post-Communism**, v. 63, n. 3, p, 159-170, 2016.

FONTAINE, Richard; TAYLOR, Michael. The axis of upheaval: how America's adversaries are uniting to overturn the global order. **Foreign Affairs**, 23 abr. 2024. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/china/axis-upheaval-russia-iran-north-korea-taylor-fontaine. Acesso em: 9 fev. 2026.

FORDHAM, Benjamin O. "The limits of neoclassical realism: additive and interactive approaches to explaining foreign policy preferences". **Neoclassical realism, the state and foreign policy**, p. 251-279, 2009.

FOULON, Michiel. Neoclassical Realism: Challengers and Bridging Identities. **International Studies Review**, v. 17, n. 4, p. 635–661, 2015.

FOULON, Michiel; MEIBAUER, Gustav. Realist avenues to global International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 26, n. 4, p. 1203-1229, 2020.

FRIEDBERG, Aaron L. **The Weary Titan: Britain and the Experience of Relative Decline, 1895–1905**. Princeton University Press, 1988.

FRONTELLIGENCE INSIGHT. Inside Ukraine's desertion crisis: analysis and numbers. **Frontelligence Insight**, 27 nov. 2025. Disponível em: https://frontelligence.substack.com/p/inside-ukraines-desertion-crisis-928.. Acesso em: 16 jun. 2026.

FUNAIOLE, Matthew P.; HART, Brian; POWERS-RIGGS, Aidan. China Dominates the Shipbuilding Industry. **Center for Strategic and International Studies – CSIS Analysis**, Washington, D.C., 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/china-dominates-shipbuilding-industry. Acesso em: 12 nov. 2025.

GABUEV, Alexander. Friends with benefits? Russian-Chinese relations after the Ukraine crisis. **Carnegie Endowment for International Peace**, Moscow, jun. 2016. Disponível em: https://carnegieendowment.org/2016/06/29/friends-with-benefits-russian-chinese-relations-after-ukraine-crisis-pub-63953.. Acesso em: 3 nov. 2023.

GABUEV, Alexander; ZUENKO, Ivan. The Belt and Road in Russia: Evolution of Expert Discourse. **Russia in Global Affairs**, Moscou, v. 16, n. 4, p. 142-163, 2018.

GEORGE, Alexander L. The "Operational Code": A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making. **International Studies Quarterly**, v. 13, n. 2, p. 190-222, 1969.

GEORGE, Alexander L.; BENNET, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. MIT Press, 2005.

GERACE, Michael P. Between Mackinder and Spykman: Geopolitics, containment, and after. **Comparative Strategy**, v. 10, n. 4, p. 347-364, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed**. São Paulo: Atlas, 2002.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLASER, Charles L. Realists as Optimists: Cooperation as Self-Help. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 50–90, 1994.

GLENN, J. **Realism Versus Strategic Culture: Competition and Collaboration? International Studies Review**, v. 11, n. 3, p. 523–551, 2009.

GOBLE, Paul. Russian Military Seeking to Counter Growing Chinese Role in Central Asia. **Eurasia Daily Monitor**, v. 17, n. 88, 18 jun. 2020. Disponível em: https://jamestown.org/russian-military-seeking-to-counter-growing-chinese-role-in-central-asia/. Acesso em: 13 abr. 2024.

GODDARD, Stacie E.; NEWMAN, Abraham. Further back to the future: neo-royalism, the Trump administration, and the emerging international system. **International Organization**, v. 79, n. S1, p. S12-S25, 2025.

GOH, Evelyn. "**Meeting the China Challenge: The US in Southeast Asian Regional Security Strategies**", Edited by Muthiah Alagappa. East-West Center, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio De jan**.: Record, 2000.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O, eds. **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Cornell University Press, 1993.

GOLDSTEIN, Lyle J. 'What does China Really Think about the Ukraine Crisis?', **The National Interest**, Set. 4, 2014. Disponível em: http://nationalinterest.org/feature/what-does-china-really-think-about-theukraine-crisis-11196.. Acesso em: 12 jan. 2024.

GORENBURG, Dmitry; HIXSON, Natasha; LOH, Thomas; McGURK, Matthew; SHAPLEY, Peter. Crafting the Russian war economy: The effects of export controls on Russia's defense industrial production. **Center for Naval Analyses**, Arlington, VA, 7 out. 2024. Disponível em: https://www.cna.org/analyses/2024/10/crafting-the-russianwar-economy. Acesso em: 25 out. 2025.

GORDON, Susan M.; MULLEN, Michael G. **U.S.-Taiwan Relations in a New Era: Responding to a More Assertive China**. Task Force Report, n. 81. New York: Council on Foreign Relations (CFR), jun. 2023. Disponível em: https://www.cfr.org/task-force-report/us-taiwan-relations-in-a-new-era. Acesso em: 8 mai. 2026.

GÖTZ, Elias. "Enemy at the Gate: A Neoclassical Realist Explanation of Russia's Baltic Policy", **Foreign Policy Analysis**. nov. 2017.

GÖTZ, Elias; EKMAN, Per. Russia's War against Ukraine: Context, Causes, and Consequences. **Problems of Post-Communism**, v. 71, n. 3, p. 193-205, 2024.

GOVERNMENT OF JAPAN. **National Defense Strategy. 16 dez. 2022a.** Disponível em: https://www.cas.go.jp/jp/siryou/221216anzenhoshou/nss-e.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

GOVERNMENT OF JAPAN. **National Security Strategy of Japan**. 17 dez. 2013. Disponível em: https://www.cas.go.jp/jp/siryou/131217anzenhoshou/nss-e.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

GOVERNMENT OF JAPAN. **National Security Strategy of Japan**. Dez. 2022b. Disponível em: https://www.cas.go.jp/jp/siryou/221216anzenhoshou/nss-e.pdf. **Acesso em:** 14 nov. 2025.

GREENALL, Robert; PARTRIDGE, Chris. What we know about Russia's Oreshnik missile. **BBC News**, 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cvg07zw9vj1o. Acesso em: 18 nov. 2025.

GUAN, Guihai. Thirty years of China–Russia strategic relations: achievements, characteristics and prospects. **China International Strategy Review, Beijing**, n. 4, p. 21-38, 2022.

HAMILTON, Robert E. **China, Russia, and power transition in Central Asia**. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 31 maio 2024. Disponível em: Foreign Policy Research Institute. Acesso em: 22 ago. 2026.

HART, Brian; LIN, Bonny; FUNAIOLE, Matthew P.; LU, Samantha; LI, Leon; PRICE, Hannah; KAUFMAN, Nicholas; TORRIJOS, Gavril. **How Deep Are China-Russia Military Ties?** Washington, DC: China Power Project, Center for Strategic and International Studies (CSIS), 15 maio 2026. Disponível em: https://chinapower.csis.org/china-russia-military-cooperation-arms-sales-exercises/.. Acesso em: 10 jun. 2026.

HE, Kai; FENG, Huiyun; CHAN, Steve; HU, Weixing. Rethinking revisionism in world politics. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 14, n. 2, p. 159–186, 2021.

HERMANN, Margaret G.; HAGAN, Joe D. International Decision Making: Leadership Matters. **Foreign Policy**, n. 110, p. 124-137, 1998.

HERNDON, Jack. A Limited Lifeline: Russia’s Role in China’s Energy Security. **Center for European Policy Analysis,** Washington, D.C., 9 set. 2025. Disponível em: https://cepa.org/commentary/a-limited-lifeline-russias-role-in-chinas-energy-security/. Acesso em: 12 nov. 2025.

HILDEBRANDT, Tina; DI LORENZO, Giovanni. Angela Merkel: “Hatten Sie gedacht, ich komme mit Pferdeschwanz?” **DIE ZEIT**, Ed. 51, 7 dez. 2022. Disponível em: https://www.zeit.de/2022/51/angela-merkel-russland-fluechtlingskrise-bundeskanzler/seite-4. Acesso em: 17 nov. 2024.

HINSHAW, Drew; FAUCON, Benoit; BALLHAUS, Rebecca; GROVE, Thomas; PARKINSON, Joe. Make Money Not War: Trump's Real Plan for Peace in Ukraine. **The Wall Street Journal**, 28 nov. 2025. Disponível em:

https://www.wsj.com/world/russia/russia-u-s-peace-business-ties-4db9b290.. Acesso em: 2 mar. 2026.

HOFFMANN, Fabian. Europe’s Missile Gap: How Russia Outcompetes Europe in the Conventional Missile Domain. Missile Matters (**Substack**), 6 jul. 2025. Disponível em: https://missilematters.substack.com/p/europes-missile-gap-how-russia-outcompetes. Acesso em: 18 nov. 2025.

HOLSTI, Ole R. Cognitive Dynamics and Images of the Enemy. **Journal of International Affairs,** v 21, n. 1, 1967.

HONDERICH, Holly. Trump threatens 100% tariff on Brics nations if they try to replace dollar. **BBC News**, Londres, 1 dez. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cgrwj0p2dd9o. Acesso em: 21 out. 2025.

HONG, Nong. Non-Arctic States’ role in the high North: participating in Arctic governance through cooperation. In: **NORDQUIST, Myron; LONG, Ronánn (eds.). Marine biodiversity of areas beyond national jurisdiction**. Leiden: Brill, p. 309-330, 2021.

HUGHES, Geraint; LEONI, Zeno. A ‘Reverse Kissinger’? Why Trump’s Anti-China Rapprochement with Russia is Likely to Fail. **Survival**, v. 67, n. 4, p. 147-160, 2025.

HUI-ZHI, Zhang; MAN, Xu. Construction of "Arctic Development Support Zone" in Russia and new thoughts on Sino-Russia cooperation. **Asia-pacific Economic Review**, v. 1, n. 3, p. 5-11, 2020.

HUNDER, Max. Putin acknowledges China's concerns over Ukraine in sign of friction. **Reuters**, London, set. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/putin-acknowledges-chinas-concerns-over-ukraine-sign-friction-2022-09-15/#:~:text=KYIV%2C%20Sept%2015%20(Reuters),Russian%20losses%20on%20the%20ground.. Acesso em: 3 nov. 2023.

IKENBERRY, G. **John. After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR. **The Critical Importance of Ukraine's Fortress Belt in Donetsk Oblast**. Washington, DC, 12 ago. 2025. Disponível em: https://understandingwar.org/research/russia-ukraine/the-critical-importance-of-ukraines-fortress-belt-in-donetsk-oblast/. Acesso em: 22 out. 2025.

ISHCHENKO, Volodymyr; MATVEEV, Ilya; ZHURAVLEV, Oleg. **Russian Military Keynesianism: Who Benefits from the War in Ukraine? PONARS Eurasia Policy Memo nº 865**, 23 nov. 2023. Disponível em: https://www.ponarseurasia.org/russian-military-keynesianism-who-benefits-from-the-war-in-ukraine/.. Acesso em: 22 out. 2024.

ISOLATING Russia 'dangerous' for Europe, says Maas. **Deutsche Welle**, Berlin, jan. 2021. Disponível em: https://www.dw.com/en/nord-stream-2-isolating-russia-wrong-and-dangerous-for-europe/a-58127433.. Acesso em: 22 nov. 2023.

JACKSON, Patrick Thaddeus. Bridging the Gap: Toward A Realist-Constructivist Dialogue. **International Studies Review**, v. 6, p. 337-352, 2004.

JARDINE, Bradley; LEMON, Edward. **In Russia's Shadow: China's Rising Security Presence in Central Asia**. Washington, DC: Wilson Center; Kennan Institute, 27 maio 2020. (Kennan Cable, n. 52). Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/publication/kennan-cable-no-52-russias-shadow-chinas-rising-security-presence-central-asia. Acesso em: 13 abr. 2024.

JERVIS, Robert. Cooperation Under the Security Dilemma. **World Politics, Cambridge**, v. 30, n. 2, p. 167–214, 1978.

JERVIS, Robert. **Perception and misperception in international politics**. Princeton University Press, 1976.

JIE, Yu; RIDOUT, Lucy. Who decides China's foreign policy? The role of central government, provincial-level authorities and state-owned enterprises. **Chatham House Briefing**, nov. 2021. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2021/11/who-decides-chinas-foreign-policy.. Acesso em: 28 jan. 2024.

JOHNSON, Ian. Has China lost Europe? How Beijing's economic missteps and support for Russia soured European leaders. **Foreign Affairs**, jun. 2022. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-06-10/has-china-lost-europe.. Acesso em: 3 nov. 2023.

JOHNSON, Simon. Sweden and Ukraine eye export deal for up to 150 Gripen fighter jets. **Reuters**, 22 out. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/ukraines-zelenskiy-visit-sweden-wednesday-defence-talks-2025-10-22/.. Acesso em: 17 nov. 2025.

JOINING THE Dashes. **The Economist**, 4 out. 2014. Disponível em: https://www.economist.com/asia/2014/10/04/joining-the-dashes. Acesso em: 30 jun. 2023.

JONES, Seth G.; MCCABE, Riley. **Russia's Grinding War in Ukraine: Massive Losses and Tiny Gains for a Declining Power**. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 27 jan. 2026. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/russias-grinding-war-ukraine Acesso em: 9 fev. 2026.

JONES, Stephen F. Georgia: a failed democratic transition. In: BREMMER, Ian; TARAS, Ray (eds.). **Nations and politics in the Soviet successor states**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 288-310.

JUNEAU, Thomas. Squandered Opportunity: Neoclassical Realism and Iran's **Foreign Policy**. 1st ed., Stanford University Press, 2015.

KAARBO, Juliet. "A Foreign Policy Analysis Perspective on the Domestic Politics Turn in IR Theory". **International Studies Review**, v. 17(2), p. 189–216, 2015.

KACZMARSKI, Marcin. Non-western visions of regionalism: China's New Silk Road and Russia's Eurasian Economic Union. **International Affairs**, v. 93, 2017.

KAGAN, Robert. America vs. the world. **The Atlantic**, 18 jan. 2026. Disponível em: https://www.theatlantic.com/magazine/2026/03/trump-national-security-greenland-spheres-of-interest/685673/. Acesso em: 9 fev. 2026.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific**. New York: Random House, 2014.

KARAGANOV, S. A. The new Cold War and the emerging Greater Eurasia. **Journal of Eurasian Studies**, v. 9, n. 2, p. 85-93, 2018.

KARDON, Isaac B. **China's Law of the Sea: The New Rules of Maritime Order**. New Haven: Yale University Press, 2023.

KASHIN, Vassily. Tacit alliance: Russia and China take military partnership to new level. **Carnegie Endowment for International Peace**, Moscow, out. 2019. Disponível em: https://carnegiemoscow.org/commentary/80136.. Acesso em: 18 nov. 2023.

KATZENSTEIN, Peter J.; SIL, Rudra. Eclectic Theorizing in the Study and Practice of International Relations. **In:** REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 109-130.

KEEPING Russia out of Western fold a ‘strategic error’, Macron says in key speech. **France24**, Paris, ago. 2019. Disponível em: https://www.france24.com/en/20190827-france-macron-ambassadors-speech-new-economic-order-diplomacy-foreign-policy.. Acesso em: 27 nov. 2023.

KENNAN, George F. A Fateful Error: Expanding NATO Would Be a Rebuff to Russian Democracy. **The New York Times**, 5 fev. 1997. Disponível em: https://www.nytimes.com/1997/02/05/opinion/a-fateful-error.html. Acesso em: 17 nov. 2023.

KERR, David. The Sino-Russian Partnership and US Policy Toward North Korea: From Hegemony to Concert in Northeast Asia. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 3, p. 411–438, 2005.

KING, Charles. The five-day war: managing Moscow after the Georgia crisis. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 6, p. 2-11, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20699368. Acesso em: 19 nov. 2025.

KISSINGER, Henry. **Sobre a china. 1. ed. Rio de jan**.: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **The White House Years**. Boston: Little, Brown, 1979.

KISSINGER, Henry A. How the Ukraine crisis ends. **The Washington Post**, 5 mar. 2014. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html. Acesso em: 17 nov. 2024.

KITCHEN, Nicholas. Ideas of Power and Power of Ideas. **In:** TOJE, Asle; KUNZ, Barbara (org.). **Neoclassical Realism and European Politics: Bringing Power Back In**. Manchester: Manchester University Press, 2012.

KITCHEN, Nicholas. Systemic Pressures and Domestic Ideas: A Neoclassical Realist Model of Grand Strategy Formation. **Review of International Studies**, v. 36, n. 1, p. 117–43, 2010.

KOLLEWE, Julia. China's economic growth slows amid Trump tariff war and property woes. **The Guardian**, Londres, 20 out. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/business/2025/oct/20/china-economic-growth-trump-tariff-war-property-gdp. Acesso em: 12 nov. 2025.

KOLOSOV, Vladimir; ZOTOVA, Maria. "The Pivot to the East and China in Russian Discourse." **Geopolitics**, 28:2, 879-903, 2021.

KOROLEV, A. China-Russia Strategic Alignment in **International Politics**. [s.l.] Amsterdam University Press, 2022.

KOROLEV, A.; PORTYAKOV, V. China-Russia Relations in Times of Crises: A Neoclassical Realist Explanation. **Asian perspective**, v. 42. p. 411–437, 2018.

KOROLEV, A.; PORTYAKOV, V. Reluctant allies: system-unit dynamics and China-Russia relations. **International Relations**, v. 33, n. 1, p. 40–66, mar. 2019.

KOROLEV, A.; Systemic Balancing and Regional Hedging: China–Russia Relations, **The Chinese Journal of International Politics**, v. 9, Issue 4, p. 375–397, 17 nov. 2016.

KORSUNSKAYA, Darya; BRYANSKI, Gleb. Russia hikes 2025 defence spending by 25% to a new post-Soviet high. **Reuters**, 30 set. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/russia-hikes-national-defencespending-by-23-2025-2024-09-30/. Acesso em: 7 out. 2025.

KOSACHEV, K. "The Specifics of Russian Soft Power". **Russia in Global Affairs**, 7 out. 2012. Disponpvel em: https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-specifics-of-russian-soft-power/.. Acesso em: 12 jan. 2023.

KOWERT, Paul A; HERMANN, Margaret G. Who Takes Risks? Daring and Caution in Foreign Policy Making. **Journal of Conflict Resolution**, v. 41, n. 5, p. 611-637, 1997.

KRICKOVIC, A. The Symbiotic China-Russia Partnership: Cautious Riser and Desperate Challenger. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 10, n. 3, p. 299–329, 1 nov. 2017.

KRICKOVIC, Andrej; ZHANG, Chang. "Fears of Falling Short versus Anxieties of Decline: Explaining Russia and China's Approach to status-seeking.**" The Chinese Journal of International Politics**, v. 13 (2), p. 219–251, 2020.

KROENIG, Matthew. A sphere for me but not for thee: Trump does not want spheres of influence. He wants it all. **Foreign Policy**, 4 fev. 2026. Disponível em:

https://foreignpolicy.com/2026/02/04/trump-spheres-of-influence-russia-china-venezuela/. Acesso em: 10 fev. 2026.

KUDELIA, Serhiy. When Numbers Are Not Enough: The Strategic Use of Violence in Ukraine's 2014 Revolution. **Comparative Politics**, v. 50, n. 4, p. 501-521, 2018. DOI: 10.1017/S0010414018000201.

KUNZ, Barbara; SALTZMAN, Ilai Z. External and Domestic Determinants of State Behaviour. **In:** TOJE, Asle; KUNZ, Barbara (org.). **Neoclassical Realism and European Politics: Bringing Power Back In**. Manchester: Manchester University Press, 2012.

LAGRONE, Sam. Largest Chinese, Russian Joint Pacific Naval Exercise Kicks Off This Week. **U.S. Naval Institute**, 17 ago. 2015. Disponível em: https://news.usni.org/2015/08/17/largest-china-russia-pacific-naval-exercise-kicks-off-this-week.. Acesso em: 14 jan. 2024.

LAKE, David A. The end of the liberal international order? Globalization, deep contestation, and the future. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 19, n. 1, p. 10-24, 2026.

LAMPTON, David M. Xi Jinping and the National Security Commission: Policy Coordination and Political Power. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 95, p. 759–77, 2015.

LANTYER, V. Habib. U.S.-China Chip War: Export Controls, EUV Lithography, ASML, and China's "Manhattan Project". **SSRN Electronic Journal**, 2026. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=6162626.. Acesso em: 23 jun. 2026.

LARSON, Deborah. **China's and Russia's New Status Relationship. In: The United States and Contemporary China-Russia Relations**. Palgrave Macmillan Cham, p.107-129, 2022.

LARSON, Deborah Welch. China's and Russia's New Status Relationship. **In:** ROZMAN, Gilbert (org.). **The United States and Contemporary China-Russia Relations: Theoretical and Empirical Perspectives**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 107-129, 2022.

LARSON, Deborah Welch. An Equal Partnership of Unequals: China's and Russia's New Status Relationship. **International Politics**, v. 57 (5), p. 790–808, 2020.

LARSON, Deborah Welch. **Origins of Containment: A Psychological Explanation**. Princeton University Press, 1985.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. Shortcut to Greatness: The New Thinking and the Revolution in Soviet **Foreign Policy**. **International Organization**, v. 57, n. 1, p. 77–109, 2003.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. Status seekers: Chinese and Russian responses to U.S. primacy. **International Security**, v. 34, n. 4, p. 63–95, 2010.

LATIFF, Rozanna; AZHAR, Danial. China and ASEAN, hit by US tariffs, sign upgraded free trade pact. **Reuters**, 28 out. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/china-asean-sign-upgraded-free-trade-pact-2025-10-28/. Acesso em: 26 dez. 2025.

LAYNE, Christopher. **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. Cornell University Press, 2006.

LAYNE, Christopher. The unipolar illusion: why new great powers will rise. **International Security**, v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993.

LEAHY, Joe; STOGNEI, Anastasia; MOORE, Malcolm; HILLE, Kathrin. Russia says China has agreed vast new Siberia gas pipeline. **Financial Times**, 2 set. 2025. Atualizado em: 2 set. 2025, 12:40. Disponível em: https://www.ft.com/content/52d3b560-7ee7-4aad-aebf-21270d661ced. Acesso em: 10 nov. 2025.

LEGRO, J. L.; MORAVCSIK, A. Is Anybody Still a Realist?. **International Security**, v. 24, n. 2, pp. 5–55, 1999.

LEITES, Nathan. The Operational Code of the Politburo. **American Journal of Sociology**, v. 57, n. 3, 1951.

LEVIEN, Maurício Thurow. Cartas sobre a mesa: a correlação de forças, as negociações de paz, e o futuro da guerra na Ucrânia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 13, n. 1, e026010, p. 1–25, 2026.

LEVY, Jack S. Power Transition Theory and the Rise of China. In: ROSS, Robert S.; FENG, Zhu (org.). **China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015. p. 11-33.

LI, Chenghong Li. Limited Defensive Strategic Partnership: Sino–Russian rapprochement and the driving forces, **Journal of Contemporary China**, 16:52, 477-497, 2007.

LIN, Jeffrey & SINGER, P. W. ‘China signs huge arms deal with Russia: buys world’s best missile’. **Popular Science**, abr., 24, 2015. Disponível em: https://www.popsci.com/china-and-russia-sign-biggest-arms-deal-decade-buy-worlds-best-missile/.. Acesso em: 12 jan. 2024.

LO, Bobo. **A Wary embrace**. Australia: Penguin Random House, 2017.

LO, Bobo. **Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics**. Brookings Institution Press, 2008.

LO, Bobo. The Sino-Russian partnership and global order. **China International Strategy Review, Beijing**, n. 2, p. 306-324, 2020.

LO, Bobo. The Sino-Russian partnership: assumptions, myths and realities. Paris: Efri, 2023. 38p. (Texto Técnico, Russie.Nei.**Reports**, n. 42).

LOBELL, Steven E. Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model. In: **Neoclassical realism, the state, and foreign policy**, p. 42-74, 2009.

LOW, Hamish. **Semiconductor Manufacturing Equipment Export Controls**. Washington, D.C.: Institute for AI Policy and Strategy (IAPS), 24 mar. 2026. Disponível em: https://www.iaps.ai/research/semiconductor-manufacturing-equipment-export-controls.. Acesso em: 18 jun. 2026.

LUKIN, Alexander. "Sino-Russian cooperation as the basis for Greater Eurasia" **Human Affairs**, v. 30, n. 2, p. 174-188, 2020.

LUKIN, Alexander. Russia’s Pivot to Asia: Myth or Reality? **Strategic Analysis**, v. 40, n. 6, p. 573-589, 2016.

LUKIN, Alexander; NOVIKOV, Dmitry. Sino-Russian rapprochement and greater Eurasia: from geopolitical pole to international society? **Journal of Eurasian Studies**, Seoul, v. 12, n. 1, p. 28-45, 2021.

LUKYANOV, Fyodor. Putin's foreign policy: the quest to restore Russia's rightful place. **Foreign Affairs**, v. 95, n. 3, p. 30-37, 2016.

MACKENZIE, Lucia. Russian defence spending overtakes all of Europe combined, study finds. **POLITICO Europe**, 12 fev. 2025. Disponível em: https://www.politico.eu/article/russian-defense-spending-overtakes-europe-studyfinds/. Acesso em: 17 out. 2025.

MADHOK, Diksha. ASML forced to suspend some China exports after US escalates tech battle. **CNN**, 2 jan. 2024. Disponível em: https://edition.cnn.com/2024/01/02/tech/asml-china-exports-suspension-intl-hnk. Acesso em: 12 nov. 2025.

MAHONEY, James. Process Tracing and Historical Explanation. **Security Studies**, v. 24, n. 2, p. 200-218, 2015.

MARIMOW, Ann E. Justices Strike Down Trump's Tariffs. **The New York Times**, Washington, 20 fev. 2026. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/02/20/us/politics/supreme-court-trump-tariffs.html.. Acesso em: 23 jun. 2026.

MARKUSEN, Max. **A Stealth Industry: The Quiet Expansion of Chinese Private Security Companies**. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 12 jan. 2022. (CSIS Briefs). Disponível em: https://www.csis.org/analysis/stealth-industry-quiet-expansion-chinese-private-security-companies. Acesso em: 13 abr. 2023.

MAZYRIN, V.M. The State of the Russian-Vietnamese Strategic Partnership. **The Russian Journal of Vietnamese Studies**, v. 5, n. 4, p. 148-161, 2021.

MCFAUL, Michael. **Autocrats vs. Democrats: China, Russia, America, and the New Global Disorder**. New York: Mariner Books, 28 out. 2025.

MEARSHEIMER, John J. Bound to fail: the rise and fall of the liberal international order. **International Security**, v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

MEARSHEIMER, John J. The causes and consequences of the Ukraine crisis. **The National Interest**, 23 jun. 2022. Disponível em: Acesso em: 11 out. 2025.

MEARSHEIMER, John J. **The great delusion: liberal dreams and international realities**. New Haven: Yale University Press, 2018.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. W.W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine crisis is the West's fault. **Foreign Affairs**, 18 ago. 2014. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault. Acesso em: 7 out. 2023.

MEARSHEIMER, John J.; ROSATO, Sebastian. **How States Think: The rationality of foreign policy**. Yale University Press, 2023.

MEIBAUER, Gustav. Interests, ideas, and the study of state behaviour in neoclassical realism. **Review of International Studies**, v. 46, n. 1, p. 20-36, 2020.

MENON, Rajan. The Limits of Chinese–Russian Partnership. **Survival**, v. 51, n. 3, p. 99–130, 2009.

MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES. **China and Russia Have Expanded Their Bilateral Relations**. Berlim, [s.d.] Disponível em: https://merics.org/en/china-and-russia-have-expanded-their-bilateral-relations.. Acesso em: 10 jun. 2026.

MICHEL, Casey. "China Edging Russia Out of Central Asia." **The Diplomat**, 11 nov. 2014. Disponível em: https://thediplomat.com/2014/11/china-edging-russia-out-of-central-asia/.. Acesso em: 18 jan. 2024.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 23, p. 4–19, abr./maio 2014.

MILLER, Chris. **Chip War: The Fight for the World's Most Critical Technology**. New York: Scribner, 2022.

MILLS, Claire. Military assistance to Ukraine (fev. 2022 to jan. 2025). Research Briefing, no. CBP-9477. London: **House of Commons Library**, 14 jan. 2025. Disponível em: https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9477/. Acesso em: 7 nov. 2025.

MILNE, Richard; SEDDON, Max. Sweden joins 'Nato lake' on Moscow's doorstep. **Financial Times**, 7 mar. 2024. Disponível em: https://www.ft.com/content/c6375406-df00-4e1d-801f-9435b6a8d253.. Acesso em: 2 set. 2025.

MINISTRY OF DEFENSE OF JAPAN. **Defense Buildup Program**. 16 dez. 2022. Disponível em:

https://www.mod.go.jp/j/policy/agenda/guideline/plan/pdf/program_en.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

MINISTRY OF DEFENSE OF JAPAN. **Treaty of Mutual Cooperation and Security between Japan and the United States of America**. Washington, 19 jan. 1960. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/j-us-alliance/joint-declaration/treaty/index.html. Acesso em: 14 nov. 2025.

MINISTRY OF FINANCE OF THE RUSSIAN FEDERATION. **Brief annual information on federal budget execution** (bln. rub.). Moscou, 21 jul. 2025. Disponível em: https://minfin.gov.ru/en/document?id_4=119255-brief_annual_information_on_federal_budget_execution_bln._rub. Acesso em: 12 nov. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis**. Beijing, 24 fev. 2023a. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367485.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **The Global Security Initiative Concept Paper**. Beijing, 21 fev. 2023b. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367484.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Concept Paper on the Global Governance Initiative**. Beijing, 1 set. 2025a. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/wjbxw/202509/t20250901_11699912.html. Acesso em: 11 jun. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Xi Jinping attends the Second China-Central Asia Summit and delivers a keynote speech**. Beijing, 17 jun. 2025b. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/gjhdq_665435/2675_665437/3180_664322/3182_664326/202506/t20250619_11653305.html. Acesso em: 22 ago. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. **Press release on a telephone conversation between Foreign Minister Sergey Lavrov and Foreign Minister of China Wang Yi**. Moscow, 1 mar. 2026. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/2083372/.. Acesso em: 23 jun. 2026.

MISHRA, Rupal. Implications of Sweden's NATO Membership for Russia and the Baltic Region. **Australian Outlook**, 4 abr. 2024. Disponível em: https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/implications-of-swedens-nato-membership-for-russia-and-the-baltic-region/. Acesso em: 5 jun. 2025.

MISSILE DEFENSE PROJECT. Avangard. Missile Threat – **Center for Strategic and International Studies**, 3 jan. 2019. Última atualização em: 23 abr. 2024. Disponível em: https://missilethreat.csis.org/missile/avangard/. Acesso em: 18 nov. 2025.

MONTEIRO, Nuno P. **Theory of unipolar politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MONTEIRO, Nuno P. Unrest Assured: Why Unipolarity Is Not Peaceful. **International Security**, v. 36, n. 3, p. 9–40, 2011.

MORI, Satoru. The Second Trump Administration's Foreign Engagement and Its Geostrategy Toward the Four Regions. **Asia-Pacific Review**, v. 32, n. 1, p. 54-79, 2025.

MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (eds.). Russia-China relations: current state, alternative futures, and implications for the West. Helsinki: The Finnish Institute of **International Affairs**, 2011. 123p. (Texto Técnico).

NARIZNY, Kevin. “On Systemic Paradigms and Domestic Politics: A Critique of the Newest Realism’”. **International Security**, 42(2), pp. 155–90, 2017.

NEMETS, A. Russia and China: The mechanics of an anti-American alliance. **The Journal of International Security Affairs**, 11, 83-88, 2006.

NEWDICK, Thomas; ALTMAN, Howard. F-16s Pulled From U.S. Boneyard Are Being Delivered To Ukraine For Spare Parts. **The War Zone**, 1 mai. 2025. Disponível em: https://www.twz.com/air/f-16s-pulled-from-u-s-boneyard-are-being-delivered-to-ukraine-for-spare-parts. Acesso em: 19 nov. 2025.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **NATO-Ukraine Action Plan**. Bruxelas, 22 nov. 2002. Disponível em: https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2002/11/22/nato-ukraine-action-plan - Acesso em: 10 nov. 2023.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Bucharest Summit Declaration: Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Bucharest on 3 abr. 2008**. 3 abr. 2008. Disponível em: https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2008/04/03/bucharest-summit-declaration. Acesso em: 17 nov. 2025.

NYE, J. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, J. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.

NYE, J. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

ODGAARD, Liselotte. Beijing’s Quest for Stability in its Neighborhood: China’s Relations with Russia in Central Asia. **Asian Security**, v. 13, n. 1, p. 41–58, 2017.

PANELLA, Chris. China’s shipbuilding giant is getting even stronger with a major merger. **Business Insider**, 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.businessinsider.com/chinas-shipbuilding-giant-getting-even-stronger-with-major-merger-2025-8. Acesso em: 12 nov. 2025.

PAPE, Robert A. Soft balancing against the United States. **International Security**, v. 30, n. 1, p. 7–45, 2005.

PASZAK, Paweł. China and Russia in Central Asia: Rivalry or Division of Labor? **The Warsaw Institute**, 10 dez. 2020. Disponível em: https://warsawinstitute.org/china-russia-central-asia-rivalry-division-labor/. Acesso em: 13 abr. 2024.

PATRICK, Igor. Brazil and China to study South American transcontinental railway project. **South China Morning Post**, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3317462/brazil-and-china-study-south-american-transcontinental-railway-project. Acesso em: 12 nov. 2025.

PAUL, T. V. Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy. **International Security**, v. 30, n. 1, p. 46–71, 2005.

PAUL, T. V. **The Tradition of Non-Use of Nuclear Weapons**. Stanford Security Studies, 2009.

PAUTASSO, Diego. China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2178-8839.18688. Acesso em: 11 dez. 2023.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. A China e as disputas no mar.do Sul: entrelaçamento entre as dimensões regional e global. **Revista de Estudos Internacionais**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 18–32, 2016. Disponível em: http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/295/295. Acesso em: 15 nov. 2025.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era in Celebration of the 75th Anniversary of the Establishment of Diplomatic Relations**. Beijing, 16 maio 2024. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202405/t20240530_11332956.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era**. Moscow, 21 mar. 2023. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3265_665445/3220_664352/3222_664356/202303/t20230322_11046088.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Further Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era**. Moscow, 8 maio 2025. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202505/08/content_WS681cbf2cc6d0868f4e8f25b3.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on Major International Issues**. Beijing, 16 jun. 2008. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367192.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the People's Republic of China and the Russian Federation on the Development of a Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for a New Era**. Moscow, 5 jun. 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/top_news/2019/06/06/content_281476701425684.htm.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development**. Beijing, 4 fev. 2022. Disponível em: http://en.kremlin.ru/supplement/5770.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Russian-Chinese Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order**. Moscow, 23 abr. 1997. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/234074/files/A_52_153--S_1997_384-EN.pdf.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA; RUSSIAN FEDERATION. **Treaty of Good-Neighbourliness and Friendly Cooperation Between the People's Republic of China and the Russian Federation**. Moscow, 16 jul. 2001. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367098.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PERMANENT COURT OF ARBITRATION. **The South China Sea Arbitration (The Republic of the Philippines v. The People's Republic of China): Award of 12 July 2016**. The Hague, 2016. Disponível em: https://pca-cpa.org/cases/7/. Acesso em: 28 jun. 2026.

PIFER, Steven. **Missile Defense in Europe: Cooperation or Contention? Brookings Institution**, 8 maio 2012. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/missile-defense-in-europe-cooperation-or-contention/. Acesso em: 23 nov. 2023.

PISCIOTTA, Barbara. Regional and global revisionism: Russia and China in a changing international order. **The International Spectator**, v. 58, n. 2, p. 94-112, 2023.

POLING, Gregory B.; PRÉTAT, Harrison; MALLORY, Tabitha Grace; CENTER FOR ADVANCED DEFENSE STUDIES. **Pulling Back the Curtain on China's Maritime Militia**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies; Center for Advanced Defense Studies, 18 nov. 2021. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/pulling-back-curtain-chinas-maritime-militia. Acesso em: 10 ago. 2024.

POPOVIĆ, Miloš. Redefining the status quo state: collective support, order-maintenance, and self-restraint. **International Politics**, 2025. DOI: 10.1057/s41311-024-00635-z.

POSEN, Barry R. From unipolarity to multipolarity: transition in sight? In: IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. (org.). **International relations theory and the consequences of unipolarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 317-341.

POST, Jerrold M. **The Psychological Assessment of Political Leaders: With Profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton**. University of Michigan Press, 2003.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence**. Moscow, 19 nov. 2024. Disponível em: https://www.mid.ru/ru/foreign_policy/international_safety/disarmament/1434131/?lang=en.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence**. Moscow, 2 jun. 2020. Disponível em: https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/international_safety/disarmament/-/asset_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, 12 fev. 2013. Disponível em: https://beijing.mid.ru/en/countries/rossiya/kontseptsiya_vneshney_politiki_rossii/.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, 30 nov. 2016. Disponível em: https://cis-legislation.com/document.fwx?rgn=91489.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **Military Doctrine of the Russian Federation**. Moscow, 26 dez. 2014. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180501051233id_/https:/www.offiziere.ch/wp-content/uploads-001/2015/08/Russia-s-2014-Military-Doctrine.pdf.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **National Security Strategy of the Russian Federation**. Moscow, 2 jul. 2021. Disponível em: https://rusmilsec.blog/wp-content/uploads/2021/08/nss_rf_2021_eng_.pdf.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **National Security Strategy of the Russian Federation**. Moscow, 31 dez. 2015. Disponível em: https://www.russiamatters.org/node/21421.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF RUSSIA. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. Moscow, 31 mar. 2023. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PRESIDENT OF UKRAINE. **Joint Statement on the Strategic Partnership of Ukraine and the United States.** Kyiv, 10 nov. 2021

www.president.gov.ua/en/news/spilna-zayava-shodo--strategichnogo-partnerstva-ukrayini-ta-s-70485 Acesso em: 11 abr. 2026.

PRÉTAT, Harrison. The Ripple Effects of Vietnam's Island-Building in the South China Sea. **Center for Strategic and International Studies – CSIS**, Washington, D.C., 31 mar. 2025. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/ripple-effects-vietnams-island-building-south-china-sea. Acesso em: 14 nov. 2025.

PROUVOST, Théo. Hollande: There will only be a way out of the conflict when Russia fails on the ground. **The Kyiv Independent**, 28 dez. 2022. Disponível em: https://kyivindependent.com/hollande-there-will-only-be-a-way-out-of-the-conflict-when-russia-fails-on-the-ground/. Acesso em: 17 nov. 2023.

PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation**. Moscow, 18 mar. 2014a. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Address by the President of the Russian Federation**. Moscow, 21 fev. 2022a. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Address by the President of the Russian Federation**. Moscow, 24 fev. 2022b. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Article by Vladimir Putin "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians"**. Moscow, 12 jul. 2021. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181.. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Meeting of the Valdai International Discussion Club**. Sochi: President of Russia, 24 out. 2014b. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/46860. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Meeting of the Valdai International Discussion Club**. Sochi: President of Russia, 3 out. 2019. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/61719. Acesso em: 22 ago. 2026.

PUTIN, Vladimir. Presidential Address to the Federal Assembly. Kremlin.ru – Website of the **President of Russia**, 1 mar. 2018. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/56957. Acesso em: 18 nov. 2024.

PUTIN, Vladimir. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Munich, 10 fev. 2007. Disponível em: https://securityconference.org/en/publications/books/selected-key-speeches-volume-i/2000-2009/speech-vladimir-putin-2007/.. Acesso em: 11 jun. 2023.

PUTIN, Vladimir. **Valdai Discussion Club Meeting**. Sochi: President of Russia, 7 nov. 2024. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/75521. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Valdai International Discussion Club Meeting**. Moscow: President of Russia, 27 out. 2022c. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/69695. Acesso em: 11 jun. 2026.

PUTIN, Vladimir. **Valdai International Discussion Club Meeting**. Sochi: President of Russia, 5 out. 2023. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/news/72444. Acesso em: 11 jun. 2026.

QIBLAWI, Tamara; MEZZOFIORE, Gianluca; BORDEAUX, Thomas; XIONG, Yong; ROBINSON, Lou. 'A new arms race': Satellite images, maps and records reveal huge surge in China's missile production sites. **CNN**, 07 nov. 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/11/07/world/china-missile-production-expansion-revealed-satellite-images-intl-invs. Acesso em: 15 nov. 2025.

RAGHUNANDAN, Vaibhav; KATINAS, Petras; WICKENDEN, Luke. **December 2025: Monthly Analysis of Russian Fossil Fuel Exports and Sanctions**. Helsinki: Centre for Research on Energy and Clean Air (CREA), jan. 2026. Disponível em: https://energyandcleanair.org/december-2025-monthly-analysis-of-russian-fossil-fuel-exports-and-sanctions/ Acesso em: 15 mar. 2026.

RAGHUNANDAN, Vaibhav; KATINAS, Petras; LEVI, Isaac; WICKENDEN, Luke. **EU Imports of Russian Fossil Fuels in Third Year of Invasion Surpass Financial Aid Sent to Ukraine**. Helsinki: Centre for Research on Energy and Clean Air (CREA), 24 fev. 2025. Disponível em: https://energyandcleanair.org/publication/eu-imports-of-russian-fossil-fuels-in-third-year-of-invasion-surpass-financial-aid-sent-to-ukraine/ Acesso em: 20 out. 2025.

RATHBUN, Brian. A Rose By Any Other Name: Neoclassical Realism as the Logical and Necessary Extension of Structural Realism, **Security Studies**, v. 17, n. 2, 2008.

RATNER, Michael; ROSEN, Liana W.; THOMAS, Clayton. **The Strait of Hormuz: security developments and impacts on oil, gas, and other commodities**. Washington, DC: Congressional Research Service, 7 ago. 2026. (CRS Report, R45281). Disponível em: Congress.gov – CRS Report R45281. Acesso em: 22 ago. 2026.

RAVID, Barak. Rubio to lead Ukraine security guarantees talks, with Trump promising air support. **Axios**, 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.axios.com/2025/08/19/ukraine-security-guarantees-trump-rubio-air-power.. Acesso em: 15 out. 2025.

REILLY, J. "A norm-taker or a norm-maker? Chinese aid in Southeast Asia", **Journal of Contemporary China**, v. 21(73): p. 71-91, 2012.

RIPSMAN, Norrin M. **Peacemaking by Democracies: The Effect of State Autonomy on the Post-World-War Settlements**. Penn State University Press, 2002.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. Neoclassical Realist Theory of **International Politics**. Oxford University Press, nov. York, 2016.

RISING, David; TANG, Didi. Satellite images and documents indicate China working on nuclear propulsion for new aircraft carrier. **AP News**, 11 nov. 2024. Disponível em: https://apnews.com/article/china-nuclear-aircraft-carrier-3e693365eb914324cc5e6b7dd33df73b. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROH, Kyung Deok. “Different Versions of Romance: Recent Studies on Sino-Russian Relations”. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p 533–41, 2019.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, pp. 147–172, 1998.

ROSE, Michel; PARODI, Alessandro. Ukraine signs deal to obtain 100 French-made Rafale warplanes. **Reuters**, 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/zelenskiy-france-seal-air-defence-warplane-deals-2025-11-17/.. Acesso em: 17 mar. 2026.

ROTH, Andrew; SAUER, Pjotr. Trump rules out sending US troops to Ukraine as part of security guarantees. **The Guardian**, 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/aug/19/european-leaders-ukraine-russia-trump.. Acesso em: 17 out. 2025.

ROZMAN, Gilbert. **The Sino-Russian Challenge to the World Order: National Identities, Bilateral Relations, and East versus West in the 2010s**. Woodrow Wilson Center Press with Stanford University Press, 2014.

RUSSET, Bruce. **Grasping the Democratic Peace**. Princeton University Press, 1993.

RUSSIA and China hold naval drills, practice submarine capture. **Reuters**, London, dez. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/russia-china-hold-naval-drills-practise-submarine-capture-2022-12-28/.. Acesso em: 2 nov. 2023.

SAGILD, Rebekka Åsnes; HSIUNG, Christopher Weidacher. Chinese reexaminations of Russia? The strategic partnership in the wake of Russia’s war against Ukraine. **Journal of Contemporary China**, v. 34, n. 155, p. 781-796, 2025.

SAKWA, R. The international system and the clash of world orders. **China International Strategy Review**, v. 6, n. 1, p. 39–57, 2024a.

SAKWA, R. The Political West as the End of History. **Journal of International Analytics**, v. 15, n. 1, p. 46–62, 2024b.

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands**. London / New York: I. B. Tauris / Bloomsbury, 2015. 368 p. ISBN 978-1350340817.

SAKWA, Richard. **The Russia Scare**. 1ª edição. London ; New York, NY: Routledge, 2022.

SAYLER, Kelley M. **Hypersonic Weapons: Background and Issues for Congress.** Congressional Research Service Report nº R45811, 27 ago. 2025. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R45811. Acesso em: 18 nov. 2025.

SCHWARTZ, Paul. The changing nature and implications of Russian military transfers to China. **Center for Strategic and International Studies**, Washington, jun. 2021. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/210621_Schwartz_Russian_Military_Transfers.pdf?VersionId=47lttXU2w57d.CobDxg1b1nGmtA1tUcU.. Acesso em: 23 nov. 2023.

SCHWELLER, R. Emerging Powers in an Age of Disorder. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 17, n. 3, p. 285–297, 2011.

SCHWELLER, Randall L. Bandwagoning for profit: bringing the revisionist state back in. **International Security**, v. 19, n. 1, p. 72-107, 1994.

SCHWELLER, Randall L. Rising powers and revisionism in emerging international orders. Moscow: **Valdai Discussion Club**, 2015. (Valdai Papers, n. 16). Disponível em: https://valdaiclub.com/files/11391/.. Acesso em: 20 jun. 2026.

SCHWELLER, Randall L. **The Progressiveness of Neoclassical Realism, in Progress in International Relations Theory: Appraising the Field, edited by Colin Elman and Miriam Fendius Elman**. MIT Press, 2003.

SCHWELLER, Randall, L. **Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's strategy of world conquest**. Columbia University Press. New York, 1998.

SCHWELLER, Randall, L. Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing. **International Security**, v. 29, n. 2, p. 159-201, 2004.

SCHWELLER, Randall, L. **Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton University Press, 2006.

SEARS, Nathan. The neoclassical realist research program: Between progressive promise and degenerative dangers. **International Politics Reviews**, v. 5, n. 1, p. 21-31, 2017.

SEBASTIAN, Clare. Trump's sanctions target Russian 'war ATM,' but the real test is enforcement. **CNN Business**, 23 out. 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/10/23/business/analysis-trump-sanctions-russian-war-machine-latam-intl.. Acesso em: 4 abr. 2026.

SHAKHANOVA, Gaziza. Kazakhstan–China relations: perceptions of China after the 2022 Russian invasion of Ukraine. **Journal of Current Chinese Affairs**, 26 mar. 2026. DOI: 10.1177/18681026261432674.

SHAKHANOVA, Gaziza. Sino-Russian rapprochement after Russia's invasion of Ukraine. **The Pacific Review**, v. 38, n. 2, p. 203-230, 2025.

SHAKHANOVA, Gaziza; GARLICK, Jeremy. The Belt and Road Initiative and the Eurasian economic union: exploring the "Greater Eurasian Partnership". **Journal of Current Chinese Affairs, Hamburg**, v. 49, n. 1, p. 33-57, 2020.

SHAMBAUGH, David. Assessing the US "Pivot" to Asia. **Strategic Studies Quarterly**, v. 7, n. 2, p. 10-19, 2013.

SHAN, Huang. U.S. allies flock to Beijing to hedge against Trump's policies. **Caixin Global**, 31 jan. 2026. Availa-ble at: https://www.caixinglobal.com/2026-01-31/analysis-us-allies-flock-to-beijing-to-hedge-against-trumps-policies-102410177.html. Acesso em: 3 fev. 2026.

SHELDON, Michael J. Ukraine Needs to Address Its Paramilitary Problem. **The National Interest**, 19 jul. 2017. Disponível em: https://nationalinterest.org/feature/ukraine-needs-address-its-paramilitary-problem-21597. Acesso em: 17 nov. 2025.

SHER, Nathaniel. Behind the Scenes: China's Increasing Role in Russia's Defense Industry. **Carnegie Politika**, 6 mai. 2024. Disponível em: https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2024/05/behind-the-scenes-chinas-increasing-role-in-russias-defense-industry?lang=en.. Acesso em: 15 out. 2025.

SHIVAKUMAR, Sujai; WESSNER, Charles; HOWELL, Thomas. **Balancing the Ledger: Export Controls on U.S. Chip Technology to China**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 21 fev. 2024. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/balancing-ledger-export-controls-us-chip-technology-china.. Acesso em: 23 jun. 2025.

SKALAMERA, Morena. Booming Synergies in Sino-Russian Natural Gas Partnership. Belfer Center for Science and **International Affairs** (Harvard Kennedy School), Cambridge, MA, maio 2014. Disponível em: https://www.belfercenter.org/publication/booming-synergies-sino-russian-natural-gas-partnership. Acesso em: 12 nov. 2023.

SKALAMERA, Morena. Explaining the 2014 Sino–Russian Gas Breakthrough: The Primacy of Domestic Politics. **Europe-Asia Studies**, v. 70, n. 1, p. 90–107, 2018a.

SKALAMERA, Morena. Understanding Russia's energy turn to China: domestic narratives and national identity priorities. **Post-Soviet Affairs**, v. 34:1, p. 55-77, 2018b.

SMITH, Nicholas. "Can Neoclassical Realism Become a Genuine Theory of International Relations?". **The Journal of Politics**, v. 80, p. 742-749, 2018.

SNYDER, Jack. **Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

STANKO, John. The future of Sino-Russian relations in the Russian far East: a stable but not impervious equilibrium. **Global Studies Quarterly, Hamburg**, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2022.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **中国的国家安全新时代 [China's National Security in the New Era]**. Beijing, 12 maio 2025. Disponível em: http://www.scio.gov.cn/zfbps/zfbps_2279/202505/t20250512_894771.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions**. Beijing, 26 set. 2023. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202405/t20240530_11332291.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in the New Era**. Beijing, 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Military Strategy**. Beijing, 2015. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm.. Acesso em: 11 jun. 2026.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in the New Era**. Pequim, 24 jul. 2019a. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **White Paper: Food Security in China**. Pequim, out. 2019b. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/node_8014713.html. Acesso em: 14 nov. 2025.

THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Statement of the Government of the People's Republic of China on China's Territorial Sovereignty and Maritime Rights and Interests in the South China Sea**. 12 jul. 2016. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2016/07/12/content_281475391807773.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

STEIN, Janice Gross. Political Learning by Doing: Gorbachev as Uncommitted Thinker and Motivated Learner. **International Organization**, v. 48, n. 2, p. 155-183, 1994.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist Environment, Liberal Process, and Domestic-Level Variables. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 1–26, 1997.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Nuclear risks grow as new arms race looms—new SIPRI Yearbook out now. Estocolmo**, 16 jun. 2025. Disponível em: https://www.sipri.org/media/press-release/2025/nuclear-risks-grow-new-arms-race-looms-new-sipri-yearbook-out-now. Acesso em: 12 nov. 2025.

STOLYAROV, Gled. Russia, China sign contract worth over $2 billion for Su-35 fighter jets: source. **Reuters**, nov., 20, 2015. Disponível em: https://www.reuters.com/article/idUSKCN0T80K2/.. Acesso em: 14 jan. 2024.

SULISTIYONO, Heri et al. Estimating design temperatures in Arctic environments: a new approach. In: 2014 OCEANS - ST. JOHN'S, 2014, St. John's. **Anais**, Piscataway: IEEE, 2015. p. 1-5.

SUSLOV, Dmitry. “For a Good Long While”, **Russia in Global Affairs**, 18 dez. 2014. Disponível em: https://eng.globalaffairs.ru/articles/for-a-good-long-while/.. Acesso em: 22 jan. 2024.

SUTHERLAND, Callum. Trump Threatens Extra 10% Tariff for Countries ‘Aligning’ Themselves With ‘Anti-American’ BRICS Policies. **TIME**, 8 jul. 2025. Disponível em: https://time.com/7300395/trump-tariffs-threat-brics-anti-american-concerns/. Acesso em: 22 out. 2025.

SWAINE, Michael D. Chinese Leadership and Elite Responses to the U.S. Pacific Pivot. **China Leadership Monitor**, n. 38, 2012. Disponível em: https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/CLM38MS.pdf Acesso em: 10 out. 2025.

SZECHENYI, Nicholas; JOHNSTONE, Christopher B.; KLAAS, Leah. **The Evolution of the U.S.–Japan Security Partnership**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 11 jul. 2024. Disponível em: https://features.csis.org/evolution-of-the-us-japan-security-partnership/. Acesso em: 14 nov. 2025.

TALIAFERRO, Jeffrey W. **Balancing Risks: Great Power Intervention in the Periphery**. Cornell University Press, 2004.

TALIAFERRO, Jeffrey W. Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited. **International Security**, v. 25, n. 3, p. 128–161, 2000.

TAMMEN, Ronald L.; KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas. Foundations of Power Transition Theory. In: THOMPSON, William R. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: https://academic.oup.com/edited-volume/62239/chapter/550775590.. Acesso em: 20 jun. 2026.

TANG, Shipping. Taking Stock of Neoclassical Realism. **International Studies Review**, v. 11, n. 4, p. 799–803, 2009.

TANNENWALD, Nina. The Nuclear Taboo: The United States and the Normative Basis of Nuclear Non-Use. **International Organization**, v. 53, n. 3, p. 433-468, 1999.

TRADE IN agricultural products between Russia, China up by 15% year-to-date — ministry. **TASS**, Moscou, 31 out. 2025. Disponível em: https://tass.com/economy/2038079. Acesso em: 12 nov. 2025.

TERAJIMA, Asami. Inside Ukraine's desperate race to train more soldiers. **The Kyiv Independent**, 4 abr. 2025a. Disponível em: https://kyivindependent.com/inside-ukraines-desperate-race-to-train-more-soldiers/.. Acesso em: 20 jun. 2026.

TERAJIMA, Asami. The rise and fall of Ukraine's Kursk gambit. **The Kyiv Independent**, 1 abr. 2025b. Disponível em: https://kyivindependent.com/the-rise-and-fall-of-ukraines-kursk-gambit/.. Acesso em: 20 jun. 2026.

TESSMAN, B.; WOLFE, W. 2011. Great Powers and Strategic Hedging: The Case of Chinese Energy Security Strategy, **International Studies Review**, Volume 13, Issue 2, jun. 2011.

TOFT, Monica Duffy. The return of spheres of influence: will negotiations over Ukraine be a new Yalta conference that carves up the world? **Foreign Affairs**, 13 mar. 2025. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/united-states/return-spheres-influence. Acesso em: 10 jan. 2026.

TOMÉ, Luis. **A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1767 Acesso em: 4 fev. 2024.

TREBESCH, Christoph et al. The Ukraine Support Tracker: Which countries help Ukraine and how? **Kiel Working Paper**, n. 2218, p. 1–75, 2025. Disponível em: https://www.kielinstitut.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker/. Acesso em: 17 abr. 2026.

TRENIN, Dmitri. **From greater Europe to greater Asia: The Sino-Russian Entente. Carnegie Moscow Center**, 2015. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2015/05/from-greater-europe-to-greater-asia-the-sino-russian-entente?lang=en&center=russia-eurasia.. Acesso em: 22 set. 2024.

TREVITHICK, Joseph. Alarming Navy intel slide warns of China’s 200 times greater shipbuilding capacity. **The War Zone**, 11 jul. 2023. Disponível em: https://www.twz.com/alarming-navy-intel-slide-warns-of-chinas-200-times-greater-shipbuilding-capacity. Acesso em: 12 nov. 2025.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia’s Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2016.

TURNER, Oliver; NYMALM, Nicola. Morality and progress: IR narratives on international revisionism and the status quo. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 4, p. 407–428, 2019.

UKRAINE CRISIS: Transcript of leaked Nuland-Pyatt call. **BBC News**, 7 fev. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-26079957. Acesso em: 30 jun. 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **South China Sea**. Washington, DC, 2025. Disponível em: https://www.eia.gov/international/analysis/regions-of-interest/South_China_Sea. Acesso em: 28 jun. 2026.

UNITED NATIONS. Charter of the **United Nations**. San Francisco, 26 jun. 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text.. Acesso em: 19 jun. 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Ballistic Missile Defense Review Report**. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, fev. 2010. Disponível em: https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA514210.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China, 2024**. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 18 dez. 2024. Disponível em: https://media.defense.gov/2024/dez.18/2003615520/-1/-1/0/MILITARY-AND-SECURITY-DEVELOPMENTS-INVOLVING-THE-PEOPLES-REPUBLIC-OF-CHINA-2024.PDF. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Cable 08MOSCOW265_a: "NYET Means NYET: Russia's NATO Enlargement Redlines"**. 1 fev. 2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08MOSCOW265_a.html. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Security Cooperation with Ukraine**. Washington, D.C., 12 mar. 2025. Disponível em: https://www.state.gov/bureau-of-political-military-affairs/releases/2025/01/u-s-security-cooperation-with-ukraine.. Acesso em: 10 nov. 2025.

UZYAKOVA, E. S.; SHIROV, A. A. Employment and labor productivity in Russia: analysis and forecast. **Problemy Prognozirovaniya**, n. 4, p. 6–20, 2024.

VAKULENKO, Sergey. Can China compensate Russia's losses on the European gas market? **Carnegie Endowment for International Peace**, Moscow, jun. 2023. Disponível em: https://carnegieendowment.org/politika/89862.. Acesso em: 23 nov. 2024.

VANDERHILL, Rachel; JOIREMAN, Sandra F.; TULEPBAYEVA, Roza. Between the bear and the dragon: multivectorism in Kazakhstan as a model strategy for secondary powers. **International Affairs**, v. 96, n. 4, p. 975-993, 2020.

VASILEIADIS, Panos. Reconstructing neoclassical realism: a transitive approach. **International Relations**, v. 39, n. 4, p. 657-681, 2023.

VASQUEZ, John A. The Realist Paradigm and Degenerative versus Progressive Research Programs: An Appraisal of Neotraditional Research on Waltz's Balancing Proposition. **American Political Science Review**, v. 91, n. 4, p. 899–912, 1997.

VENDITTI, Bruno. **How the Largest Importers of Russian Fossil Fuels Have Changed (**2022 vs. 2025). Visual Capitalist, 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.visualcapitalist.com/largest-importers-of-russian-fossil-fuels-ukraine-war/. Acesso em: 12 nov. 2025.

VIGERS, Benedict. Ukrainian support for war effort collapses. **Gallup**, 7 ago. 2025. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/693203/ukrainian-support-war-effort-collapses.aspx.. Acesso em: 26 jun. 2026.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Multipolaridade Instável: Construindo um Conceito da Transição Sistêmica e Suas Alianças Fluídas. **Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa 2**, no. 1: 173–83, 2025.

VISION and actions on jointly building Silk Rod Economic Belt and 21st-century Maritime Silk Road. National Development and Reform Commission, Ministry of **Foreign Affairs**, and Ministry of Commerce of the People's Republic of China, mar. 2015. Disponível em: http://2017.beltandroadforum.org/english/n100/2017/0410/c22-45.html.. Acesso em: 29 jan. 2024.

WALDNER, David. Transforming Inferences into Explanations: Lessons from the Study of Mass Extinctions. In: **Theory and Evidence in Comparative Politics and International Relations New Visions in Security**, ed. Richard Ned Lebow and mar. Irving Lichbach, p. 145–175. London: Palgrave-Macmillan, 2007.

WALT, Stephen M. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, v. 9, n. 4, p. 3–43, 1985. DOI: 10.2307/2538540.

WALT, Stephen M. Alliances in a unipolar world. **World Politics**, v. 61, n. 1, p. 86–120, 2009.

WALT, Stephen M. The Enduring Relevance of the Realist Tradition. In **Political Science: State of the Discipline**, ed. Ira Katznelson and Helen Milner**,** New York: W. W. Norton, p. 197– 230, 2002.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. Cornell University Press, 1987.

WALT, Stephen M. What spheres of influence are—and aren't. **Foreign Policy**, 19 jan. 2026. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2026/01/19/sphere-influence-trump-venezuela-donroe-doctrine/. Acesso em: 10 fev. 2026.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WANG, Y. "Public Diplomacy and the Rise of Chinese Soft Power," Annals of The American Academy of Political and Social Science, v. 616(1), p. 257-273, 2008.

WARD, Steven. **Status and the challenge of rising powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

WEEKS, Jessica L. P. **Dictators at War and Peace**. Cornell University Press, 2014.

WEITZ, Richard. 2012. **Superpower Symbiosis: The Russia–China Axis**. World Affairs, 175(4), p. 71–78, 2012.

WEITZ, Richard. Assessing Chinese-Russian military exercises: past progress and future trends. **Center for Strategic and International Studies**, Washington, jul. 2021. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/assessing-chinese-russian-military-exercises-past-progress-and-future-trends.. Acesso em: 16 nov. 2023.

WEITZ, Richard. **Sino-Russian Interactions Regarding Central Asia: A Preliminary Summary**. Washington, DC: Hudson Institute, 21 jul. 2025. Disponível

em: https://www.hudson.org/security-alliances/sino-russian-interactions-regarding-central-asia-preliminary-summary-richard-weitz.. Acesso em: 10 mar. 2026.

WENDT, A. “Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics,” **International Organization**, v. 46, 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WHALEN, Jeanne. China cut tech exports to Russia after U.S.-led sanctions hit. **The Washington Post**, Washington, maio 2022. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2022/05/17/china-russia-tech-exports/.. Acesso em: 29 nov. 2023.

THE WHITE HOUSE. **2025 National Security Strategy**. Washington, DC: The White House, nov. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf.. Acesso em: 27 jun. 2026.

THE WHITE HOUSE. **United States–India joint statement. Washington, DC**, 6 fev. 2026. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/2026/02/united-states-india-joint-statement/. Acesso em: 19 fev. 2026.

WILHELMSEN, Julie; FLIKKE, Geir. “Chinese–Russian Convergence and Central Asia.**” Journal of Geopolitics**, v. 16, p. 865–901, 2011.

WILSON, Jeanne L. Russia and China in Central Asia: Deepening tensions in the relationship. **Acta Via Serica**, v. 6, n. 1, p. 55-90, 2021.

WILSON, Jeanne L. **Soft Power as a Component of Russian and Chinese Discourse and Strategy: Constructivist and Realist Interpretations**. Paper prepared for the 2013 Annual Meeting of the American Political Science Association, 2013. DOI: 10.2139/ssrn.2309529. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2309529. Acesso em: 10 fev. 2026.

WILSON, Jeanne L. **Strategic Partners: Russian–Chinese Relations in the Post-Soviet Era**. Armonk, N.Y: M.E. Sharpe, Inc, 2004.

WISHNICK, Elizabeth. Still ‘No Limits’? The China-Russia partnership after Samarkand. **Russia Matters**, Cambridge, set. 2022. Disponível em: https://www.russiamatters.org/analysis/still-no-limits-china-russia-partnership-after-samarkand.. Acesso em: 1 nov. 2023.

WISHNIK, Elizabeth. “In Search of the ‘Other’ in Asia: Russia–China Relations Revisited”. **The Pacific Review**, v. 30, n. 1, p. 114–32, 2017.

WOHLFORTH, William C. **The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War**. Cornell University Press, 1993.

WOHLFORTH, William C. The Perception of Power: Russia in the Pre-1914 Balance. **World Politics**, v. 39, n. 3, p. 353–381, 1987.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

WOHLFORTH, William C. “Unipolarity, Status Competition, and Great Power War.**”** **World Politics**, v. 61, n. 1, p. 28–57, 2009.

WOLKOV, Nicole; MEALIE, Daniel; STEPANENKO, Kateryna. **Ukrainian Strikes Have Changed Russian Naval Operations in the Black Sea**. Washington, D.C.: Institute for the Study of War, 17 dez. 2023. Disponível em: https://understandingwar.org/research/russia-ukraine/ukrainian-strikes-have-changed-russian-naval-operations-in-the-black-sea/. Acesso em: 17 nov. 2025.

WONG, Audrye. More than Peripheral: How Provinces Influence China’s **Foreign Policy**. **China Quarterly**, v. 235, p. 735–757, 2018.

WOODHOUSE, Skylar. How China Weaponized Soybeans in Trade Dispute With the US. **Bloomberg**, 12 nov. 2025. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-11-12/how-china-weaponized-soybeans-in-trade-war-with-us. Acesso em: 14 nov. 2025.

WORLD'S 1ST large, ultra-shallow gas field in ultra-deep waters has OGIP of over 100 bln cubic meters. **Xinhua News Agency**, Beijing, 7 ago. 2024. Disponível em: https://english.news.cn/20240807/93f8eaa735d742e6b6a74f2cbfac1aca/c.html. Acesso em: 26 out. 2025.

XI, Jinping. **Embracing a Broader View and Cutting Through the Fog of Challenges to Advance High-Quality Development of Greater BRICS Cooperation**. Statement at the XVI BRICS Summit. Kazan, 23 out. 2024a. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202410/t20241023_11514804.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

XI, Jinping. **Joining Hands to Build a More Beautiful Home of the Shanghai Cooperation Organization. Statement at the Shanghai Cooperation Organization Plus Meeting**. Astana, 4 jul. 2024b. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202407/t20240704_11448344.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

XI, Jinping. **Promote friendship between our people and work together to build a bright future**. Astana: Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 7 set. 2013. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng./xw/zyjh/202405/t20240530_11340614.html. Acesso em: 22 ago. 2026.

XI, Jinping. **Ride on the Trend of the Times and Enhance Solidarity and Cooperation to Embrace a Better Future**. Samarkand, 16 set. 2022a. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/topnews/2022-09/17/content_78424890.htm.. Acesso em: 11 jun. 2026.

XI, Jinping. **Rising to Challenges and Building a Bright Future Through Cooperation. Speech at the Opening Ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference 2022b**. Beijing, 21 abr. 2022. Disponível em:

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11341613.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

XI, Jinping. **Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China**. Beijing, 1 jul. 2021. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/topnews/202107/01/content_WS60dd8d8ac6d0df57f98dc459.html.. Acesso em: 11 jun. 2026.

XU, B.; REISINGER, W. M. “Russia’s Energy Diplomacy with China: Personalism and Institutionalism in Its Policy-making Process.**” The Pacific Review**, v. 32, n.1, p. 1-19, 2019.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese thought, modern Chinese power**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.

YAU, Niva; VAN DER KLEY, Dirk. **The Growth, Adaptation and Limitations of Chinese Private Security Companies in Central Asia**. Washington, DC: The Oxus Society for Central Asian Affairs, 13 out. 2020. Disponível em: https://oxussociety.org/wp-content/uploads/2020/10/the-growth-adaptation-and-limitations-of-chinese-private-security-companies-in-central-asia.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

YANG, Jianli. The myth of a ‘Reverse Kissinger’: why aligning with Russia to counter China is a strategic illusion. **The Diplomat**, 21 fev. 2025. Disponível em: https://thediplomat.com/2025/02/the-myth-of-a-reverse-kissinger-why-aligning-with-russia-to-counter-china-is-a-strategic-illusion/.. Acesso em: 1 nov. 2025.

YANG, Jiemian. China’s “New Diplomacy” under the Xi Jinping Administration. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2015.

YODER, Brandon K. “Theoretical Rigor and the Study of Contemporary Cases: Explaining Post-Cold War China–Russia Relations”. **International Politics**, v.57, n. 5, p. 741–59, 2020.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. **Red Star over the Pacific: China's Rise and the Challenge to U.S. Maritime Strategy**. 2. ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

YU, Lei; SUI, Sophia. China-Russia military cooperation in the context of Sino-Russian strategic partnership. **Asia Europe Journal, London**, n. 18, p. 325-345, 2020.

ZADOROZHNYY, Tim. Trump’s war mediation: 8 months of shifting between Ukraine, Russia. **Kyiv Independent**, Kyiv, 23 out. 2025. Disponível em: https://kyivindependent.com/trumps-war-mediation-circle-8-months-of-shifting-between-ukraine-russia/. Acesso em: 28 out. 2025.

ZAKARIA, Fareed. **From Wealth to Power: The Unusual Origins of America’s World Role**. Princeton, NY: Princeton University Press, 1998.

ZHANG, Albee. What to know about China’s newest aircraft carrier, the Fujian. **AP News**, 07 nov. 2025. Disponível em: https://www.apnews.com/article/china-fujian-aircraft-carrier-commission-launch-be690c6135070f5e9ec48a6e09d6e2f6. Acesso em: 22 nov. 2025.

ZHANG, Qingmin. Towards an Integrated Theory of Chinese Foreign Policy: bringing leadership personality back in. **Journal of Contemporary China**, v. 23, n. 89, p. 902-922, 2014.

ZHAO, Huasheng. Explaining China’s reaction to the Russia–Ukraine crisis. **China International Strategy Review**, v. 5, p. 24–46, 2023.

ZHAO, Huasheng. Sino-Russian Economic Cooperation in the Far East and Central Asia since 2012. **Eurasia Border Review**, v. 6, n. 1, p. 103-121, 2015.

ZHAO, Tong. Conventional challenges to strategic stability: Chinese perceptions of hypersonic technology and the security dilemma. **Carnegie Endowment for International Peace**, 23 jul. 2018. Disponível em: https://carnegieendowment.org/posts/2018/07/conventional-challenges-to-strategic-stability-chinese-perceptions-of-hypersonic-technology-and-the-security-dilemma?lang=en. Acesso em: 18 nov. 2025.

ZIECHENG, Ye. **Inside China’s Grand Strategy: The Perspective from the People’s Republic**. Lexington: University of Kentucky Press, 2010.